

Sumário

Número de notícias: 84 | Número de veículos: 53

JORNAL DA CIDADE ONLINE - RS - POLÍTICA
ANFIP

Celebridades podem ser proibidas de fazer publicidade de apostas.....7

DIÁRIO CAUSA OPERARIA - NOTÍCIAS
ANFIP

Plano Haddad: não ao roubo de R\$327 bilhões dos trabalhadores!..... 8

GARÇA - ON LINE - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP

Isenção no IR para renda até R\$ 5 mil e mudanças para militares: confira as medidas
econômicas anunciadas por Haddad
..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cuidado com a black fraude.....16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O impacto das mudanças do IR no seu bolso..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudanças no Imposto de Renda (Artigo).....20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Classificação fiscal de mercadorias e a reforma - OPINIÃO JURÍDICA..... 22

A GAZETA - MT - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita e PF fazem 2 operações..... 24

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreendidos 1 milhão de reais em eletrônicos.....25

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Procon divulga dicas para não cair em golpes na Black Friday.....26

GAZETA DE ALAGOAS - AL - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Influenciadores são alvos de operação da PF contra importações..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS libera R\$ 150 antecipadamente a beneficiários.....29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas veem medidas insuficientes para equilibrar contas públicas.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV
SEGURIDADE SOCIAL

Mercado vive ano "excepcional".....31

| | |
|---|----|
| VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV SEGURIDADE SOCIAL | |
| Educação financeira como parte do negócio | 33 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV SEGURIDADE SOCIAL | |
| Mercado aquece e competição também | 35 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV SEGURIDADE SOCIAL | |
| Adesão automática favorece captação de planos coletivos | 37 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV SEGURIDADE SOCIAL | |
| Marco traz mais liberdade na previdência | 39 |
| AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL | |
| Primeira parcela do décimo terceiro deve ser depositada até esta sexta | 41 |
| CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - MUNDO SEGURIDADE SOCIAL | |
| Isenção de IR até R\$ 5 mil é medida eleitoreira de Lula , afirma economista Samuel Pessôa | 42 |
| EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - CIDADE SEGURIDADE SOCIAL | |
| INSS: novo cartão permite antecipação de até R\$ 150 | 50 |
| G1 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL | |
| Isenção de IR até R\$ 5 mil: meu salário vai aumentar? Alíquota vai subir? Veja o que se sabe | 51 |
| G1 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL | |
| 13º salário: parcela única ou 1ª parte devem ser pagas até hoje; veja o que fazer se não recebeu | 53 |
| O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL | |
| Por que economistas dizem que corte de gastos é insuficiente para desafio fiscal? Entenda as críticas ponto a ponto | 56 |
| PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL | |
| Isenção de IR até R\$ 5 mil é medida eleitoreira de Lula , afirma economista Samuel Pessôa | 58 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO | |
| Cortes afetam salário mínimo, BPC e militares | 63 |
| ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO | |
| Pacote pode gerar economia de R\$ 327 bilhões até 2030 | 65 |
| O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE SERVIDOR PÚBLICO | |
| "Call center do crime" vazou dados de 120 milhões de brasileiros | 68 |

Sexta-Feira, 29 de Novembro de 2024

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma tributária e pacote de corte de gastos são prioridade, diz Pacheco..... 70

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote do governo ameaça Fundo Constitucional do DF..... 71

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado reage e dólar dispara cotado a R\$ 5,99..... 73

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote causa indignação no GDF..... 74

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economia de R\$ 327 bilhões..... 76

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Austeridade e equilíbrio fiscal são fundamentais (Artigo)..... 78

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reação negativa..... 79

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pelo menos 4 textos vão precisar do aval do Congresso..... 81

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para líder na Câmara, humor do mercado deve melhorar..... 82

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Na reforma tributária do consumo, o padrão são as exceções (Artigo)..... 84

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo não entrega o "choquefiscal" que poderia ajudar o Banco Central..... 86

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas descumprem Lei da Transparência Fiscal..... 88

A TARDE - SALVADOR - BA - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso pode travar "pacote de Haddad"..... 90

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores debatem segurança, saúde e reforma..... 91

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar dispara e fecha perto de R\$ 6 em reação a pacote fiscal..... 93

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote de corte de gastos prevê economia de R\$ 327 bi em 5 anos; votação ainda neste ano
..... 95

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

PACOTE DE CORTE de gastos prevê economia de R\$ 327 bilhões em cinco anos..... 96

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote de cortes do governo ameaça Fundo Constitucional do DF..... 98

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo projeta economia de R\$ 327 bi até 2030, mas mercado mantém desconfiança do pacote fiscal
..... 100

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contas públicas são disfuncionais porque há muita pobreza e privilegiados..... 102

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Austeridade e equilíbrio fiscal são fundamentais..... 104

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IPTU sobe e IPVA cai no ano que vem..... 105

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TCDF aprova com ressalvas, contas do GDF..... 106

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Quem tem doença grave e ganha acima de R\$ 20 mil perderá isenção..... 107

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar em alta acelera inflação de 'porta de fábrica'..... 109

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Se não houver visão empresarial, não vamos vencer o processo político", diz Jorge Gerdau
..... 111

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar vai a R\$ 6 e Selic pode chegar a 14% após frustração com pacote..... 114

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Trump não terá apoio para impor tarifas e deportações em massa"..... 116

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mudança no salário mínimo, abono, IR e na aposentadoria..... 118

AQUI - BELO HORIZONTE - MG - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Operação mira as mineradoras por sonegação fiscal e falsidade..... 121

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Proposta do governo já tem oposição dos que são contra taxar grandes fortunas - BRASIL NA PAUTA
..... 122

| | |
|--|-----|
| O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Pacote fiscal do governo atinge os andares de cima e de baixo - RODA VIVA..... | 123 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA | |
| "Brasil da Faria Lima não existe mais" | 124 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA | |
| Após pacote, dólar dispara e atinge R\$ 6,00..... | 126 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS | |
| Nuances do ajuste fiscal (Artigo)..... | 128 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Dólar bate em R\$ 6; analistas veem pacote fiscal aquém do necessário..... | 130 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Dúvidas e contrabando no pacote fiscal - CELSO MING..... | 132 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Pacote do governo propõe corte de emendas para cumprir as regras fiscais..... | 133 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA | |
| Governo prevê novos gatilhos para preservar arcabouço fiscal..... | 135 |
| O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Plano de controle de gastos é tímido e insuficiente (Editorial)..... | 137 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA | |
| "Vamos ter uma selic de até 14,5% até o fim do ano que vem"..... | 138 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Economistas veem alívio menor que o estimado pelo governo..... | 140 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Isenção de Imposto de Renda corre o risco de errar o alvo..... | 143 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA | |
| Governo conta com Pacheco e lira para acelerar tramitação..... | 145 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Medidas não dão solidez estrutural ao regime fiscal (Editorial)..... | 147 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA | |
| Pacote fiscal (Cartas de Leitores)..... | 149 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA | |
| Pacote fiscal potencializa a renda fixa..... | 150 |

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV
ECONOMIA

Renda fixa tem maior rentabilidade acumulada em 15 anos..... 152

VALOR ECONÔMICO - SP - GUIA DE PREVIDÊNCIA VALOR/FGV
ECONOMIA

Retornos com alta da Selic reduzem o apetite por risco..... 154

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Pacote fiscal prevê economia até 2030 de R\$ 327 bilhões..... 156

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL
ECONOMIA

Governo propõe cortar emendas parlamentares para cumprir regra fiscal..... 159

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
ECONOMIA

Lula classifica medidas como "extraordinárias"..... 160

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - EXTRA
ECONOMIA

CONFIRA AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO GOVERNO..... 161

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte de gastos modifica regras para salário mínimo..... 163

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
ECONOMIA

Dólar atinge maior cotação da história e fecha a R\$ 5,98..... 164

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os dois grandes sinais - BRASÍLIA - DF..... 165

Celebridades podem ser proibidas de fazer publicidade de apostas

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) pediu urgência na tramitação do projeto, de autoria dele, que proíbe a participação de celebridades na publicidade de apostas em eventos esportivos (PL 3.405/2023). O texto está em tramitação na Comissão de Esporte (CEsp).

O PL 3.405, de 2023, restringe drasticamente a publicidade abusiva das bets, proibindo a participação de equipes esportivas, atletas, comentaristas e celebridades, de maneira geral, que possam influenciar e atrair pessoas para o mundo da jogatina, principalmente os mais jovens. [...]

Há muito abuso nessa publicidade, muito semelhante às antigas propagandas de cigarro, que, durante décadas, levaram milhões de pessoas ao vício e à morte.

Girão destacou ter apresentado outras propostas sobre o tema, como o PL 3.795/2024, que proíbe o funcionamento das apostas de cota fixa no Brasil e o PL 4.390/2024, que veda a utilização de elementos gráficos e lúdicos com apelo dirigido ao público infantojuvenil. Para o parlamentar, o ideal seria a proibição total das bets por conta de suas graves consequências na sociedade.

A ludopatia, que envolve a compulsão pelo jogo de azar, é patologia reconhecida há anos pela OMS [Organização Mundial da Saúde], com código de doença semelhante a qualquer outra dependência química.

O The New York Times, um dos maiores jornais do mundo, publicou, recentemente, um importante estudo apontando que entre 50% e 80% dos ludopatas já pensaram em suicídio. [...]

Olhem o que nós estamos entregando, expondo a nossa sociedade a essa tragédia humanitária que já está destruindo emprego, que já está endividando em massa o brasileiro. E aí destrói a família e o cara, no desespero, vai para o atentado à própria vida.

O senador também destacou que as principais entidades de fiscalização e controle, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, já se manifestaram contra a

legalização das apostas no Brasil. Segundo Girão, a prática facilita a lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas e da corrupção.

Quer apoiar o Jornal da Cidade Online ? Torne-se nosso assinante, o que lhe dará o direito de assistir o primeiro PODCAST conservador do Brasil e ter acesso exclusivo ao conteúdo da Revista A Verdade, onde os assuntos proibidos no Brasil são revelados. Para assinar, clique no link abaixo:

<https://assinante.jornaldacidadeonline.com.br/apresentacao>

Nas últimas semanas, o impeachment de Alexandre de Moraes ganhou força. Certamente, será o ponto de partida para colocar um fim em toda a cruel perseguição contra o ex-presidente Bolsonaro, seus aliados e a mídia independente como o JCO! O sistema quer esconder o que realmente aconteceu em 2022... Porém, para o terror do sistema, tudo isso foi documentado no livro O Fantasma do Alvorada - A Volta à Cena do Crime, um best seller no Brasil. Não perca tempo. Caso tenha interesse, clique no link abaixo para adquirir essa obra:

<https://www.conteudoconservador.com.br/products/o-fantasma-do-alvorada-a-volta-a-cena-do-crime>

O próprio Bolsonaro já conhece o livro:

Contamos com você!

Fonte: Agência Senado

Site:

<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/65157/celebridades-podem-ser-proibidas-de-fazer-publicidade-de-apostas>

Plano Haddad: não ao roubo de R\$327 bilhões dos trabalhadores!

Ministro da Fazenda anuncia pacote fiscal monstruoso

Nessa quarta-feira (27), o governo federal apresentou o tão comentado pacote de ajuste fiscal, uma exigência dos banqueiros que já são responsáveis por abocanhar mais da metade do orçamento nacional. O pacote foi apresentado pelo seu principal articulador, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), outrora descrito pelo próprio presidente Lula como "o mais tucano" entre os petistas; a golpista Simone Tebet (MDB); e o direitista Rui Costa (PT), atual ministro da Casa Civil. A apresentação do plano, que ocorreu no Palácio do Planalto, contou ainda com a participação dos ministros Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação) e Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos).

Conforme admitido pela própria equipe econômica, o objetivo do pacote é "cortar gastos". Isto é, reduzir os gastos da máquina pública. Como veremos, isso significa fazer com que os trabalhadores paguem ainda mais caro para sustentar a farra dos capitalistas que tomam de assalto as riquezas do País.

O pacote foi antecedido por um anúncio enganoso. Na quarta-feira (27), Haddad fez um pronunciamento em rede de televisão para anunciar que a faixa de isenção do Imposto de Renda finalmente atingiria o patamar dos R\$5 mil. Uma medida que, ainda que positiva, acaba sendo apenas uma cortina de fumaça em meio a tanto arrocho.

O primeiro problema da medida apresentada pelo governo é que ela de fato corrige a faixa de isenção histórica - de acordo com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil** (Unafisco), se houvesse a correção completa da tabela do imposto de renda com a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1996 até agora, a faixa de isenção deveria ser de até R\$ 5.084,04, o que é muito próximo do que foi anunciado pelo governo. No entanto, os mesmos cálculos mostrariam que a alíquota mais alta, de 27,5%, só deveria ser paga por aqueles que têm vencimentos superiores a R\$12.455,7, e a não a R\$5 mil, como anunciou o governo. De certa forma, a isenção será sustentada por meio da expropriação de pessoas que deveriam pagar uma alíquota menor.

O maior problema do imposto de renda, no final das

contas, permanece. Trata-se de um imposto sobre o salário, e um imposto que continuará incidindo sobre parte da classe operária. Afinal, o salário mínimo vital, que permitiria um trabalhador sustentar a sua família, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), corresponde hoje a R\$6.657,55. Enquanto isso, a atividade lucrativa dos capitalistas não é taxada. O Brasil, graças ao governo de Fernando Henrique Cardoso, é um dos dois únicos no mundo onde não se taxam dividendos.

A faixa de isenção do imposto de renda não é a única coisa apresentada enganosamente como positiva. O governo afirma, em seu plano, que, "com a valorização real do salário-mínimo e o bom ritmo do mercado de trabalho, o abono [salarial] deixou de ser pago apenas aos trabalhadores que ganham menos". Acontece que o abono salarial é um benefício no valor de um salário mínimo por ano para aqueles que recebem até dois salários-mínimos - isto é, menos da metade do salário mínimo vital proposto pelo DIEESE. Ainda que haja uma tímida valorização do salário-mínimo no terceiro mandato do governo Lula, o abono continua sendo uma necessidade.

O governo alega ainda que o critério de acesso ao benefício hoje representa mais de 85% da renda real média do trabalhador brasileiro. Esse dado apenas revela a situação falimentar da economia brasileira, e não uma melhora real nas condições de vida dos trabalhadores. Apenas mostra que a preocupação de um governo de esquerda deveria ser o de impulsionar o desenvolvimento do País, e não o de restringir benefícios, de modo a impedir o povo de morrer de fome.

Haddad procura apresentar seu plano como uma garantia de que o abono continuará sendo pago para "os que mais precisam". Na prática, o plano se reduz a uma proposta para a redução do alcance do benefício. Afinal, o plano de Haddad é fazer com que a faixa daqueles que têm direito ao benefício diminua progressivamente, até que, em 2035, apenas estejam aptos aqueles que recebem 1,5 salário-mínimo.

Em pronunciamento, o ministro da Fazenda chegou ao cúmulo de dizer que o abono salarial, "num certo sentido, perdeu a sua razão de ser", uma vez que foram criados novos programas sociais. Era melhor ter

ficado calado.

O salário-mínimo, por sua vez, é certamente a parte mais negativa de todo o pacote. Durante os governos golpistas de Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), o reajuste obrigatório do salário-mínimo obedecia apenas à reposição da **inflação**. Ao assumir seu terceiro mandato, Lula criou um mecanismo tímido, mas positivo, de vincular o reajuste não apenas à reposição da **inflação**, mas também ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). Isto é, se o **PIB** crescesse 1%, o salário-mínimo aumentaria em 1%, além da reposição da **inflação**; se o **PIB** crescesse 15%, o salário-mínimo aumentaria em 15%, além da reposição da **inflação**.

O Plano Haddad, contudo, visa, limitar o progresso estabelecido por Lula no início do mandato. O governo estabeleceu que, embora o salário-mínimo deva ser reajustado de acordo com o crescimento do **PIB**, esse reajuste terá de ser limitado de acordo com as regras do arcabouço fiscal, de tal forma que ele será sempre limitado a um aumento entre 0,6% e 2,5%. Isto é, na prática, o governo estabeleceu, pela primeira vez na história, um teto para o salário-mínimo. Algo que nem Fernando Henrique Cardoso conseguiu.

De acordo com estimativas da Folha de S.Paulo, em 2030, o salário-mínimo será R\$94 menor graças ao Plano Haddad.

A justificativa é lamentável e bastante reveladora da situação atual do governo. Diz o plano: "nossa proposta garante que o aumento real do salário-mínimo seja sustentável dentro do orçamento da União". Ora, mas o que quer dizer "sustentável dentro do orçamento da União"? O que limita tal orçamento?

O governo sabe a resposta. O orçamento da União é estrangulado pelos bancos. De acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida, no ano de 2023, R\$1,89 trilhão foi destinado ao gasto com juros e amortizações da dívida pública, correspondente a 43,23% de todos os gastos. Não fosse a dívida pública, não haveria necessidade de qualquer teto para o salário-mínimo ser "sustentável".

Outra parte muito alarmante do Plano Haddad é o que diz respeito à assistência social. Sob o pretexto de combater fraudes e otimizar os recursos públicos, o plano cria novos entraves burocráticos para impedir a participação de mais pessoas nos programas sociais. O pacote inclui desde restrições ao cálculo de renda familiar até a imposição de exigências tecnológicas, como biometria, afetando milhões de beneficiários.

A nova regra estabelece que a renda de cônjuges ou companheiros que não vivem na mesma casa será

considerada para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, a renda de irmãos, filhos e enteados que residem no mesmo domicílio também passa a ser computada, mesmo que esses membros sejam economicamente independentes. Isso significa que uma pessoa idosa ou com deficiência que vive sozinha e depende do benefício pode ser excluída caso o ex-cônjuge ou filhos com quem não compartilham renda formalmente tenham rendimentos superiores ao limite permitido.

Outra mudança proposta por Haddad é a obrigatoriedade dos beneficiários de atualizar seus cadastros obrigatoriamente a cada 24 meses. Além disso, a biometria será obrigatória tanto para novas inscrições quanto para atualizações cadastrais, tanto no Bolsa Família quanto no BPC. Quem não cumprir esse requisito poderá ser automaticamente excluído do programa. A exigência afetará principalmente populações que vivem em áreas rurais ou sem acesso a transporte público e informações sobre os prazos de atualização.

O Plano Haddad também vai limitar a inclusão de famílias unipessoais (aquelas compostas por apenas uma pessoa) em municípios onde o percentual de beneficiários nessa categoria ultrapasse um limite determinado pelo governo. Além disso, a inscrição ou atualização dessas famílias deverá ser feita obrigatoriamente por meio de visita domiciliar. Uma mulher que mora sozinha em uma cidade onde há um alto número de famílias unipessoais no Bolsa Família, por exemplo, poderá ter o benefício negado ou enfrentar um processo extremamente burocrático para comprovar sua situação, a depender da quantidade de casos em seu município.

O governo ainda anunciou que concessionárias de serviços públicos, como empresas de água e energia, deverão fornecer informações de seus bancos de dados para viabilizar cruzamentos de dados com os cadastros dos beneficiários. Essa medida mostra que o governo, em sua preocupação extremada em realizar cortes sociais, perdeu completamente o senso do ridículo. Enquanto irá mobilizar o aparato do Estado para investigar cada conta de luz da população pobre, os grandes sonegadores de **impostos** continuam impunes, sem que haja qualquer "pente fino". Assim como continuam impunes os criminosos responsáveis por entregar as grandes empresas do País por um preço de pinga à iniciativa privada.

Outra enganação do Plano Haddad está na questão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Segundo o pacote, 20% do fundo serão obrigatoriamente destinados à implementação da educação integral. O problema dessa medida é que o Fundeb já era um fundo

instituído, já era um recurso que seria destinado aos municípios. A verba para o ensino integral, por sua vez, era uma promessa do governo federal, um projeto que deveria ser encaminhado pelo Ministério da Educação. Na prática, o governo está deixando de utilizar seus recursos para implementar o programa - está, portanto, reduzindo o orçamento para a educação. E ainda está obrigando os municípios a utilizar parte do recurso do Fundeb, que normalmente é utilizado em áreas prioritárias, como infraestrutura, pagamento de professores e outras necessidades locais, para o programa do ensino integral, o que muitas vezes está em desacordo com os interesses das gestões locais.

Há ainda dois aspectos importantes do pacote que estão sendo erroneamente apresentados como grande vitória. O primeiro deles é a suposta taxação de grandes fortunas. Não há uma única linha no pacote sobre isso - há apenas a especulação de que, futuramente, o governo apresentará uma proposta sobre o assunto. O outro é a mudança em benefícios dos integrantes das forças armadas, como a extinção da transferência de pensão e o fim da "morte fictícia" (isto é, o fim do benefício para o militar que foi desligado das forças armadas).

As mudanças no caso dos militares, no entanto, são morais. Isto é, não têm um efeito prático, mas servem apenas para justificar o corte em outras áreas.

Atualmente, o gasto com os militares é estimado em cerca de R\$1 bilhão. Já as mudanças no salário mínimo, incluindo ajustes nos critérios de benefícios atrelados a ele, como o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), devem economizar R\$2,2 bilhões em 2024. No entanto, essa economia cresce exponencialmente ao longo dos anos: em 2026, ela será de R\$30 bilhões e, em 2030, de R\$41 bilhões.

O impacto do salário mínimo dentro do pacote chama atenção, porque a economia que ele proporciona cresce proporcionalmente mais do que as outras medidas. Por exemplo, em 2026, os cortes relacionados ao salário-mínimo representarão quase 25% da economia total do pacote, e, em 2030, essa proporção subirá para quase metade. Isso demonstra que, ao longo do tempo, as economias menores, como as relacionadas aos militares e subsídios, serão irrelevantes frente ao impacto das mudanças no salário mínimo.

Além disso, os cortes no abono salarial (estimados em R\$7 bilhões), no Fundeb (R\$10 bilhões) e no Bolsa Família (R\$2 bilhões) reforçam que os gastos sociais são o grande alvo do Plano Haddad. Os R\$327 bilhões que Haddad pretende "economizar" são, na verdade,

R\$327 bilhões que serão roubados do povo pobre do Brasil.

O Plano Haddad é, em todos os aspectos, um plano anti-trabalhador. Um plano que visa jogar nas costas da esmagadora maioria da população, que já vem sofrendo anos de crise econômica, com aumento crescente do desemprego e queda vertiginosas do poder de compra, o ônus da farra dos bandidos que assaltam diuturnamente os cofres da nação.

Esse plano é, ao mesmo tempo, perigoso, uma vez que irá desmoralizar o governo diante das massas, o que poderá levá-lo à queda, como em 2016, ou a uma derrota eleitoral acachapante para a extrema direita.

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais, mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Diferentemente de outros portais, mesmo os progressistas, você não verá anúncios de empresas aqui. Não temos financiamento ou qualquer patrocínio dos grandes capitalistas. Isso porque entre nós e eles existe uma incompatibilidade absoluta - são os nossos inimigos.

Estamos comprometidos incondicionalmente com a

defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo pobre e oprimido. Somos um jornal classista, aberto e gratuito, e queremos continuar assim. Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Quero saber mais antes de contribuir

Em tempos em que a burguesia tenta apagar as linhas que separam a direita da esquerda, os golpistas dos lutadores contra o golpe; em tempos em que a burguesia tenta substituir o vermelho pelo verde e amarelo nas ruas e infiltrar verdadeiros inimigos do povo dentro do movimento popular, o Diário Causa Operária se coloca na linha de frente do enfrentamento contra tudo isso.

Se já houve um momento para contribuir com o DCO, este momento é agora. ; Qualquer contribuição, grande ou pequena, faz tremenda diferença. Apoie o DCO com doações a partir de R\$ 20,00 . Obrigado.

Site: <https://causaoperaria.org.br/2024/plano-haddad-nao-ao-roubo-de-r327-bilhoes-dos-trabalhadores/>

Isenção no IR para renda até R\$ 5 mil e mudanças para militares: confira as medidas econômicas anunciadas por Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na noite de quarta-feira (27/11) a ampliação da faixa para isenção no Imposto de Renda (IR), que alcançará quem ganha até R\$ 5 mil - uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem, quinta-feira (28/11), Haddad e outros ministros participaram de uma coletiva de imprensa, em que detalharam as medidas e como elas serão colocadas em prática.

O limite atual isento de IR está em R\$ 2.259, mas com o mecanismo de desconto simplificado adotado pelo governo Lula desde 2023, na prática, a isenção beneficia quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824).

O ministro afirmou que se trata da maior reforma da renda de nossa história .

A nova medida não trará impacto fiscal, ou seja, não aumentará os gastos do governo. Porque quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês pagará um pouco mais. Tudo sem excessos e respeitando padrões internacionais consagrados , assegurou Haddad, afirmando que a medida relativa à isenção beneficiará a classe média.

Na coletiva de imprensa, Haddad afirmou que essa **reforma tributária** que impacta a renda tem o pressuposto da neutralidade .

Essa reforma não visa nem aumentar e nem diminuir a arrecadação. O que buscamos é eficiência e justiça tributária , afirmou o ministro.

A ideia do governo é que a isenção de imposto de renda para salários de até R\$ 5 mil seja debatida pelo Congresso Nacional no ano que vem - e, se aprovada, a medida passe a valer em 1º de janeiro de 2026.

Haddad entende que 2025 é um ano ideal para o debate sobre a **reforma tributária** sobre a renda, uma vez que a agenda legislativa está tranquila e não se trata de um ano eleitoral .

A nova faixa de isenção deve beneficiar 36 milhões de

contribuintes, de acordo com um levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal. Isso representa cerca de 78% dos contribuintes que declaram IR.

De acordo com Haddad, o conjunto de medidas anunciadas nesta quarta-feira, incluindo a ampliação na isenção de IR, vai gerar economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

O governo calcula que o corte de gastos anunciado vai gerar um impacto de R\$ 327 bilhões entre 2025 a 2030.

Ao longo dos últimos meses, Haddad defendeu que o objetivo é elevar os **impostos** sobre os mais ricos e usar a arrecadação extra para reduzir a tributação sobre os mais pobres e diminuir **impostos** sobre o consumo - que também tendem a impactar mais as faixas de menor renda.

Com a expectativa do anúncio pelo governo, o dólar disparou, chegando ao maior valor nominal (sem considerar a **inflação**) da história nesta quarta-feira: R\$ 5,91.

Isso porque muitos agentes do mercado veem o aumento da isenção como ineficaz no controle das contas públicas.

Um estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP) mostrou que o aumento nessa faixa de isenção deve aliviar principalmente o bolso da classe média (renda entre R\$ 6.764 e R\$ 35.673).

Para os mais pobres, a mudança não traz tantos impactos diretos, já que esse grupo já é isento de IR. Entretanto, os autores do estudo da USP dizem que os mais pobres poderiam ser impactados se as perdas de arrecadação se refletirem no corte de gastos com programas de transferência de renda e serviços públicos.

Isso porque a ampliação da faixa de isenção reduziria a arrecadação para os cofres públicos em dezenas de bilhões de reais, embora o governo diga que haverá

alguma compensação com o aumento na tributação de quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês.

É preciso fazer as contas para sabermos se a compensação proposta será suficiente , afirma Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Taxa de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil

Em coletiva de imprensa, Haddad detalhou que a perda de arrecadação com a nova faixa de isenção de R\$ 5 mil será de R\$ 35 bilhões por ano. Segundo ele, o valor será compensado com uma cobrança de 10% sobre a renda, incluindo dividendos, de quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês.

E como isso será compensado? pessoas que hoje tem uma renda superior a R\$ 50 mil por mês vão passar a pagar o mínimo , respondeu ele.

Essa pessoa vai somar tudo o que recebeu com salário, alugueis, dividendos e juros, e calcular 10%. Se ela tiver uma renda anual de R\$ 600 mil, terá que pagar R\$ 60 mil de imposto de renda. Se pagou menos ao longo do ano, vai precisar recolher o valor restante , exemplificou Haddad.

Esse é um conceito novo, de imposto de renda mínimo , complementou ele.

O ministro ainda informou que haverá uma mudança em distorções relacionadas à saúde .

Os gastos com saúde vão continuar a ser dedutíveis na sua integralidade. Mas a isenção de pagar imposto de renda por questões de saúde vai estar limitada a quem ganha até R\$ 20 mil reais por mês , anunciou Haddad.

Com esses dois ajustes no IR, o governo pretende compensar os R\$ 35 bilhões que serão perdidos com a isenção de quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Lula já prometeu a ampliação da faixa de isenção do IR em diversas ocasiões.

Em junho, o presidente escreveu na rede social X (ex-Twitter): Eu ainda quero garantir isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. E isso incomoda. Queremos levantar o povo brasileiro para um padrão de vida de classe média. Subir além do primeiro degrau, sem que seja derrubado cada vez que sobe um degrau. E eu acho isso plenamente possível.

Após a aprovação da primeira etapa da **reforma tributária** no Congresso, focada na estruturação de

impostos sobre consumo, há uma segunda etapa prevista, mais direcionada para os **impostos** que impactam a renda.

A isenção já era prevista nessa segunda etapa, que pode ter mais medidas anunciadas nos próximos meses.

No anúncio de quarta-feira, Haddad anunciou outras iniciativas , além de exaltar a diminuição do desemprego no país e a valorização do salário mínimo, com ganho real - o que o ministro descreveu como um direito esquecido pelo governo anterior .

Ele anunciou medidas que afetarão os militares e os **servidores públicos**, além de mudanças nas emendas parlamentares e no abono salarial. Confira os detalhes a seguir.

Aposentadoria dos militares

No pronunciamento, Haddad disse que vai promover mais igualdade nas aposentadorias militares.

Na coletiva de imprensa, o ministro agradeceu às forças armadas pelo gesto de última hora a pedido do ministro da Defesa, Múcio Monteiro, e do presidente Lula .

Ele disse que o conceito de morte ficta - quando um militar é excluído ou expulso das forças e passa a ser considerado morto (mesmo vivo), para receber pensão - será extinto.

Esse era um resquício do passado que precisava ser superado , diz Haddad.

Haverá também uma idade mínima para aposentadoria dos militares, ou a passagem para a reserva remunerada. Isso será feito de forma progressiva.

Também vamos fixar em 3,5% da remuneração dos militares para contribuir com o fundo da saúde até janeiro de 2026 , disse o ministro.

Ainda será extinta a transferência de pensão.

Salário mínimo

Haddad afirmou que o valor do salário mínimo continuará a subir acima da **inflação** - mas dentro das regras do arcabouço fiscal.

Na prática, isso significa que haverá um limite de até 2,5% ao ano, acima dos índices da **inflação**.

Com as novas regras propostas, o salário mínimo

continuará subindo acima da **inflação**, de forma sustentável e dentro da nova regra fiscal , detalhou o ministro.

Isso dará conforto para o planejamento elaborar a peça orçamentária com previsibilidade, para manter as despesas no patamar atual ou até ampliar a capacidade do Estado para investimento , afirmou ele.

Benefício de Prestação Continuada

Haddad também mencionou a existência de uma indústria de liminares concedidas sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esse benefício garante um salário mínimo por mês ao indivíduo com mais de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Os beneficiários não precisam ter contribuído com o **INSS**, mas também não ganham 13º salário e não deixam pensão por morte.

O ministro destacou uma série de problemas com o BPC, que precisarão ser ajustados. A ideia, segundo ele, é dar clareza de quem tem direito ao benefício .

Não foram detalhadas as formas de que esses ajustes serão feitos na prática.

Ajustes nos programas sociais

Na coletiva de ontem, quinta-feira, Haddad anunciou que todos os beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, precisarão passar por coleta de biometria e cadastramento.

Segundo ele, esse processo vai ser antecipado em virtude do que foi encontrado nos últimos meses .

Precisaremos passar a limpo os cadastro num prazo melhor. Todo mundo vai ter que passar por biometria e os prazos de cadastramento serão encurtados por lei , disse ele.

Com isso, o governo pretende excluir pessoas que ganham benefícios, mas não se encaixam nos critérios dos programas sociais.

Essa é uma incompatibilidade que precisa ser corrigida , afirmou Haddad.

Abono salarial

Para atender às famílias que mais precisam, o abono salarial será assegurado a quem ganha até R\$ 2.640 , disse Haddad.

De acordo com o pronunciamento, esse valor será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio.

Segundo Haddad, o abono perdeu a razão de ser à luz de vários programas sociais que são superiores .

Caça aos supersalários de servidores

Haddad também prometeu combater privilégios incompatíveis com o princípio da igualdade .

Vamos corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional , assegurou ele.

Na coletiva, ele reforçou o compromisso em retomar o debate sobre os supersalários .

Vamos prever uma lei complementar para regular esse dispositivo constitucional e ter segurança jurídica , disse Haddad.

Há uma abertura no Senado Federal para retomar essa discussão.

Fundeb e Pé-de-Meia

Na coletiva de imprensa, Haddad também mencionou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Nós queremos que uma parte desses recursos favoreçam os estudantes. Vamos reservar 20% do aporte da União para garantir a expansão das escolas em tempo integral , disse ele.

O ministro também anunciou que o Programa Pé-de-Meia, que garante uma poupança para estudantes do Ensino Médio, vai integrar o orçamento do Ministério da Educação a partir de 2026.

Futuros benefícios fiscais

Como mencionado anteriormente, o ministro calcula que as medidas anunciadas vão gerar uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

Para garantir os resultados que esperamos, em caso de déficit primário, ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários , disse ele.

Emendas parlamentares

Haddad também disse que, junto com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional, foram

aprimoradas as regras do orçamento.

Segundo o ministro, o montante das emendas parlamentares vai crescer abaixo do limite das regras fiscais .

Além disso, 50% das emendas das comissões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS [Sistema Único de Saúde] , concluiu ele. (Por BBC - <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c36p9lp09r4o> . Foto reprodução internet - Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Site: <https://www.garcaonline.com.br/2024/11/isencao-no-ir-para-renda-ate-r-5-mil-e-mudancas-para-militares-confira-as-medidas-economicas-anunciadas-por-haddad>

Cuidado com a black fraude

FERNANDA STRICKLAND

Com a chegada da Black Friday, milhões de brasileiros recorrem ao e-commerce em busca de grandes promoções, mas o entusiasmo pode abrir caminho para fraudes e práticas abusivas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), reforça a importância de atenção redobrada e informa os direitos garantidos pela legislação para proteger os consumidores durante esse período.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), toda publicidade deve ser clara e precisa, e o consumidor tem direito a informações verdadeiras sobre produtos e serviços. Isso inclui preço, características, condições de pagamento e quaisquer restrições aplicáveis.

Uma prática comum e ilegal é o aumento de preços antes da Black Friday para simular descontos maiores, conhecida como "o dobro pela metade". Essa estratégia é considerada uma violação do direito à informação clara e pode ser denunciada aos órgãos de defesa do consumidor.

Além disso, o CDC garante o direito de arrependimento para compras realizadas fora do estabelecimento físico, como no e-commerce.

Nesse caso, o consumidor pode desistir da compra em até sete dias, com direito à devolução integral do valor pago, incluindo frete.

Fiscalização O secretário Wadih Damous destacou que a Senacon está monitorando o mercado durante a Black Friday para coibir práticas enganosas e garantir o acesso ao consumo consciente e seguro.

"A Black Friday é uma grande oportunidade para consumidores e empresas, mas é também um momento em que precisamos redobrar a atenção com práticas abusivas e ofertas enganosas. A Senacon está monitorando o mercado para coibir essas ações e garantir que o consumidor brasileiro tenha um consumo seguro e vantajoso.

Recomendamos que todos se informem e exijam seus direitos para fazer uma Black Friday realmente consciente", afirmou Damous.

Os consumidores que identificarem práticas abusivas podem registrar reclamações no portal

consumidor.gov.br ou procurar os Procons estaduais e municipais.

O acompanhamento ativo das autoridades é uma forma de garantir que os direitos sejam respeitados e que as empresas atuem de maneira ética.

Com a aplicação de boas práticas e a exigência dos direitos, os consumidores podem aproveitar as promoções da Black Friday de forma mais segura e consciente, evitando armadilhas que comprometam as vantagens esperadas desse período de grandes descontos.

-

Crescem os golpes on-line

Um estudo da Serasa Experian aponta que quatro em cada dez brasileiros (42%) já foram vítimas de fraudes na internet, sendo que mais da metade sofreu perdas financeiras significativas. As plataformas on-line, que moldam as relações sociais, passaram a centralizar atividades essenciais do dia a dia. O celular, por exemplo, tornou-se um dispositivo indispensável para realizar desde transações bancárias até tarefas pessoais e profissionais. Em um mundo onde tudo está ao alcance de um clique, as plataformas digitais se consolidaram como protagonistas no cotidiano global.

No entanto, essa transformação também traz riscos para os dados pessoais. A digitalização, embora tenha proporcionado muitos avanços, abriu espaço para novos perigos, aumentando a exposição a criminosos e gerando um volume crescente de golpes virtuais.

Segundo o mais recente Relatório de Inteligência de Ameaças da NetScout, líder global em soluções de cibersegurança, o Brasil continua sendo o principal alvo de ataques de hackers na América Latina e um dos maiores focos no cenário global. O setor de processamento de dados foi um dos mais atingidos, com 25.130 ataques registrados.

"Identificar sites fraudulentos e reconhecer sinais de golpes tornou-se uma habilidade essencial para todos. As plataformas digitais, que facilitam nosso dia a dia, também podem ser um campo fértil para crimes virtuais.

A conscientização e o uso de ferramentas de segurança são fundamentais para proteger dados

peçoais e evitar danos", explica Jonathan Arend, especialista em cibersegurança.

» Sindifisco

A eleição para a diretoria do Sindicato dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional) foi suspensa ontem, por suspeitas de fraude. O pleito ocorre por de três vias, sendo uma por meio de votos postados pelos Correios. Uma ocorrência foi registrada na Polícia Civil do DF. Os votos por correspondência precisam ser carimbados na agência onde são enviados.

Porém, durante a apuração, de acordo com informações obtidas pelo Correio, foram identificados votos por via postal que estavam carimbados como tendo origem em Brasília, mas eram de integrantes da categoria que moram em outras cidades, como Belo Horizonte.

Procurado, o Sindifisco não se manifestou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

O impacto das mudanças do IR no seu bolso

GLAUCE CAVALCANTI glauce@oglobo.com.br

DAYAFTER

A decisão do governo de isentar de cobrança de Imposto de Renda quem trabalha com carteira assinada e ganha até R\$ 5 mil por mês vai impactar outros perfis de profissionais. O GLOBO produziu uma cartilha que explica os efeitos em cinco grupos de trabalhadores, incluindo aqueles com rendimentos superiores a R\$ 50 mil mensais, alvo de maior cobrança para compensar a isenção para a faixa de menor renda.

O ministro Fernando Haddad disse ontem que o impacto da isenção do IR até R\$ 5 mil é R\$ 35 bilhões, mas será neutro.

- O impacto de R\$ 35 bilhões, será neutralizado na compensação prevista. E um projeto bem pensado. Há mais de um ano a **Receita Federal** trabalha nesse assunto -afirmou Haddad.

Veja abaixo os efeitos das mudanças no seu bolso.

1) Trabalhador com carteira assinada e salário de até R\$ 5 mil

Os trabalhadores com carteira assinada e que têm salário de até R\$ 5 mil ficarão isentos do pagamento do Imposto de Renda.

Hoje, estão dispensados do pagamento do IR os trabalhadores pela CLT que ganham até R\$ 2.259,20. A partir daí e até R\$ 2.826,65 incide uma alíquota de 7,5%. Esse percentual vai subindo conforme as faixas de rendimento até alcançar 27,5%, acima de R\$ 4.664,68.

Ainda não se sabe como a nova faixa de isenção vai alcançar micro e pequenos empreendedores que integram o Simples Nacional.

2) Trabalhadores com carteira assinada com salário acima de R\$ 5 mil e de até R\$ 7,5 mil

O governo federal planeja adotar uma "rampa" para tentar beneficiar, em menor grau, os trabalhadores assalariados que estão entre a faixa isenta de Imposto de Renda de R\$ 5 mil e um limite de rendimento até R\$ 7,5 mil.

A forma como isso será feito e de que maneira irá

reduzir o Imposto de Renda descontado desses profissionais não foram explicadas pelo Ministério da Fazenda.

Quem tem rendimento salarial mensal maior que R\$ 7,5 mil seguirá tributado pela regra atual, com isenção limitada a dois salários mínimos.

3) Profissionais liberais com carteira assinada e salário acima de R\$ 50 mil

Dentistas, arquitetos, advogados e outros profissionais liberais com carteira assinada e salário superior a R\$ 50 mil seguirão tendo a atual alíquota de 27,5% de Imposto de Renda descontada em folha, não sofrendo mudanças. A diferença é que o governo planeja uma alíquota mínima para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês (ou R\$ 600 mil por ano). Esse percentual vai subir de forma progressiva até alcançar os 10% para quem soma uma renda anual superior a R\$ 1,2 milhão.

Trata-se de uma cobrança que vai incluir toda a receita obtida pelo profissional, contando itens atualmente isentos de tributação, como dividendos e juros sobre capital próprio.

-Será preciso somar tudo e ver o quanto de IR foi pago do total para ver se o profissional quitou o equivalente à alíquota efetiva. Pode ser preciso acertar a diferença na hora da declaração, sobretudo se os rendimentos hoje isentos forem em valor expressivo - explica Hermano Barbosa, sócio de Direito Tributário do BM A Advogados.

4) Profissionais liberais com rendimento superior a R\$ 50 mil e que trabalham como pessoa jurídica

Vamos tomar como exemplo um profissional liberal (médico, arquiteto, consultor) que atua como pessoa jurídica e tenha rendimento mensal de R\$ 55 mil.

A pessoa jurídica recolhe IR por alíquotas que variam de acordo com a faixa de rendimento e seguirá dessa forma.

Se a remuneração desse profissional, como pessoa física, for paga por meio de dividendos, hoje isentos, ele deverá somar todos os seus rendimentos e dividir pelo valor total de Imposto de Renda pago para descobrir a alíquota efetiva, explica Barbosa. Como dividendos são isentos, essa alíquota é zero. Esse profissional teria rendimentos totais ao ano de R\$ 660 mil (R\$ 55 mil x 12 meses).

- Sobre a parcela do rendimento anual que ultrapassar R\$ 600 mil, incidirá a nova tributação. Segundo divulgado, nessa primeira faixa de tributação (R\$ 600 mil a R\$ 800 mil), a alíquota seria de 5%. Portanto, o profissional deveria pagar IR de 5% sobre R\$ 60 mil (R\$5milx12).

Se esse profissional tiver rendimentos mensais não tributáveis de R\$ 100 mil, somando R\$ 1,2 milhão ao ano, a tributação sobre o excedente a R\$ 600 mil vai incidir de forma progressiva. A faixa de R\$ 600 mil a R\$ 800 mil será tributada em 5%; a de R\$ 800 mil a R\$ 1 milhão, em 8%, enquanto acima de R\$ 1 milhão, em 10%, diz o tributarista, citando as regras divulgadas. Com isso, a tributação total do IR ficaria em R\$ 46 mil.

5) Profissionais que têm rendimento maior que R\$ 50 mil combinando salário CLT e como pessoa jurídica

Neste caso, vale também a soma de todos os rendimentos para fazer o encontro de contas com o Fisco. O total, considerando rendimento recebido de carteira assinada, sobre o qual continuará incidindo a alíquota de 27,50% recolhida em folha, e demais rendimentos, será tributado pela nova regra se exceder o teto de R\$ 600 mil anuais.

É preciso apenas atenção para observar se o desconto de IR feito na atividade com carteira assinada compensa a contribuição de IR total.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mudanças no Imposto de Renda (Artigo)

Naercio Menezes Filho

Naercio Menezes Filho é professor Titular da Cátedra Rutli Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USPe membro da Academia Brasileira de Ciências. Escreve mensalmente às sextas-feiras. naercioamf@insper.edu.br.

O governo divulgou nesta semana seu novo programa de corte de gastos, para tentar reverter as expectativas do mercado frente ao crescimento contínuo das despesas públicas. Além das medidas para cortar gastos, o governo anunciou também a ampliação da isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e um aumento de **impostos** para os mais ricos. Será que estas mudanças fazem sentido?

É necessário cortar gastos públicos para adequá-los ao arcabouço fiscal. Muitas despesas do governo têm mecanismos próprios de indexação que as tornam incompatíveis com o arcabouço, pressionando os gastos obrigatórios. Muitos gastos públicos, como as aposentadorias, o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, são indexados ao salário mínimo, que em 2025 provavelmente crescerá acima do aumento de despesas previsto pelo arcabouço.

A mudança na regra de reajuste do salário mínimo, vinculando-a às regras do arcabouço, é bem-vinda.

O salário-mínimo cresceu 190% em termos reais nos últimos 30 anos, mais do que recuperando a grande queda que ocorreu entre 1976 e 1994. Atualmente, 125 milhões de brasileiros já têm sua renda domiciliar per capita diretamente influenciada pelo salário mínimo. Além disto, o mercado de trabalho está bastante aquecido, tendo o desemprego atingido seu menor nível desde 2012, o que começa a ter reflexos na **inflação**. Isto, por sua vez, está provocando um novo ciclo de aumento da taxa de juros, a partir de níveis já elevados.

Estes fatos, além da fragilidade fiscal, indicam que esse é o momento de sermos mais comedidos com os aumentos do salário mínimo. Além disto, as mudanças nas regras do Fundeb, abono salarial, BPC, supersalários e na aposentadoria dos militares também estão na direção correta. É muito importante combater as fraudes nestes programas também. Já com relação às mudanças anunciadas no imposto de renda, a ampliação da isenção fiscal para quem ganha

até R\$ 5 mil não é uma boa medida. Quem ganha entre R\$ 2.824 (isenção atual, levando em conta o desconto simplificado) e R\$ 5 mil por mês não é pobre no Brasil.

Podemos dividir a população brasileira com algum tipo de renda em três grupos. O primeiro grupo seria composto pelos que ganham até R\$ 2.824, que já são isentos pela regra atual. O segundo grupo são os que ficarão isentos com a nova regra, pois ganham entre R\$ 2.824 e R\$ 5 mil. Em seguida,

temos os mais ricos, que somente terão isenção de imposto sobre a parcela da sua renda até R\$ 5 mil. Para estes dois últimos grupos, vamos incluir nos cálculos somente os que contribuem para a previdência, pois são provavelmente os que também declaram IR.

A renda familiar per capita média no Brasil, segundo dados da Pnad-Contínua do IBGE de 2023, era de R\$ 1.892, ou seja, uma família de quatro pessoas tinha uma renda de R\$ 7.568. Os 103 milhões de brasileiros com renda que são isentos de pagar imposto de renda pela regra atual tinham uma renda média de R\$ 1.333. Já os 12 milhões de brasileiros que se tomarão isentos com a nova política tinham em 2023 uma renda per capita de R\$ 2.766, equivalente a R\$ 11 mil para família de quatro pessoas, bem acima da média nacional. Somente 26% das pessoas com rendimento tinham uma renda per capita maior do que a deles no Brasil.

Estes cidadãos somente podem ser considerados de classe média pelos critérios usados informalmente na sociedade brasileira e na mídia, mas se comparados com os demais brasileiros podem ser considerados privilegiados. Usando uma linha de pobreza de meio salário mínimo, não há nenhum brasileiro pobre nesta faixa de renda. Ou seja, não faz sentido esta renúncia fiscal num momento de dificuldade com as finanças públicas e de mercado de trabalho aquecido. Já os mais ricos (segundo este critério) têm renda per capita média de R\$ 7.752.

Além disto, os dados da **Receita Federal** mostram que os brasileiros que serão beneficiados se a ampliação da isenção for aprovada pagam atualmente uma alíquota efetiva em torno de 3% da sua renda total, ou seja, receberiam um aumento de renda nesta magnitude se tivessem isenção de pagamento. Isto ocorre porque muitos deles já usam as despesas de saúde, educação, doações e planos de aposentadoria

para abater o imposto devido. Ou seja, seu aumento efetivo de renda nem seria tão grande.

Mas, como os 10 milhões de brasileiros mais ricos também serão beneficiados com a medida, porque passarão a ter isenção fiscal na parcela da sua renda abaixo de R\$ 5 mil, o valor total da renúncia fiscal será elevado, chegando a R\$ 40 bilhões, segundo cálculos divulgados na imprensa. Ou seja, se esta medida for aprovada, estaremos abrindo mão de recursos públicos que poderiam ser usados na saúde para fazer transferência de renda para os mais ricos da nossa sociedade.

Para contrabalançar esta medida, o governo também anunciou uma proposta para aumentar o imposto dos mais ricos, que faz todo o sentido. A ideia seria aumentar os **impostos** dos cerca de 100 mil brasileiros mais ricos com renda total declarada acima de R\$ 600 mil anuais, para que eles tenham uma alíquota efetiva mínima de 10%. Ou seja, quem já paga uma alíquota nesta faixa, por ter grande parte de sua renda oriunda do salário, por exemplo, não seria afetado. Mas, quem recebe a maior parte da sua renda por meio de lucros e dividendos, teria que pagar imposto até que sua alíquota final alcance 10% da sua renda total.

Esta medida é importante do ponto de vista de justiça tributária, pois estudos recentes mostram que os brasileiros muito ricos têm uma alíquota efetiva pequena, em torno de 13% da renda total, mesmo depois de levarmos em conta os **impostos** pagos por suas empresas. Esta alíquota é muito baixa para padrões internacionais.

Em suma, as medidas econômicas anunciadas esta semana na direção de cortar gastos públicos fazem sentido, pois as projeções indicam que a situação fiscal poderá sair do controle nos próximos anos. Mas talvez sejam insuficientes para resolver este problema. Além disso, a ampliação da isenção de **impostos** não faz sentido econômico nem em termos de justiça tributária. O aumento de **impostos** para os mais ricos faz todo o sentido, mas não deveria ter sido acompanhado da isenção para a "classe média".

Alta de **impostos** para os mais ricos faz sentido, mas não deveria ser acompanhada da isenção para a "classe média"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Classificação fiscal de mercadorias e a reforma - OPINIÃO JURÍDICA

Leonardo de Almeida

Leonardo de Almeida é sócio da Área de **Tributos Indiretos** da Athros Auditoria e Consultoria + SFAI

A classificação fiscal, identificada pelo código NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul), é um dos pilares para a organização das operações empresariais e para a gestão tributária no Brasil e em países do Mercosul. Criado para padronizar a identificação de mercadorias no comércio internacional, a nomenclatura é usada para definir os **impostos** que incidem sobre as operações de compra, venda e movimentação de mercadorias, facilitando o controle e a regulamentação do comércio exterior.

Embora a **reforma tributária** (PLP nº 68/2024) traga mudanças significativas no sistema tributário brasileiro, o código NCM continuará sendo uma referência essencial para a tributação de produtos. O projeto propõe a substituição de **tributos** como ICMS, PIS e Cofins por um imposto único sobre bens e serviços (IBS). Apesar dessa simplificação, o NCM ainda será utilizado para identificar as alíquotas aplicáveis a cada mercadoria, o que torna indispensável o domínio desse tema pelas empresas.

Cada produto ou grupo de produtos possui um código NCM específico, composto por oito dígitos. Esses números representam características detalhadas do produto, como composição, forma de apresentação e finalidade. Essa especificidade permite que a nomenclatura seja amplamente utilizada na definição de **tributos** como IPI, Imposto de Importação, ICMS, PIS e Cofins. O código também auxilia no enquadramento de mercadorias em regimes aduaneiros especiais, na emissão de licenças de importação e exportação, e no controle estatístico de fluxos comerciais.

A relevância da classificação fiscal vai muito além de ser uma exigência legal. Ela impacta diretamente a competitividade e a eficiência das empresas. Quando um produto é classificado corretamente, a empresa pode otimizar sua carga tributária, evitando custos desnecessários. Por outro lado, uma classificação incorreta pode resultar em sérios prejuízos financeiros e administrativos, como o pagamento de **impostos** mais altos do que o necessário, multas e outras penalidades aplicadas pela **Receita Federal**.

Um exemplo prático que ilustra essa situação ocorreu no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, envolvendo o "Desodorante Leite de Rosas". Nesse caso, a **Receita Federal** argumentou que o produto estava sendo tributado de forma errada, com uma alíquota de 7%, correspondente à classificação como desodorante. O Fisco defendeu que ele deveria ser enquadrado como loção embelezadora, o que elevaria a alíquota para 22%. Esse tipo de disputa não é incomum e reforça a importância de uma análise detalhada e criteriosa na definição do código NCM.

Além de evitar problemas fiscais, a classificação correta também permite que as empresas se planejem melhor. Por exemplo, em alguns casos, pequenas alterações na composição ou na apresentação de um produto podem fazer com que ele seja enquadrado em uma categoria com alíquota tributária reduzida. Isso é especialmente relevante em setores como o de alimentos, medicamentos e cosméticos, onde as variações de alíquotas podem ser significativas. Contudo, é fundamental que essas mudanças estejam de acordo com a legislação e sejam respaldadas por análises técnicas e normativas.

Para garantir a padronização internacional, a classificação fiscal segue as diretrizes do Sistema Harmonizado (SH), um conjunto de normas criado pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA). O SH organiza os produtos de acordo com o grau de elaboração, começando por categorias mais gerais, como animais vivos, e avançando para produtos altamente manufaturados, como equipamentos eletrônicos e obras de arte.

No Brasil, essas normas são complementadas pelas Normas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), que detalham critérios técnicos para a definição do NCM. Recentemente, a Instrução Normativa RFB nº 2.269/2023 atualizou e consolidou as diretrizes aplicáveis, reforçando a necessidade de que as empresas realizem análises técnicas aprofundadas para assegurar a correta classificação de seus produtos.

Com as mudanças previstas, o desafio para as empresas será ainda maior. A adaptação ao novo modelo tributário exigirá revisões nas classificações fiscais, auditorias internas e maior integração entre as

áreas tributária, logística e de engenharia. Para garantir a correta classificação fiscal, é fundamental que as empresas adotem uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas e especialistas.

A colaboração entre os setores tributário, jurídico, de engenharia e de tecnologia é essencial para realizar análises precisas e evitar problemas com o Fisco. A classificação fiscal é mais do que um requisito técnico; é uma peça-chave na estratégia tributária das empresas. Com a correta aplicação do NCM, as organizações podem evitar riscos fiscais, reduzir custos e aproveitar oportunidades de otimização tributária.

Mesmo com as mudanças trazidas pela **reforma tributária**, o papel do NCM continuará sendo essencial, exigindo atenção redobrada das empresas. O investimento em capacitação, tecnologia e análise detalhada será fundamental para navegar com sucesso nesse cenário em transformação. Garantir uma gestão eficiente da classificação fiscal é, ao mesmo tempo, uma obrigação legal e uma vantagem competitiva.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Receita e PF fazem 2 operações

Da Redação

Receita Federal (PF) e Polícia Federal (PF) deflagraram duas operações em 3 municípios de Mato Grosso contra comércio ilegal e descaminho de eletrônicos. Em Cuiabá e Várzea Grande foi desarticulado esquema de fornecimento e vendas clandestinas de eletrônicos importados do Paraguai e Estados Unidos. Durante a Operação Break Off, realizada por 20 auditores-fiscais e analistas tributários e 76 policiais federais foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão em 8 municípios em 5 estados nesta quinta-feira, 28. Além de Mato Grosso, foram realizadas buscas nas cidades de Sonora, Ponta Porã e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, em Goiânia (Goiás), São Paulo (São Paulo) e Barra do São Francisco (Espírito Santo).

A Justiça também determinou o sequestro de bens móveis e imóveis e o bloqueio de valores em contas bancárias dos envolvidos. Os mandados foram emitidos pela 5ª Vara Federal Criminal de Mato Grosso.

Repressão ao crimes de descaminho, evasão de divisas, lavagem de capitais e organização criminosa também foi realizada nesta quinta-feira, 28, por meio da Operação Hidden Circuit. Investigações revelaram a existência de organização criminosa atuando na importação clandestina, no transporte, depósito e na comercialização de produtos eletrônicos do Paraguai, com atividades nas cidades de Confresa, além de Goiânia e Anápolis, em Goiás, Palmas (Tocantins) e Manaus (Amazonas). (SB)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Apreendidos 1 milhão de reais em eletrônicos

Rodrigo Péret Nathália Cantarela

A Polícia Federal apreendeu ontem mais de 250 celulares, tablets, caixas de som e outros equipamentos eletrônicos avaliados em mais de R\$ 1 milhão, durante a Operação Black Route, realizada em uma ação conjunta com a Receita Estadual.

Ao todo, foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão em lojas de eletrônicos investigadas pelos crimes de descaminho e de sonegação fiscal.

O descaminho é um crime previsto no Código Penal e envolve a entrada de mercadorias no Brasil sem o devido pagamento de **impostos** e pode resultar em pena de 1 a 4 anos de prisão, além de multa, apreensão das mercadorias e sanções administrativas. Já o crime de sonegação fiscal, relacionado à omissão de **tributos** devidos, prevê penas de 6 meses a 2 anos de prisão e multa.

Os mandados expedidos pela Justiça Federal foram cumpridos em lojas de eletrônicos localizadas nos municípios de Colatina, Guarapari e Vila Velha.

Os produtos foram encaminhados à Receita Estadual para autuação e cálculo dos **tributos** devidos. Após a análise, o caso será remetido à Polícia e **Receita Federal** para a continuidade das investigações e aplicação das penalidades previstas.

Segundo levantamento do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), os eletrônicos são a terceira categoria de produtos falsificados mais comprada por brasileiros, atrás apenas de roupas e calçados, e à frente de alimentos e bebidas.

De acordo com o estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações estaduais das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) "Brasil Illegal em Números", lançado em abril deste ano, o País registrou, em 2022, prejuízo de R\$ 453,5 bilhões com o mercado ilegal.

Segundo o levantamento, 370 mil postos de trabalho deixaram de ser gerados por 15 setores da economia que foram prejudicados pelos produtos piratas.

"É notório que o mercado ilegal é um problema que afeta não apenas a indústria, mas toda a sociedade,

responsável por um ciclo gerador de perdas, danos e violência criminal", afirma o estudo.

SAIBA MAIS

Sem pagamento de **impostos**

Descaminho

O CRIME DE DESCAMINHO, que envolve a entrada de mercadorias no País sem o pagamento de **impostos**, prevê pena de 1 a 4 anos de prisão, além de multa e outras sanções administrativas, como a perda dos bens. Já a sonegação fiscal, caracterizada pela omissão de informações ou pagamento de **tributos**, pode levar a penas de 6 meses a 2 anos de prisão, acompanhadas de multa.

A POLÍCIA FEDERAL destacou que as investigações continuam, com o objetivo de identificar os responsáveis pela distribuição de produtos clandestinos, reforçando o combate à comercialização irregular no Estado.

Dados

SEGUNDO O ESTUDO produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações estaduais das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) "Brasil Illegal em Números", lançado em abril deste ano, o País registrou, em 2022, prejuízo de R\$ 453,5 bilhões com o mercado ilegal.

SEGUNDO LEVANTAMENTO do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), eletrônicos são a 3ª categoria de produtos falsificados mais comprada por brasileiros, atrás de roupas e calçados, e à frente de alimentos e bebidas.

APREENSÃO de produtos em loja

Procon divulga dicas para não cair em golpes na Black Friday

O Procon Campinas divulgou uma cartilha de orientação aos consumidores que querem aproveitar os descontos oferecidos em lojas virtuais e físicas na Black Friday, que acontece oficialmente hoje, sexta-feira, dia 29. A data é conhecida por ser uma oportunidade para os consumidores acessarem produtos com descontos e melhores condições de pagamento. Por isso, a cartilha ajuda a população a evitar cair em fraudes e preços enganosos. Considerando todo o período da Black Friday, já que algumas lojas iniciaram antes da data oficial as suas promoções, a expectativa da Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic) é que o comércio campineiro movimente R\$ 616,9 milhões, 5,6% a mais do que em 2023.

Para as compras realizadas pela internet é importante conferir informações da loja, como endereço físico completo (se existir), endereço eletrônico do site, e-mail, CNPJ e telefone para contato.

O órgão ressalta que é importante capturar a imagem das telas com o produto em oferta e ficar atento aos links indiretos com promoções, especialmente se enviados por e-mail ou redes sociais. De acordo com a diretora do Procon Campinas, Yara Pupo, o ideal é digitar o endereço do estabelecimento diretamente no navegador. Para evitar comprar de fornecedores que estejam irregulares, "é interessante que o consumidor pesquise a situação cadastral da empresa na Junta Comercial e na **Receita Federal**", aconselha.

O consumidor também deve verificar se o site usa sistema de pagamento protegido.

Mesmo que o site seja seguro, as senhas devem ser fortes, com a utilização de números, letras e símbolos. A população não deve optar por dados que remetam ao aniversário, telefones, sobrenome ou demais informações que possam ser acessadas via documentos pessoais.

É recomendável, também, não repetir a mesma senha em outros sites.

A diretora reforça que o ideal é refletir a respeito da real necessidade da aquisição do produto. "É bom listar antes o que quer comprar e conferir os preços usuais para ver se a oferta realmente compensa ou se a compra pode ser feita em outro momento, e,

principalmente, se o orçamento familiar pode suportar esse gasto." Em relação às compras efetuadas em lojas físicas, é preciso conferir quais são exatamente os produtos que fazem parte da promoção, que deve ser destacada pela loja. Nos casos de entrega, é importante verificar os horários para o recebimento dos produtos em domicílio. Se houver necessidade de montagem, o estabelecimento deve informar se há o valor de cobrança.

No momento da compra é necessário checar as características do produto, como validade, indicação de uso, composição, quantidade, preço, frete, data de entrega e checar a política de troca oferecida pela loja. Antes de realizar o pagamento, o consumidor deve checar quem é o destinatário do valor, especialmente em casos que envolvem transferência via PIX.

Com relação às políticas de troca, no Código de Defesa do Consumidor CDC consta que o estabelecimento comercial físico não é obrigado a trocar produtos ou presentes.

Entretanto, a loja pode ofertar a troca do produto por liberalidade, ou seja, por opção da loja, independentemente de avaria, devendo cumprir a oferta e informar ao consumidor, por meio de cartaz, as condições de troca.

A nota fiscal é uma garantia em caso de problemas.

Ela deve ser emitida pelo lojista, e a etiqueta do produto deve ser mantida, especialmente de vestuários. Para as compras on-line, o CDC garante o direito de arrependimento do consumidor, que pode desistir da compra em até sete dias, sem qualquer justificativa, a partir da entrega do produto ou assinatura do contrato.

De acordo com o CDC, a Garantia Legal para produtos duráveis, aqueles que não desaparecem com o uso, é de 90 dias. Em relação aos produtos não duráveis, como alimentos, perfumes, sabonetes e afins, o prazo é de 30 dias. Para a Garantia Contratual, aquela oferecida pelo fabricante ou lojista sem custo algum ao consumidor, é importante verificar se o Termo de Garantia menciona ou não o prazo.

Todos os estabelecimentos comerciais devem manter um exemplar do Código de Defesa do Consumidor em

local visível e de fácil acesso para possíveis consultas.
O Procon Campinas pode ser contatado via o telefone
151 ou no endereço eletrônico procon.

campinas.sp.gov.br/.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=938>

Influenciadores são alvos de operação da PF contra importações

Influenciadores digitais são alvos de uma operação da Polícia Federal e da **Receita Federal** nesta quinta-feira (28) para combater os crimes de descaminho, organização criminosa, evasão de divisas, incitação ao crime e lavagem de capitais, nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Amazonas.

Os suspeitos, de acordo com a PF, atuavam como coaches e se autointitulavam especialistas na importação de eletrônicos, dando cursos e ensinando a seus seguidores como fazer importação clandestina de produtos sem o recolhimento de **impostos**. Eles também ensinavam como se ocultar das autoridades estatais.

Os alvos da operação ostentavam uma vida de luxo na internet, fazendo postagens de viagens e de carros importados provenientes dos lucros das atividades ilícitas.

Eles vão responder pelos crimes de descaminho, organização criminosa, evasão de divisas, incitação ao crime e lavagem de capitais.

A ação é um desdobramento da Operação Mobile, deflagrada em abril e iniciada a partir da prisão em flagrante de vários transportadores de mercadorias, especialmente eletrônicos, sem os pagamentos dos devidos **tributos**.

Aproximadamente 300 policiais federais e 133 servidores da **Receita Federal**, entre auditores fiscais e analistas tributários, cumpriram 76 mandados judiciais de busca e apreensão e de sequestro de veículos.

As investigações apontaram que a organização criminosa atuava na importação clandestina, transporte, depósito e na comercialização nas cidades de Goiânia, Anápolis (GO), Palmas (TO), Manaus (AM) e Confresa (MT) de produtos eletrônicos oriundos do Paraguai.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6393>

INSS libera R\$ 150 antecipadamente a beneficiários

I RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

O Ministério da **Previdência Social** e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) assinaram ontem instrução normativa para permitir que beneficiários possam utilizar antecipadamente até R\$ 150 como crédito. A medida entra em vigor hoje.

Na prática, as pessoas poderão antecipar R\$ 150 do benefício e, no vencimento regular, esse valor será descontado diretamente na folha - sem juros, taxa ou correção. A expectativa é de que o crédito (que não poderá ser sacado) possa ser utilizado para cobrir custos como farmácia. Será proibida a utilização do valor em apostas.

Aposentados, pensionistas e beneficiários poderão pedir a antecipação pelo cartão Meu **INSS** Vale+, que tem parceria com instituições financeiras por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o **INSS**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Analistas veem medidas insuficientes para equilibrar contas públicas

JOÃO SORIMANETO ECAROLINANALIN
economia@oglobo.com.br

Economistas consideraram o pacote tímido diante do desafio fiscal do país. Marcos Mendes, do Insper, avalia que não será suficiente para estabilizar a dívida pública nem para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal a partir de 2027. Para Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, as medidas estão "muito longe do necessário para equilibrar a situação fiscal".

Salário mínimo

A nova regra de correção do salário mínimo é a mais relevante em termos de redução de gastos, diz Manoel Pires, do FGV IBRE. Tem impacto direto nas contas da Previdência - quase 70% dos beneficiários do **INSS** recebem pelo piso salarial. Ele avalia, porém, que seria mais adequado limitar o aumento do mínimo ao **PIB** potencial. Os salários ficariam vinculados ao conceito de produtividade.

Marcos Mendes, do Insper, defende a correção apenas pela **inflação** do salário mínimo como algo necessário para frear o crescimento do gasto real do governo. E diz que a nova regra garantirá apenas uma pequena economia em 2025 e 2026. E alerta que corrigir o salário mínimo pela regra do arcabouço não limita o crescimento da despesa da Previdência ao mesmo máximo, pois há um aumento do número de beneficiários.

-O número de aposentadorias por idade, por exemplo, está crescendo a um ritmo de 4,8% ao ano.

Abono salarial

Manoel Pires vê efeito fiscal quase nulo nos anos iniciais com a nova regra para o pagamento de PIS/Pasep, mesma crítica apontada por Marcos Mendes, e destaca que a nova regra não altera conceitualmente o programa. Tafner afirma que a "medida é pobre do ponto de vista da qualidade": - Só pensa em economizar. Não houve um redesenho do programa. O abono tem que ter a condicionalidade da renda familiar.

Benefícios sociais

Marcos Mendes avalia que o mais correto, no caso do Bolsa Família, seria acabar com o benefício familiar mínimo de R\$ 600. Isso extinguiria um incentivo para que sejam constituídas famílias unipessoais-alvo da medida anunciada pelo governo de revisão cadastral. Mas destaca que o governo não quis desmontar a regra do mínimo de R\$ 600, criada sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. As mudanças no BPC, diz Mendes, devem diminuir o ritmo insustentável de crescimento dos beneficiários, hoje em 16% ao ano. Contudo, diz, haverá o desafio da implementação das medidas e das disputas judiciais. Um caminho necessário, que foi evitado, diz ele, seria a elevação da idade mínima para receber o benefício.

Imposto de Renda

Mendes, do Insper, acredita que há grande risco de o Congresso aceitar a isenção do Imposto de Renda para os contribuintes que ganham até R\$ 5 mil e não aprovar as medidas compensatórias - no caso, a maior tributação para as rendas elevadas.

Saúde e educação

Como as medidas foram tímidas, especialistas temem que o governo tenha que aumentar sua arrecadação, para lidar com a alta das despesas. Isso cria um outro problema, destaca Mendes, do Insper, já que elevaria, ao longo do tempo, o gasto mínimo em saúde e educação, cuja vinculação à receita não foi alterada.

- As medidas não visam reduzir despesas, mas sim mudar a sua composição, abrindo algum espaço para aumentar despesas discricionárias -diz Mendes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mercado vive ano "excepcional"

Roseli Loturco Para o Valor, de São Paulo

O ano surpreendeu o mercado de **previdência complementar** aberta. Apesar da leve desaceleração sentida nos últimos meses do ano por grandes empresas, como Brasil Preve Braclesco, 2024 ficará marcado como o ano que a indústria classifica de excepcional, com crescimento do ritmo de captação líquida acima de 64% de janeiro a setembro, totalizando R\$ 47,7 bilhões, o que fez o total da carteira de investimentos superar a marca de R\$ 1,53 trilhão. O resultado, que já vinha acelerando desde 2023, fez com que os anos mais fracos vividos durante a pandemia ficassem para trás.

"A excepcionalidade do ano se mantém não só na captação líquida. A captação bruta também está consistente e os resgates desaceleraram à níveis pré-pandêmicos. Agora estamos em cenário de desemprego em níveis mais baixos das últimas décadas", aponta Edson Franco, presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi). A maior renda das famílias - que neste ano subiu 7% - traz mais confiança para as pessoas investirem, o que tem levado o produto também para as classes C e D. "De 2021 para cá tivemos aumento de 800 mil novos entrantes, para 11,2 milhões [participantes]. E o tamanho da oportunidade ainda é grande", observa Franco.

A tecnologia tem ajudado a chegar a mais investidores de forma mais assertiva. A Brasilprev, que tem a maior carteira do mercado, com R\$ 428 bilhões, destaca que o uso de inteligência analítica e modelos preditivos ajudou a gerar R\$ 12 bilhões em negócios nos dez primeiros meses do ano. "Ajuda ainda na assessoria ao cliente. De janeiro a outubro, em torno de 700 mil clientes foram assessorados, de uma base de 2,7 milhões. Falo constantemente com 40% da base", diz Ângela Assis, presidente da Brasilprev, que no ano até setembro havia feito R\$ 7,6 bilhões de captação líquida.

Apesar do resultado ter sido bem acima da média, a executiva notou uma desaceleração nesta reta final do ano. "Nossa percepção é que o mercado perdeu força nos últimos três meses, ainda mais se a volatilidade nos investimentos. Mas ainda assim o ano como um todo tem sido excelente", diz Assis.

Com a segunda maior reserva em previdência do mercado - R\$ 351 bilhões, dos quais R\$ 15 bilhões em planos fechados -, o Bradesco-apontado como melhor

gestora geral no "Guia de Previdência Valor/FGV"- também sentiu desaceleração na reta final do ano. Apesar da captação líquida ter batido em R\$ 8,5 bilhões até novembro, os últimos dois meses, que costumam representar de 25% a 30% do total, devem ficar na banda mais baixa. "O cenário está mais desafiador em função da alta da **inflação** e da taxa de juros. Até setembro vínhamos de vento em popa, e outubro e novembro estamos vemos certa acomodação" diz Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência.

O executivo vê alguns sinais amarelos em relação 2025, que podem trazer resultado um pouco inferior para a previdência. "O que mais preocupa é alta repentina da **inflação**, que corrói a renda e tem consequência no aumento dos juros, o que mexe com as despesas financeiras das famílias e no bolso das pessoas que estão mais endividadas", observa Scripilliti. Ele pondera, no entanto, que a economia está crescendo e que deve avançar também em 2025, mas a um ritmo menor (2,5%, contra 3% em 2024). A massa salarial deve aumentar 5%, segundo o banco.

Outro ponto a ser ponderado é em relação às mudanças do novo marco regulatório que deve tornar os produtos de previdência mais acessíveis - incluindo automaticamente funcionários nos planos empresariais, por exemplo, entre outras alterações.

Já a lei das Garantias de Operações de Crédito permite a utilização do direito de resgate da previdência em situações de empréstimo, medida que deve favorecer a tomada de crédito mais barato sem afetar a reserva aplicada. "O cliente pode optar por uma linha de crédito mais vantajosa e a existência da garantia pode ajudar na redução dos spreads", afirma Marcelo Malanga, CEO da Zurich Santander, cuja captação líquida foi de R\$ 4,65 bilhões até setembro, quase o dobro do resultado do mesmo período do ano passado. "Outra oportunidade do marco regulatório é a oferta de rendas programadas e modernização da estrutura de multifundos", diz Malanga.

Mesmo que o ritmo de captação caia, a forte competição do mercado impele as instituições a investir mais fortemente na assessoria financeira para se diferenciarem e manterem o cliente dentro de casa, pois o jogo do "rouba-monte" continua frenético. Segundo o ranking de portabilidade da Superintendência de Seguros Privados (Susep) houve mais de R\$ 66 bilhões entre entradas e saídas até setembro. Quem tem levado a melhor até agora são

XP, Itaú, BTG e SulAmérica, com saldos positivos individuais que variam de R\$ 1 bilhão (SulAmérica) a R\$ 4 bilhões (BTG).

"Nossa captação líquida acumulada até setembro está em R\$ 5,6 bilhões e esperamos fechar o ano com R\$ 7,5 bilhões. Será o melhor ano de operação do BTG, superando em 19% o ano de 2022, que tinha sido nosso recorde até então", diz Marcelo Flora, sócio e responsável pelas plataformas digitais do BTG Pactuai, que acaba de chegar a R\$ 30 bilhões com menos de quatro anos de vida. "Somos a seguradora que tem a menor saída entre as dez maiores do mercado, o que reflete muito do trabalho que seguimos fazendo", continua Flora.

Na segunda e terceira posições da portabilidade vêm XP e Itaú, com saldos positivos em torno de R\$ 3 bilhões. A XP conta que um de seus diferenciais é ter mais de 200 fundos de previdência em seu marketplace, com R\$ 80 bilhões sob gestão, sendo R\$ 65 bilhões de sua seguradora. "A penetração de previdência é de 9% entre os clientes [cerca de 350 mil], com potencial para alcançar de 20% a 25% nos próximos anos, patamar dos grandes bancos", diz Roberto Teixeira, sócio e head da XP Seguros e Previdência.

Em contrapartida, para ele, com os níveis atuais de juros e a maior dificuldade de cenário futuro, as instituições têm que se sobressair. "Daqui para frente, as instituições que vão se sobressair vão ser as que se diferenciarem na qualidade de serviço, produtos inovadores e plataforma tecnológica".

No caso da SulAmérica, que teve captação líquida em torno de R\$ 1,2 bilhão e viu sua reserva pular de R\$ 9,8 bilhões para R\$ 12 bilhões até outubro, 2024 sido um de seus melhores anos. "Quando a gente olha a quantidade de CPFs a gente também vê um crescimento de 10% comparado ao ano passado. Esse tem sido um ano muito forte, não só no canal corretor de seguros, como também em todas as plataformas. Estamos disponíveis em mais de 30 plataformas", conta Marcelo Mello, CEO da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos.

O Itaú, que está com a maior captação líquida do ano - R\$ 11,2 bilhões até outubro - e administra a terceira maior carteira desse mercado, com R\$ 288 bilhões, aposta que dá para fechar o ano com cerca de R\$ 20 bilhões líquidos. O banco não vê diminuição de ritmo de crescimento nos dois últimos meses de 2024. "O final do ano é a safra boa e costuma representar de duas a três vezes o que fazemos no ano inteiro", firma Rogério Calabria, superintendente de produtos de investimento e previdência do Itaú Uni-banco. "Com o benefício fiscal do PGBL, é comum que os clientes

proveitem com fluxo adicional de aportes", diz.

Para medir o desempenho e servir de referência aos investidores, o "Guia de Previdência Valor/FGV" de 2024 avaliou a performance de mil fundos de previdência nas categorias renda fixa, multimercados e ações e ranqueou as melhores gestoras em cada modalidade. Para consultar o estudo, acesse <https://valor.globo.com/guia-de-previdencia>.

"Esse tem sido um ano muito forte também em todas as plataformas" Marcelo Mello

O que mais preocupa é alta da **inflação**, que corrói a renda" Estevão Scipilliti

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Educação financeira como parte do negócio

Denis Kuck De São Paulo

O topo da pirâmide etária do Brasil está se alargando: segundo o censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção da população com mais de 65 anos é de 10,9% (22.169.101), alta de 57,4% ante 2010, quando o índice era de 7,4% (14.081.477). O envelhecimento do país aumenta o percentual de beneficiários da previdência pública e diminui o de contribuintes - criando um cenário em que investimentos de longo prazo são fundamentais. Diante do desafio, seguradoras privadas apostam, para crescer, em educação financeira, tecnologia, facilidades, tíquetes de entrada acessíveis e comunicação.

O mercado está em expansão: de acordo com dados da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), os planos de previdência privada aberta arrecadaram, entre janeiro e setembro de 2014, R\$ 146,9 bilhões, crescimento anual de 17,6%. Mas os números ainda são pequenos em relação ao público potencial: apenas 7% da população com 18 anos ou mais (11,2 milhões) possui planos desse tipo.

A esperança de vida subiu de 71,1 anos, em 2000, para 76,4 anos, em 2023. Em 2070, deve chegar a 83,9 anos. De 2000 a 2023, a proporção de idosos (60 anos ou mais) na população passou de 8,7% para 15,6%. Em 2070, cerca dos 37,8% dos habitantes estarão nessa faixa.

Segundo especialistas, a alta da proporção de idosos, aumento da longevidade e queda da fecundidade contribuem para agravar o déficit da previdência pública, fazendo com que a busca por alternativas seja importante.

"A população precisa se preparar melhor para o futuro. Da forma como o sistema está montado, com empregados e empregadores contribuindo para pagar benefícios dos aposentados, o resultado é deficitário. O Tesouro Nacional acaba equilibrando a conta. Estudo do Insper indica que mais da metade dos gastos da União são usados para pagar pensões do **INSS** [Instituto Nacional de **Seguridade Social**]", diz o consultor atuarial Rafael Porto.

Demonstrar como esses dados impactam o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), e tornam a previdência privada importante para complementar a renda, é essencial para bancos, seguradoras e corretoras atraírem clientes.

Mas somente explicar, com dados, por que é importante começar a aplicar em um plano de **previdência complementar**, assim como suas vantagens e benefícios tributários, não é suficiente, diz Porto. Segundo ele, as pessoas não são mais convencidas apenas com números.

"Se fosse racional, seria fácil. Os cidadãos precisam ser, além de educados financeiramente, abordados por uma ótica que valorize a experiência, que deve ser ágil e atraente. É necessário enxergar o comportamento das novas gerações e saber como acessá-los", diz o consultor.

Pesquisa apresentada Levantamento feito pelo banco BNY Mellon aponta que 50% dos brasileiros da geração Y (nascidos entre 1982 e 1994) acredita não haver produtos previdenciários voltados para seu perfil. Além disso, 84% não conhecem as vantagens tributárias do regime privado. Um dado chama a atenção: 65% esperam receber na aposentadoria as mesmas fontes de renda dos pais.

"Isso mostra desconhecimento. Por isso é preciso educar e gerar vivências positivas, para que os mais jovens tenham confiança para um relacionamento longo", acrescenta o consultor.

Criar essa experiência positiva é uma das estratégias da Zurich Santander. A instituição diz investir constantemente em tecnologia, plataformas digitais simples, semelhantes a contas bancárias, e ampliação de seu portfólio. De 2021 até hoje, houve um aumento de 50% de clientes "É essencial ressignificar a previdência para a sociedade, tornando a gestão do investimento acessível e aproximando a previdência do dia a dia das pessoas. Investimos em parcerias com fintechs e prevtechs que se destacam por soluções inovadoras e simples, na palma da mão, por meio de plataformas on-line, com interatividade e inúmeras funcionalidades" diz Rafael Guilhon, superintendente de negócios em previdência da Zurich Seguros.

Fomentar a educação financeira é essencial. A Zurich criou uma campanha na qual influenciadores falam da importância da **previdência complementar**. O Itaú, por exemplo, desenvolveu a plataforma de investimentos **Íon**, com ferramentas de assessoria digital, agregador de carteiras, compra e venda de produtos de investimentos e notícias.

"É fundamental promover o hábito de investir. Isso passa por educação financeira e fomentar a importância do planejamento a longo prazo. Investimos na criação de uma plataforma de conteúdo, capacitação de especialistas e na evolução do íon, tanto no atendimento humano quanto no digital", diz Rogério Calabria, superintendente de produtos de investimento e previdência do Itaú Unibanco.

A democratização do acesso aos planos é outro ponto ressaltado. O Itaú tem mais de 180 produtos disponíveis para contratação a partir de R\$ 1. O saldo de previdência da instituição cresceu 10% nos nove primeiros meses de 2024, atingindo R\$ 288 bilhões.

"Mais importante do que guardar muito é começar a guardar cedo, e de maneira recorrente. Tornar a experiência com investimento mais fluída e intuitiva é fundamental para criar esse hábito", diz Calabria.

Pesquisa realizada pelo Data-folha para a FenaPrevi, divulgada esta semana, mostra que oito em cada dez brasileiros pensam em planejar as finanças para o futuro. As ações mais recorrentes pensadas para atingir esse objetivo são poupar ou guardar dinheiro (30%), trabalhar (30%) ou fazer investimentos (22%), sendo a poupança a principal forma de construção dessas reservas.

Reduzir despesas para sobrar dinheiro (45%) e gerar renda suficiente para guardar (42%) são apontados como os principais obstáculos para esse objetivo.

"É fundamental promover o hábito de investir" Rogério Calabria

37,8% da população terá mais de 60 em 2070

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Mercado aquece e competição também

Suzana Liskauskas Para o Valor, do Rio

As mudanças na tributação de fundos exclusivos, no fim de 2023, chamaram atenção dos investidores para a eficiência tributária dos fundos de previdência, que apresentam também vantagens em planejamento sucessório. Nos planos de previdência, PGBL e VGBL, não há, ainda, incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), conhecido como o "imposto da herança". Havia uma proposta para taxar os planos de **previdência complementar** (aberta e fechada) no âmbito da **reforma tributária**, mas, no fim de outubro, a Câmara dos Deputados retirou do texto do projeto de lei a proposta de taxaço.

Com mais estratégias espelhadas a fundos não previdenciários, a indústria de fundos de previdência tem se beneficiado da mesma eficiência de gestão dos fundos abertos, regulamentados pela resolução 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém, sem "come-cotas" (jargão para o recolhimento antecipado do imposto de renda sobre rendimentos).

Outro fator positivo para gestoras de fundos de previdência é a expansão da arquitetura aberta, com distribuição por plataformas gerais de investimentos. "Com o crescimento da arquitetura aberta, conseguimos acessar, em fundos de previdência, clientes que não investiam em nossos fundos no passado", diz Eduardo Arraes, gestor de crédito privado da BTG Asset.

Por outro lado, a capilaridade na distribuição acirra, cada vez mais, a concorrência. Para atrair os investidores, além de espelhar ao máximo as estratégias dos fundos abertos, as gestoras vêm investindo em equipes com maior capacidade de análise e cobertura global.

Mario Felisberto, executivo-chefe de investimentos (CIO) da Santander Asset, atribui os bons resultados alcançados pela gestora em estratégias relacionadas a previdência ao processo de integração das equipes. "Temos estimulado que as equipes trabalhem mais integradas. Isso nos dá mais acesso a informações, aumenta a troca de visões e contribui para decisões mais robustas e consistentes", diz.

O processo de integração dos times e as decisões por comitês de investimentos permitiram, segundo o CIO da Santander Asset, mais consistência no desempenho dos fundos e entre os produtos. "Em uma

determinada estratégia, podemos não ser o melhor gestor, mas sempre estaremos bem posicionados. É um processo que resulta em mais certos, e os erros têm menos impacto", ressalta.

De acordo com Felisberto, a gestora tem ampliado os times e não há equipes focadas exclusivamente em previdência. Esses profissionais trabalham dedicados a fundos mais sofisticados, em estratégias de ações, multimercados e crédito privado. A meta é continuar investindo em capital humano para ampliar o leque nos fundos e as opções para os clientes.

"Queremos melhorar o desempenho das nossas estratégias em termos de ativos e disponibilidade de produtos para momentos mais favoráveis", ressalta.

Com R\$ 96 bilhões sob gestão em fundos de previdência, sendo 90% em renda fixa, a Santander Asset manteve um posicionamento mais conservador nos últimos três anos. Para 2025, não haverá mudanças, segundo Felisberto.

"Esse posicionamento, adotado em função das incertezas do cenário macro, interno e externo, nos ajudou, em muitos momentos, a alcançar a performance positiva e consistente. Para 2025, vemos um cenário que nos leva a um posicionamento mais conservador ainda", diz Felisberto.

Com aproximadamente R\$ 50 bilhões sob gestão em fundos de previdência, divididos entre ações, renda fixa, multimercado e crédito, a Kinea também aposta na equipe com formação para acompanhar diversos mercados e estratégias. Historicamente, os produtos de previdência da Kinea sempre foram espelho dos fundos principais da casa (os fundos regulamentados pela resolução 175 da CVM).

"Não há fundo de previdência na Kinea que não seja espelho dos fundos abertos. Essa é uma das razões para nos posicionarmos entre as principais gestoras de fundos de previdência", diz Ruy Alves, gestor da Kinea.

Segundo Alves, os fundos de crédito expandiram mais nos últimos períodos, entre 2023 e 2024. "Não perdemos fundos multimercados e crescemos em crédito e renda fixa. Olhando para 2025, os multimercados podem ser bastante interessantes. Essa categoria sofreu um pouco mais nos últimos dois anos, embora nossos fundos tenham apresentado bom desempenho em relação ao mercado." Na análise

do gestor da Kinea, o aperto monetário global, sobretudo nos Estados Unidos, pressionou os multimercados. Ao mesmo tempo, Alves observa que os multimercados podem ser beneficiados com a alta da Selic.

"O multimercado faz caixa investindo no Tesouro (Selic) e usa esse capital como garantia para criar superações. Pode estar aplicado no Tesouro na Europa, no mercado pujante dos Estados Unidos e pegar a Selic mais alta no Brasil", detalha.

Arraes também ressalta o bom desempenho dos fundos de crédito, nos últimos dois anos. "Em 2023, que poderia ser um pouco mais difícil para o mercado de crédito por conta do evento de Americanas, a indústria rodou por volta do GDI, que foi alto. A taxa de retorno nominal foi mais alta que em outras classes", diz.

A mesma demanda para fundos de crédito regulados pela resolução 175 da CVM é observada em previdência. "Classe com baixa volatilidade, o GDI é pós- fixado, então basicamente não há volatilidade nenhuma no dia a dia da cota, e o retorno foi bom nos últimos três anos", acrescenta Arraes.

Com cerca de R\$ 165 bilhões sob gestão em fundos de previdência, a Caixa Asset atribui o bom desempenho dos fundos ao rigor técnico dos times de gestão, associado a processos de investimento criteriosos. Na gestora, também se observa a preferência por ativos de renda fixa, sobretudo, os focados em estratégias de crédito privado.

Apesar dessa tendência predominar no momento, a gestora busca diversificar os perfis de alocação. Em renda variável, a principal estratégia é embasada em "factor investing", metodologia respaldada por fatores macroeconômicos para selecionar ativos que formem uma carteira diversificada com retornos acima da média. Ao priorizar essa estratégia, a meta da Caixa Asset é minimizar a influência de vieses e decisões subjetivas.

Nas estratégias de multimercado, o objetivo é apresentar maior flexibilidade, agilidade e possibilidades de alocações. Para manter essa característica, os times de multimercado combinam as carteiras com posições montadas para os mais diversos horizontes de tempo, em função de oportunidades e assimetrias encontradas.

"Temos estimulado que as equipes trabalhem mais integradas" Mario Felisberto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Adesão automática favorece captação de planos coletivos

Vinicius Konchinski Para o Valor, em Curitiba

As novas regras que preveem a inclusão automática, na admissão, de trabalhadores em planos de previdência ofertados como benefício por empresas devem impulsionar a captação desse tipo de investimento no país, segundo o setor. De acordo com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), o Brasil tem cerca de 11,2 milhões de pessoas detentoras de planos de previdência privada. Dessas, 2,3 milhões têm planos coletivos, geralmente vinculados a entidades de classe ou abertos por empresas para adesão de seus funcionários. Os planos coletivos têm cerca de 10% dos R\$ 1,5 trilhão atualmente depositados em previdências privadas no país.

Nos Estados Unidos, a situação é praticamente inversa. Lá, a previdência privada tem cerca de US\$ 35 trilhões em ativos (mais de R\$ 200 trilhões). Com a inclusão automática funcionando há décadas, cerca de 75% dos ativos são de planos coletivos. "A inclusão automática resolve a questão da inércia que atrapalha pessoas a tomarem decisões difíceis", diz Sandro Bonfim, presidente da comissão de produtos por sobrevivência da FenaPrevi, entidade que apoiou as mudanças nas regras da previdência privada instituídas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) em fevereiro.

Segundo Bonfim, por conta da inércia, empregados simplesmente não aderiam à previdência oferecida pelo empregador. Acabavam abrindo mão de um investimento altamente atrativo. "Que investimento hoje lhe garante 100% de retorno por mês? Só a previdência privada em que o trabalhador aporta um determinado valor e a empresa, via de regra, aporta o mesmo", explica o representante da FenaPrevi.

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) confirmou ao Valor que a inclusão automática em planos instituídos - aqueles que empresas ofertam aos funcionários - visa justamente contornar a falta de iniciativa do trabalhador. Embora o órgão não tenha estimativas oficiais sobre o efeito da nova regra no mercado, a entidade estima crescimento. "A expectativa da Susep é a melhor possível. O objetivo [da nova regra] é aumentar a inclusão de participantes nos planos de previdência, utilizando a inércia do ser humano a favor, e não contra, tendo em vista a grande

vantagem de se possuir um plano de **previdência complementar**." A Brasilprev, empresa do Banco do Brasil líder em gestão de ativos no Brasil, reforçou o otimismo do setor com relação às novas regras. A companhia informou que, em setembro, houve crescimento de 5,2% na captação de clientes do segmento empresarial. A Brasilprev tem hoje mais de 70 mil pessoas jurídicas oferecendo planos da empresa a funcionários. "As expectativas são boas. O momento da economia favorece a indústria", diz Cássia Yamada, superintendente comercial da Brasilprev.

Rafael Barroso, superintendente sênior da Bradesco Vida e Previdência, também espera que as novas regras potencializem os planos empresariais. De janeiro a setembro, a empresa aumentou em 16% sua arrecadação geral e teve captação líquida positiva de R\$ 8 bilhões, uma alta de 82% frente ao mesmo período de 2023. Há pouco mais de um ano, a companhia resolveu reforçar sua operação em planos de previdência fechados, tipo fundos de pensão. O projeto é dobrar, em dez anos, essa carteira. Hoje, ela tem R\$ 15 bilhões em ativos, de 250 grupos econômicos, com 300 mil participantes.

Bonfim, da FenaPrevi, afirma que, no geral, o setor de previdência privada vai bem no país. De janeiro a setembro, a captação líquida chegou a R\$ 47 bilhões, contra R\$ 30 bilhões nos mesmos meses do ano passado. As reservas cresceram 14%. Ele acrescenta que, no caso dos planos empresariais, mudanças na tributação poderiam tornar o crescimento maior.

Atualmente, só empresas que pagam Imposto de Renda calculado sobre o lucro real conseguem computar as contribuições que fazem para funcionários como despesa, o que incentiva os aportes. Para o segmento, esse incentivo deveria ser estendido para as empresas que faturam menos de R\$ 78 milhões por ano e que, portanto, geralmente recolhem seu Imposto de Renda sobre o lucro presumido.

De acordo com pesquisa sobre benefícios, realizada com 929 empresas brasileiras de diferentes perfis pela consultoria de seguros Aon, 50,5% delas ofereciam plano de previdência para seus funcionários em 2023. Em 2019, eram 51%, mas esse percentual caiu para 46,8% em 2021 e, posteriormente, voltou a crescer. "O

crescimento recente reflete a valorização da previdência privada como um benefício estratégico para atrair e reter talentos, além de contribuir para a segurança financeira dos colaboradores", diz Harenton Ribeiro, vice-presidente da Aon e responsável por wealth Solutions para a companhia no Brasil.

11,2 mi possuem previdência privada no Brasil

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Marco traz mais liberdade na previdência

Daniela Rocha Para o Valor, de São Paulo

O novo marco regulatório dos fundos de **previdência complementar** toma essas soluções de investimento mais atrativas e ajustáveis às realidades dos investidores. As mudanças constam em duas resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), publicadas em fevereiro deste ano, relativas ao Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e ao Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). As medidas foram regulamentadas pela Susep em duas circulares, a 698/2024 e a 699/2024, divulgadas em abril.

Os produtos de previdência têm duas etapas: a de acumulação, quando são realizados os aportes que, ao longo do tempo, formarão o montante, e a de benefício ou renda. As novas regras trazem mais flexibilidade na fase de usufruto. Anteriormente, a escolha da forma de receber o benefício era feita no momento da contratação do plano. Agora, essa decisão passa a ser tomada próxima à fruição. A inovação mais significativa é que o investidor ganha mais liberdade para compor seu ciclo de rendas.

"O regulador traz mais possibilidades para que as pessoas possam adequar essa solução financeira de longo prazo às suas reais necessidades e circunstâncias de vida", afirma Carlos Eduardo Gondim, diretor estatutário da Federação Nacional de Previdência Privada (Fenaprevi). Na visão dele, as novas regras devem impulsionar o setor de previdência privada, após período de adaptação das ofertas de produtos e de conscientização dos investidores.

Segundo especialistas, as novas regras evitam situações complexas como jovens em torno de 20 anos de idade terem que definir seus futuros, durante contratações de planos muito cedo. "As finanças comportamentais indicam que decisões difíceis tendem a ser postergadas devido à incerteza sobre as suas consequências. Portanto, a nova regra, que transfere essa escolha para a hora de usar o benefício, é um avanço e estimulará os investidores", avalia Amâncio Paladino, diretor da XP Vida e Previdência.

Quanto às possibilidades de ciclo de rendas, em um exemplo hipotético, uma pessoa que se aposenta de um emprego CLT pode optar pela conversão parcial de renda mensal do seu plano privado por um período, mantendo parte do saldo para imprevistos. Caso inicie um empreendimento, pode reduzir a renda mensal

temporariamente até recuperar a estabilidade financeira e retomar os aportes, planejando a fase em que realmente deixará de trabalhar, com outro tipo de renda, pensando até em reversão a beneficiários indicados em caso de sua morte. Em termos práticos, após a acumulação de recursos, os investidores podem optar pelo pagamento único do benefício, ou escolher entre alternativas de renda-podendo combiná-las.

No mercado, as principais são a renda mensal vitalícia, que é um benefício pago mensalmente por toda a vida do participante e pode ser ou não reversível a um beneficiário indicado, e a renda por prazo certo, que é paga mensalmente por um prazo definido e, com a morte do participante, o beneficiário indicado segue recebendo até o término desse prazo.

Já na renda mensal temporária, o benefício é pago mensalmente por um prazo determinado pelo participante, entretanto, se ele vier a morrer antes, o pagamento é cessado, ou seja, as parcelas restantes não vão a um beneficiário.

Ainda pelas novas regras, os participantes poderão contar, para o cálculo das rendas, com índices ou taxas de juros mais alinhadas aos praticados no mercado na ocasião dos desembolsos. "Passará a existir no país um mercado de rendas, ou seja, o investidor poderá fazer a cotação em várias seguradoras e transferir os recursos para aquela que oferecer a melhor condição", explica Paladino.

Carlos Eduardo Gondim, da FenaPrevi, acrescenta que as rendas também podem ser em cotas. "Por exemplo, eu posso ver quanto meu fundo está rendendo e ter minha renda em cotas, com variações ao longo do tempo", afirma.

Quanto aos planos de previdência coletivos - oferecidos por empresas -, haverá uma cláusula de adesão automática dos participantes. Até então, os novos colaboradores precisavam manifestar interesse em aderir. "A adesão automática é uma facilidade porque tem muita gente que, por falta de conhecimento, não faz e acaba perdendo o benefício. É um estímulo para que as pessoas possam experimentar", diz Gondim. No entanto, quem não quiser, pode optar pela saída.

Sandro Bonfim, superintendente de Produtos da Brasilprev, ressalta que o novo marco regulatório é positivo, foi amplamente debatido com representantes

do mercado e está dentro de um contexto ainda maior de modernização de previdência privada. Ele destaca a lei 14.803/24, sancionada em janeiro, que permite que os participantes dos planos PGDL e VGDL escolham o regime de tributação (tabela progressiva ou regressiva de alíquotas do Imposto de Renda) no primeiro resgate ou no momento de obtenção do benefício. Antes, essa decisão precisava ser tomada logo na adesão. "Essa é outra flexibilidade importantíssima para o planejamento financeiro", diz.

Outro pilar relevante, de acordo com Bonfim, é a lei 14.652/23, que permite o uso de **previdência complementar** como garantia em operações de crédito, o que beneficia muitas pessoas que precisam de recursos para alguma necessidade ou eventualidade no dia a dia, desde que com planejamento adequado. "Usar o investimento como garantia viabiliza acesso a crédito mais barato, com manutenção da reserva de longo prazo das pessoas. Essa lei teve apoio grande do Ministério da Fazenda por esse processo virtuoso de melhoria do crédito", afirma o superintendente da Brasilprev.

"Tem muita gente que, por falta de conhecimento, perde o benefício" Carlos E. Gondim

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Primeira parcela do décimo terceiro deve ser depositada até esta sexta

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil

Um dos principais benefícios trabalhistas do país, o décimo terceiro salário tem a primeira parcela depositada até esta sexta-feira (29). A partir de 1º de dezembro, o empregado com carteira assinada começará a receber a segunda parcela, que deve ser paga até 20 de dezembro.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário extra injetará R\$ 321,4 bilhões na economia neste ano. Em média, cada trabalhador deverá receber R\$ 3.096,78.

Essas datas valem apenas para os trabalhadores na ativa. Como nos últimos anos, o décimo terceiro dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi antecipado. A primeira parcela foi paga entre 24 de abril a 8 de maio. A segunda foi depositada de 24 de maio a 7 de junho.

Quem tem direito

Segundo a Lei 4.090/1962, que criou a gratificação natalina, têm direito ao décimo terceiro aposentados, pensionistas e quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 15 dias. Dessa forma, o mês em que o empregado tiver trabalhado 15 dias ou mais será contado como mês inteiro, com pagamento integral da gratificação correspondente àquele mês.

Trabalhadores em licença maternidade e afastados por doença ou por acidente também recebem o benefício. No caso de demissão sem justa causa, o décimo terceiro deve ser calculado proporcionalmente ao período trabalhado e pago junto com a rescisão. No entanto, o trabalhador perde o benefício se for dispensado com justa causa.

Cálculo proporcional

O décimo terceiro salário só será pago integralmente a quem trabalha há pelo menos um ano na mesma empresa. Quem trabalhou menos tempo receberá proporcionalmente. O cálculo é feito da seguinte forma: a cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do décimo terceiro considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

A regra que beneficia o trabalhador o prejudica no caso de excesso de faltas sem justificativa. O mês inteiro será descontado do décimo terceiro se o empregado deixar de trabalhar mais de 15 dias no mês e não justificar a ausência.

Tributação

O trabalhador deve estar atento quanto à tributação do décimo terceiro. Sobre o décimo terceiro incide tributação de Imposto de Renda, **INSS** e, no caso do patrão, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. No entanto, os **tributos** só são cobrados no pagamento da segunda parcela.

A primeira metade do salário é paga integralmente, sem descontos. A tributação do décimo terceiro é informada num campo especial na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-11/primeira-parcela-do-decimo-terceiro-deve-ser-depositada-ate-esta-sexta>

Isenção de IR até R\$ 5 mil é medida eleitoreira de Lula , afirma economista Samuel Pessôa

A decisão do governo de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil , em meio a uma crise fiscal, é uma medida eleitoreira , de olho na disputa presidencial de 2026, crítica o economista Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office.

Na sua leitura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mira o eleitorado de classe média, com renda de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, para fortalecer sua tentativa de reeleição.

A expectativa do Ministério da Fazenda é aprovar o aumento da isenção, hoje limitada a dois salários-mínimos (R\$ 2.824), no Congresso no próximo ano, para que ela entre em vigor em 2026.

O problema, diz Pessôa, é que a medida está sendo proposta num momento de desequilíbrio das contas públicas e tende a agravar esse quadro, provocando aumento de **inflação** no país.

Após o anúncio da proposta, o dólar disparou e chegou a valer mais de R\$ 6 nesta quinta-feira (28/11), o que deve encarecer produtos importados ou produzidos no Brasil, mas cotados internacionalmente, o que inclui alimentos.

A pior coisa, para os pobres , é bagunça macroeconômica , afirma Pessôa.

Uma crise fiscal contrata **inflação**, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa? , questiona em outra trecho da entrevista.

A proposta de aumentar a isenção veio junto com outras medidas de cortes de gastos e a previsão de criar um imposto mínimo de 10% sobre rendas mensais de mais de R\$ 50 mil. A projeção da Fazenda é economizar R\$ 70 bilhões em dois anos.

Para o economista, os cortes anunciados são positivos, mas insuficientes para evitar a explosão da

dívida pública, devido à tendência de crescimento de despesas obrigatórias, como aposentadorias, acima da expansão econômica do país.

A reação negativa do mercado financeiro veio justamente com a disparada do dólar, que gerou reação da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann . É impressionante a especulação contra o Brasil , escreveu na rede social X.

Para Pessôa, o dólar poderia estar a R\$ 4,50, não fosse o aumento da percepção de risco que está provocando saída de investidores.

É difícil a esquerda entender o problema porque a esquerda adora uma teoria conspiratória. [...] Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena , reforça.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - O governo surpreendeu ao anunciar o esperado pacote de corte de gastos com medidas tributárias. Como avalia esse anúncio conjunto?

Samuel Pessôa - Acho que ter misturado controle de gasto com reforma da tributação da renda, uma medida que tem claro caráter eleitoral, foi ruim. Essa medida de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil por mês é uma decisão do Lula pensando na disputa eleitoral de 2026.

Ele avalia que quem ganha abaixo de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil por mês vota nele e quem ganha acima de R\$ 5 mil vota na direita, e aí essa é a turma [renda entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil] que ele está disputando.

Então, é uma medida que tem um caráter eleitoral e é contra os problemas que nós temos porque a gente tem um problema fiscal [desequilíbrio entre receitas e despesas].

Inclusive, uma das medidas que está no pacote, é a previsão de que, se as metas de superávit primário

não forem atendidas, a partir de 2027 serão acionados gatilhos [para conter gastos]. E um deles é que não pode dar nenhuma desoneração adicional. Então, ele começa um pacote aumentando a desoneração, percebe a inconsistência?

Agora, as medidas em si de controle de gastos são bem-vindas. São insuficientes para o tamanho do problema, mas são todas bem-vindas.

BBC News Brasil - Os defensores da proposta de isentar a renda até R\$ 5 mil e tributar mais o que ganham acima de R\$ 50 mil dizem que é uma medida progressiva, positiva para a distribuição de renda. Discorda?

Samuel Pessôa - Eu acho que a medida é progressiva, ela reduz a desigualdade de renda. A gente sabe que o Brasil é um país muito desigual. Agora, qual é o foco? O foco é atacar o problema fiscal, porque o problema fiscal está gerando inflação e inflação é muito ruim para os mais pobres também. Então, o problema é resolver o fiscal ou reduzir a desigualdade do país hoje?

A questão de desigualdade é uma questão estrutural. O ministro tem dito que tem como objetivo fazer uma grande reformulação dos impostos de renda, com vistas a reduzir o grau de regressividade e talvez tornar os impostos de renda brasileiros mais progressivos. O ministro está absolutamente correto. Agora, isso demandaria uma revisão mais ampla de todos os impostos de renda. Não é isso que foi feito.

O que foi feito é uma medida que, no momento, no meu entender, é eleitoreira para que o presidente consiga que uma parte da população, cuja maioria não votaria com ele, passe a votar com ele em 2026 e um esparadrapo [a tributação dos mais ricos] para tirar [obter] uma fonte de receita.

Mas, tudo bem, vamos esperar a tramitação. Espero que o Congresso aprove tudo, porque o grande medo que fica é o Congresso aprovar a isenção, o aumento da tabela do Imposto de Renda, e não aprovar o imposto sobre os ricos. Aí cria um desequilíbrio fiscal, agrava o problema.

BBC News Brasil - Como a renda média brasileira é baixa, uma parte grande da população entra nessa faixa de R\$ 5 mil. Isentar essa faixa cria um impacto fiscal muito grande?

Samuel Pessôa - Eu acho que é muito ruim. Não sei os números exatos, mas é abrir mão de alguma coisa como R\$ 50 bilhões de receita [o governo estima perdas menores, de R\$ 35 bilhões, mas a proposta ainda não foi detalhada].

Seria interessante a gente ver um estudo: dada a estrutura de renda brasileira, dado o que ocorre em outros países, o que seria razoável de faixa de isenção de Imposto de Renda? Agora, essa decisão é de natureza política. Os economistas não têm muito o que dizer a respeito.

É uma arbitragem que o presidente, com toda a legitimidade da eleição majoritária, faz. E o Congresso avalia e aprova ou não. A única crítica que eu faço é que, a mim, não faz muito sentido esse tipo de discussão quando a gente está no meio de uma crise fiscal, com a dívida pública crescendo de forma explosiva.

BBC News Brasil - E esse crescimento explosivo da dívida pública, na sua visão, impacta os mais pobres ao gerar inflação?

Samuel Pessôa - Exatamente. A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica.

BBC News Brasil - Isoladamente, essa medida de fixar uma alíquota mínima de 10% para os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês é positiva?

Samuel Pessôa - Aí tem que ver os detalhes. Eu acho que o esforço de mudar a legislação brasileira, tributando mais os ricos é positivo. Há sinais de que as altas rendas no Brasil, pagam pouco imposto. Essa medida é um esparadrapo, vai pegar um monte de coisa diferente. Eu não acharia que essa é a melhor maneira de tratar esse tema.

A questão é que há vários regimes tributários com regras diferentes. Tem gente que pagou na Pessoa Jurídica 34% e outros que pagaram na Pessoa Jurídica 5%.

Se na Pessoa Física ambos pagarem menos do que 10% da renda declarada, eles serão cobrados pela diferença até atingir 10% de alíquota média efetiva [segundo a nova proposta do governo], sem considerar que pagaram valores diferentes na jurídica.

Esse tema está sendo tratado desse jeito porque a área política do governo convenceu o Lula que, para deixar a esquerda mais feliz, como contrapartida de um programa de contenção de gastos, teria que vir alguma coisa na direção de melhorar a progressividade dos impostos e fizeram um esparadrapo. Dado que vai isentar até R\$ 5 mil, é melhor ter esse imposto [sobre os mais ricos].

BBC News Brasil - O desejado ganho eleitoral pode ser neutralizado com dólar e inflação mais altos?

Samuel Pessôa - Como professor de Economia, eu tenho dificuldade em fazer essa avaliação [de impacto político]. A impressão que dá é que o Lula está andando em gelo fino, porque ele fez uma escolha de inverter o ciclo político da despesa pública. Ele, de certa forma rasgou o Maquiavel [autor do clássico O Príncipe].

Você [normalmente] começa o governo com pé no freio do gasto público, arruma a casa, colhe os benefícios aos pouquinhos e, no final, se elege.

E o Lula por uma série de motivos, resolveu inverter e aprovou a emenda constitucional da transição [do governo Bolsonaro para o seu], que colocou R\$ 170 bilhões a mais de gastos públicos permanentemente. Criou um problema pra ele mesmo e, portanto, o governo dele é sequestrado por essa escolha inicial.

E aí ele está fazendo uma conta de chegada: se ele não fizer nada [para conter os gastos públicos], o câmbio explode muito, gera **inflação**, eles perdem a eleição em 2026. Se ele fizer muita coisa, como o ajuste fiscal que ele está fazendo, já não é no início do governo, ele só tem um horizonte de dois anos, e essa arrumação de casa demora um tempo pra maturar. Então, talvez ele arrume a casa e ele não tenha tempo de colher os benefícios para se reeleger.

Ou seja, se ele não fizer nada, ele desorganiza muito a economia e chega mal em 2026. Se ele fizer o que precisa fazer, vai ser ruim no curto prazo, não dá tempo de ele colher, e aí também chega mal em 2026.

Então, o presidente Lula está tendo que fazer esse cálculo, que é uma conta de chegada difícil. Ele ganhou cinco eleições presidenciais [contando duas vitórias de Dilma Rousseff], ele entende desse business muito melhor do que eu. Mas parece que ele está brincando com fogo. Parece que, talvez, ele tenha errado o cálculo. Mas isso a gente vai ter que esperar a prova do pudim nas eleições e ver se ele ganha ou não.

BBC News Brasil - O dólar disparou após o pacote, o que levou parte da esquerda a criticar o mercado. O que explica a disparada do dólar? Tem fundamento?

Samuel Pessôa - Se a gente olhar os fundamentos do câmbio, da economia brasileira, não tem fundamento. O Brasil está hiper barato. Você pega uma empresa brasileira avaliada em reais, aplica esse câmbio e calcula ela em dólar, ela está super barata.

A gente tem uma situação externa sólida, vai entrar poço do petróleo ano que vem, do pré-sal [trazendo mais dólares pro país com exportação]. A gente não tem uma situação externa problemática. Então, se a

gente olhar fundamentos de comércio internacional e de contas externas, o câmbio deveria ser R\$ 4,50.

Agora, é difícil a esquerda entender o problema porque a esquerda adora uma teoria conspiratória, e a esquerda acha que o mercado financeiro são três ou quatro caras poderosos que fazem um cartel entre si que comanda os preços. Não é assim. São milhares de pessoas de forma descentralizada, tomando decisões. Não tem conspiração, não tem coordenação. São as pessoas olhando [o cenário econômico] e defendendo o seu patrimônio, tomando as melhores decisões que elas podem, com as informações que elas têm.

Então, eu devolvo a pergunta para a esquerda: a Selic está em 11,25%, ela vai até 13,5% provavelmente, o país está hiper barato, o câmbio está quase seis reais, por que o mundo todo não está pondo dinheiro aqui dentro? Tudo bem, [eles acham que] a Faria Lima é conspiradora, não gosta do PT, não gosta do Lula, faz tudo isso [contra o governo]... Por que os fundos de investimento não vêm para cá? Eles são super sofisticados, é gente inteligente, eles precisam ganhar dinheiro. Aí tem um país inteiro hiper baratinho, com uma taxa de juros super alta, por que eu não ponho meu dinheiro lá para ganhar dinheiro? E as pessoas não estão vindo para cá.

Não faz sentido esse argumento, é uma loucura. Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena.

Qual o desequilíbrio fiscal brasileiro? Com as regras que nós temos, necessariamente a gente vai ter uma crise fiscal futura. Não é que tem desperdício do Estado brasileiro, não é que o Estado brasileiro joga dinheiro fora. O que acontece é que a gente tem regras, e a simples operação dessas regras obriga a uma trajetória da dívida pública que é explosiva.

Isso significa que a nossa sociedade não consegue se entender. Existe um conflito distributivo aberto, que não está solucionado. Agora, uma sociedade que vive conflito distributivo aberto e não soluciona, é uma sociedade que não tem estabilidade, em que ninguém vai investir, e quem tem dinheiro tira. Isso que está acontecendo.

BBC News Brasil - As regras que você cita são as despesas obrigatórias?

Samuel Pessôa - Exatamente. A gente tem um problema de despesas obrigatórias que crescem a uma velocidade maior do que a economia. Lá com o [governo Michel] **Temer**, a gente resolveu esse

problema [adotando o teto de gastos, que limitava o aumento das despesas à inflação]. Aí a sociedade não aceitou, elegeu o Lula, o Lula repôs esses problemas.

BBC News Brasil - Críticos do teto de gastos adotado no governo Temer dizem que a regra levou ao sucateamento de alguns serviços públicos, que ficaram com menos receitas.

Samuel Pessôa - Eu entendo perfeitamente. Então, esse que é o conflito distributivo. As pessoas querem o Estado maior, mas aí essas mesmas pessoas não querem pagar mais imposto. E o mundo todo diz: naquela sociedade, os caras não se entendem. Caíram numa crise fiscal profunda, aí impicharam a presidente e arrumaram a coisa. Aí teve uma eleição, o novo presidente não gosta dessa arrumação, a sociedade não gosta, ele desfaz a arrumação e volta os problemas que tinha antes.

BBC News Brasil - Como avalia as medidas para cortes de gastos, como a limitação do aumento do salário mínimo?

Samuel Pessôa - O governo diz que vai colocar a regra do salário mínimo dentro do arcabouço fiscal [limitando o reajuste anual a 2,5% acima da inflação].

Isso quer dizer que a taxa de crescimento do salário mínimo real será a mesma taxa de crescimento do gasto total. O problema é o seguinte: as políticas públicas vinculadas ao mínimo crescem pela soma da taxa de crescimento do valor real do benefício com a taxa de crescimento do número de beneficiários.

Ora, o número de beneficiários no Brasil cresce com a demografia. Essencialmente é a terceira idade [pessoas que estão envelhecendo e se aposentam pelo INSS, com aposentadoria vinculada ao salário mínimo].

Bem, então a demografia que importa no nosso Welfare State [Estado do bem-estar social] é mais ou menos a terceira idade, o pessoal que está chegando aos 60 anos. Ora, no Brasil, 60 anos atrás, a taxa de crescimento populacional era quase 3%. Então, a quantidade de benefícios cresce a 3%, o valor real cresce a 2,5%, deu 5,5%.

Então, todas as políticas públicas do Estado de bem-estar social brasileiro, vinculado ao mínimo, por essa regra, tem que crescer 5,5%. Mas a economia cresce a 2,5% [essa taxa varia ano a ano, mas tem se mantido baixa na média]. Isso é uma impossibilidade lógica. Então, só pra te dar um exemplo das limitações do pacote.

Quando a gente pôs, lá no governo Temer, o salário-mínimo crescendo em termos reais a zero, não é porque o Temer é malvado e quer ferrar pessoas. É que, dada a demografia brasileira, é muito difícil dar aumentos reais de salário mínimo na atual circunstância nossa.

Aumento real de salário-mínimo contrata uma crise fiscal, uma crise fiscal contrata inflação, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa?

BBC News Brasil - Como está seu otimismo para a votação do pacote no Congresso?

Samuel Pessôa - Eu estou otimista com o Congresso. Se a gente olhar, o Congresso, nesse terceiro mandato do presidente Lula, tem sido muito parceiro do Executivo. Aprovou a reforma tributária, aprovou o arcabouço fiscal, aprovou um conjunto imenso de regras e leis que o ministro Haddad enviou para o Congresso Nacional para reduzir oportunidades de planejamento tributário [brechas para pagar menos impostos]. Tudo isso passou pelo Congresso.

Então, o Congresso não tem sido nenhum empecilho a ajuste fiscal. Tem a questão das emendas impositivas que, no meu entender, são muito ruins. Elas apareceram por um motivo: a sociedade elegeu presidentes fracos, tanto Dilma Rousseff como Jair Bolsonaro, e aí, quando o presidente é fraco, o Congresso vai lá e ocupa o lugar. Desfazer depois fica difícil.

Espero que o presidente Lula, com todo o talento dele, consiga, pelo menos em parte, desfazer. Uma parte já foi feita, é um dos efeitos positivos desse pacote, que prevê uma limitação para o crescimento das emendas e pega outra parte das emendas e põe metade na área da saúde. São medidas positivas.

BBC News Brasil - Como avalia o desempenho do ministro Fernando Haddad, levando em conta as disputas internas dentro do governo?

Samuel Pessôa - Eu acho que Haddad está fazendo o melhor que ele pode. Eu avalio positivamente o trabalho dele. A gente sabe que esse ruído que deu, do anúncio de um pacote fiscal junto com uma desoneração, foi uma derrota pessoal dele. O presidente arbitrou [a disputa com a Fazenda] e a área política, digamos assim, ganhou.

A decisão do governo de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil, em meio a uma crise fiscal, é uma medida eleitoreira, de olho na disputa presidencial de 2026, crítica o economista

Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office.

Na sua leitura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mira o eleitorado de classe média, com renda de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, para fortalecer sua tentativa de reeleição.

A expectativa do Ministério da Fazenda é aprovar o aumento da isenção, hoje limitada a dois salários-mínimos (R\$ 2.824), no Congresso no próximo ano, para que ela entre em vigor em 2026.

O problema, diz Pessôa, é que a medida está sendo proposta num momento de desequilíbrio das contas públicas e tende a agravar esse quadro, provocando aumento de **inflação** no país.

Após o anúncio da proposta, o dólar disparou e chegou a valer mais de R\$ 6 nesta quinta-feira (28/11), o que deve encarecer produtos importados ou produzidos no Brasil, mas cotados internacionalmente, o que inclui alimentos.

A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica, afirma Pessôa.

Uma crise fiscal contrata **inflação**, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa?, questiona em outro trecho da entrevista.

A proposta de aumentar a isenção veio junto com outras medidas de cortes de gastos e a previsão de criar um imposto mínimo de 10% sobre rendas mensais de mais de R\$ 50 mil. A projeção da Fazenda é economizar R\$ 70 bilhões em dois anos.

Para o economista, os cortes anunciados são positivos, mas insuficientes para evitar a explosão da dívida pública, devido à tendência de crescimento de despesas obrigatórias, como aposentadorias, acima da expansão econômica do país.

A reação negativa do mercado financeiro veio justamente com a disparada do dólar, que gerou reação da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann. É impressionante a especulação contra o Brasil, escreveu na rede social X.

Para Pessôa, o dólar poderia estar a R\$ 4,50, não fosse o aumento da percepção de risco que está provocando saída de investidores.

É difícil a esquerda entender o problema porque a

esquerda adora uma teoria conspiratória. [...] Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena, reforça.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - O governo surpreendeu ao anunciar o esperado pacote de corte de gastos com medidas tributárias. Como avalia esse anúncio conjunto?

Samuel Pessôa - Acho que ter misturado controle de gasto com reforma da tributação da renda, uma medida que tem claro caráter eleitoral, foi ruim. Essa medida de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil por mês é uma decisão do Lula pensando na disputa eleitoral de 2026.

Ele avalia que quem ganha abaixo de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil por mês vota nele e quem ganha acima de R\$ 5 mil vota na direita, e aí essa é a turma [renda entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil] que ele está disputando.

Então, é uma medida que tem um caráter eleitoral e é contra os problemas que nós temos porque a gente tem um problema fiscal [desequilíbrio entre receitas e despesas].

Inclusive, uma das medidas que está no pacote, é a previsão de que, se as metas de superávit primário não forem atendidas, a partir de 2027 serão acionados gatilhos [para conter gastos]. E um deles é que não pode dar nenhuma desoneração adicional. Então, ele começa um pacote aumentando a desoneração, percebe a inconsistência?

Agora, as medidas em si de controle de gastos são bem-vindas. São insuficientes para o tamanho do problema, mas são todas bem-vindas.

BBC News Brasil - Os defensores da proposta de isentar a renda até R\$ 5 mil e tributar mais o que ganham acima de R\$ 50 mil dizem que é uma medida progressiva, positiva para a distribuição de renda. Discorda?

Samuel Pessôa - Eu acho que a medida é progressiva, ela reduz a desigualdade de renda. A gente sabe que o Brasil é um país muito desigual. Agora, qual é o foco? O foco é atacar o problema fiscal, porque o problema fiscal está gerando **inflação** e **inflação** é muito ruim para os mais pobres também. Então, o problema é resolver o fiscal ou reduzir a desigualdade do país hoje?

A questão de desigualdade é uma questão estrutural.

O ministro tem dito que tem como objetivo fazer uma grande reformulação dos **impostos** de renda, com vistas a reduzir o grau de regressividade e talvez tornar os **impostos** de renda brasileiros mais progressivos. O ministro está absolutamente correto. Agora, isso demandaria uma revisão mais ampla de todos os **impostos** de renda. Não é isso que foi feito.

O que foi feito é uma medida que, no momento, no meu entender, é eleitoreira para que o presidente consiga que uma parte da população, cuja maioria não votaria com ele, passe a votar com ele em 2026 e um esparadrapo [a tributação dos mais ricos] para tirar [obter] uma fonte de receita.

Mas, tudo bem, vamos esperar a tramitação. Espero que o Congresso aprove tudo, porque o grande medo que fica é o Congresso aprovar a isenção, o aumento da tabela do Imposto de Renda, e não aprovar o imposto sobre os ricos. Aí cria um desequilíbrio fiscal, agrava o problema.

BBC News Brasil - Como a renda média brasileira é baixa, uma parte grande da população entra nessa faixa de R\$ 5 mil. Isentar essa faixa cria um impacto fiscal muito grande?

Samuel Pessôa - Eu acho que é muito ruim. Não sei os números exatos, mas é abrir mão de alguma coisa como R\$ 50 bilhões de receita [o governo estima perdas menores, de R\$ 35 bilhões, mas a proposta ainda não foi detalhada].

Seria interessante a gente ver um estudo: dada a estrutura de renda brasileira, dado o que ocorre em outros países, o que seria razoável de faixa de isenção de Imposto de Renda? Agora, essa decisão é de natureza política. Os economistas não têm muito o que dizer a respeito.

É uma arbitragem que o presidente, com toda a legitimidade da eleição majoritária, faz. E o Congresso avalia e aprova ou não. A única crítica que eu faço é que, a mim, não faz muito sentido esse tipo de discussão quando a gente está no meio de uma crise fiscal, com a dívida pública crescendo de forma explosiva.

BBC News Brasil - E esse crescimento explosivo da dívida pública, na sua visão, impacta os mais pobres ao gerar **inflação**?

Samuel Pessôa - Exatamente. A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica.

BBC News Brasil - Isoladamente, essa medida de fixar uma alíquota mínima de 10% para os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês é positiva?

Samuel Pessôa - Aí tem que ver os detalhes. Eu acho que o esforço de mudar a legislação brasileira, tributando mais os ricos é positivo. Há sinais de que as altas rendas no Brasil, pagam pouco imposto. Essa medida é um esparadrapo, vai pegar um monte de coisa diferente. Eu não acharia que essa é a melhor maneira de tratar esse tema.

A questão é que há vários regimes tributários com regras diferentes. Tem gente que pagou na Pessoa Jurídica 34% e outros que pagaram na Pessoa Jurídica 5%.

Se na Pessoa Física ambos pagarem menos do que 10% da renda declarada, eles serão cobrados pela diferença até atingir 10% de alíquota média efetiva [segundo a nova proposta do governo], sem considerar que pagaram valores diferentes na jurídica.

Esse tema está sendo tratado desse jeito porque a área política do governo convenceu o Lula que, para deixar a esquerda mais feliz, como contrapartida de um programa de contenção de gastos, teria que vir alguma coisa na direção de melhorar a progressividade dos **impostos** e fizeram um esparadrapo. Dado que vai isentar até R\$ 5 mil, é melhor ter esse imposto [sobre os mais ricos].

BBC News Brasil - O desejado ganho eleitoral pode ser neutralizado com dólar e **inflação** mais altos?

Samuel Pessôa - Como professor de Economia, eu tenho dificuldade em fazer essa avaliação [de impacto político]. A impressão que dá é que o Lula está andando em gelo fino, porque ele fez uma escolha de inverter o ciclo político da despesa pública. Ele, de certa forma rasgou o Maquiavel [autor do clássico O Príncipe].

Você [normalmente] começa o governo com pé no freio do gasto público, arruma a casa, colhe os benefícios aos pouquinhos e, no final, se elege.

E o Lula por uma série de motivos, resolveu inverter e aprovou a emenda constitucional da transição [do governo Bolsonaro para o seu], que colocou R\$ 170 bilhões a mais de gastos públicos permanentemente. Criou um problema pra ele mesmo e, portanto, o governo dele é sequestrado por essa escolha inicial.

E aí ele está fazendo uma conta de chegada: se ele não fizer nada [para conter os gastos públicos], o câmbio explode muito, gera **inflação**, eles perdem a eleição em 2026. Se ele fizer muita coisa, como o ajuste fiscal que ele está fazendo, já não é no início do governo, ele só tem um horizonte de dois anos, e essa arrumação de casa demora um tempo pra maturar.

Então, talvez ele arrume a casa e ele não tenha tempo de colher os benefícios para se reeleger.

Ou seja, se ele não fizer nada, ele desorganiza muito a economia e chega mal em 2026. Se ele fizer o que precisa fazer, vai ser ruim no curto prazo, não dá tempo de ele colher, e aí também chega mal em 2026.

Então, o presidente Lula está tendo que fazer esse cálculo, que é uma conta de chegada difícil. Ele ganhou cinco eleições presidenciais [contando duas vitórias de Dilma Rousseff], ele entende desse business muito melhor do que eu. Mas parece que ele está brincando com fogo. Parece que, talvez, ele tenha errado o cálculo. Mas isso a gente vai ter que esperar a prova do pudim nas eleições e ver se ele ganha ou não.

BBC News Brasil - O dólar disparou após o pacote, o que levou parte da esquerda a criticar o mercado. O que explica a disparada do dólar? Tem fundamento?

Samuel Pessôa - Se a gente olhar os fundamentos do câmbio, da economia brasileira, não tem fundamento. O Brasil está hiper barato. Você pega uma empresa brasileira avaliada em reais, aplica esse câmbio e calcula ela em dólar, ela está super barata.

A gente tem uma situação externa sólida, vai entrar pouco do petróleo ano que vem, do pré-sal [trazendo mais dólares pro país com exportação]. A gente não tem uma situação externa problemática. Então, se a gente olhar fundamentos de comércio internacional e de contas externas, o câmbio deveria ser R\$ 4,50.

Agora, é difícil a esquerda entender o problema porque a esquerda adora uma teoria conspiratória, e a esquerda acha que o mercado financeiro são três ou quatro caras poderosos que fazem um cartel entre si que comanda os preços. Não é assim. São milhares de pessoas de forma descentralizada, tomando decisões. Não tem conspiração, não tem coordenação. São as pessoas olhando [o cenário econômico] e defendendo o seu patrimônio, tomando as melhores decisões que elas podem, com as informações que elas têm.

Então, eu devolvo a pergunta para a esquerda: a Selic está em 11,25%, ela vai até 13,5% provavelmente, o país está hiper barato, o câmbio está quase seis reais, por que o mundo todo não está pondo dinheiro aqui dentro? Tudo bem, [eles acham que] a Faria Lima é conspiradora, não gosta do PT, não gosta do Lula, faz tudo isso [contra o governo]... Por que os fundos de investimento não vêm para cá? Eles são super sofisticados, é gente inteligente, eles precisam ganhar dinheiro. Aí tem um país inteiro hiper baratinho, com uma taxa de juros super alta, por que eu não ponho

meu dinheiro lá para ganhar dinheiro? E as pessoas não estão vindo para cá.

Não faz sentido esse argumento, é uma loucura. Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena.

Qual o desequilíbrio fiscal brasileiro? Com as regras que nós temos, necessariamente a gente vai ter uma crise fiscal futura. Não é que tem desperdício do Estado brasileiro, não é que o Estado brasileiro joga dinheiro fora. O que acontece é que a gente tem regras, e a simples operação dessas regras obriga a uma trajetória da dívida pública que é explosiva.

Isso significa que a nossa sociedade não consegue se entender. Existe um conflito distributivo aberto, que não está solucionado. Agora, uma sociedade que vive conflito distributivo aberto e não soluciona, é uma sociedade que não tem estabilidade, em que ninguém vai investir, e quem tem dinheiro tira. Isso que está acontecendo.

BBC News Brasil - As regras que você cita são as despesas obrigatórias?

Samuel Pessôa - Exatamente. A gente tem um problema de despesas obrigatórias que crescem a uma velocidade maior do que a economia. Lá com o [governo Michel] **Temer**, a gente resolveu esse problema [adotando o teto de gastos, que limitava o aumento das despesas à **inflação**]. Aí a sociedade não aceitou, elegeu o Lula, o Lula repôs esses problemas.

BBC News Brasil - Críticos do teto de gastos adotado no governo **Temer** dizem que a regra levou ao sucateamento de alguns serviços públicos, que ficaram com menos receitas.

Samuel Pessôa - Eu entendo perfeitamente. Então, esse que é o conflito distributivo. As pessoas querem o Estado maior, mas aí essas mesmas pessoas não querem pagar mais imposto. E o mundo todo diz: naquela sociedade, os caras não se entendem. Caíram numa crise fiscal profunda, aí impicharam a presidente e arrumaram a coisa. Aí teve uma eleição, o novo presidente não gosta dessa arrumação, a sociedade não gosta, ele desfaz a arrumação e volta os problemas que tinha antes.

BBC News Brasil - Como avalia as medidas para cortes de gastos, como a limitação do aumento do salário mínimo?

Samuel Pessôa - O governo diz que vai colocar a

regra do salário mínimo dentro do arcabouço fiscal [limitando o reajuste anual a 2,5% acima da inflação].

Isso quer dizer que a taxa de crescimento do salário mínimo real será a mesma taxa de crescimento do gasto total. O problema é o seguinte: as políticas públicas vinculadas ao mínimo crescem pela soma da taxa de crescimento do valor real do benefício com a taxa de crescimento do número de beneficiários.

Ora, o número de beneficiários no Brasil cresce com a demografia. Essencialmente é a terceira idade [pessoas que estão envelhecendo e se aposentam pelo INSS, com aposentadoria vinculada ao salário mínimo].

Bem, então a demografia que importa no nosso Welfare State [Estado do bem-estar social] é mais ou menos a terceira idade, o pessoal que está chegando aos 60 anos. Ora, no Brasil, 60 anos atrás, a taxa de crescimento populacional era quase 3%. Então, a quantidade de benefícios cresce a 3%, o valor real cresce a 2,5%, deu 5,5%.

Então, todas as políticas públicas do Estado de bem-estar social brasileiro, vinculado ao mínimo, por essa regra, tem que crescer 5,5%. Mas a economia cresce a 2,5% [essa taxa varia ano a ano, mas tem se mantido baixa na média]. Isso é uma impossibilidade lógica. Então, só pra te dar um exemplo das limitações do pacote.

Quando a gente pôs, lá no governo Temer, o salário-mínimo crescendo em termos reais a zero, não é porque o Temer é malvado e quer ferrar pessoas. É que, dada a demografia brasileira, é muito difícil dar aumentos reais de salário mínimo na atual circunstância nossa.

Aumento real de salário-mínimo contrata uma crise fiscal, uma crise fiscal contrata inflação, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa?

BBC News Brasil - Como está seu otimismo para a votação do pacote no Congresso?

Samuel Pessôa - Eu estou otimista com o Congresso. Se a gente olhar, o Congresso, nesse terceiro mandato do presidente Lula, tem sido muito parceiro do Executivo. Aprovou a reforma tributária, aprovou o arcabouço fiscal, aprovou um conjunto imenso de regras e leis que o ministro Haddad enviou para o Congresso Nacional para reduzir oportunidades de planejamento tributário [brechas para pagar menos impostos]. Tudo isso passou pelo Congresso.

Então, o Congresso não tem sido nenhum empecilho a ajuste fiscal. Tem a questão das emendas impositivas que, no meu entender, são muito ruins. Elas apareceram por um motivo: a sociedade elegeu presidentes fracos, tanto Dilma Rousseff como Jair Bolsonaro, e aí, quando o presidente é fraco, o Congresso vai lá e ocupa o lugar. Desfazer depois fica difícil.

Espero que o presidente Lula, com todo o talento dele, consiga, pelo menos em parte, desfazer. Uma parte já foi feita, é um dos efeitos positivos desse pacote, que prevê uma limitação para o crescimento das emendas e pega outra parte das emendas e põe metade na área da saúde. São medidas positivas.

BBC News Brasil - Como avalia o desempenho do ministro Fernando Haddad, levando em conta as disputas internas dentro do governo?

Samuel Pessôa - Eu acho que Haddad está fazendo o melhor que ele pode. Eu avalio positivamente o trabalho dele. A gente sabe que esse ruído que deu, do anúncio de um pacote fiscal junto com uma desoneração, foi uma derrota pessoal dele. O presidente arbitrou [a disputa com a Fazenda] e a área política, digamos assim, ganhou.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/11/6999778-isencao-de-ir-ate-rs-5-mil-e-medida-eleitorea-de-lula-afirma-economista-samuel-pessoa.html>

INSS: novo cartão permite antecipação de até R\$ 150

O Ministério da **Previdência Social** e o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) lançaram ontem o cartão de débito Meu **INSS** Vale+. Com ele, aposentados, pensionistas e beneficiários permanentes do **INSS** poderão antecipar R\$ 150 de seus benefícios e descontar o valor no mês seguinte, sem juros, correção ou qualquer taxa adicional. O desconto será feito na folha de pagamento.

No modelo físico, o cartão possui chip e senha, pode ser utilizado na função débito e não permite saques. Além disso, não poderá ser utilizado para apostas online.

VANTAGEM

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Isenção de IR até R\$ 5 mil: meu salário vai aumentar? Alíquota vai subir? Veja o que se sabe

Por Redação g1

Como primeiro passo de uma ampla reforma da renda, o governo federal anunciou que vai encaminhar ao Congresso Nacional as medidas para que os trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais fiquem isentos do Imposto de Renda.

A medida ainda precisa ser aprovada pelos parlamentares, e será discutida em 2025 para que entre em vigor em 2026. Se o projeto seguir como o planejado, deve isentar 36 milhões de contribuintes do IR, segundo a Associação Nacional de Auditores Fiscais da **Receita Federal** (Unafisco).

?? Mas como essa isenção impacta o bolso dos trabalhadores? Sem o desconto do IR na folha de pagamento, o salário ficará maior? E como fica quem recebe mais de R\$ 5 mil?

Para entender todas essas dúvidas, o g1 conversou com advogados trabalhistas e tributaristas.

Abaixo, eles explicam:

O trabalhador vai ganhar mais? Como fica a alíquota para quem recebe acima de R\$ 5 mil? Como funciona atualmente?

O trabalhador vai ganhar mais?

O Imposto de Renda é, em geral, recolhido na fonte - ou seja, descontado diretamente do salário dos trabalhadores. A cada ano, o contribuinte ajusta suas contas com a **Receita Federal** por meio da declaração do IR, e pode ser restituído ou pagar ainda mais imposto.

?? Com o projeto, o que mudaria para o trabalhador que ganha até R\$ 5 mil por mês? Segundo a advogada trabalhista Paula Borges, da Ferraz dos Passos Advocacia e Consultoria, o empregado passará a receber um salário líquido maior.

Isso porque que o desconto aplicado em folha será extinto para esse grupo.

"A mudança pode resultar em um aumento no valor líquido, ou seja, no valor efetivamente recebido após os descontos", explica a especialista.

Com a isenção, o patrão precisaria "ajustar a folha de pagamento para garantir a aplicação correta da isenção, sem que haja qualquer cobrança adicional sobre o salário do trabalhador", completa Borges.

?? Tecnicamente, a mudança não pode ser chamada de aumento salarial. Mas, sim, o valor líquido recebido pelo trabalhador ficaria maior.

Como fica a alíquota para quem recebe acima de R\$ 5 mil?

Essa é a grande questão em aberto do projeto de isenção de Imposto de Renda: o governo não apresentou a proposta completa que será encaminhada ao Congresso. Assim, não há detalhamento do cálculo para os salários acima de R\$ 5 mil.

Não foi divulgada oficialmente, por exemplo, a nova tabela progressiva do Imposto de Renda. Então, há dúvidas se haverá alguma mudança nas alíquotas e sobre qual será o escalonamento de imposto para os salários que vão até o teto, que hoje é de 27,5%.

?? O governo informou apenas que a faixa de transição é de R\$ 5 mil até R\$ 6.980. Na faixa logo acima dos R\$ 5 mil seria inserida alguma redução na tributação para não haver uma grande diferença em relação a quem tem isenção.

Ainda não há detalhes sobre o formato da isenção. Mas, se as regras atuais continuarem, quem ganha mais de R\$ 5 mil também vai se beneficiar, pagando menos **impostos**, explicou Morvan Junior, do escritório Meirelles Costa Advogados.

Como funciona atualmente?

Atualmente, a tabela do IR estabelece que quem ganha até R\$ 2.259,20 está isento de pagar o imposto. Além disso, o governo oferece um desconto de R\$ 564,80 para garantir que quem ganha até dois salários

mínimos (R\$ 2.824) também não declare o imposto.

É importante lembrar que o imposto não é cobrado sobre o salário total. Por exemplo, o valor descontado para o **INSS** não entra na conta. As alíquotas do IR não são aplicadas de forma integral sobre toda a renda.

Pela tabela atual, por exemplo, o trabalhador que tem uma renda de R\$ 5 mil terá uma base de cálculo de R\$ 4.435,20 - ao considerar a dedução simplificada de R\$ 564,80 determinada pelo governo.

Com isso:

Os primeiros R\$ 2.824 são isentos; Os R\$ 567,44 seguintes estão sujeitos à alíquota de 7,5%; Os próximos R\$ 924,39 sujeitos à alíquota de 15%; E os últimos R\$ 119,37 sujeitos à alíquota de 22,5%.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/isenca-o-de-ir-ate-r-5-mil-veja-o-que-se-sabe.ghtml>

13º salário: parcela única ou 1ª parte devem ser pagas até hoje; veja o que fazer se não recebeu

Por Redação g1

O prazo para o pagamento da parcela única ou da primeira parte do 13º salário se encerra nesta sexta-feira (29).

Segundo a legislação estabelecida em 1962, os pagamentos devem ser realizados até o dia 30 de novembro. Como a data cai em um sábado neste ano, as empresas são obrigadas a antecipar o pagamento para o dia útil anterior.

Essa medida garante que todos os trabalhadores recebam o benefício dentro do prazo estipulado, evitando qualquer atraso. (saiba abaixo o que fazer se não receber o valor dentro do prazo)

Também conhecido como gratificação natalina, o acréscimo anual pode ser pago de duas formas: em parcela única ou dividido em até duas partes. Se a empresa optar pela divisão, a segunda parcela deve ser creditada na conta do trabalhador até o dia 20 de dezembro.

?? É importante destacar que aposentados, pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também têm direito a esse benefício, mas com cronogramas de pagamento específicos e que foram antecipados neste ano.

Para esclarecer mais dúvidas sobre o 13º salário, o g1 consultou especialistas e preparou cinco perguntas e respostas frequentes sobre o tema.

Quem tem direito ao benefício? Como podem ser feitos os pagamentos? Quando o dinheiro cai na conta? Como se calcula o valor a receber e quais são os descontos? E se a empresa não pagar?

1. Quem tem direito?

Todo trabalhador em regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que atuou por 15 dias ou mais durante o ano e que não tenha sido demitido por justa causa tem direito à gratificação.

Veja a lista abaixo de quem tem direito:

Trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**, conforme garante a Constituição Federal; Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Neste ano, o Governo Federal antecipou o pagamento para ambos os grupos, que receberam em maio e junho; Pensionistas; Trabalhadores rurais; Trabalhadores avulsos (que prestam serviços sem vínculo empregatício e com a intermediação de um sindicato); Trabalhadores domésticos.

Já no caso de estagiário, como não é regido pela CLT e nem é considerado empregado, a lei 11.788/08, que regula esse tipo de trabalho, não obriga o pagamento de 13º salário.

Volte ao início.

2. Como podem ser feitos os pagamentos?

Em parcela única ou primeira parcela até 30 de novembro; Junto com as férias, desde que solicitado previamente ao empregador; Parcelado em até duas vezes, sendo que a segunda deve ser paga até o dia 20 de dezembro.

Cabe ao empregador a decisão de pagar em uma ou duas parcelas. No caso de ser apenas em uma única vez, o pagamento deve ser feito até o dia 30 de novembro. O pagamento feito em uma única parcela apenas em dezembro é ilegal.

Volte ao início.

3. Quando o dinheiro cai na conta?

A primeira parcela deve ser paga entre 1º de fevereiro e 30 de novembro, de acordo com a lei 4.749.

Caso a empresa pague em parcela única, todos os descontos deverão ser feitos sobre salário bruto. Os descontos legais considerados incluem a contribuição do **INSS** e a alíquota do IRRF [Imposto de Renda Retido na Fonte], de acordo com tabelas informadas pelo **INSS** e pela **Receita Federal**, respectivamente, explica a advogada Bruna Soares de Figueiredo, do

Viseu Advogados.

O valor pode ser antecipado para o mês em que o trabalhador tira férias remuneradas, caso ele tenha solicitado essa opção até janeiro. A opção pela antecipação também pode ser feita posteriormente, caso esteja prevista em acordo ou convenção coletiva, ou se houver negociação entre a empresa e o funcionário.

O pagamento da segunda parcela pode ser feito até 20 de dezembro. Caso o último dia do prazo caia no domingo ou em um feriado, o pagamento tem que ser antecipado.

O empregador não precisa efetuar o pagamento no mesmo dia para todos os funcionários, mas tem que respeitar o prazo exigido para cada parcela.

Volte ao início.

LEIA MAIS

Como calcular o décimo terceiro salário? Pagamento do 13º salário anima comércio, que projeta melhora nas vendas de Natal. Recurso de fim de ano é férias ou folga? Entenda

4. Como se calcula o valor a receber e quais são os descontos?

O valor do décimo terceiro salário integral só é pago para quem trabalha há pelo menos um ano na mesma empresa. Senão, terá direito ao 13º proporcional aos meses trabalhados.

O cálculo é feito da seguinte forma:

A cada mês em que trabalha pelo menos 15 dias, o empregado tem direito a 1/12 (um doze avos) do salário total de dezembro. Dessa forma, o cálculo do 13º considera como um mês inteiro o prazo de 15 dias trabalhados.

No caso em que o colaborador tenha recebido um aumento salarial durante o ano, o valor do 13º salário será equivalente ao último salário recebido, ou seja, o valor com o aumento, afirma a advogada trabalhista Carolina Cabral, do escritório Ferraz dos Passos Advocacia.

Adicional noturno, horas extras, comissões e insalubridade também integram o 13º salário, bem como a quantidade de faltas não justificadas, explica o contador Cristiano Lobato, sócio da CEV Contadores.

DESCONTOS: as faltas injustificadas podem levar a

desconto no 13º.

Para o empregado ter direito a 1/12 do 13º, precisa ter trabalhado pelo menos 15 dias no mês. Se trabalhou menos que isso e não justificou as faltas, o referido mês não entrará na contagem para o benefício. O Imposto de Renda e a contribuição ao **INSS** incidem sobre o 13º salário. Os descontos ocorrem na segunda parcela sobre o valor integral do benefício. Já o FGTS é pago tanto na primeira como na segunda parcela.

A tributação do 13º é informada num campo especial na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

CÁLCULO EM CASOS ESPECIAIS: no caso dos contratos suspensos, o período em que o funcionário não trabalhou não será considerado para o cálculo do 13º, a não ser que ele tenha prestado serviço por mais de 15 dias no mês. Neste caso, o mês será considerado para o pagamento do benefício.

O empregado afastado por motivo de auxílio-doença recebe o 13º salário proporcional da empresa até os primeiros 15 dias de afastamento. Já a partir do 16º dia, a responsabilidade do pagamento fica a cargo do **INSS**. Funcionárias em licença-maternidade também recebem 13º salário. Dessa forma, o empregador efetuará o pagamento integral e/ou proporcional (quando admitidas no decorrer do ano) do 13º salário. O trabalhador temporário tem direito ao 13º salário proporcional aos meses trabalhados. Se a rescisão do contrato for sem justa causa, por pedido de dispensa ou fim de contrato por tempo determinado, o 13º deve ser pago de maneira proporcional. A conta do valor é feita dividindo o salário integral por 12, e multiplicando pelo número de meses efetivamente trabalhados (a partir de 15 dias de trabalho).

Volte ao início.

5. E se a empresa não pagar?

Quem não receber a primeira parcela até a data limite deve procurar o RH da empresa, as Superintendências do Trabalho ligadas do governo federal ou o Ministério Público do Trabalho (MPT) para fazer a reclamação. Outra opção é buscar orientação no sindicato de cada categoria.

Caso o empregador não respeite o prazo do pagamento ou não pague o valor devido, poderá ser autuado por um auditor-fiscal do Ministério do Trabalho no momento em que houver fiscalização, o que gerará uma multa.

Volte ao início.

VEJA TAMBÉM:

Décimo terceiro, recesso, PLR e férias coletivas:
entenda os direitos dos trabalhadores no final do ano

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/11/29/13o-salario-parcela-unica-ou-1a-parte-devem-ser-pagas-ate-hoje-veja-o-que-fazer-se-nao-recebeu.ghtml>

Por que economistas dizem que corte de gastos é insuficiente para desafio fiscal?

Entenda as críticas ponto a ponto

Economistas consideraram o pacote de cortes de gastos detalhado ontem pelo governo como tímido diante do desafio fiscal do país. O conjunto de medidas frustrou a expectativa dos analistas, e a avaliação geral é de que o pacote é insuficiente para estabilizar a dívida pública.

Entre as preocupações, há risco de o Congresso aprovar a isenção do IR sem compensações tributárias e crescimento da despesa previdenciária mesmo com a nova regra do salário mínimo.

Marcos Mendes, do Insper, por exemplo, avalia que não será possível garantir o cumprimento do arcabouço fiscal a partir de 2027. Para Paulo Tafner, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, as medidas estão "muito longe do necessário para equilibrar a situação fiscal".

Veja a seguir o que dizem estes e outros economistas que acompanham as contas públicas sobre os principais pontos das medidas anunciadas pelo governo:

Salário mínimo

A nova regra de correção do salário mínimo é a mais relevante em termos de redução de gastos, diz Manoel Pires, do FGV IBRE. Tem impacto direto nas contas da Previdência - quase 70% dos beneficiários do **INSS** recebem pelo piso salarial. Ele avalia, porém, que seria mais adequado limitar o aumento do mínimo ao **PIB** potencial.

Os salários ficariam vinculados ao conceito de produtividade, para onde as remunerações e benefícios deveriam crescer no longo prazo. A redução aos cofres públicos neste modelo também seria maior e traria um sentido de permanência para a política, pois seria mais viável no longo prazo do que o proposto, argumenta Pires.

No entanto, o anúncio do governo deixou evidente sua preocupação em não desagradar a população:

- O anúncio teve essa preocupação social de distribuir os custos dessas medidas - conclui.

Rui Costa prega diálogo com mercado após dólar disparar: O que se cobrava foi 100% atendido

Marcos Mendes, do Insper, defende a correção apenas pela **inflação** do salário mínimo como algo necessário para frear o crescimento do gasto real do governo. E diz que a nova regra garantirá apenas uma pequena economia em 2025 e 2026.

Ele alerta que corrigir o salário mínimo pela regra do arcabouço não limita o crescimento da despesa da Previdência ao mesmo máximo, pois há um aumento do número de beneficiários.

- O número de aposentadorias por idade, por exemplo, está crescendo a um ritmo de 4,8% ao ano.

Em relatório do BTG Pactual, Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro e economista-chefe do banco, e Fabio Serrano, também economista do banco, também fazem o mesmo alerta que Mendes.

Dado que o **PIB** potencial do Brasil se situa ao redor de 2% ao ano, a despesa de previdência (**INSS**) deve continuar crescendo mais rápido do que o limite global de gastos, escreveram.

Abono Salarial

Manoel Pires vê efeito fiscal quase nulo nos anos iniciais com a nova regra para o pagamento de PIS/Pasep, mesma crítica apontada por Marcos Mendes, e destaca que a nova regra não altera conceitualmente o programa.

- Avançar um pouco mais na focalização geraria um impacto fiscal mais significativo.

Tafner avalia que a proposta de limitar o abono é boa pela redução fiscal, mas a medida é "pobre do ponto de vista da qualidade" por não ser focalizada entre os trabalhadores:

- Só pensa em economizar. Não houve um redesenho do programa. O abono tem que ter a condicionalidade da renda familiar.

Benefícios sociais

Marcos Mendes avalia que o mais correto, no caso do Bolsa Família, seria acabar com o benefício familiar mínimo de R\$ 600. Isso extingiria um incentivo para que sejam constituídas famílias unipessoais - alvo da medida anunciada pelo governo de revisão cadastral. Mas destaca que o governo não quis desmontar a regra do mínimo de R\$ 600, criada sob a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro.

As mudanças no BPC, diz Mendes, devem diminuir o ritmo insustentável de crescimento dos beneficiários, hoje em 16% ao ano. Contudo, diz, haverá o desafio da implementação das medidas e das disputas judiciais:

- Um caminho necessário, que foi evitado, seria a elevação da idade mínima para receber o benefício.

Economistas do BTG Pactual avaliam que o pacote anunciado pelo governo tem capacidade de sustentar o arcabouço até 2026 mas com alta dependência do sucesso das medidas de pente-fino nos programas sociais.

Sem considerar essa economia, enxergamos um cenário bastante desafiador para o cumprimento do limite de gastos já em 2025, dizem Mansueto e Serrano, em relatório do BTG Pactual.

Imposto de Renda

Mendes, do Insper, acredita que há grande risco de o Congresso aceitar a isenção do Imposto de Renda para os contribuintes que ganham até R\$ 5 mil e não aprovar as medidas compensatórias - no caso, a maior tributação para as rendas elevadas.

Para o especialista, o resumo é que o governo parece carecer de convencimento interno e de suporte político no Congresso para fazer um ajuste fiscal da proporção necessária.

- Dificilmente haverá outra oportunidade até a eleição de 2026 para outro ajuste, a menos que uma crise o imponha. A dívida pública continuará crescendo a passos largos e o alívio na compressão das despesas discricionárias será temporário.

Saúde e educação

Como as medidas foram tímidas, especialistas temem que o governo tenha que aumentar sua arrecadação, para lidar com a alta das despesas. Isso cria um outro problema, destaca Mendes, do Insper, já que elevaria, ao longo do tempo, o gasto mínimo em saúde e

educação, cuja vinculação à receita não foi alterada.

- As medidas não visam reduzir despesas, mas sim mudar a sua composição, abrindo algum espaço para aumentar despesas discricionárias - conclui Mendes.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/p-or-que-economistas-dizem-que-corte-de-gastos-e-insuficiente-para-desafio-fiscal-entenda-as-criticas-ponto-a-ponto.ghtml>

Isenção de IR até R\$ 5 mil é medida eleitoreira de Lula , afirma economista Samuel Pessôa

Mariana Schreiber - Da BBC News Brasil em Brasília

A decisão do governo de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil, em meio a uma crise fiscal, é uma medida eleitoreira , de olho na disputa presidencial de 2026, crítica o economista Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e chefe de pesquisa econômica do Julius Baer Family Office.

Na sua leitura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mira o eleitorado de classe média, com renda de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, para fortalecer sua tentativa de reeleição.

A expectativa do Ministério da Fazenda é aprovar o aumento da isenção, hoje limitada a dois salários-mínimos (R\$ 2.824), no Congresso no próximo ano, para que ela entre em vigor em 2026.

O problema, diz Pessôa, é que a medida está sendo proposta num momento de desequilíbrio das contas públicas e tende a agravar esse quadro, provocando aumento de **inflação** no país.

Após o anúncio da proposta, o dólar disparou e chegou a valer mais de R\$ 6 nesta quinta-feira (28/11), o que deve encarecer produtos importados ou produzidos no Brasil, mas cotados internacionalmente, o que inclui alimentos.

A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica , afirma Pessôa.

Uma crise fiscal contraria **inflação**, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa? , questiona em outra trecho da entrevista.

A proposta de aumentar a isenção veio junto com outras medidas de cortes de gastos e a previsão de criar um imposto mínimo de 10% sobre rendas mensais de mais de R\$ 50 mil. A projeção da Fazenda é economizar R\$ 70 bilhões em dois anos.

Para o economista, os cortes anunciados são positivos, mas insuficientes para evitar a explosão da dívida pública, devido à tendência de crescimento de despesas obrigatórias, como aposentadorias, acima da expansão econômica do país.

A reação negativa do mercado financeiro veio justamente com a disparada do dólar, que gerou reação da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann. É impressionante a especulação contra o Brasil , escreveu na rede social X.

Para Pessôa, o dólar poderia estar a R\$ 4,50, não fosse o aumento da percepção de risco que está provocando saída de investidores.

É difícil a esquerda entender o problema porque a esquerda adora uma teoria conspiratória. [...] Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena , reforça.

Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - O governo surpreendeu ao anunciar o esperado pacote de corte de gastos com medidas tributárias. Como avalia esse anúncio conjunto?

Samuel Pessôa - Acho que ter misturado controle de gasto com reforma da tributação da renda, uma medida que tem claro caráter eleitoral, foi ruim. Essa medida de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil por mês é uma decisão do Lula pensando na disputa eleitoral de 2026.

Ele avalia que quem ganha abaixo de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil por mês vota nele e quem ganha acima de R\$ 5 mil vota na direita, e aí essa é a turma [renda entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil] que ele está disputando.

Então, é uma medida que tem um caráter eleitoral e é contra os problemas que nós temos porque a gente tem um problema fiscal [desequilíbrio entre receitas e despesas].

Inclusive, uma das medidas que está no pacote, é a previsão de que, se as metas de superávit primário não forem atendidas, a partir de 2027 serão acionados gatilhos [para conter gastos]. E um deles é que não pode dar nenhuma desoneração adicional. Então, ele começa um pacote aumentando a desoneração, percebe a inconsistência?

Agora, as medidas em si de controle de gastos são bem-vindas. São insuficientes para o tamanho do problema, mas são todas bem-vindas.

BBC News Brasil - Os defensores da proposta de isentar a renda até R\$ 5 mil e tributar mais o que ganham acima de R\$ 50 mil dizem que é uma medida progressiva, positiva para a distribuição de renda. Discorda?

Samuel Pessôa - Eu acho que a medida é progressiva, ela reduz a desigualdade de renda. A gente sabe que o Brasil é um país muito desigual. Agora, qual é o foco? O foco é atacar o problema fiscal, porque o problema fiscal está gerando inflação e inflação é muito ruim para os mais pobres também. Então, o problema é resolver o fiscal ou reduzir a desigualdade do país hoje?

A questão de desigualdade é uma questão estrutural. O ministro tem dito que tem como objetivo fazer uma grande reformulação dos impostos de renda, com vistas a reduzir o grau de regressividade e talvez tornar os impostos de renda brasileiros mais progressivos. O ministro está absolutamente correto. Agora, isso demandaria uma revisão mais ampla de todos os impostos de renda. Não é isso que foi feito.

O que foi feito é uma medida que, no momento, no meu entender, é eleitoreira para que o presidente consiga que uma parte da população, cuja maioria não votaria com ele, passe a votar com ele em 2026 e um esparadrapo [a tributação dos mais ricos] para tirar [obter] uma fonte de receita.

Mas, tudo bem, vamos esperar a tramitação. Espero que o Congresso aprove tudo, porque o grande medo que fica é o Congresso aprovar a isenção, o aumento da tabela do Imposto de Renda, e não aprovar o imposto sobre os ricos. Aí cria um desequilíbrio fiscal, agrava o problema.

BBC News Brasil - Como a renda média brasileira é baixa, uma parte grande da população entra nessa faixa de R\$ 5 mil. Isentar essa faixa cria um impacto fiscal muito grande?

Samuel Pessôa - Eu acho que é muito ruim. Não sei os números exatos, mas é abrir mão de alguma coisa como R\$ 50 bilhões de receita [o governo estima

perdas menores, de R\$ 35 bilhões, mas a proposta ainda não foi detalhada].

Seria interessante a gente ver um estudo: dada a estrutura de renda brasileira, dado o que ocorre em outros países, o que seria razoável de faixa de isenção de Imposto de Renda? Agora, essa decisão é de natureza política. Os economistas não têm muito o que dizer a respeito.

É uma arbitragem que o presidente, com toda a legitimidade da eleição majoritária, faz. E o Congresso avalia e aprova ou não. A única crítica que eu faço é que, a mim, não faz muito sentido esse tipo de discussão quando a gente está no meio de uma crise fiscal, com a dívida pública crescendo de forma explosiva.

BBC News Brasil - E esse crescimento explosivo da dívida pública, na sua visão, impacta os mais pobres ao gerar inflação?

Samuel Pessôa - Exatamente. A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica.

BBC News Brasil - Isoladamente, essa medida de fixar uma alíquota mínima de 10% para os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês é positiva?

Samuel Pessôa - Aí tem que ver os detalhes. Eu acho que o esforço de mudar a legislação brasileira, tributando mais os ricos é positivo. Há sinais de que as altas rendas no Brasil, pagam pouco imposto. Essa medida é um esparadrapo, vai pegar um monte de coisa diferente. Eu não acharia que essa é a melhor maneira de tratar esse tema.

A questão é que há vários regimes tributários com regras diferentes. Tem gente que pagou na Pessoa Jurídica 34% e outros que pagaram na Pessoa Jurídica 5%.

Se na Pessoa Física ambos pagarem menos do que 10% da renda declarada, eles serão cobrados pela diferença até atingir 10% de alíquota média efetiva [segundo a nova proposta do governo], sem considerar que pagaram valores diferentes na jurídica.

Esse tema está sendo tratado desse jeito porque a área política do governo convenceu o Lula que, para deixar a esquerda mais feliz, como contrapartida de um programa de contenção de gastos, teria que vir alguma coisa na direção de melhorar a progressividade dos impostos e fizeram um esparadrapo. Dado que vai isentar até R\$ 5 mil, é melhor ter esse imposto [sobre os mais ricos].

BBC News Brasil - O desejado ganho eleitoral pode

ser neutralizado com dólar e **inflação** mais altos?

Samuel Pessôa - Como professor de Economia, eu tenho dificuldade em fazer essa avaliação [de impacto político]. A impressão que dá é que o Lula está andando em gelo fino, porque ele fez uma escolha de inverter o ciclo político da despesa pública. Ele, de certa forma rasgou o Maquiavel [autor do clássico O Príncipe].

Você [normalmente] começa o governo com pé no freio do gasto público, arruma a casa, colhe os benefícios aos pouquinhos e, no final, se elege.

E o Lula por uma série de motivos, resolveu inverter e aprovou a emenda constitucional da transição [do governo Bolsonaro para o seu], que colocou R\$ 170 bilhões a mais de gastos públicos permanentemente. Criou um problema pra ele mesmo e, portanto, o governo dele é sequestrado por essa escolha inicial.

E aí ele está fazendo uma conta de chegada: se ele não fizer nada [para conter os gastos públicos], o câmbio explode muito, gera **inflação**, eles perdem a eleição em 2026. Se ele fizer muita coisa, como o ajuste fiscal que ele está fazendo, já não é no início do governo, ele só tem um horizonte de dois anos, e essa arrumação de casa demora um tempo pra maturar. Então, talvez ele arrume a casa e ele não tenha tempo de colher os benefícios para se reeleger.

Ou seja, se ele não fizer nada, ele desorganiza muito a economia e chega mal em 2026. Se ele fizer o que precisa fazer, vai ser ruim no curto prazo, não dá tempo de ele colher, e aí também chega mal em 2026.

Então, o presidente Lula está tendo que fazer esse cálculo, que é uma conta de chegada difícil. Ele ganhou cinco eleições presidenciais [contando duas vitórias de Dilma Rousseff], ele entende desse business muito melhor do que eu. Mas parece que ele está brincando com fogo. Parece que, talvez, ele tenha errado o cálculo. Mas isso a gente vai ter que esperar a prova do pudim nas eleições e ver se ele ganha ou não.

BBC News Brasil - O dólar disparou após o pacote, o que levou parte da esquerda a criticar o mercado. O que explica a disparada do dólar? Tem fundamento?

Samuel Pessôa - Se a gente olhar os fundamentos do câmbio, da economia brasileira, não tem fundamento. O Brasil está hiper barato. Você pega uma empresa brasileira avaliada em reais, aplica esse câmbio e calcula ela em dólar, ela está super barata.

A gente tem uma situação externa sólida, vai entrar poço do petróleo ano que vem, do pré-sal [trazendo

mais dólares pro país com exportação]. A gente não tem uma situação externa problemática. Então, se a gente olhar fundamentos de comércio internacional e de contas externas, o câmbio deveria ser R\$ 4,50.

Agora, é difícil a esquerda entender o problema porque a esquerda adora uma teoria conspiratória, e a esquerda acha que o mercado financeiro são três ou quatro caras poderosos que fazem um cartel entre si que comanda os preços. Não é assim. São milhares de pessoas de forma descentralizada, tomando decisões. Não tem conspiração, não tem coordenação. São as pessoas olhando [o cenário econômico] e defendendo o seu patrimônio, tomando as melhores decisões que elas podem, com as informações que elas têm.

Então, eu devolvo a pergunta para a esquerda: a Selic está em 11,25%, ela vai até 13,5% provavelmente, o país está hiper barato, o câmbio está quase seis reais, por que o mundo todo não está pondo dinheiro aqui dentro? Tudo bem, [eles acham que] a Faria Lima é conspiradora, não gosta do PT, não gosta do Lula, faz tudo isso [contra o governo]... Por que os fundos de investimento não vêm para cá? Eles são super sofisticados, é gente inteligente, eles precisam ganhar dinheiro. Aí tem um país inteiro hiper baratinho, com uma taxa de juros super alta, por que eu não ponho meu dinheiro lá para ganhar dinheiro? E as pessoas não estão vindo para cá.

Não faz sentido esse argumento, é uma loucura. Se o mundo todo não está vindo investir aqui, é porque o mundo está vendo um risco que tem que ser encaminhado. Porque desequilíbrio fiscal não é uma coisa pequena.

Qual o desequilíbrio fiscal brasileiro? Com as regras que nós temos, necessariamente a gente vai ter uma crise fiscal futura. Não é que tem desperdício do Estado brasileiro, não é que o Estado brasileiro joga dinheiro fora. O que acontece é que a gente tem regras, e a simples operação dessas regras obriga a uma trajetória da dívida pública que é explosiva.

Isso significa que a nossa sociedade não consegue se entender. Existe um conflito distributivo aberto, que não está solucionado. Agora, uma sociedade que vive conflito distributivo aberto e não soluciona, é uma sociedade que não tem estabilidade, em que ninguém vai investir, e quem tem dinheiro tira. Isso que está acontecendo.

BBC News Brasil - As regras que você cita são as despesas obrigatórias?

Samuel Pessôa - Exatamente. A gente tem um problema de despesas obrigatórias que crescem a

uma velocidade maior do que a economia. Lá com o [governo Michel] **Temer**, a gente resolveu esse problema [adotando o teto de gastos, que limitava o aumento das despesas à **inflação**]. Aí a sociedade não aceitou, elegeu o Lula, o Lula repôs esses problemas.

BBC News Brasil - Críticos do teto de gastos adotado no governo **Temer** dizem que a regra levou ao sucateamento de alguns serviços públicos, que ficaram com menos receitas.

Samuel Pessôa - Eu entendo perfeitamente. Então, esse que é o conflito distributivo. As pessoas querem o Estado maior, mas aí essas mesmas pessoas não querem pagar mais imposto. E o mundo todo diz: naquela sociedade, os caras não se entendem. Caíram numa crise fiscal profunda, aí impicharam a presidente e arrumaram a coisa. Aí teve uma eleição, o novo presidente não gosta dessa arrumação, a sociedade não gosta, ele desfaz a arrumação e volta os problemas que tinha antes.

BBC News Brasil - Como avalia as medidas para cortes de gastos, como a limitação do aumento do salário mínimo?

Samuel Pessôa - O governo diz que vai colocar a regra do salário mínimo dentro do arcabouço fiscal [limitando o reajuste anual a 2,5% acima da **inflação**].

Isso quer dizer que a taxa de crescimento do salário mínimo real será a mesma taxa de crescimento do gasto total. O problema é o seguinte: as políticas públicas vinculadas ao mínimo crescem pela soma da taxa de crescimento do valor real do benefício com a taxa de crescimento do número de beneficiários.

Ora, o número de beneficiários no Brasil cresce com a demografia. Essencialmente é a terceira idade [pessoas que estão envelhecendo e se aposentam pelo **INSS**, com aposentadoria vinculada ao salário mínimo].

Bem, então a demografia que importa no nosso Welfare State [Estado do bem-estar social] é mais ou menos a terceira idade, o pessoal que está chegando aos 60 anos. Ora, no Brasil, 60 anos atrás, a taxa de crescimento populacional era quase 3%. Então, a quantidade de benefícios cresce a 3%, o valor real cresce a 2,5%, deu 5,5%.

Então, todas as políticas públicas do Estado de bem-estar social brasileiro, vinculado ao mínimo, por essa regra, tem que crescer 5,5%. Mas a economia cresce a 2,5% [essa taxa varia ano a ano, mas tem se mantido baixa na média]. Isso é uma impossibilidade lógica. Então, só pra te dar um exemplo das limitações

do pacote.

Quando a gente pôs, lá no governo **Temer**, o salário-mínimo crescendo em termos reais a zero, não é porque o **Temer** é malvado e quer ferrar pessoas. É que, dada a demografia brasileira, é muito difícil dar aumentos reais de salário mínimo na atual circunstância nossa.

Aumento real de salário-mínimo contrata uma crise fiscal, uma crise fiscal contrata **inflação**, desorganização de emprego, outras coisas que são muito ruins. Ou ninguém se lembra de 2014 e 2016? A crise não aconteceu, foi uma invenção nossa?

BBC News Brasil - Como está seu otimismo para a votação do pacote no Congresso?

Samuel Pessôa - Eu estou otimista com o Congresso. Se a gente olhar, o Congresso, nesse terceiro mandato do presidente Lula, tem sido muito parceiro do Executivo. Aprovou a **reforma tributária**, aprovou o arcabouço fiscal, aprovou um conjunto imenso de regras e leis que o ministro Haddad enviou para o Congresso Nacional para reduzir oportunidades de planejamento tributário [brechas para pagar menos **impostos**]. Tudo isso passou pelo Congresso.

Então, o Congresso não tem sido nenhum empecilho a ajuste fiscal. Tem a questão das emendas impositivas que, no meu entender, são muito ruins. Elas apareceram por um motivo: a sociedade elegeu presidentes fracos, tanto Dilma Rousseff como Jair Bolsonaro, e aí, quando o presidente é fraco, o Congresso vai lá e ocupa o lugar. Desfazer depois fica difícil.

Espero que o presidente Lula, com todo o talento dele, consiga, pelo menos em parte, desfazer. Uma parte já foi feita, é um dos efeitos positivos desse pacote, que prevê uma limitação para o crescimento das emendas e pega outra parte das emendas e põe metade na área da saúde. São medidas positivas.

BBC News Brasil - Como avalia o desempenho do ministro Fernando Haddad, levando em conta as disputas internas dentro do governo?

Samuel Pessôa - Eu acho que Haddad está fazendo o melhor que ele pode. Eu avalio positivamente o trabalho dele. A gente sabe que esse ruído que deu, do anúncio de um pacote fiscal junto com uma desoneração, foi uma derrota pessoal dele. O presidente arbitrou [a disputa com a Fazenda] e a área política, digamos assim, ganhou.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/isencao-de-ir-ate-r-5-mil-e-medida-eleitorea-de-lula-afirma>

***economista-samuel-
pessoa,f5161daa7c61f1a106a2ff911c621ca59dx4q9js.htm
/***

Cortes afetam salário mínimo, BPC e militares

» **MAYARA SOUTO** » **FERNANDA STRICKLAND**

O governo detalhou, ontem, o pacote de propostas com o qual pretende reduzir os gastos públicos em até R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos. As medidas incluem mudanças no salário mínimo, na aposentadoria de militares, no abono salarial e nas regras para benefícios sociais, além de alteração no Imposto de Renda (leia reportagem na página ao lado). O pacote ainda depende do aval do Congresso para entrar em vigor.

Os textos serão enviados ao Parlamento, em parte, como proposta de emenda à Constituição (PEC) e, em outra, como projeto de lei complementar.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que pretende pautá-los com agilidade.

"O nosso compromisso, no Senado, é que tão logo a Câmara dos Deputados aprecie a proposta de emenda à Constituição e o projeto de lei complementar, o Senado submeta diretamente ao plenário para que possa ser ratificado, em revisão, aquilo que a Câmara fizer em relação a esse pacote", frisou.

Conforme as propostas, o salário mínimo continuará a ter aumento real, ou seja, acima da **inflação**, com base no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos anteriores. No entanto, o reajuste será limitado a 2,5% ao ano, mesmo que o **PIB** cresça acima desse percentual.

Essa mudança afetará aposentados e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que deixarão de receber R\$ 6 mensais em 2025.

"Isso significa que o salário mínimo pode, inclusive, subir em anos de recessão, mas, ao mesmo tempo, se tiver um aumento muito grande do **PIB**, o crescimento será limitado", explicou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto.

As regras para acesso ao BPC serão endurecidas, focando em pessoas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

O cálculo de renda passará a incluir ganhos de cônjuge, irmãos, filhos e enteados, mesmo que não

vivam na mesma residência.

Será obrigatória a atualização de cadastros desatualizados há mais de dois anos.

"Dos 3 milhões de beneficiários do BPC, 1 milhão não tem a CID (Classificação Internacional de Doenças) no sistema, ou seja, falta o código que diz a deficiência que a pessoa tem. Desse total, 75% foram decididos por liminar judicial. Faremos um esforço para periciar e garantir que apenas quem tem direito continue recebendo", declarou o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Já o abono salarial do PIS/Pasep será gradualmente reduzido.

Atualmente, são beneficiados trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos** que receberam salário mensal médio de até dois salários mínimos.

Com o ajuste, os beneficiados serão os que recebem até 1,5 salário mínimo.

Servidores O governo propõe regulamentar a lei que coíbe supersalários de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Isso impedirá pagamentos acima do teto constitucional, atualmente fixado em R\$ 44.008,52 mensais.

Em relação aos militares, o pacote define o fim da morte ficta - quando um militar é condenado por um crime ou expulso do serviço e recebe pensão como se tivesse morrido. Atualmente, a família também tem direito de receber 100% da pensão.

A aposentadoria militar também será afetada, mas Haddad não detalhou qual será a idade mínima para a reserva remunerada.

Na semana passada, o Correio adiantou que as negociações com as Forças Armadas indicavam que militares poderiam adquirir o direito somente a partir dos 55 anos de idade.

Sobre a transferência de pensão, a medida deve restringir o benefício apenas para familiares de 1ª

ordem (cônjuge ou companheiro e filhos).

Também será instituída uma alíquota de 10% para contribuintes que ganham mais de R\$ 50 mil por mês (R\$ 600 mil anuais). Além disso, as deduções em despesas de saúde no Imposto de Renda serão limitadas a pessoas com renda de até R\$ 20 mil por mês.

Estão previstas mudanças, ainda, no Bolsa Família. Para reforçar o controle do programa, o governo implementará medidas como o uso de biometria para inscrição e atualização cadastral, além de cruzamento de informações com bancos de dados de concessionárias de serviços públicos.

A inscrição de famílias unipessoais estará sujeita a regulamentação mais rigorosa.

"Saímos de um deficit com calotes do governo anterior de mais de 20% de **PIB**, foram mais de R\$ 100 bilhões. Era um grande desafio trazer o deficit para perto do equilíbrio.

No ano que vem, estou muito seguro de que, com as medidas que estão sendo tomadas, vamos ter êxito em cumprir as metas", sustentou Haddad.

(Colaborou Júlia Portela)

"Tivemos uma reunião bastante produtiva (com líderes do Senado).

Eu senti um clima bastante receptivo, grande compreensão daqueles que se manifestaram, dizendo que as medidas estão equilibradas" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

Pacote pode gerar economia de R\$ 327 bilhões até 2030

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem os detalhes do pacote de contenção de gastos, elaborado pela equipe econômica, para tentar equilibrar as contas públicas. O impacto das medidas estimado é de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026. Num horizonte mais longo, a promessa do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, do Planejamento, Simone Tebet, da Gestão, Esther Dweck, das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Secom, Paulo Pimenta, detalharam as medidas em coletiva no Palácio do Planalto na manhã de ontem. O objetivo do corte de despesas é garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal, a nova regra fiscal aprovada em 2023.

Em sua fala de abertura, Haddad disse que as medidas de contenção de gastos não se relacionam diretamente com a reforma da renda, que será enviada agora para discussão no Congresso em 2025, para valer em 2026. A proposta busca isentar de Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil e criar um imposto mínimo para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês. "Não queremos confundir o tema **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou.

Foram quatro semanas de discussão das medidas com o Planalto. Haddad levou ao presidente um cardápio de medidas para frear o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias, que ameaça a sobrevivência do arcabouço. As linhas gerais anunciadas na noite de quarta-feira pelo ministro da Fazenda em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV indicam que o pacote foi desidratado antes mesmo da divulgação. O governo estava pressionado por investidores para apresentar medidas que garantissem o equilíbrio das contas públicas.

O pacote encerra um imbróglio de meses e a queda de braço entre a ala de aliados de Lula mais fiscalista e outra mais desenvolvimentista. O pacote chega ao Congresso faltando um mês para o início do recesso parlamentar e com uma agenda carregada de votações na área econômica. As medidas de contenção de despesas serão enviadas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar. A expectativa do governo é que elas sejam aprovadas até o fim deste ano.

salário mínimo

A mudança na regra do salário mínimo vai tirar R\$ 94 do valor do piso salarial até 2030, segundo projeções do Ministério da Fazenda. Pela legislação atual, que prevê ganho real pelo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, o salário mínimo subiria a R\$ 1.521 no ano que vem e alcançaria R\$ 2.020 em 2030. A proposta do governo, se aprovada, levará o piso a R\$ 1.515 em 2025, uma diferença de R\$ 6. Em 2030, o novo valor será de R\$ 1.926, ou R\$ 94 a menos do que sob a regra atual, segundo as estimativas do Executivo.

Como contraponto político, o governo também divulgou quanto ficaria o salário mínimo caso a atualização se desse apenas pela **inflação** medida pelo INPC. Essa foi a política que prevaleceu na gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Só com a reposição da **inflação**, o salário mínimo ficaria em R\$ 1.478 no ano que vem e chegaria a R\$1.719 em 2030.

A nova regra do salário mínimo prevê que o ganho real do piso seguirá vinculado ao crescimento do **PIB** de dois anos antes, mas vai oscilar entre 0,6% e 2,5% ao ano, conforme a expansão do limite do arcabouço fiscal. Caso a expansão do arcabouço seja 2,5% acima da **inflação**, o piso poderá ter ganho real de até 2,5%. Se a correção do limite for de 2%, o mesmo valerá para o salário mínimo. O percentual, porém, será um teto. Isso significa, na prática, que é possível haver um aumento menor no salário mínimo do que a ampliação do limite de despesas em determinado ano.

Em uma situação hipotética na qual o arcabouço tenha alta real de 1,5%, mas o **PIB** de dois anos antes tenha crescido menos, 1% por exemplo, o ganho real do salário mínimo será avariação do **PIB** (ou seja, 1%). O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, ressaltou, porém, que essa situação não deve ocorrer nos próximos anos, pelas estimativas do governo. O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou que a regra terá um componente anticíclico. "A gente não tem isso nas projeções, mas temos que considerar. Se eventualmente (o **PIB**) crescer menos de 0,6%, vai ter uma regra anticíclica para o salário mínimo, que vai crescer pelo menos 0,6%", afirmou. O percentual de 0,6% é também a correção mínima do arcabouço

acima da **inflação**.

imposto de renda

As pessoas que ganham acima de R 7.500 mensais terão isenção do Imposto de Renda (IR) até o valor de dois salários mínimos. A isenção completa, de até R\$ 5.000, proposta pelo governo não vai alcançar esses contribuintes Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, essa restrição reduz o impacto da medida na perda de arrecadação. Ele atribui o desconhecimento desse detalhe a projeções superestimadas de analistas do mercado financeiro sobre o impacto da medida. A faixa de isenção válida atualmente é de até dois salários mínimos (R\$ 2.824). Se aprovada pelo Congresso, a mudança só entrará em vigor em 2026.

**

FUNDO CONSTITUCIONAL

Uma das medidas do pacote de corte de gastos do governo federal, detalhado ontem, prevê mudança no modelo de reajuste anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Esse fundo é abastecido pela União para custear despesas de pessoal do Distrito Federal, principalmente com as áreas de segurança pública, saúde e educação. A justificativa para sua existência é que o governo distrital deve cuidar do espaço ocupado pela administração federal, em Brasília, e até mesmo de outros países, por meio de suas embaixadas. A proposta do governo Lula prevê que os recursos do fundo sejam corrigidos pela **inflação**, calculada pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Atualmente, a variação se dá como base na Receita Corrente Líquida, que tem tido crescimento maior.

**

SALÁRIO MÍNIMO

- Antes: O reajuste do salário mínimo, além de compensar a **inflação** do ano anterior, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro, tem também um ganho real igual ao **PIB** de 2anos anteriores.

- Agora: O crescimento real acima da **inflação**, com base no **PIB** será mantido; porém, ficará limitado ao arcabouço fiscal de 2,5%.

- Economia para os cofres públicos em 2025: R\$ 2 bilhões

ABONO SALARIAL

- Antes: Têm direito ao abono salarial os trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos (R\$2.824) por mês, desde que tenham

atuado por pelo menos 30 dias com carteira assinada e estejam inscritos no PIS ou no Pasep há pelo menos cinco anos.

- Agora: Inicialmente, o abono será pago a trabalhadores que recebem, no máximo, R\$ 2.640. Esse valor sofrerá reajustes anuais com base apenas na **inflação**, até atingir o montante equivalente a 1,5 salário mínimo, quando se tornará fixo.

- Mesmo com as mudanças, as despesas do governo com o pagamento do abono devem subir dos R\$ 28,3 bilhões autorizados em 2024 para R\$ 30,6 bilhões em 2025.

APOSENTADORIA DE MILITARES

- Antes: Os militares precisavam permanecer na ativa por, pelo menos, 35 anos antes de entrarem na reserva remunerada. Até uma reforma recente, realizada em 2019, o período mínimo em serviço era ainda menor, de 30 anos. Na prática, coronéis e generais de brigada podem ir para a reserva com idades entre 52 e 54 anos. Os militares têm um fundo de saúde próprio, mas o valor mínimo de colaboração varia de acordo com cada Força e com o número de dependentes: a alíquota máxima é de 3,5%.

- Agora: Será estabelecida, de maneira progressiva, a idade mínima de 55 anos para que os militares entrem na reserva remunerada. No entanto, ainda não foi estabelecida uma regra de transição para que os servidores das forças armadas permaneçam por mais tempo nos cargos. Ademais, a reforma acabaria com a chamada "morte ficta", extinguindo o direito à pensão de militares expulsos, e eliminaria a transferência de pensão. Por fim, propõe a fixação da remuneração para o fundo de saúde em 3,5% até janeiro de 2026.

- A proposta de orçamento de 2025 prevê um déficit projetado de R\$ 33,28 bilhões para a inatividade militar; já o déficit para as pensões de militares será de R\$18,05 bilhões.

SUPERSALÁRIOS

- Antes: Já existia um teto salarial de R\$ 44.008,52 para **servidores públicos** do Executivo, Legislativo e Judiciário, mas há exceções.

- Agora: O teto salarial será respeitado em todos os poderes e esferas, o que acabaria com os acréscimos, com exceção apenas dos básicos previstos pela Constituição, como férias, 13º, descanso semanal

remunerado, adicional noturno e de insalubridade e auxílio alimentação.

EMENDAS PARLAMENTARES

- Antes: O montante global das emendas parlamentares vinha crescendo fora do limite das regras fiscais.

- Agora: O crescimento das emendas impositivas ocorrerá de acordo com arcabouço fiscal (que, atualmente, é de 2,5%): para que haja respeito a esse limite, as emendas não impositivas seriam vedadas. Ademais, 50% dos valores das emendas de Comissões seriam, necessariamente, destinadas ao SUS. O plano ainda estabelece barreiras às emendas em despesas discricionárias do Executivo, bloqueando-as proporcionalmente aos bloqueios do Poder e limitando o total a 15%.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

- Antes: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é concedido a idosos com pelo menos 65 anos ou a pessoas com deficiência em qualquer idade: o valor mensal equivale a um salário mínimo.

- Agora: pessoas incapacitadas à vida independente e ao trabalho serão focalizadas. Também haverá maior rigor. A concessão do benefício seria condicionada à renda do cônjuge ou do "companheiro não coabitante" e de irmãos, filhos e enteados (não apenas solteiros). A proposta também estabelece uma verificação obrigatória para cadastros sem atualizações há 24 meses, que fica condicionada ao cadastro de biometria, exigência que também vale para as novas inscrições. Há ainda a determinação que, em uma mesma família, a renda de um benefício volta a contar para acesso a outro benefício.

- Mesmo com as mudanças, as despesas do governo com o pagamento do abono devem subir dos R\$111,8 bilhões autorizados em 2024 para R\$118,4 bilhões em 2025.

BOLSA FAMÍLIA

- Hoje, essencialmente, têm direito ao programa as famílias cuja renda per capita seja de, no máximo, R\$ 218 por mês.

- A nova regra prevê a manutenção das exigências já em vigor, mas restringe os pagamentos em municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento. Além disso, estabelece uma verificação obrigatória para cadastros sem atualizações há 24 meses, que deve ser feita, obrigatoriamente, em domicílio e com cadastro de

biometria: tais exigências também valem para as novas inscrições. Por fim, concessionárias de serviços públicos terão que compartilhar dados cadastrais para cruzamento de informações.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

"Call center do crime" vazou dados de 120 milhões de brasileiros

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Uma quadrilha que operava em todo o país vazou dados de pelo menos 120 milhões de brasileiros, segundo a Polícia Civil do Estado de São Paulo. Ao menos metade dos brasileiros teve dados acessados e possivelmente vendidos pela organização criminosa. O grupo tinha informações funcionais de servidores de Tribunais de Justiça, incluindo juizes e desembargadores, governos de ao menos 15 Estados, autarquias previdenciárias e concessionárias de telefonia.

"Se levarmos em conta a população economicamente ativa, essa proporção (da população atingida) fica até maior. Os dados estão sendo usados para dar uma nova camada aos crimes cibernéticos. Qualquer pessoa pode ser vítima agora", afirmou o delegado Everton Contelli, coordenador da Unidade de Inteligência da Polícia Civil.

Apenas do banco de dados do governo do Estado do Rio de Janeiro, a quadrilha extraiu 170 mil dados de servidores.

"Conseguimos alcançar o call center do crime. Milhões de dados de funcionários públicos, de policiais e de toda a população brasileira, infelizmente, estavam nas mãos dos criminosos", afirmou Contelli.

As investigações, que duraram um ano, começaram após o vazamento de dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), segundo o delegado.

Na manhã desta quinta-feira, policiais civis da área do Departamento de Polícia Judiciária do Interior (Deinter 5) da região de São José do Rio Preto cumpriram nove mandados de busca e apreensão.

"As investigações revelaram que dados da maior parte dos brasileiros podem estar nas mãos de criminosos, o que afronta a Lei Geral de Proteção de Dados e traz vulnerabilidades que facilitam a prática de crimes cibernéticos, o foco da operação", disse, em nota, a Polícia Civil.

Vazamentos de dados no País não são novidade. Em 2021, pacotes de dados com informações pessoais de mais de 223 milhões de brasileiros (incluindo pessoas falecidas) apareceram em fóruns usados por

criminosos digitais. Os dados eram separados por número de CPF e também estavam acompanhados de informações de veículos cadastrados no Brasil. Em 2022, uma pesquisa da americana Tenable indicou que 984,7 milhões de dados/ ano são vazados no País.

QUEM ERAM. O grupo identificado agora é composto por sete pessoas que comercializam dados, por exemplo, de alguns dos principais bancos digitais e empresas de telefonia do País. "As técnicas de investigação revelaram que o grupo realiza uma espécie de enriquecimento dos dados, juntando diversos arquivos de fontes distintas para gerar um maior valor de mercado nos arquivos que são comercializados por demanda", afirma Contelli. Entre os clientes estão empresas de telemarketing, profissionais liberais, empresários e "criminosos que atuam utilizando os dados para lavagem de dinheiro, evasão de divisas e para incrementar a engenharia social dos golpes digitais".

GOLPES E FALSOS SEQUESTROS.

O delegado não descarta o uso das informações para crimes violentos. "Vimos que alguns policiais do Rio de Janeiro que foram mortos recentemente perto de suas casas estavam nos bancos de dados dessa organização. A lista pode estar sendo vendida para o crime organizado", disse. Nomes encontrados na lista aparecem em inquéritos sobre fraudes cibernéticas, como a de uma médica do interior de São Paulo que perdeu R\$ 1,5 milhão no golpe do falso sequestro.

Os mandados foram cumpridos em São Paulo, Campinas, Praia Grande, Bauru e Taubaté, no Estado de São Paulo, e em Londrina e Uraí, no Paraná.

Os investigados vão responder por associação criminosa, invasão de dispositivo informático e violação de segredo profissional.

A operação desta quinta teve relação com a Operação Cyberconnect, deflagrada no dia 7, que resultou em 103 mandados de busca e 19 de prisão, além da apreensão de 107 celulares e 132 imeis (números de identificação dos celulares) em 27 cidades de São Paulo e outros Estados.

Segundo o delegado, o nome da operação foi

escolhido por causa da forma em que os dados das pessoas são armazenados.

"Fizemos a analogia porque o tatu-canastra se alimenta de mel e das larvas de abelhas e rompe a colmeia para extrair seu alimento", disse.

A reportagem entrou em contato com o TJ-SP e o Governo do Rio e não teve retorno até 18 horas. Os investigados não tiveram os nomes revelados pela polícia, o que impossibilitou que a reportagem fizesse contato com as defesas.

Suspeita

Policiais do Rio que foram mortos recentemente perto de casa estavam nos bancos de dados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária e pacote de corte de gastos são prioridade, diz Pacheco

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, reafirmou compromisso de o Senado votar a regulamentação da **reforma tributária** ainda em 2024. Segundo ele, o projeto de lei (PL 68/2024) é prioridade da Casa, juntamente com o pacote sobre corte de gastos federais anunciado esta semana pelo governo. A informação foi dada em entrevista coletiva de Pacheco, após a reunião de líderes ontem. Ele afirmou que o relator do projeto, Eduardo Braga (MDBAM), e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), se comprometeram a votar o texto nas próximas semanas na CCJ, único colegiado que analisará o projeto antes dele ir ao Plenário.

Em novembro, Pacheco afirmou à imprensa que "é natural pedido de vista na CCJ", com duração de uma semana. Agora, Pacheco afirmou que cumprir o prazo é "um grande desafio".

"**Reforma tributária** e pacote de gastos são prioridades que o Senado vai cuidar até o recesso [22 de dezembro]. Fiz um apelo aos líderes que pudéssemos fazer um esforço concentrado. Talvez se reserve a última semana útil antes do recesso para que o Senado possa apreciar tanto a PEC quanto o PLP", disse Pacheco, durante a coletiva. Além da **reforma tributária**, os senadores têm três semanas antes do recesso para aprovar as duas leis orçamentárias (LOA e LDO) e o pacote de gastos que deve ser composto por uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e projeto de lei complementar (PLP).

A assessoria de Braga informou que o senador busca entregar o relatório "o mais rápido possível". O documento já está estruturado, mas ainda em fase de consolidação. Braga precisa se manifestar sobre as quase 1.800 emendas dos senadores ao texto que veio da Câmara dos Deputados. O número não para de crescer: só nessa quarta-feira (27) foram protocoladas mais 18 emendas.

PACOTE A equipe econômica do governo Lula detalhou ontem as propostas para limitar o aumento do salário mínimo, para mudar algumas regras das aposentadorias dos militares e alterar as regras de acesso ao abono salarial, entre outros.

A expectativa do Executivo é de economizar R\$ 70

bilhões com as medidas nos próximos dois anos. Para ter validade, entretanto, as mudanças ainda precisam passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Como um "contraponto" aos cortes, o governo também propôs isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês - promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Atualmente, o limite de isenção é de R\$ 2.824 (até dois salários mínimos).

O objetivo do governo com a proposta de cortes de gastos é tentar manter de pé o chamado arcabouço fiscal, a norma para as contas públicas aprovada no ano passado.

No caso do salário mínimo, o governo propôs mudar o formato de correção, limitando, assim, o aumento real, ou seja, acima da **inflação**, a ser concedido nos próximos anos.

A equipe econômica também quer regulamentar a lei que coíbe "supersalários" de **servidores públicos** do Executivo, Legislativo e Judiciário, ou seja, impedir o pagamento de valores que que extrapolam o teto do funcionalismo. O valor máximo hoje é de R\$ 44.008,52 mensais.

Após reunião de líderes, Presidente do Senado afirmou que cortes e regulamentação devem ser votados ainda neste ano **Reforma tributária** e pacote de corte de gastos são prioridade, diz Pacheco

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6393>

Pacote do governo ameaça Fundo Constitucional do DF

» ISRAEL MEDEIROS » RENATO SOUZA

O pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá impacto direto nas finanças do Distrito Federal, se for aprovado pelo Congresso da forma como está. A equipe econômica quer alterar a forma como são corrigidos os repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, que responde por quase 40% do orçamento da capital federal.

Atualmente, os valores que a União repassa ao Fundo são recalculados pela variação da Receita Corrente Líquida da União (RCL), ou seja, se a arrecadação do governo aumenta, os repasses também se elevam.

O que a equipe de Haddad pretende é que a correção desses valores seja feita considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador que mede a **inflação** no Brasil.

Esse é o indexador oficial do país, usado como base para corrigir salários, aluguéis e até mesmo a poupança.

Para o governo federal, a indexação ao IPCA tornaria os repasses mais previsíveis, já que não aumentariam junto com a arrecadação da União. "O que nós estamos prevendo é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal vai ter a mesma cláusula de reajuste do Fundo (Nacional) do Desenvolvimento Regional, qualquer que seja. Hoje é o IPCA", disse Haddad, ontem, na entrevista coletiva em que detalhou o pacote.

Segundo o ministro, a medida vai colocar o Distrito Federal em pé de igualdade, em termos de correção de valores, com o resto do país. "Não pode haver um descasamento entre o Fundo de Desenvolvimento Regional de um ente federado e o fundo de um país inteiro consagrado na **reforma tributária**. Então, vamos compatibilizar pelo IPCA neste momento aquilo que vai ser acrescido também no espírito de manter as despesas obrigatórias nos limites do arcabouço fiscal." O governo do Distrito Federal argumenta que a mudança significaria menos recursos para a segurança pública, a saúde e a educação.

Em 2020, o primeiro ano com registros de repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o montante

reservado no Orçamento foi de R\$ 15,7 bilhões.

Foi corrigido pela RCL para R\$ 15,86 bilhões em 2021; subiu para R\$ 16,27 bilhões no ano seguinte e alcançou R\$ 23 bilhões no Orçamento do ano passado - alta de 41% em relação ao ano anterior, depois de a arrecadação federal ter alcançado o melhor resultado desde 1995.

Para 2024, o Orçamento da União previu R\$ 23,38 bilhões para o FCDF, sendo aproximadamente R\$ 10,7 bilhões para a segurança pública, R\$ 7 bilhões para a saúde e R\$ 5,5 bilhões para a educação. O montante representa 38% do orçamento total do DF neste ano.

Se a correção pelo IPCA já estivesse valendo no fim de 2023, o valor do repasse teria subido em R\$ 1,06 bilhão, considerando que a **inflação** acumulada de 2023 foi de 4,62%. Com a regra atual, o repasse aumentou em apenas R\$ 380 milhões, o que corresponde a uma alta de apenas 1,65% em relação ao ano anterior.

Ofensiva Em 2023, o governo federal atuou para que o texto do marco fiscal incluísse a mesma mudança na correção dos valores do Fundo. Segundo os cálculos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do GDF, o Distrito Federal poderia deixar de receber R\$ 87 bilhões ao longo de 10 anos, caso a correção fosse alterada pelo novo arcabouço fiscal e vinculada ao IPCA.

À época, o relator do texto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-PA), resistiu aos apelos do GDF para retirar essa mudança do texto.

No Senado, no entanto, a situação foi outra. Acompanhado de deputados e senadores do DF (incluindo parlamentares de espectros políticos opostos), o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi à casa do relator do texto na Casa Alta, Omar Aziz (PSD-AM), para pedir a retirada do FCDF do marco fiscal. Ele foi bem-sucedido, e o texto acabou sendo aprovado no Senado mantendo a correção pela RCL.

Saiba mais

Segurança na sede dos Três Poderes

O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi estabelecido pela Constituição de 1988 e ganhou o atual formato em 2002.

O objetivo é custear a organização e a manutenção das polícias Civil, Militar e Penal e do Corpo de Bombeiros. A criação do fundo foi justificada pelo fato de que Brasília, como capital do país, precisa garantir a segurança das sedes e demais anexos dos Três Poderes, além de proteger as autoridades.

O dinheiro também é usado pelo GDF para a execução de serviços públicos. O FCDF é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

No Portal da Transparência do Distrito Federal, é possível acompanhar o montante reservado para cada ano e quanto já foi pago. Já as licitações feitas com recursos provenientes do Fundo pela PM, Polícia Civil e pelos Bombeiros são detalhadas nos sites de cada corporação, a fim de garantir a transparência dos recursos.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

Mercado reage e dólar dispara cotado a R\$ 5,99

O dólar disparou 1,30% ontem e fechou a sessão cotado a R\$ 5,990, depois de chegar a R\$6 pela primeira vez na história durante o período de negociações. Com isso, a moeda norte-americana renovou o recorde de valor nominal pelo segundo dia consecutivo. Até quarta-feira, quando marcou R\$ 5,913, o maior patamar já registrado era de R\$ 5,905, atingido no dia 13 de maio de 2020, no estouro da pandemia de COVID-19. A base nominal desconsidera a **inflação** do cálculo.

A forte disparada no câmbio foi em reação às medidas de ajuste fiscal do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), notadamente a reforma do Imposto de Renda (IR) e os detalhes do pacote de contenção de gastos públicos, aguardados desde outubro. O mal-estar começou na quarta-feira, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi à rede nacional para explicar o pacote à população. De um lado, anunciou o aumento da isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha até R 5.000 - uma das promessas de Lula enquanto ainda candidato à presidência.

De outro, afirmou que o pacote de contenção de gastos, costurado há semanas pela Fazenda, terá impacto de R\$ 70 bilhões nas contas públicas até 2026. Num horizonte mais longo, a previsão é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. O montante foi revelado por Haddad em entrevista coletiva ontem, na qual detalhou as medidas fiscais ao lado da equipe econômica do governo. Nela, Haddad disse que os cortes não se relacionam diretamente com a reforma da renda, que inclui a proposta de aumento da faixa de isenção do IR.

"Não queremos confundir o tema da **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou. Para o mercado financeiro, o problema foi comunicar as duas medidas ao mesmo tempo - especialmente em um momento de grande expectativa pelo pacote de cortes. "Os investidores provavelmente receberiam de braços abertos esse valor significativo de R\$ 70 bilhões, mas a surpreendente medida de isentar os salários até R\$ 5.000 conteve o otimismo", avalia Eduardo Moutinho, analista de mercados do Ebury Bank.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Pacote causa indignação no GDF

CAROLINA FREITAS redacao@gruposjbr.com

O Governo do Distrito Federal (GDF) foi surpreendido com o pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que inclui uma mudança no modelo de reajuste anual do Fundo Constitucional do DF (FCDF). A alteração afeta negativamente a economia da capital federal, sendo prevista uma redução dos repasses para o fundo, por parte da União, de mais de R\$ 800 milhões por ano. Em 15 anos, o impacto estimado é de R\$ 12 bilhões.

Com a proposta, o Governo Federal prevê que os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos pela **inflação**, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). Atualmente, o FCDF é reajustado todos os anos com base na variação da Receita Corrente Líquida (RCL), que tem tido crescimento maior. Os repasses do Fundo do DF são oriundos da União e destinados para segurança, saúde e educação.

O governador Ibaneis Rocha disse que a proposta é mais uma tentativa do Governo Federal em atingir a população do DF. "Tentaram e não conseguiram no ano passado. Agora recolocam essa medida absurda.

Vamos debater e reunir a população do DF e a nossa classe política de forma unida para demonstrar o quão inapropriada é essa medida.

Contamos com a compreensão das lideranças do congresso nacional, com as quais vamos dialogar abertamente", salientou.

Sendo contra a medida, Ibaneis enfatizou que o Fundo Constitucional é de extrema importância para o DF. "Eu me posicionei contra a medida anunciada pelo Governo Federal sobre a redução do valor do fundo, pois tenho ciência da importância para o DF manter toda a classe política e todos os poderes aqui reunidos. Sou contrário à proposta e tenho certeza de que toda a classe política do DF e brasileira, bem como as lideranças do Congresso Nacional, entende que o fundo é importante para nós e concorda que essa medida é insustentável e prejudicial para nossa cidade", frisou o governador.

O chefe do Executivo também afirmou que juntamente com os parlamentares, deputados federais, distritais e senadores, vai trabalhar para que a medida seja apenas mais uma especulação. "O Governo Federal precisa compreender a importância do Fundo

Constitucional para o DF, que abriga e sustenta todos os poderes", completou Ibaneis.

A ideia é que o Fundo Constitucional do DF tenha a mesma cláusula de reajuste do Fundo de Desenvolvimento Regional, que atualmente é o IPCA. "A questão específica da emenda constitucional que criou o Fundo de Desenvolvimento da **Reforma Tributária** [voltado aos estados de forma geral] prevê capitalização que chega em 2042 a R\$ 60 bilhões. O que estamos prevendo é que o Fundo do DF vai ter a mesma cláusula de reajuste do Fundo do Desenvolvimento Regional, qualquer que seja. Hoje é o IPCA, mas não pode haver um descasamento de um ente federado e do país inteiro", afirmou o ministro Haddad.

Impacto no reajuste de servidores O secretário de Economia, Ney Ferraz, enfatizou que a medida vai inviabilizar a possibilidade de reajustes para servidores. "Mais uma vez o Governo Federal ataca a população do DF ao ameaçar cortes no Fundo Constitucional. Essa medida vai inviabilizar as negociações de reajuste com a segurança pública, saúde e educação, além de reduzir os investimentos nessas áreas".

"Estamos falando de uma redução de mais de R\$ 800 milhões por ano, caso seja implementado. Ao longo de 15 anos, esse impacto é estimado em R\$ 12 bilhões", acrescentou Ferraz. Ao Jornal de Brasília, o secretário criticou fortemente a proposta, ressaltando que o fundo é protegido pela Constituição Brasileira.

"Como não tem como acabar com o fundo, estão mais uma vez buscando subterfúgios para diminuir os repasses e prejudicar a gestão do governador Ibaneis Rocha.

Por que não debatiam cortes no fundo durante a gestão do PT aqui no DF?", questionou. "O presidente Lula precisa saber que o reflexo disto é na qualidade de vida de três milhões de pessoas.

Quem vai pagar a conta é o povo de Brasília. É certo atacar o povo para prejudicar uma gestão? Eu acho uma postura injusta e desleal com a população de Brasília", finalizou Ney.

Durante o Fórum Nacional dos Governadores, realizado ontem, foi proposto pelos chefes dos Executivos de todo o país a criação de uma comissão para avaliar o impacto do pacote de corte de gastos

anunciado pelo Governo Federal nas receitas estaduais e do DF. Além disso, os gestores deliberaram por convidar o ministro Haddad para participar da próxima reunião do fórum para debater o tema. Os governadores voltam a se reunir em 10 de dezembro.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18334>

Economia de R\$ 327 bilhões

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem os detalhes do pacote de contenção de gastos elaborado pela equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas. O impacto das medidas estimado é de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026.

Num horizonte mais longo, a promessa do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030.

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Secom) detalharam o pacote em coletiva no Palácio do Planalto na manhã de ontem. O objetivo das medidas de corte de despesas é garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal, a nova regra fiscal aprovada em 2023.

Em sua fala de abertura, Haddad disse que as medidas de contenção de gastos não se relacionam diretamente com a reforma da renda, que será enviada agora para discussão no Congresso em 2025, para valer em 2026. A proposta busca isentar de Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil e criar um imposto mínimo para quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês.

"Não queremos confundir o tema a **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou.

As linhas gerais anunciadas na noite da última quarta-feira pelo ministro da Fazenda em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV indicam que o pacote foi desidratado antes mesmo da divulgação.

O governo estava pressionado por investidores para apresentar medidas que garantissem o equilíbrio das contas públicas. O pacote encerra um imbróglio de meses e a queda de braço entre a ala de aliados de Lula mais fiscalista e outra mais desenvolvimentista.

O pacote chega ao Congresso a um mês para o início do recesso parlamentar e com uma agenda carregada de votações na área econômica.

As medidas de contenção de despesas serão enviadas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar. A expectativa do governo é que elas sejam aprovadas até o fim deste ano.

Lula afirmou que o pacote é uma "medida

extraordinária", porque é necessário cumprir as regras do arcabouço fiscal.

**

ENTRE OS PRINCIPAIS PONTOS DO PACOTE DE GASTOS, ESTÃO:

SUPERSALÁRIOS

A ideia é buscar um acordo no Congresso para aprovação do projeto de lei que regulamenta os supersalários - para limitar a poucas exceções (conhecidos como penduricalhos) o pagamento fora do teto remuneratório do funcionalismo, que tem como base o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atualmente em R\$ 44 mil.

MILITARES

A criação de idade mínima de 55 anos para aposentadoria (hoje só são exigidos 35 anos de serviço), que será alcançada de forma progressiva. Também será extinta a transferência de pensões e a pensão para os chamados "mortos fictícios", como são chamados os expulsos das Forças Armadas. Nesses casos, a família passará a ter acesso ao auxílio-reclusão.

AUMENTO DO IMPOSTO PARA SUPER-RICOS

Para compensar a ampliação da isenção do IR, o governo pretende introduzir uma alíquota efetiva de 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês. A medida pretende fazer que pague mais **tributos** quem se aproveita da conversão rendimentos de pessoas físicas em rendimentos de empresas. Nada muda para quem trabalha com carteira assinada e recebe mais de R\$ 50 mil porque essas pessoas já pagam alíquota de 27,5%. Atualmente, segundo o governo, o 1% mais rico da população paga alíquota efetiva de 4,2% de Imposto de Renda. Para o 0,01% mais rico, a alíquota efetiva é 1,75%.

**

Novo cálculo para o salário mínimo

A proposta é limitar o ganho real do salário mínimo, que vai acompanhar as mesmas regras do arcabouço fiscal - cujo limite de despesas tem expansão real de 0,6% a 2,5% ao ano.

Pela regra atual, o salário mínimo teria ganho real de 2,9% em 2025, conforme o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Em 2026, a alta seria acima de 3%, considerando as projeções para o crescimento neste ano.

Em ambos os casos, a valorização supera o ritmo de expansão do arcabouço, o que por si só poderia criar uma pressão por dentro da regra, levando ao achatamento de outras despesas.

A proposta mantém o ganho real do salário mínimo pelo crescimento do **PIB** de dois anos antes, mas limita a variação à correção do arcabouço. Segundo a Fazenda, a medida deve poupar R\$ 2,2 bilhões em 2025 e R\$ 9,7 bilhões em 2026.

A conta considera um aumento de 2,5% acima da **inflação** no ano que vem, no limite permitido pela regra fiscal, e de 2% em 2026, em linha com a expansão prevista para o teto de despesas naquele ano.

Com o passar o tempo, a economia fica maior, chegando a R\$ 35 bilhões em 2030.

Na prática, amudança na regra do salário mínimo vai tirar R\$ 94 do valor do piso salarial até 2030, segundo projeções da Fazenda.

Pela legislação atual, o salário mínimo subiria a R\$ 1.521 em 2025 e alcançaria R\$ 2.020 em 2030.

A proposta do governo, se aprovada, levará o piso a R\$ 1.515 em 2025, uma diferença de R\$ 6. Em 2030, o novo valor será de R\$ 1.926, ou R\$ 94 amenos do que sob a regra atual, segundo as estimativas do Executivo.

Como contraponto político, o governo também divulgou quanto ficaria o salário mínimo caso a atualização se desse apenas pela **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Só com a reposição da **inflação**, o salário mínimo ficaria em R\$ 1.478 no ano que vem e chegaria a R\$ 1.719 em 2030.

**

Dólar beira os R\$ 6 em repercussão

O dólar disparou 1,30% ontem e fechou a sessão cotado a R\$ 5,990, depois de chegar a R\$ 6 pela primeira vez na história durante o período de negociações.

Com isso, moeda norte-americana renovou o recorde

de valor nominal pelo segundo dia consecutivo.

Até quarta-feira (27), quando marcou R\$ 5,913, o maior patamar já registrado era de R\$ 5,905, atingido no dia 13 de maio de 2020, no estouro da pandemia de covid-19.

A forte disparada no câmbio foi em reação às medidas de ajuste fiscal do governo, notadamente a reforma do Imposto de Renda (IR) e os detalhes do pacote de contenção de gastos públicos, aguardados desde outubro.

Para o mercado financeiro, o problema foi comunicar as duas medidas ao mesmo tempo, ?especialmente em um momento de grande expectativa pelo pacote de cortes. "Os investidores provavelmente receberiam de braços abertos esse valor significativo de R\$ 70 bilhões, mas a surpreendente medida de isentar os salários até R\$ 5 mil conteve o otimismo", avalia Eduardo Moutinho, analista de mercados do Ebury Bank.

"É difícil interpretar o anúncio de outra forma que não como uma tentativa de recuperar o apoio popular após a notável perda de fôlego da esquerda, resultante das eleições municipais e da vitória de Donald Trump nos Estados Unidos. A inclusão de medidas ambíguas é sinal do que podemos esperar nos próximos dois anos: um governo que faz o possível para atingir o mínimo resultado econômico aceitável e garantir o apoio popular", completou.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18334>

Austeridade e equilíbrio fiscal são fundamentais (Artigo)

Eduardo Riedel é governador de Mato Grosso do Sul

Por crença num novo modelo de gestão pública, o Mato Grosso do Sul manteve intocada a menor alíquota modal de ICMS em vigência no país, ao contrário de outros estados, que optaram por recalibrá-la em busca de uma arrecadação mais vigorosa e de uma média de referência alta para compensar perdas previstas nos primeiros anos da reforma tributária.

Essa ousadia entrega agora a equação mais vistosa entre todas as unidades federadas do Brasil, ainda que crie apertos de caixa esperados e óbvios desconfortos para quem sempre resolveu deficiências crônicas do estado pelo caminho mais fácil - penalizar quem trabalha e produz.

Ser um dos estados "mais baratos" do país não impossibilitou que o MS alcançasse a Capag A+, a maior nota para capacidade de pagamento e saúde fiscal auditada pelo Tesouro Nacional. E a austeridade da Capag A4- também não impediu que o MS se tornasse o estado que mais investe no país.

Estamos entre as unidades da Federação com maior investimento per capita e, não por mero acaso, o terceiro maior crescimento do PIB. Tudo isso impactou decisivamente o tecido social. Temos praticamente pleno emprego e somos o estado mais próximo da desafiadora e até então distante fronteira da erradicação da pobreza extrema.

Olhando para esse cenário surpreendente, não há como deixar de reverenciar a austeridade e o equilíbrio fiscal como componentes fundamentais da matriz de gestão. Afinal, não há como reduzir impostos sem reduzir gastos; e só assim é possível transformar impostos em capacidade de investimento, como tem hoje o Mato Grosso do Sul.

Se avançamos no campo da simplificação, com a reforma tributária, o desafio mais importante agora é a qualidade dos gastos públicos, que merece ampla reforma nacional. Para ter uma ideia, no dia primeiro de novembro deste ano, com 54 dias adiantados, o Impostômetro na Avenida Paulista registrou a marca de R\$ 3 trilhões arrecadados com impostos, taxas, contribuições e outros penduricalhos. Isso representa algo em torno de 5 meses trabalhados pelos brasileiros apenas para pagar impostos. Para

comparar: há 10 anos, no primeiro dia de novembro de 2014, o painel registrava R\$ 1,57 trilhão.

Apesar dessa miríade de recursos públicos, não foi possível reduzir os 50% de defasagem da remuneração do SUS aos prestadores de serviço, em especial os hospitais filantrópicos, que representam 61% do atendimento da oferta de alta complexidade no país; cerca de 32 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável, e mais de 90 milhões não têm coleta de esgoto, de acordo com o Instituto Trata Brasil. Os dados mostram que 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não frequentam nenhuma instituição de educação básica, segundo informações coletas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-IBGE (PNAD Contínua). Considerando todas as faixas etárias, são 68.036.330 cidadãos sem escolarização básica no país.

Num país pobre e dramaticamente desigual como o nosso, com tantas flagrantes carências, a questão que se impõe é claríssima: não basta ter recursos, é preciso saber aplicá-los com eficiência.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reação negativa

THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA, GERALDA DOCA, KAROLINI BANDEIRA E SÉRGIO ROXO
economia@oglobo.com.br (Colaboraram Paulo Renato Ne-pomuceno e Isa Morena Vista)

DAYAFTER

Esperado há semanas pelo mercado financeiro como forma de sinalizar o compromisso do governo com as contas públicas e a manutenção do arcabouço fiscal, o pacote de contenção de gastos acirrou ainda mais a tensão entre investidores e a equipe econômica. E o detalhamento das medidas ontem não foi suficiente para segurar os ânimos. O dólar disparou, renovou a máxima e fechou a R\$ 5,989, após bater R\$ 6 pela primeira vez na história durante o pregão.

A curva de juros doméstica passou a precificar uma Selic de 14,75% ao fim do ciclo de aperto monetário, com chance de que a taxa suba 1 ponto percentual em dezembro. O Ibovespa fechou em baixa de 2,4%, a maior queda diária em um ano e meio.

O aumento da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5.000 - uma das promessas de Lula quando era candidato à Presidência - foi mal recebido pelas dúvidas em relação à medida de compensação e por ter se misturado ao pacote de despesas. Para compensar a medida, Haddad confirmou a proposta de estabelecer um imposto mínimo de renda de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês.

ECONOMIA DE R\$327 BI

De outro lado, a previsão do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. Para o mercado, há dúvidas sobre a efetividade desses números.

Haddad disse que os cortes não fazem parte do mesmo projeto da reforma da renda, que inclui a proposta de aumento da faixa de isenção do IR, afirmou que vale a partir de 2026 e que a medida será neutra do ponto de vista fiscal: - Não queremos confundir o tema da **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal.

A noite, Lula classificou como "extraordinária" a série de medidas e defendeu o arcabouço fiscal. Ele disse que o imposto mínimo de 10% foi feito "sem nenhum abuso".

- Foi anunciado ontem (quarta-feira) pelo Haddad,

participei da reunião com o presidente do Senado (Rodrigo Pacheco), com o presidente da Câmara (Arthur Lira), com os líderes da Câmara dos Deputados, uma medida extraordinária que é de contenção do excesso de despesas, porque nós temos que cumprir o arcabouço fiscal -disse Lula.

Para Marianna Costa, economista-chefe da Mira e Asset, a falta de mudanças estruturais robustas afetou o dólar: -Pressão adicional no câmbio se reflete na curva de juros.

Para Milena Landgraf, que chefia a área de análise macroeconômica da Jubarte Capital, a isenção do IR pode pressionar a **inflação** se não for compensada. E isso pressionaria mais o Banco Central.

O pacote inclui, além do IR, mudanças nos parâmetros de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família, idade mínima para aposentadoria dos militares, entre outras ações pontuais.

Pela manhã, Haddad disse que o mercado financeiro precisa fazer uma releitura e colocar em xeque "profecias não realizadas" em relação a projeções de crescimento econômico e resultado primário.

- É preciso colocar em xeque as profecias não realizadas. (Previsão de) Crescimento de 1,5%, vai ser de crescimento de 3,5%. O mercado tem que fazer releitura do que o governo está fazendo. Tanto no crescimento quanto no déficit o mercado errou -disse, acrescentando que o ajuste não se encerra com o pacote- Não acredito em bala de prata. Não vamos resolver dez anos de déficit primário de um ano para o outro. Estou satisfeito com o resultado deste ano.

A noite, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a equipe econômica vai dialogar com o mercado: -O que se cobrava foi plenamente, 100% atendido.

Entre as medidas detalhadas ontem, está o fim da isenção do IR para pessoas que têm "moléstia grave" - doença séria, que inspira cuidados, sob pena de causar sequelas ou até morte do portador - e ganham até R\$ 20 mil por mês.

O governo detalhou que espera poupar R\$ 109,8 bilhões em cinco anos com aposentadorias e benefícios com a nova regra para o salário mínimo, que só poderá crescer até os limites do arcabouço

fiscal.

No Bolsa Família, ficou definida como obrigatória a bio-metria para inscrição e atualização cadastral e atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses, além de restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento.

Também entrou no pacote destinar até 20% da complementação da União ao Fundeb (fundo da educação básica) para a criação e manutenção de matrículas em tempo integral. Segundo Haddad, os programa Pé-de-Meia (poupança para alunos do ensino médio de baixa renda) e o Vale-Gás vão ser incluídos no Orçamento no ano que vem. Em outra frente, uma proposta busca atacar os "supersalários" do funcionalismo e fixa prazo de dois anos a partir de sua aprovação para um projeto de lei estabelecer exatamente quais verbas de caráter indenizatório poderão ser pagas além do teto constitucional de salários.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pelo menos 4 textos vão precisar do aval do Congresso

Marcello Corrêa e Guilherme Pimenta De Brasília

As medidas anunciadas na quinta-feira (28) pelo governo devem ser formalizadas em ao menos quatro textos, que precisarão de aval do Congresso Nacional. O pacote de revisão de gastos deve ser dividido em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL), voltado especificamente para as mudanças relacionadas às despesas com militares. Já as alterações nas regras do Imposto de Renda vão em outro PL, separadamente.

A PEC é o texto com tramitação mais complexa. Pelo regimento do Congresso, o texto precisa, primeiro, ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, apreciado em uma comissão especial. É nesse texto que devem ser incluídas medidas como as mudanças no abono salarial e a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Vencidas as fases na comissão, uma PEC precisa do apoio de 308 dos 513 deputados. No Senado, são necessários 49 dos 81 votos - sempre em dois turnos de votação. Para ser aprovado, é necessário que as duas casas concordem com a mesma versão do texto.

Uma PEC é promulgada, e não sancionada, pelo presidente da República. Ou seja, não há possibilidade de vetos. O instrumento foi usado recentemente para aprovar medidas como a **reforma tributária** e a reforma da Previdência.

Já o projeto de lei complementar tem tramitação mais simples. Textos enviados pelo Executivo começam a tramitar pela Câmara. A proposta pode passar por comissões temáticas, mas, se houver a aprovação de requerimento de urgência, pode ir direto para apreciação em plenário.

Entrarão nessa peça a maior parte das medidas de cortes de gastos, incluindo as mudanças na regra de reajuste do salário mínimo, alterações no Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para ser aprovado, o PLP precisa obter maioria absoluta nas duas casas. Isso significa apoio de 257 dos 513 deputados e de 41 dos 81 senadores. No caso de projeto de lei - complementar ou ordinária - a casa que inicia a tramitação tem a palavra final sobre a

versão aprovada. Ou seja, um texto que inicia pela Câmara pode ser alterado pelo Senado, mas o processo termina na segunda votação pelos deputados. O novo arcabouço fiscal é um caso recente de medida legislativa aprovada com o uso desse instrumento.

Já o projeto de lei ordinário precisa apenas de maioria simples para ser aprovado. Isso não significa que a aprovação seja mais célere, dependendo das negociações no Legislativo. No caso da reforma do IR, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por exemplo, já adiantou que haverá "amplo debate" sobre a medida ao longo de 2025.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Para líder na Câmara, humor do mercado deve melhorar

Raphael Di Cunto e Andréa Jubé De Brasília

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) afirma que as medidas do "ajuste nas contas públicas" foram "bem-vistas" pelos líderes dos partidos da base governista e que o humor do mercado deve melhorar quando as propostas forem aprovadas. Para ele, agora é "trincar os cientes, esperar o fim do ano e aprovar".

A despeito do discurso do governo de que o conjunto de medidas é suficiente para o cumprimento do novo arcabouço fiscal, especialistas em contas públicas apontam que ele não irá controlar a trajetória de crescimento da dívida pública nem atacar as causas estruturais do déficit. Ontem o dólar encerrou o pregão em alta de 1,30%, ao patamar recorde de R\$ 5,9891, depois de ter encostado na máxima intradiária de todos os tempos, de R\$ 6,0029. A bolsa caiu e os juros futuros subiram.

"A base está refeita já depois de dois anos de experiência. Ano passado, jamais aprovaríamos cotas para negros no serviço público aqui na Câmara. Agora conseguimos aprovar com larga maioria", exemplifica, em entrevista exclusiva ao Valor, acrescentando que ouviu de comentaristas do mercado que, a despeito de o corte ser de R\$ 70 bilhões em dois anos, ninguém sabe se o governo conseguirá aprovar. "Na hora que aprovar, porque também tem a desconfiança se a gente aprova ou não, vai melhorar [o humor]. Com a posse do novo presidente do Banco Central também. Acho que quem fez o que fizemos nesses dois anos não poderia estar suscitando nessa gente tanta desconfiança. Aprovamos projetos fiscais, a **reforma tributária**. Não tem um governo que tenha mais responsabilidade fiscal do que o Lula", argumenta.

A confiança na aprovação das propostas ocorre, segundo o líder, pela melhora na estratégia de comunicação e no "equilíbrio" das medidas, pensadas para que "toda a sociedade dê sua contribuição", inclusive os militares, setor em que há um diagnóstico de que pode haver maior resistência aos aumentos da idade mínima para aposentadoria e da contribuição para a saúde. "Temos que ganhar todo mundo pela seguinte regra: foi feito para todo mundo dar um pouquinho, né? Não pode deixar eles sem darem a contribuição", opina.

No caso dos benefícios sociais, como o "pente-fino" no Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e do Bolsa Família, o petista defende que ajustes são necessários para coibir abusos. "Há uma indústria de liminares, um negócio sem critério. Enquanto isso, as pessoas que precisam não têm acesso."

O PT também apoiará as medidas, inclusive a regra para limitar o crescimento real do salário mínimo, garante o líder, porque o partido entendeu que o pacote proposto é justo e equilibrado. "O [Fernando] Haddad fez uma exposição para a bancada do PT, Câmara e Senado, [e foi apoiado], por unanimidade, não ouvi uma grita", diz. "A começar pela presidenta Gleisi [Hoffmann], o PT está muito confortável porque se não vem **inflação** e tudo, e é um pacote que não retira direitos."

As críticas do líder do governo recaem, como de costume, na "turma da Faria Lima", região onde estão as principais empresas do mercado financeiro. "O Lula não governa para o mercado nem só para o trabalhador, o Lula governa para o país. Precisamos de estabilidade econômica para garantir que o país funcione. Para eles [do mercado], eu recebi vários deles aqui, só resolve uma coisa: desvincular o salário da Previdência, cortar o BPC, acabar com a valorização do salário mínimo. É isso, a turma não quer ajudar em nada".

Nem o dólar a quase R\$ 6, que pode aumentar mais a **inflação**, faz o líder do governo arredar o pé da crítica. "O país está crescendo. O que era 0,8% ao ano está agora em mais de 3%. Isso aí é só especulação", minimiza, embora analistas frisem que o movimento é resultado das incertezas com as contas públicas. "Soube que o Lula recebeu os quatro presidentes dos grandes bancos privados e eles falaram assim, ó: isso aí são os especuladores, presidente, não vai por eles não", conta o petista. "É um banco de jovens da Faria Lima, todos que especulam, ganhando um tubo de dinheiro com investimentos, querendo mandar no país, decidir até a data em que o presidente ia anunciar as medidas. Deixe que eles especulem. Quero saber se eles aguentam", continua.

Além do pacote, Guimarães tem como meta votar na Câmara até o fim do ano apenas o projeto de lei da economia circular. "Já aprovamos todas as matérias

que queríamos", diz. Pode entrar ainda a regulamentação da **reforma tributária**. "Mas desconfio que não venha [do Senado ainda este ano]", comenta. O projeto de lei que eleva a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ficará para ser tratado junto com a reforma da renda, afirma.

A reforma dos **tributos** sobre a renda será o principal tema para debate em 2025, projeta o líder do governo. "Isso vai dar solidez no equilíbrio das contas", diz. A equipe econômica assegura que a proposta deve ser neutra do ponto de vista fiscal.

A discussão será conduzida já sob a nova gestão da Câmara, que elegerá seu presidente em fevereiro. Hugo Motta (Republicanos-PB) é o favorito, com apoio do PT, mas também do PL "O PT tomou a decisão mais correta porque não se isolou, não foi para aventuras. Construiu um caminho que garantirá estabilidade e governabilidade. Começamos com adversidade em 2023. Com a experiência de dois anos e com o Hugo, vai ser melhor ainda", afirma.

Cotado como candidato à presidência do PT na eleição do próximo ano, Guimarães evita falar da sucessão no partido neste momento e de uma possível **reforma ministerial**. "Sobre isso falo em outra ocasião. Não é a hora. O país está voltado para isso [bate na apresentação, impressa em sua mesa, com as medidas do pacote fiscal]. O PT tem que se voltar para isso."

Já sobre o projeto de anistia aos golpistas que depredaram as sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em protesto contra a eleição de Lula, o líder do governo dá o assunto como morto. "Já foi para o espaço faz tempo, sem chance. A vida se encarregou de tirar isso de pauta."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Na reforma tributária do consumo, o padrão são as exceções (Artigo)

Por Rozane Siqueira

Rozane Siqueira é professora titular do Departamento de Economia da UFPE.

A estrutura tributária delineada no projeto de lei complementar aprovado na Câmara dos Deputados em julho deste ano, PLP 68/2024, implica que a alíquota de referência - que já foi chamada de "alíquota-padrão" nos debates e estudos iniciais do Ministério da Fazenda - incidirá de forma exclusiva apenas sobre 45% do consumo das famílias. Ou seja, a maior parte da base do novo tributo criado pela reforma receberá tratamento diferenciado: alíquota zero ou reduzida, regime específico, ou incidência do imposto seletivo.

A simplificação da tributação de bens e serviços, reduzindo distorções que geram perda de produtividade e comprometem o crescimento econômico, tem sido o argumento central para a realização da **reforma tributária**. Nesse sentido, originalmente, a proposta era substituir os **tributos** vigentes por um imposto sobre o valor agregado (IVA) com alíquota única, combinado com um imposto seletivo sobre bens nocivos à saúde e ao meio ambiente. No entanto o PLP 68/2024, atualmente em tramitação no Senado, se distancia desse ideal a ponto de comprometer não só parcela dos ganhos esperados em termos de eficiência econômica, mas talvez a própria viabilidade operacional da reforma.

Multiplicidade de alíquotas e regimes dificulta o funcionamento do sistema de créditos previsto no caso de imposto sobre valor agregado (IVA), o qual garante que transações entre empresas, exportações e investimentos sejam isentos e evita que o imposto se torne cumulativo. Além disso, quanto maior o número de bens e serviços sujeitos a isenções e alíquotas reduzidas, maior a alíquota que deve incidir sobre os demais itens de consumo para arrecadar uma dada receita, aumentando, ao mesmo tempo, incentivos e oportunidades para sonegação e elisão fiscal e, assim, o contencioso tributário.

A **reforma tributária** prevê os seguintes tratamentos diferenciados: alíquota zero para a cesta básica de alimentos, 383 tipos de medicamentos e absorventes; redução de 60% da alíquota de referência para cesta estendida de alimentos, medicamentos, produtos

básicos de higiene, serviços de educação e de saúde, dispositivos médicos e para pessoas com deficiência, produções artísticas e culturais, atividades desportivas e aluguel de imóveis; redução de 30% para profissionais liberais e planos de saúde para animais domésticos; regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros, planos de saúde, bens imóveis, bares e restaurantes, hotelaria, agências de viagem e turismo e transporte coletivo de passageiros. Há ainda a criação de um imposto seletivo sobre fumo, bebidas alcoólicas e açucaradas, veículos, apostas e loterias.

Usando a última Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, simulamos as implicações redistributivas e para a alíquota de referência da seletividade acima descrita. O ponto de partida do estudo é a estimativa da carga tributária efetiva sobre o consumo das famílias no sistema vigente, equivalente a 20,1% da despesa total de consumo. Isso significa que, se o sistema atual fosse substituído por um IVA com alíquota única, essa alíquota, expressa com o imposto por fora da base, deveria ser de 25% para ser neutra em termos de arrecadação.

No entanto, com as diferenciações previstas no PLP 68/2024, a alíquota de referência estimada ultrapassa em muito o patamar de 30%. Só a isenção da cesta básica (dadas as demais isenções e reduções) eleva a alíquota de referência em 5 pontos percentuais, sendo que cerca de metade desse efeito se deve à isenção de carnes e peixes. Impacto semelhante tem a redução de 60% da alíquota de referência para os bens e serviços definidos no projeto.

Tratamento preferencial é em geral defendido com base em argumentos de justiça distributiva. Contudo, o efeito equaliza-dor da reforma é bastante modesto, e não muito diferente do que poderia ser obtido com um IVA uniforme combinado com um cashback para as famílias de baixa renda. Alíquotas reduzidas, mesmo no caso da cesta básica de alimentos, beneficiam mais as famílias de renda mais alta. Evidência disso são os resultados da simulação que indicam que se a isenção da cesta básica, no contexto do PLP 68/2024, fosse substituída por uma transferência uniforme para todos os indivíduos na população - com impacto orçamentário igual ao da isenção da cesta - os ganhos em termos de equidade fiscal seriam maiores.

Os interesses realmente atendidos com a

diferenciação das alíquotas do novo imposto são os de grupos com poder de lobby, a maioria reivindicando a manutenção de favorecimentos já existentes, embora novas isenções e reduções tenham sido criadas com a reforma. Acontece que no sistema vigente a farrá da "meia entrada" é sustentada justamente pelos mecanismos e manobras que a reforma busca eliminar: tributação de insumos produtivos, investimentos e exportações, fragmentação da arrecadação em vários **tributos**, alíquota calculada "por dentro". Juntas, essas estratégias têm efeito considerável sobre a arrecadação enquanto reduzem a visibilidade da carga tributária.

De fato, o sistema tributário como um todo e - consequentemente - o gasto público não são, no Brasil, resultado de um processo transparente de barganha entre sociedade e governo. Estratégias que distorcem a percepção do cidadão-contribuinte e favorecem o aumento do gasto - o que a literatura econômica chama de ilusão fiscal - têm presença marcante na nossa história fiscal. Além de opacidade na tributação, tem-se abusado de financiamento por meio de dívida pública, imposto inflacionário, empresas estatais, entre outros estratagemas. Assim, o Estado cresceu além do que se consegue hoje legitimar por um processo em que custos e benefícios são identificados e explicitados.

Todavia, a **reforma tributária** em andamento ainda oferecerá oportunidades de escolhas consistentes e voltadas para o bem comum. Sua viabilização prática exigirá, ao longo do processo de implementação, uma convergência significativa entre as várias alíquotas e regimes tributários. Se os ajustes necessários forem realizados com debate e transparência, sem que se recorra a soluções ilusionistas e distorcivas, será um grande avanço para o país. Transparência fiscal é necessária para a emergência de um contrato social efetivo, sem o qual não há crescimento econômico sustentável.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Governo não entrega o "choquefiscal" que poderia ajudar o Banco Central

Alex Ribeiro De São Paulo

O pacote fiscal anunciado pelo governo segue a estratégia gradual de ajuste das contas públicas e, para o Banco Central (BC), não representa o choque positivo que poderia ajudar no controle da inflação e evitar doses mais fortes na administração da taxa básica de juros.

Participantes do mercado financeiro que olharam os detalhes das medidas anunciadas concordaram que, no conjunto, elas foram melhores do que pareciam na véspera, com a desastrada inclusão da reforma tributária da renda no pacote. Mas longe do suficiente para virar o jogo das expectativas. No conjunto, foram mais para o lado negativo.

O que o BC precisava: medidas fortes o suficiente para mudar, de vez, a percepção dos mercados sobre os desequilíbrios fiscais. Isso poderia aliviar a pressão no dólar e favorecer a ancoragem das expectativas de inflação em direção às metas.

O que foi anunciado, na verdade, é o mínimo necessário para dar alguma sobrevida ao conjunto de regras fiscais - o arcabouço e as metas de superávit primário - até 2026, ainda assim com dúvidas sobre se as estimativas são muito otimistas e se, de fato, serão implementadas.

Uma dimensão do problema: o mercado espera que o déficit primário fique em R\$ 98 bilhões em 2025, incluindo despesas que estão fora da meta, segundo pesquisa feita pelo BC. Pelo conceito de primário da meta, a previsão do mercado é de déficit de R\$ 63 bilhões, bem acima da meta, na casa dos R\$ 30 bilhões. Tolia que cortar uns R\$ 30 bilhões.

Para além dessa questão, o governo precisava garantir sobrevida ao arcabouço fiscal, que limita o crescimento da despesa a 2,5% ao ano, em termos reais. Seria preciso

medidas que segurassem o crescimento de despesas obrigatórias que se expandem a uma velocidade maior que esse limite, como saúde, educação e Previdência.

O pacote ataca essas duas frentes, mas, como reconheceu o ministro Fernando Haddad, não representa uma bala de prata. "O trabalho não se

encerra", disse. "O desequilíbrio das contas públicas é tão grande que vamos ter que voltar a ele."

O governo anunciou que o pacote vai ter um impacto em reduzir a despesa de 2025 em R\$ 30 bilhões, mas os participantes do mercado estão céticos de que o número vai ser alcançado. A mudança da regra do abono salarial, por exemplo, é muito gradual para ter efeito no curto prazo. A alteração da sistemática de reajuste do salário mínimo pouco ajuda em 2025. O prometido pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) é, na verdade, uma promessa que já havia sido feita antes. O ganho da mudança das aposentadorias e pensões de militares é restrito, de apenas R\$ 2 bilhões. Poucos acham que o governo vai ganhar no Congresso a batalha dos supersalários.

Alguns analistas, como Felipe Salto, da Warren, chamavam a atenção que as mudanças nas regras do Fundeb podem ajudar, assim como o aperto para ajudar o governo nas disputas judiciais em torno de benefícios concedidos no BPC.

O governo pode até estar certo nos seus cálculos, e Haddad lembrou que o mercado errou nas suas previsões sobre a execução orçamentária deste ano. De fato, parte dos analistas acreditava que a arrecadação não iria crescer o suficiente e que o presidente Lula não faria contingenciamentos de despesas. Mas os analistas também têm motivos para desconfiar: por exemplo, o governo, ao longo do ano, subestimou a alta das despesas com Previdência, que para a maioria do mercado parecia evidente.

Independentemente de quem seja a culpa, esse descompasso entre o que o governo entrega, se de fato entregar, e o que o mercado acredita que vai entregar cria o pior dos mundos, porque as expectativas não são contaminadas positivamente. O governo enfrenta problema semelhante com as medidas que dão sobrevida ao arcabouço fiscal. Sua decisão foi tomar medidas parciais, como no caso do salário mínimo, que continua a ter ganhos reais, mas limitados aos percentuais entre 0,6% e 2,5% determinados ao arcabouço.

As propostas não resolvem também o nó das regras que vinculam a expansão da despesa com educação e saúde e educação ao aumento das receitas. Mas têm alguns progressos, que, nas contas de alguns,

poderiam segurar o arcabouço até 2026. É o caso da proposta de destinar metade das emendas parlamentares a gastos com saúde, as mudanças nas regras do Fundeb e a decisão de colocar despesas do programa Pé-de-meia dentro do Orçamento.

Aliás, essa última medida é importante - junto com o vale-gás dentro do Orçamento - porque esvaziam um pouco das acusações de que o governo está criando despesas fora do arcabouço fiscal. O BC vinha chamando a atenção, ultimamente, para o perigo do dribble dessas regras fiscais.

No fim das contas, o pacote fiscal não elimina as incertezas, o que significa que não há motivos para o mercado financeiro retirar os prêmios de risco que existem na cotação do dólar e nos juros de mercado. O dólar, que superou pela primeira vez na história os R\$ 6, está fora do patamar justo em qualquer cálculo de taxa de câmbio de equilíbrio, e poderia cair se a incerteza passasse.

Mas não é só nos prêmios de riscos que a política fiscal afeta o trabalho do BC. Também tem influência pelo canal da demanda agregada. Sob esse aspecto, foi um desastre o anúncio da **reforma tributária** em conjunto com as demais medidas.

Haddad prometeu que a isenção de Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil será compensada pela alta da tributação das faixas de renda super alta, que hoje tem uma alíquota efetiva menor que 10%. Ou seja, do ponto de vista de arrecadação, será neutro.

Mas não do ponto de vista de impulso fiscal. Nas contas do governo - que são questionadas por especialistas -, a isenção vai colocar em 2026 R\$ 35 bilhões no bolso da classe média, que tem maior propensão ao consumo, e retirar dos mais ricos, que poupam mais.

O cálculo que o mercado está fazendo: o impulso fiscal, que foi bem forte neste ano, deve seguir na mesma toada até o fim do mandato de Lula.

Como o BC vai reagir a tudo isso? A vantagem do BC é que pode esperar duas semanas até a próxima reunião do Copom, o que dá tempo para o mercado digerir melhor o pacote e fazer as suas contas. Se o dólar não der trégua, uma aceleração da alta para 0,75 ponto percentual deveria estar nas discussões dos membros do Copom.

Além disso, o juro poderá chegar mais alto no fim do ciclo de aperto e permanecer lá em cima por mais tempo, já que deve haver um prolongamento das incertezas num ajuste fiscal gradual e das pressões na demanda agregada. As perspectivas são negativas,

mas poderiam ser piores, se tivesse havido uma mudança de regime com o abandono do arcabouço fiscal.

Seria preciso ter medidas que segurassem o crescimento de despesas obrigatórias

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Empresas descumprem Lei da Transparência Fiscal

Adriana David De São Paulo

Cerca de metade das notas fiscais emitidas no Brasil está em desacordo com a Lei de Transparência Fiscal (nº 12.741/2012). A constatação é de levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Essa legislação impõe multa de até R\$ 13,6 milhões para empresas que não informam as alíquotas dos **tributos** incidentes sobre produtos comercializados ou serviços prestados no documento fiscal.

Com base em uma amostra de 6 milhões de notas fiscais escaneadas e armazenadas no aplicativo "Citizen IBPT", nos últimos dois anos, o que representa em média cerca de 50% no país, o instituto concluiu que a maioria dos estabelecimentos ainda não aderiu de maneira completa e efetiva aos requisitos da legislação.

De acordo com o gerente de Projetos do IBPT, Alcyr de Castro, além da multa, que equivale a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), o não cumprimento da legislação pode acarretar outras sanções previstas no artigo 56 do Capítulo VII do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Entre elas: a proibição de fabricação de produto, interdição de estabelecimento, obra ou atividade.

"Muitos estabelecimentos estão em desacordo com o princípio da transparência previsto em lei", diz Castro. "Suas operações, portanto, estão passíveis de uma sorte de sanções, caso o Procon entenda que a empresa, por estarem em desacordo com a Lei da Transparência Fiscal, traz prejuízos ao consumidor", acrescenta.

Os Procons geralmente atuam se houver registro de reclamação sobre o assunto. "O Procon-SP considera em suas fiscalizações o direito do consumidor de saber a carga tributária de cada produto ou serviço que consome, que devem constar nas notas fiscais e cupons, ou em painéis visíveis no estabelecimento", comenta o órgão por meio de nota.

Segundo a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), em regra, os consumidores não costumam registrar reclamações nesse sentido, o que dificulta a atuação dos Procons. "O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, coordenado pela Senacon,

desenvolve com frequência campanhas de educação para o consumo, incluindo o tema, reforçando, inclusive, a necessidade do consumidor de exigir nota fiscal", explica a secretaria em nota enviada ao Valor.

O IBPT presta o serviço de parametrização das informações que precisam constar das notas fiscais. Na opinião do especialista do instituto, a baixa adesão à exposição dos **tributos** nas notas se dá, como primeiro motivo, pelo fato de as empresas de software não implementarem essa parametrização. Além disso, ele acredita que há baixa consciência tributária do consumidor, que deixa de reivindicar um direito amparado em lei.

"O indicador de que 50%, em média, das notas fiscais brasileiras estão em desacordo mostra para a sociedade que ainda há muito o que fazer para tornar isso uma realidade", diz Castro. "Um consumidor ou contribuinte consciente cobra as autoridades, os legisladores e conhece os seus direitos."

O levantamento do IBPT mostra que a descrição da carga tributária nas notas fiscais é mais alta nos Estados das regiões Sudeste (57%), Centro Oeste (53,8%) e Sul (50,5%). Já as regiões Norte e Nordeste possuem, ambas, cerca de 45% de discriminação dos **tributos** nos documentos fiscais.

Para a especialista em **Impostos** Indiretos e Sênior Tax Manager na Systax, empresa de soluções tributárias, Karen Semeone, a baixa adesão das empresas se deve à complexidade tributária, que faz o ônus tributário ser repassado no preço da mercadoria ou serviço, bem como o desconhecimento sobre como funciona o sistema brasileiro. "Pequenas empresas não têm recursos financeiros para adquirir tecnologia e a fiscalização e a penalidade são pouco aplicáveis na prática", afirma.

Karen sugere um trabalho das entidades e dos Fiscos para proporcionar mais informação e promover o engajamento das empresas em relação ao tema. Ela também destaca a importância do assunto, considerando o cenário atual de discussão sobre a regulamentação da **reforma tributária**.

"Será mais palpável saber qual a carga tributária de cada empresa a partir do novo modelo de IVA [Imposto sobre valor Agregado] a ser implementado",

diz. No entanto, lembra ela, "essa certeza só se projeta para o ano de 2033, após o término do período de transição da **reforma tributária**".

Com as alterações trazidas pela **reforma tributária**, o gerente do IBPT acredita que não haverá mudanças profundas em relação à discriminação da carga tributária nas notas fiscais, mas sim adequações. Isso porque, diz ele, à medida que o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] e a CBS [Contribuição sobre Bens e Serviços] forem sendo implementados, vamos fazer também mudanças gradativas na parametrização", afirma Castro.

"Não cumprimento da legislação pode acarretar sanções, inclusive multa" Alcyr de Castro

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Congresso pode travar "pacote de Haddad"

Marcos Luna DA REDAÇÃO

Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado entendem que a aprovação do pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), depende da liberação das emendas parlamentares bloqueadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo informações da Folha de S.Paulo, os políticos acreditam que, caso as emendas não sejam descongeladas, nenhum projeto do governo Lula será votado e aprovado pelo Congresso até o final do ano. Os recursos foram suspensos por Flávio Dino, ministro da Corte.

Ainda de acordo com a publicação, parlamentares acreditam em uma "dobradinha" entre o governo e o Judiciário no tema. Na última quarta-feira, antes de Haddad fazer o pronunciamento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), disse acreditar que a aprovação do pacote seja de maior interesse do que outros temas.

"Esse é um tema [emendas] que está sendo tratado numa esfera, espero que isso seja solucionado e, qualquer que seja o encaminhamento, não acredito que haverá interferência na pauta principal do Congresso porque essa pauta é de interesse do Brasil e não de interesse menor", afirmou.

Ainda ontem, Haddad admitiu a possibilidade de novos cortes. "São passos muito importantes esses que estão sendo dados. E, se precisarem outros, e certamente vai haver necessidade, nós vamos estar aqui para voltar à mesa do presidente com as nossas ideias e sintonizar as nossas ações em torno desse projeto", afirmou.

Apesar das dúvidas que pairam sobre a boa vontade dos parlamentares sobre a votação, tanto Pacheco quanto o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acenaram positivamente sobre a urgência da votação das medidas.

Como restam apenas três semanas para o início do recesso parlamentar, a ideia é que o projeto de lei complementar (PLC) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratam do corte de gastos sejam apreciados na Câmara nas próximas duas semanas e, no Senado, na última semana de trabalhos legislativos, entre 16 e 20 de dezembro.

Por outro lado, a reforma tributária da renda só

deverá ser apreciada em 2025 com objetivo de começar a valer em 1º de janeiro de 2026. As medidas preveem a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxa extra de 10% para quem recebe acima de R\$ 50 mil.

BPC

Sobre um dos programas atingidos pelas medidas anunciadas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que as medidas administrativas que endurecem o acesso ao benefício visam garantir o cumprimento da lei e, também, diminuir a judicialização do programa social.

Segundo ele, dos três milhões de beneficiários com deficiência do BPC, um milhão não consta no sistema do Código Internacional de Doenças (CID), sendo que 75% dessas concessões ocorreram após decisão judicial.

"Se um programa, está na lei, que é para pessoa com deficiência. Se o programa é para deficientes, você precisa saber qual é a deficiência da pessoa", disse, anunciando que, em 2025, os beneficiários do BPC passarão por perícia médica, "para garantir que quem tem direito continue recebendo e, eventualmente, quem foi incluído que não tem direito não receba", disse Rui.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_7CCAE26E5B76FF8C12E8B9D9A21B5F697048BD306D4ACF1C12C00AD9C4EF8D5CCC286B3C37E3F20D8DCEF9913906AA68E774E936D84839916AE389C5D04F7F621C57E64CB7C7D3A8AF75D1B72F11E5BDB1DF9BD3536500119F02BE78CA40E64DB5155176EB3DDFFCF02E1D47B837CD52EF9B8428C873C7785CC31

Governadores debatem segurança, saúde e reforma

Governadores brasileiros se reuniram em Brasília, ontem, para debater temas estratégicos para o País na XV edição do Fórum de Governadores, realizado no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). Na pauta dos gestores estaduais, o alinhamento de estratégias entre estados e a discussão de pautas federativas de interesse nacional como segurança pública, saúde, assistência social e **reforma tributária**.

Para abordar as questões, o encontro contou com a participação dos ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e da Saúde, Nísia Trindade, além de representantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda e do Senado Federal. Uma nova reunião entre governadores será realizada no 10 de dezembro para que os chefes dos Executivos estaduais discutam a **reforma tributária**, o corte de gastos do Governo Federal e mudanças constitucionais sobre o sistema de segurança pública.

Segurança

Sobre segurança pública, Ricardo Lewandowski, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública do Governo Federal. O ministro apresentou os principais pontos da proposta, que pretende atualizar a Constituição Federal para que estados, o Distrito Federal e a União formem um pacto federativo em combate ao crime organizado no Brasil. "Nós precisamos da PEC

para enfrentar a criminalidade organizada, facções criminosas e as milícias privadas. Isso só pode ser feito com uma alteração sistêmica no capítulo da segurança pública e nas competências da União, dos Estados e dos municípios", afirmou Lewandowski. A proposta enfrenta resistência dos governadores.

Anfitrião do encontro, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), disse que a proposta deveria ser debatida inicialmente no fórum. "Recebemos ontem (anteontem) uma proposta mais razoável que garante a autonomia dos secretários, a constitucionalização do Fundo Nacional de Segurança Pública e a garantia de recursos sem cortes", disse.

Saúde

Na área de saúde, o combate à dengue também foi o

principal

mote do debate com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade. Os governadores levantaram a importância da mobilização integrada entre os governos locais e federal. A ministra Nísia Trindade apresentou o plano de ação para o controle da dengue e de outras arboviroses e sugeriu uma mobilização conjunta entre as unidades da federação com a realização de um Dia D em dezembro.

"Não há um prognóstico [de uma nova epidemia de dengue], mas não podemos descansar, porque em algumas regiões do Brasil vamos ter um número elevado de casos", destacou Nísia Trindade.

Cortes

Ainda durante o Fórum, os governadores discutiram a possibilidade de convidar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para par-

ticipar da próxima reunião dos gestores. O objetivo é debater os cortes de despesas da União, que prevê uma série de medidas para reduzir os custos federais em R\$ 70 bilhões em dois anos.

Os governadores também discutiram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**. Atualmente, a regulamentação da proposta é analisada no Senado Federal. "Queremos que no Senado seja feita (uma votação) de forma mais tranquila, porque estamos tratando do futuro do Brasil", defendeu o governador Ibaneis Rocha.

Pernambuco

Em sua intervenção, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), destacou as ações da sua gestão, com o combate à desigualdade social, reforço da segurança pública com o programa Juntos

II

Temos trabalhado para retomar a capacidade de investimento do Estado, com foco na redução da desigualdade social. Os resultados são expressivos, com crescimento do **PIB**, geração de empregos e aumento nos investimentos públicos."

RAQUEL LYRA, GOVERNADORA

pela Segurança e investimentos em infraestrutura.

"A fome e a pobreza afetam especialmente o Nordeste. Temos trabalhado para retomar a capacidade de investimento do Estado, com foco na redução da desigualdade social. Os resultados são expressivos, com crescimento do **PIB**, geração de empregos e aumento nos investimentos públicos", afirmou a governadora.

Site: <https://heyzine.com/flip-book/2148f83e07.html#page/1>

Dólar dispara e fecha perto de R\$ 6 em reação a pacote fiscal

O dólar disparou 1,30% nesta quinta-feira (28) e fechou a sessão cotado a R\$ 5,990, depois de chegar a R\$ 6 pela primeira vez na história durante o período de negociações.

Com isso, a moeda norte-americana renovou o recorde de valor nominal pelo segundo dia consecutivo. Até quarta-feira, quando marcou R\$ 5,913, o maior patamar já registrado era de R\$ 5,905, atingido no dia 13 de maio de 2020, no estouro da pandemia de Covid-19.

A base nominal desconsidera a **inflação** do cálculo.

A forte disparada no câmbio foi em reação às medidas de ajuste fiscal do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), notadamente a reforma do IR (Imposto de Renda) e os detalhes do pacote de contenção de gastos públicos, aguardados desde outubro.

O mal-estar começou na quarta-feira, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi à rede nacional para explicar o pacote à população.

De um lado, anunciou o aumento da isenção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para quem ganha até R\$ 5.000 -uma das promessas de Lula enquanto ainda candidato à presidência.

De outro, afirmou que o pacote de contenção de gastos, costurado há semanas pela Fazenda, terá impacto de R\$ 70 bilhões nas contas públicas até 2026.

Num horizonte mais longo, a previsão é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. O montante foi revelado por Haddad em entrevista coletiva nesta manhã, na qual detalhou as medidas fiscais ao lado da equipe econômica do governo.

Nela, Haddad disse que os cortes não se relacionam diretamente com a reforma da renda, que inclui a proposta de aumento da faixa de isenção do IR. "Não queremos confundir o tema da **reforma tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal", afirmou.

Para o mercado financeiro, o problema foi comunicar as duas medidas ao mesmo tempo -especialmente em um momento de grande expectativa pelo pacote de

cortes.

"Os investidores provavelmente receberiam de braços abertos esse valor significativo de R\$ 70 bilhões, mas a surpreendente medida de isentar os salários até R\$ 5.000 conteve o otimismo", avalia Eduardo Moutinho, analista de mercados do Ebury Bank.

"É difícil interpretar o anúncio de outra forma que não como uma tentativa de recuperar o apoio popular após a notável perda de fôlego da esquerda, resultante das eleições municipais e da vitória de Donald Trump nos Estados Unidos. A inclusão de medidas ambíguas é sinal do que podemos esperar nos próximos dois anos: um governo que faz o possível para atingir o mínimo resultado econômico aceitável e garantir o apoio popular." A Fazenda estima que o aumento da faixa de isenção terá um impacto de cerca de R\$ 35 bilhões na arrecadação federal. Isso será compensado, ainda segundo o ministro, por uma alíquota mínima de 10% no IR para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, o equivalente a R\$ 600 mil por ano -proposta conhecida como "taxação dos super-ricos".

Além disso, o governo terminará com a isenção para aposentados que tenham problemas de saúde graves e recebam acima de R\$ 20 mil ao mês, "entre outros ajustes".

De acordo com Haddad, a reforma sobre o IR não fará efeito no fiscal e tem como objetivo assegurar a justiça tributária. Ele ainda afirmou que, se a proposta for aprovada pelo Congresso no próximo ano, ela passará a valer a partir de 1º de janeiro de 2026.

A matemática não convenceu totalmente o mercado. "Mesmo com a promessa de maior tributação para quem ganha acima de R\$ 50 mil, as contas não fecham", disse Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

A previsão de Cruz é que a receita das compensações "difícilmente passará de R\$ 20 bilhões" e deve, na verdade, ficar mais próxima da casa dos R\$ 10 bilhões.

Mais do que isso, a reação negativa foi pela escolha em anunciar a reforma do IR em um momento de grande expectativa pelo pacote fiscal, explica Pedro

Caldeira, sócio da One Investimentos.

"A resposta do mercado não está sendo 'racional', digamos assim, porque ele aguardava há muito tempo um posicionamento que indicasse responsabilidade sobre os gastos. Pegou muito mal falar em isenção de IR em um momento que o mercado queria uma postura rígida no fiscal." A reação se alastrou na Bolsa de Valores, que desabou 2,39%, aos 124.610 pontos. No mercado de juros futuros, o contrato para janeiro de 2027, um dos mais líquidos, subiu 2,80% e passou a prever uma taxa Selic em 14,04%.

Segundo Caldeira, é possível que o susto amenize nos próximos dias, diante de mais detalhes sobre o pacote e sobre a reforma.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6393>

Pacote de corte de gastos prevê economia de R\$ 327 bi em 5 anos; votação ainda neste ano

O pacote de medidas para corte de gastos obrigatórios anunciado pelo governo federal deve promover uma economia estimada de R\$ 71,9 bilhões entre 2025 e 2026, e R\$ 327 bilhões de 2025 a 2030. O Ministério da Fazenda detalhou, ontem (28), os impactos fiscais dessas medidas, destacando uma economia progressiva a cada ano.

MEDIDAS - As principais propostas incluem uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e projetos de lei que abordam temas como abono salarial, reajustes no salário mínimo e a concessão de benefícios sociais, com uma economia de R\$ 11,7 bilhões em 2025. Mudanças nas regras de emendas parlamentares também gerarão uma economia adicional, com estimativas de redução de R\$ 6,7 bilhões já no próximo ano.

VOTAÇÃO - O pacote de medidas foi bem recebido pelas lideranças do Congresso, que se comprometeram a votar os textos ainda em 2024. A PEC e os projetos de lei deverão ser analisados na Câmara dos Deputados e no Senado até o fim do ano, para que o governo consiga executar o orçamento de forma mais equilibrada em 2025.

No entanto, a **reforma tributária** da renda, que propõe isenção do Imposto de Renda (IR) para rendimentos até R\$ 5 mil, será discutida separadamente e deve entrar em vigor apenas em 2026.

PRIORIDADE - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o presidente da Câmara, Arthur Lira, se comprometeram a dar prioridade à análise do pacote.

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20241129>

PACOTE DE CORTE de gastos prevê economia de R\$ 327 bilhões em cinco anos

(Agência Brasil)

A economia estimada pelo pacote de corte de gastos obrigatórios está estimada em R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026 e em R\$ 327 bilhões de 2025 a 2030, informou nessa quinta-feira (28) o Ministério da Fazenda. A pasta está detalhando as medidas anunciadas na noite de quarta (27) pelo ministro Fernando Haddad.

Segundo os cálculos, a economia ano a ano está estimada da seguinte forma: R\$ 30,6 bilhões em 2025; R\$ 41,3 bilhões em 2026; R\$ 49,2 bilhões em 2027; R\$ 57,5 bilhões em 2028; R\$ 68,6 bilhões em 2029; e R\$ 79,9 bilhões em 2030. O Ministério da Fazenda ressaltou que as projeções são preliminares.

O ministério também divulgou a estimativa de impacto fiscal positivo conforme o tipo de proposta a ser enviada ao Congresso. A proposta de emenda à Constituição (PEC), que poderá ser incluída em outra PEC que já tramita no Parlamento, permitirá economia de R\$ 11,1 bilhões em 2025; R\$ 13,4 bilhões em 2026; R\$ 16,9 bilhões em 2027; R\$ 20,7 bilhões em 2028; R\$ 24,3 bilhões em 2029; e R\$ 28,4 bilhões em 2030.

A PEC tratará dos seguintes pontos: abono salarial, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), autorização para ajuste orçamentário em subsídios e subvenções e variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Serão tratados por meio de projetos de lei (complementar ou ordinário) os seguintes temas: teto para reajustes no salário mínimo, restrições na concessão do Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), repasses da Lei Aldir Blanc, biometria para a concessão de novos benefícios sociais e para atualizações cadastrais e correção de distorções na previdência dos militares.

As propostas a serem tratadas por projetos de lei resultarão em economia de R\$ 11,7 bilhões em 2025; R\$ 19,2 bilhões em 2026; R\$ 24 bilhões em 2027; R\$ 30,1 bilhões em 2028; R\$ 37,3 bilhões em 2029; e R\$ 44,5 bilhões em 2030.

EMENDAS E CONCURSOS

Medidas como o escalonamento de concursos e provimento de vagas em 2025, que podem ser feitas internamente pelo governo, terão impacto de R\$ 1 bilhão por ano de 2025 a 2030.

As mudanças nas regras de emendas parlamentares garantirão economia de R\$ 6,7 bilhões em 2025; R\$ 7,7 bilhões em 2026; R\$ 7,3 bilhões em 2027; R\$ 5,6 bilhões em 2028; e de R\$ 6 bilhões em 2029 e em 2030. Parte das mudanças nas regras para as emendas foi sancionada recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**

GOVERNO E CONGRESSO ESPERAM VOTAR CORTE DE GASTOS AINDA NESTE ANO

As medidas de corte de gastos obrigatórios apresentadas pelo governo federal nesta semana devem ser votadas na Câmara dos Deputados e no Senado até o fim deste ano, segundo preveem o Executivo e as lideranças do Congresso Nacional.

Como restam apenas três semanas para o início do recesso parlamentar, a ideia é que o projeto de lei complementar (PLC) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratam do corte de gastos sejam apreciados na Câmara nas próximas duas semanas e, no Senado, na última semana de trabalhos legislativos, entre 16 e 20 de dezembro.

Por outro lado, a **reforma tributária** da renda só deverá ser apreciada em 2025 com objetivo de começar a valer em 1º de janeiro de 2026. As medidas preveem a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil e a taxa extra de 10% para quem recebe acima de R\$ 50 mil.

Em reunião com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, nessa quinta-feira (28), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), comprometeu-se a votar os textos ainda neste ano.

"Nosso compromisso no Senado é que, tão logo a Câmara dos Deputados aprecie a PEC e o PLC, o

Senado submeta diretamente ao plenário para que possa ser ratificado em revisão àquilo que a Câmara fizer em relação a esse pacote", explicou Pacheco. Segundo o senador, por enquanto, não foram apresentadas pelas lideranças restrições ao pacote.

Em reunião com líderes da Câmara na noite de quarta-feira (27), o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), também se comprometeu a analisar os projetos ainda neste ano, segundo confirmou a assessoria do parlamentar alagoano.

Fernando Haddad destacou que as lideranças receberam bem as medidas. "A reação dos líderes foi bastante favorável, um espírito de abertura muito grande para o diálogo. Então, saímos daqui com a esperança de que vamos construir um bom arranjo para o final do ano e para ter um orçamento com execução mais tranquila no ano que vem", comentou.

O ministro Padilha, responsável pela articulação com o Congresso Nacional, informou que os textos dos projetos ainda não foram enviados, pois havia uma determinação de primeiro apresentar as ideias, avaliar a receptividade e, em seguida, enviar as matérias.

"O que eu ouvi é o compromisso dos líderes da Câmara, de todos os partidos, dos líderes do Senado, de todos os partidos, expresso aqui pelo presidente do Senado, todo esforço para concluirmos a votação até o final do ano, para que a gente possa construir a peça orçamentária do ano que vem", destacou.

Além do pacote de corte de gastos, o Senado tem a regulamentação da **reforma tributária** do consumo para votar. Antes do fim do ano, a Câmara e o Senado devem analisar também os projetos de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária (LOA) de 2025. Isso sem contar uma série de projetos que estão na pauta das duas Casas, como os que tratam da ampliação da imunidade tributária para igrejas, da regulação da Inteligência Artificial e dos jogos de azar no Brasil.

OPOSIÇÃO

Enquanto isso, o líder da oposição no Senado, Marco Rogério (PL-RO), criticou o anúncio do governo por incluir, junto com o corte de gastos, medidas para isenção do Imposto de Renda. "Por que o mercado age de forma desconfiada, desconfortável, negativa? Porque o governo tira com a mão e dá com a outra. Então, é um governo que não tem compromisso com a agenda fiscal", afirmou.

Questionado por jornalistas se a oposição ficará contra a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, o líder da oposição disse que "é preciso estudar com

profundidade todas as medidas, todas as propostas que estão sendo apresentadas".

Sobre o corte de gastos, Marco Rogério indicou que ficará contra. "A oposição sempre defendeu a pauta do controle de gastos, sempre defendeu o equilíbrio fiscal. Não é agora que nós vamos mudar o nosso discurso, mas não vamos embarcar numa proposta que é um grande faz de conta, uma proposta que promete muito e não entrega quase nada", completou.

Sobre a reforma da renda, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que será analisada separadamente do corte de gastos e que a ideia do governo é que seja uma mudança neutra, ou seja, a isenção dos que ganham menos terá que ser compensada pela taxaçoão dos que ganham mais.

"A reforma, tanto do consumo quanto da renda, é neutra do ponto de vista fiscal. Ninguém está disposto a votar uma reforma que não seja neutra.

Isso será observado na lei ordinária que regula a matéria da reforma da renda", afirmou Haddad.

Site: <https://odia.presslab.com.br>

Pacote de cortes do governo ameaça Fundo Constitucional do DF

Israel Medeiros +

O pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá impacto direto nas finanças do Distrito Federal, se for aprovado pelo Congresso da forma como está. A equipe econômica quer alterar a forma como são corrigidos os repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, que responde por quase 40% do orçamento da capital federal.

Atualmente, os valores que a União repassa ao Fundo são recalculados pela variação da Receita Corrente Líquida da União (RCL), ou seja, se a arrecadação do governo aumenta, os repasses também se elevam.

O que a equipe de Haddad pretende é que a correção desses valores seja feita considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador que mede a **inflação** no Brasil. Esse é o indexador oficial do país, usado como base para corrigir salários, aluguéis e até mesmo a poupança.

Para o governo federal, a indexação ao IPCA tornaria os repasses mais previsíveis, já que não aumentariam junto com a arrecadação da União. O que nós estamos prevendo é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal vai ter a mesma cláusula de reajuste do Fundo (Nacional) do Desenvolvimento Regional, qualquer que seja. Hoje é o IPCA, disse Haddad, nesta quinta-feira, na entrevista coletiva em que detalhou o pacote.

Segundo o ministro, a medida vai colocar o Distrito Federal em pé de igualdade, em termos de correção de valores, com o resto do país. Não pode haver um descasamento entre o Fundo de Desenvolvimento Regional de um ente federado e o fundo de um país inteiro consagrado na **reforma tributária**. Então, vamos compatibilizar pelo IPCA neste momento aquilo que vai ser acrescido também no espírito de manter as despesas obrigatórias nos limites do arcabouço fiscal.

O governo do Distrito Federal argumenta que a mudança significaria menos recursos para a segurança pública, a saúde e a educação.

Em 2020, o primeiro ano com registros de repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o montante reservado no Orçamento foi de R\$ 15,7 bilhões. Foi

corrigido pela RCL para R\$ 15,86 bilhões em 2021; subiu para R\$ 16,27 bilhões no ano seguinte e alcançou R\$ 23 bilhões no Orçamento do ano passado - alta de 41% em relação ao ano anterior, depois de a arrecadação federal ter alcançado o melhor resultado desde 1995.

Para 2024, o Orçamento da União previu R\$ 23,38 bilhões para o FCDF, sendo aproximadamente R\$ 10,7 bilhões para a segurança pública, R\$ 7 bilhões para a saúde e R\$ 5,5 bilhões para a educação. O montante representa 38% do orçamento total do DF neste ano.

Se a correção pelo IPCA já estivesse valendo no fim de 2023, o valor do repasse teria subido em R\$ 1,06 bilhão, considerando que a **inflação** acumulada de 2023 foi de 4,62%. Com a regra atual, o repasse aumentou em apenas R\$ 380 milhões, o que corresponde a uma alta de apenas 1,65% em relação ao ano anterior.

Em 2023, o governo federal atuou para que o texto do marco fiscal incluísse a mesma mudança na correção dos valores do Fundo. Segundo os cálculos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do GDF, o Distrito Federal poderia deixar de receber R\$ 87 bilhões ao longo de 10 anos, caso a correção fosse alterada pelo novo arcabouço fiscal e vinculada ao IPCA.

À época, o relator do texto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-PA), resistiu aos apelos do GDF para retirar essa mudança do texto. No Senado, no entanto, a situação foi outra. Acompanhado de deputados e senadores do DF (incluindo parlamentares de espectros políticos opostos), o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi à casa do relator do texto na Casa Alta, Omar Aziz (PSD-AM), para pedir a retirada do FCDF do marco fiscal. Ele foi bem-sucedido, e o texto acabou sendo aprovado no Senado mantendo a correção pela RCL.

O pacote de corte de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá impacto direto nas finanças do Distrito Federal, se for aprovado pelo Congresso da forma como está. A equipe econômica quer alterar a forma como são corrigidos os repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, que responde por quase 40% do orçamento da capital federal.

Atualmente, os valores que a União repassa ao Fundo são recalculados pela variação da Receita Corrente Líquida da União (RCL), ou seja, se a arrecadação do governo aumenta, os repasses também se elevam.

O que a equipe de Haddad pretende é que a correção desses valores seja feita considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador que mede a **inflação** no Brasil. Esse é o indexador oficial do país, usado como base para corrigir salários, aluguéis e até mesmo a poupança.

Para o governo federal, a indexação ao IPCA tornaria os repasses mais previsíveis, já que não aumentariam junto com a arrecadação da União. O que nós estamos prevendo é que o Fundo Constitucional do Distrito Federal vai ter a mesma cláusula de reajuste do Fundo (Nacional) do Desenvolvimento Regional, qualquer que seja. Hoje é o IPCA, disse Haddad, nesta quinta-feira, na entrevista coletiva em que detalhou o pacote.

Segundo o ministro, a medida vai colocar o Distrito Federal em pé de igualdade, em termos de correção de valores, com o resto do país. Não pode haver um descasamento entre o Fundo de Desenvolvimento Regional de um ente federado e o fundo de um país inteiro consagrado na **reforma tributária**. Então, vamos compatibilizar pelo IPCA neste momento aquilo que vai ser acrescido também no espírito de manter as despesas obrigatórias nos limites do arcabouço fiscal.

O governo do Distrito Federal argumenta que a mudança significaria menos recursos para a segurança pública, a saúde e a educação.

Em 2020, o primeiro ano com registros de repasses ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o montante reservado no Orçamento foi de R\$ 15,7 bilhões. Foi corrigido pela RCL para R\$ 15,86 bilhões em 2021; subiu para R\$ 16,27 bilhões no ano seguinte e alcançou R\$ 23 bilhões no Orçamento do ano passado - alta de 41% em relação ao ano anterior, depois de a arrecadação federal ter alcançado o melhor resultado desde 1995.

Para 2024, o Orçamento da União previu R\$ 23,38 bilhões para o FCDF, sendo aproximadamente R\$ 10,7 bilhões para a segurança pública, R\$ 7 bilhões para a saúde e R\$ 5,5 bilhões para a educação. O montante representa 38% do orçamento total do DF neste ano.

Se a correção pelo IPCA já estivesse valendo no fim de 2023, o valor do repasse teria subido em R\$ 1,06 bilhão, considerando que a **inflação** acumulada de 2023 foi de 4,62%. Com a regra atual, o repasse

aumentou em apenas R\$ 380 milhões, o que corresponde a uma alta de apenas 1,65% em relação ao ano anterior.

Em 2023, o governo federal atuou para que o texto do marco fiscal incluísse a mesma mudança na correção dos valores do Fundo. Segundo os cálculos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do GDF, o Distrito Federal poderia deixar de receber R\$ 87 bilhões ao longo de 10 anos, caso a correção fosse alterada pelo novo arcabouço fiscal e vinculada ao IPCA.

À época, o relator do texto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-PA), resistiu aos apelos do GDF para retirar essa mudança do texto. No Senado, no entanto, a situação foi outra. Acompanhado de deputados e senadores do DF (incluindo parlamentares de espectros políticos opostos), o governador Ibaneis Rocha (MDB) foi à casa do relator do texto na Casa Alta, Omar Aziz (PSD-AM), para pedir a retirada do FCDF do marco fiscal. Ele foi bem-sucedido, e o texto acabou sendo aprovado no Senado mantendo a correção pela RCL.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/11/69-99665-pacote-de-cortes-do-governo-ameaca-fundo-constitucional-do-df.html>

Governo projeta economia de R\$ 327 bi até 2030, mas mercado mantém desconfiança do pacote fiscal

Esperado há semanas pelo mercado financeiro como forma de sinalizar o compromisso do governo com as contas públicas e a manutenção do arcabouço fiscal, o pacote de contenção de gastos acirrou ainda mais a tensão entre investidores e a equipe econômica. E o detalhamento das medidas ontem não foi suficiente para segurar os ânimos. O dólar disparou, renovou a máxima e fechou a R\$ 5,989, após bater R\$ 6 pela primeira vez na história durante o pregão.

A curva de juros doméstica passou a precificar uma Selic de 14,75% ao fim do ciclo de aperto monetário, com chance de que a taxa suba 1 ponto percentual em dezembro. O Ibovespa fechou em baixa de 2,4%, a maior queda diária em um ano e meio.

O aumento da isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5.000 - uma das promessas de Lula quando era candidato à Presidência - foi mal recebido pelas dúvidas em relação à medida de compensação e por ter se misturado ao pacote de despesas.

Para compensar a medida, Haddad confirmou a proposta de estabelecer um imposto mínimo de renda de 10% para quem recebe mais de R\$ 50 mil por mês.

De outro lado, a previsão do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. Para o mercado, há dúvidas sobre a efetividade desses números.

Haddad disse que os cortes não fazem parte do mesmo projeto da reforma da renda, que inclui a proposta de aumento da faixa de isenção do IR, afirmou que vale a partir de 2026 e que a medida será neutra do ponto de vista fiscal:

- Não queremos confundir o tema da **Reforma Tributária** com o tema de medidas que visam a reforçar o arcabouço fiscal.

À noite, Lula classificou como "extraordinária" a série de medidas e defendeu o arcabouço fiscal. Ele disse que o imposto mínimo de 10% foi feito "sem nenhum abuso".

- Foi anunciado ontem (quarta-feira) pelo Haddad,

participei da reunião com o presidente do Senado (Rodrigo Pacheco), com o presidente da Câmara (Arthur Lira), com os líderes da Câmara dos Deputados, uma medida extraordinária que é de contenção do excesso de despesas, porque nós temos que cumprir o arcabouço fiscal - disse Lula.

Para Marianna Costa, economista-chefe da Mirae Asset, a falta de mudanças estruturais robustas afetou o dólar:

- Pressão adicional no câmbio se reflete na curva de juros.

Para Milena Landgraf, que chefia a área de análise macroeconômica da Jubarte Capital, a isenção do IR pode pressionar a **inflação** se não for compensada. E isso pressionaria mais o Banco Central.

O pacote inclui, além do IR, mudanças nos parâmetros de reajuste do salário mínimo, no abono salarial, pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família, idade mínima para aposentadoria dos militares, entre outras ações pontuais.

Pela manhã, Haddad disse que o mercado financeiro precisa fazer uma reeleitura e colocar em xeque "profecias não realizadas" em relação a projeções de crescimento econômico e resultado primário.

- É preciso colocar em xeque as profecias não realizadas. (Previsão de) Crescimento de 1,5%, vai ser de crescimento de 3,5%. O mercado tem que fazer reeleitura do que o governo está fazendo. Tanto no crescimento quanto no déficit o mercado errou - disse, acrescentando que o ajuste não se encerra com o pacote - Não acredito em bala de prata. Não vamos resolver dez anos de déficit primário de um ano para o outro. Estou satisfeito com o resultado deste ano.

À noite, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que a equipe econômica vai dialogar com o mercado:

- O que se cobrava foi plenamente, 100% atendido.

Entre as medidas detalhadas ontem, está o fim da

isenção do IR para pessoas que têm "moléstia grave" - doença séria, que inspira cuidados, sob pena de causar sequelas ou até morte do portador - e ganham até R\$ 20 mil por mês.

O governo detalhou que espera poupar R\$ 109,8 bilhões em cinco anos com aposentadorias e benefícios com a nova regra para o salário mínimo, que só poderá crescer até os limites do arcabouço fiscal.

No Bolsa Família, ficou definida como obrigatória a biometria para inscrição e atualização cadastral e atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses, além de restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento.

Também entrou no pacote destinar até 20% da complementação da União ao Fundeb (fundo da educação básica) para a criação e manutenção de matrículas em tempo integral. Segundo Haddad, os programas Pé-de-Meia (poupança para alunos do ensino médio de baixa renda) e o Vale-Gás vão ser incluídos no Orçamento no ano que vem.

Em outra frente, uma proposta busca atacar os "supersalários" do funcionalismo e fixa prazo de dois anos a partir de sua aprovação para um projeto de lei estabelecer exatamente quais verbas de caráter indenizatório poderão ser pagas além do teto constitucional de salários. (Colaboraram Paulo Renato Nepomuceno e Isa Morena Vista)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/governo-projeta-economia-de-r-327-bi-ate-2030-mas-mercado-mantem-desconfianca-do-pacote-fiscal.ghtml>

Contas públicas são disfuncionais porque há muita pobreza e privilegiados

No pronunciamento aos queridos brasileiros e às queridas brasileiras, o ministro da Fazenda usou postura e palavreado presidenciais em busca de algum apoio popular para medidas que, embora desidratem direitos sociais, não satisfazem os bambambãs das finanças. Os R\$ 70 bilhões que o governo promete economizar num par de anos, à custa de mudanças no abono salarial, no reajuste do salário mínimo, na limitação de despesas e até na previdência dos militares, vão para o mercado na forma de juros num piscar de olhos. Ainda assim, o dólar avança impávido ladeira acima. Segue o baile.

As contas públicas brasileiras são disfuncionais porque o país tem muita gente pobre demandando política pública e grupos privilegiados que, numericamente em desvantagem, não dão um quinhão por mais justiça social e tributária. É assim desde que o Brasil é Brasil. Abusam da capacidade de organização e pressão política para manter benesses. Farinha muita, meu pirão primeiro; farinha pouca, também. E tome desoneração.

É verdade que a composição nada diversa do Congresso Nacional tampouco impulsiona uma agenda que priorize os necessitados. É praticamente inviável ser progressista num parlamento entre conservador e reacionário. Na **reforma tributária**, ficou nítido que o conjunto de itens beneficiados com isenções ou tarifas reduzidas atendeu mais aos interesses de quem produz que os de quem consome. Toda vez que sofre um revés, a extrema direita dá um jeito de desenterrar pautas para subtrair direitos das mulheres. Misoginia viraliza.

Anteontem, foi a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados que deu sinal verde à tramitação de uma mudança na Carta para garantir a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Na prática, significa retroceder à primeira metade do século passado, antes de a legislação permitir o aborto em casos de estupro e risco de vida à gestante - mais tarde, em 2012, o Supremo Tribunal Federal estendeu a interrupção para fetos anencéfalos.

Em cadeia nacional, Fernando Haddad elencou bons números da economia (**PIB** crescente, desemprego em queda), redesenho de antigos programas sociais, lançamento de novos, como Desenrola (pagamento de dívidas), Pé de Meia (bolsas a estudantes do ensino

médio) e Acredita (crédito a pequenos negócios). Incorporou solenemente os verbos empreender e prosperar ao glossário oficial. Qualquer semelhança com a gramática coach-religiosa que seduz a periferia não será coincidência.

O titular da Fazenda atravessou novembro toureando o presidente da República e colegas de ministério para organizar o conjunto de medidas de ajuste fiscal apresentado ontem. O abono salarial pago a trabalhadores formais que ganham até dois mínimos será, aos poucos, reduzido para a faixa que recebe até um salário e meio. A fórmula de reajuste real do piso, promessa de campanha de Lula, trocará o **PIB** pelo limite do arcabouço fiscal. É melhor que a política de reajuste zero de Jair Bolsonaro, mas pior que a instituída pelo atual presidente em mandatos anteriores. Menos é melhor que nada.

Num aceno à classe média, o governo planeja isentar de imposto de renda salários de até R\$ 5 mil. Para compensar, tributará mais os rendimentos acima de R\$ 50 mil, com regras a ser conhecidas. Os supersalários no setor público serão contidos, bem como aberrações das Forças Armadas, como a pensão por morte ficta (na verdade, expulsão) e a inexistência de idade mínima para a reserva remunerada.

Quando se dirigiu ao país, Haddad disse que criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários serão proibidos, quando houver déficit primário nas contas públicas. Foi pelo ralo uma oportunidade de recompor, em tempos de escassez generalizada, benefícios, desonerações e subsídios ineficientes e sem contrapartidas. Seria hora de todos darem contribuições ao esforço fiscal. Mas alguns não são todo mundo, nos ensinaram matriarcas em broncas de outros carnavais.

Aos amigos do poder, tudo; aos desvalidos, a dureza da lei. Para restringir acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) de um mínimo a idosos sem aposentadoria e pessoas com deficiência em vulnerabilidade, a equipe econômica, com aval de Lula, teve a coragem de propor que sejam computadas rendas de cônjuge ou companheiro não coabitantes e de irmãos, filhos e enteados coabitantes. É medida vil, que aniquila a solidariedade do Estado e solapa a autonomia financeira dos beneficiários. Pior

que isso, torna 100% dependentes dos parentes os incapacitados para trabalhar.

As famílias que lutem. Estamos bem.

Site: <https://oglobo.globo.com/opinioao/flavia-oliveira/coluna/2024/11/contas-publicas-sao-disfuncionais-porque-ha-muita-pobreza-e-privilegiados.ghtml>

Austeridade e equilíbrio fiscal são fundamentais

Por crença num novo modelo de gestão pública, o Mato Grosso do Sul manteve intocada a menor alíquota modal de ICMS em vigência no país, ao contrário de outros estados, que optaram por recalibrá-la em busca de uma arrecadação mais vigorosa e de uma média de referência alta para compensar perdas previstas nos primeiros anos da **reforma tributária**.

Essa ousadia entrega agora a equação mais vistosa entre todas as unidades federadas do Brasil, ainda que crie apertos de caixa esperados e óbvios desconfortos para quem sempre resolveu deficiências crônicas do estado pelo caminho mais fácil - penalizar quem trabalha e produz.

Ser um dos estados "mais baratos" do país não impossibilitou que o MS alcançasse a Capag A+, a maior nota para capacidade de pagamento e saúde fiscal auditada pelo Tesouro Nacional. E a austeridade da Capag A+ também não impediu que o MS se tornasse o estado que mais investe no país.

Estamos entre as unidades da Federação com maior investimento per capita e, não por mero acaso, o terceiro maior crescimento do **PIB**. Tudo isso impactou decisivamente o tecido social. Temos praticamente pleno emprego e somos o estado mais próximo da desafiadora e até então distante fronteira da erradicação da pobreza extrema.

Olhando para esse cenário surpreendente, não há como deixar de reverenciar a austeridade e o equilíbrio fiscal como componentes fundamentais da matriz de gestão. Afinal, não há como reduzir **impostos** sem reduzir gastos; e só assim é possível transformar **impostos** em capacidade de investimento, como tem hoje o Mato Grosso do Sul.

Se avançamos no campo da simplificação, com a **reforma tributária**, o desafio mais importante agora é a qualidade dos gastos públicos, que merece ampla reforma nacional. Para ter uma ideia, no dia primeiro de novembro deste ano, com 54 dias adiantados, o Impostômetro na Avenida Paulista registrou a marca de R\$ 3 trilhões arrecadados com **impostos**, taxas, contribuições e outros penduricalhos. Isso representa algo em torno de 5 meses trabalhados pelos brasileiros apenas para pagar **impostos**. Para comparar: há 10 anos, no primeiro dia de novembro de 2014, o painel registrava R\$ 1,57 trilhão.

Apesar dessa miríade de recursos públicos, não foi possível reduzir os 50% de defasagem da remuneração do SUS aos prestadores de serviço, em especial os hospitais filantrópicos, que representam 61% do atendimento da oferta de alta complexidade no país; cerca de 32 milhões de brasileiros vivem sem acesso à água potável, e mais de 90 milhões não têm coleta de esgoto, de acordo com o Instituto Trata Brasil. Os dados mostram que 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não terminaram o ensino médio e não frequentam nenhuma instituição de educação básica, segundo informações coletas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- IBGE (PNAD Contínua). Considerando todas as faixas etárias, são 68.036.330 cidadãos sem escolarização básica no país.

Num país pobre e dramaticamente desigual como o nosso, com tantas flagrantes carências, a questão que se impõe é claríssima: não basta ter recursos, é preciso saber aplicá-los com eficiência.

*Eduardo Riedel é governador de Mato Grosso do Sul

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2024/11/austeridade-e-equilibrio-fiscal-sao-fundamentais.ghtml>

IPTU sobe e IPVA cai no ano que vem

» **CARLOS SILVA**

A Câmara Legislativa (CLDF) aprovou, ontem, o projeto que estabelece os valores venais do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Enquanto a cobrança aos veículos vai ter queda média de 0,72%, o tributo a imóveis será aumentado em 4,09%. As mudanças passam a valer a partir de 2025.

A previsão do Governo do Distrito Federal (GDF) é de que, enquanto a arrecadação do IPVA deve atingir R\$ 1,977 bilhão no próximo ano, o IPTU ultrapassará R\$ 1,440 bilhão. O texto segue para sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Apesar das mudanças nos **impostos** de veículos, muitos ainda não sentiram o benefício no bolso. Segundo o texto da medida, modelos específicos poderão registrar aumento. Na contramão da redução média, caminhões podem ter aumento de 4,04% no imposto, seguido por motos e similares, com alta de 3,89%.

O projeto também traz algumas isenções. Na compra de automóveis, pessoas com Síndrome de Down ou autismo ficam livres do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Além disso, estão isentos da Taxa de Limpeza Pública (TLP) pessoas com mais de 60 anos, aposentados ou pensionistas que recebam até dois salários mínimos, e proprietários de imóveis de até 120m².

De acordo com o GDF, há 1.287.243 contribuintes de IPVA, cujo pagamento começa em fevereiro.

Quanto ao IPTU, são 639.825 contribuintes e o pagamento tem início em maio.

Orçamento familiar O economista Marcello Vale, professor do Ceub, também analisou os impactos desses reajustes para a população, destacando o peso do IPTU. "Nem todas as famílias tiveram recomposição salarial, então, não deixa de ser um aumento expressivo. Ainda há o fato de essas cobranças virem logo no início do ano, enquanto outras despesas muito significativas aparecem. É período, por exemplo, de início de atividades escolares, tem matrícula, mensalidade, aquisição de material etc", avalia.

Ele também aponta a necessidade de mudanças a fim de que os **impostos** tenham menos impactos no orçamentos das famílias.

"Segundo estudos e pesquisas por amostragem domiciliar, vai depender da classe de renda.

Contribuintes com renda até R\$ 5 mil têm impacto que pode chegar a 10% da média da renda semestral, dependendo do modelo e ano do automóvel. No caso de terreno, casa ou apartamento, pode chegar a 20% da média da renda semestral", destaca.

Rosana Macena, 50 anos, utiliza o carro no trabalho como motorista de aplicativo e afirma que qualquer economia é bem-vinda.

"É um imposto muito pesado.

Pago cerca de R\$ 1,5 mil e o meu ganho varia muito entre os meses, então, pega uma parte considerável do dinheiro das corridas", destaca.

A auxiliar administrativa Wharrissa Santos, 30, aluga uma casa em Ceilândia. Para ela, o reajuste do IPTU é excessivo.

"Onde eu moro, pago essa despesa.

Leva uns 34% do que eu ganho.

Se aumentar, como eu vou fazer? Ainda tenho outras responsabilidades.

Pensa naqueles que ganham um salário mínimo, por exemplo, vão trabalhar só para pagar IPTU?", questiona.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

TCDF aprova com ressalvas, contas do GDF

MAIARA MARINHO *redacao@grupojbr.com*

Nessa quinta-feira, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) apresentou o Relatório Analítico e Parecer Prévio (RAPP) das contas do Governo do Distrito Federal referentes ao ano de 2023. Elaborado anualmente, o relatório apresentou as despesas, as arrecadações, metas fiscais, receitas e dívidas do ano. O TCDF considerou as contas do governo, relativas ao exercício de 2023, aptas a receber aprovação, com ressalvas. Posteriormente, o documento será encaminhado à Câmara Legislativa do DF, responsável pelo julgamento definitivo das contas.

A análise do Tribunal contribui para identificar falhas e realizar melhorias no uso dos recursos no Distrito Federal, orientando, inclusive, os caminhos a seguir. O relator das contas do exercício de 2023 foi o vice-presidente do TCDF, o conselheiro André Clemente, e diz respeito à gestão do governador Ibaneis Rocha.

Durante o exercício de 2023, o montante efetivamente arrecadado foi de R\$ 60,1 bilhões, enquanto que as despesas alcançaram R\$ 57,7 bilhões. Apesar do superávit, o Tribunal informou que tem havido um crescimento das despesas de exercícios anteriores, o que pode comprometer o saldo de R\$ 2,4 bilhões.

A arrecadação, em relação a 2022, aumentou 19%, impulsionada pelo aumento dos recursos vindos do Fundo Constitucional do DF, que teve um crescimento de 41,4% nos valores repassados pela União, comparado a 2022.

Indicadores positivos Na área da economia, a arrecadação de **impostos** representou 54,6% das receitas correntes, aquelas despesas tributárias arrecadadas e executadas durante o exercício financeiro.

As receitas de capital, que são recursos obtidos por meio de empréstimos ou venda de bens públicos, aumentaram em relação a 2022, alcançando R\$ 1,1 bilhão em 2023.

Em saúde e educação, os limites mínimos de aplicação definidos pela Constituição Federal foram cumpridos. O que refletiu na taxa púde analfabetismo e de reprovação na educação pública, que apresentaram diminuição. No desenvolvimento tecnológico, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), foram executados quase a totalidade dos recursos mínimos

legais, que alcançaram R\$ 166,1 milhões.

Dos R\$ 6,7 bilhões autorizados na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o orçamento da Criança e do Adolescente, foram aplicados o equivalente a 88,8% dos recursos, ou, em números, R\$ 5,9 bilhões investidos em políticas públicas. Dos 12 indicadores para a área do Meio Ambiente, 9 foram cumpridos.

Na área da segurança, o efetivo diário de policiais nas ruas superou as expectativas previstas e constatou-se uma redução nos crimes contra o patrimônio público e de crimes violentos letais.

As principais ressalvas foram indicadas como "pontos preocupantes".

Entre eles, a renúncia fiscal de R\$ 9,1 bilhões - quando o governo abre mão de parte dos **impostos** devidos; as despesas sem cobertura fiscal avaliadas em R\$ 145 milhões - tendo em vista que a ausência de contrato formal "impede a fiscalização do TCDF, do controle interno do governo e da sociedade", conforme afirmou o conselheiro Renato Rainha; e a desproporção entre os valores executados e os resultados efetivos nas políticas públicas - sobretudo no que diz respeito à prestação de serviços em saúde.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18334>

Quem tem doença grave e ganha acima de R\$ 20 mil perderá isenção

THAÍS BARCELLOS, BERNARDO LIMA E KAROLINI BANDEIRA *economia@oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

O governo Luiz Inácio Lula da Silva quer mudar uma regra que existe há anos e que isenta do Imposto de Renda (IR) pessoas que têm "moléstia grave" - doença séria, que inspira cuidados, sob pena de causar sequelas ou mesmo a morte do portador. Com a mudança, quem está nessa situação e tem uma renda acima de R\$ 20 mil por mês deixará de ter o direito à isenção completa do IR.

O projeto de lei que o governo enviou ao Congresso diz que não terá mais isenção total do Imposto de Renda quem ganha acima de R\$ 20 mil por mês e tem doenças como câncer, Parkinson, problemas graves nos rins ou fígado, aids, tuberculose e outras (veja lista completa ao lado).

O que não muda na proposta governamental, para todas as faixas de renda, é o direito de os contribuintes deduzirem do Imposto de Renda as despesas médicas, como gastos com consultas, internações, plano de saúde e outras despesas, como psicoterapia ou fonoaudiologia. Esses gastos continuam sendo dedutíveis em sua totalidade para todos os contribuintes.

- Hoje, uma pessoa que, independentemente da faixa de renda, tenha aposentadoria e provento por moléstia grave, está isenta do Imposto de Renda. O que estamos dizendo é o seguinte: quem ganha até R\$ 20 mil segue isento, com moléstia grave. Quem ganhar mais de R\$ 20 mil não vai estar mais isento, mas vai poder seguir fazendo dedução - afirmou o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan.

MEDIDA COMPENSATÓRIA

Segundo o ministro Fernando Haddad, essa medida também faz parte das mudanças para compensar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, anunciada junto com o pacote.

- Tem algumas distorções que estamos corrigindo com relação à saúde no Imposto de Renda. Gastos com saúde continuarão dedutíveis na sua integralidade. Mas a isenção do IR por razões de saúde vai estar limitada a quem ganha até R\$ 20 mil por mês - disse o ministro na entrevista coletiva para detalhar as

medidas do pacote de ajuste fiscal.

Segundo Haddad, além da elevação de **impostos** para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, a restrição à isenção do Imposto de Renda para quem tem problemas de saúde obterá os R\$ 35 bilhões necessários para bancar a elevação da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

As mudanças no Imposto de Renda serão enviadas ao Congresso Nacional no próximo ano. A expectativa do governo é que as medidas sejam implementadas a partir de 1º de janeiro de 2026.

DEDUÇÕES VÁLIDAS

Continuarão valendo, para todas as faixas de renda, deduções no Imposto de Renda de gastos com consultas médicas de qualquer especialidade; exames laboratoriais e radiológicos. despesas hospitalares, incluindo internação em UTI; despesas com parto; planos e seguros de saúde, incluindo a coparticipação do empregado que divide os custos com a empresa; despesas com assistente social, massagista e enfermeiro, entre outras.

"Tem algumas distorções que estamos corrigindo com relação à saúde no Imposto de Renda" Fernando Haddad, Ministro da Fazenda

Limite.

Gastos com tratamentos radiológicos. por exemplo, poderão continuar sendo deduzidos no IR de todas as faixas

Veja lista de "moléstias graves" consideradas pelo governo na medida

-Cegueira

-Câncer

-Cardiopatia grave

- Doença renal grave

- Doença grave no fígado

- Parkinson

- Moléstia profissional
- Tuberculose
- Aids
- Alienação mental
- Esclerose múltipla
- Hanseníase
- Paralisia
- Espondiloartrose anquilosante
- Doença de Paget
- Contaminação por radiação

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar em alta acelera inflação de 'porta de fábrica'

Alessandra Saraiva Do Rio

A chamada **inflação** de "porta de fábrica", sem **impostos** e fretes, disparou entre setembro e outubro, passando de 0,62% para 0,94%, segundo o índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a mais forte taxa desde julho (1,53%) e levou o indicador a uma alta acumulada de 5,89% em 12 meses, até outubro. O dólar em alta, que deixou commodities mais caras, levou ao resultado, informou Murilo Alvim, analista do IPP e pesquisador do IBGE.

Alvim informou que, influenciado por commodities, a indústria de alimentos respondeu sozinha por 0,46 ponto percentual (p.p.) do IPP. Os alimentos também contribuíram com 2,59 p.p. para a taxa em 12 meses do indicador, acrescentou.

Na área de alimentos, commodities e itens relacionados foram destaque de elevação, continuou o técnico. Ele citou derivados de soja, de bovinos e café como grandes impulsionadores, não somente da taxa mensal como a acumulada em 12 meses.

O dólar em alta puxa para cima itens importados ou relacionados a produtos importados, como é o caso de commodities. "O aumento de preço da moeda americana, que em outubro foi de 1,5% e no ano já chega a 14,8%, impacta direta e indiretamente preços na indústria", disse Alvim.

Outra influência do dólar, dentro do indicador, foi de impulsionar preços de indústria ex-trativa, uma das duas categorias usadas para cálculo do IPP. Enquanto a variação de preços de indústria da transformação diminuiu de 0,93% para 0,63% entre setembro e outubro, a da ex-trativa saltou de -5,85% para 7,84%. Foi a mais forte alta desde março de 2022 (10,67%).

"A extrativa é muito ligada às indústrias de petróleo e de minério", lembrou, a citar duas das principais commodities exportadas pelo país.

De maneira geral, quando o dólar está alto, isso estimula vendas externas de commodities. Por consequência, isso ajuda a diminuir oferta no mercado, a gerar alta de preços.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

"Se não houver visão empresarial, não vamos vencer o processo político", diz Jorge Gerdau

Stella Fontes De Porto Alegre

Um dos mais influentes empresários brasileiros, Jorge Gerdau Johannpeter reuniu em seu primeiro livro, "A Busca", valores e conceitos que nortearam sua ambição por excelência tanto na trajetória profissional quanto pessoal.

Participante ativo do debate político no país, e defensor das bandeiras da indústria e do liberalismo econômico, o empresário vai do surfe-ele foi um dos precursores do esporte no país - ao hipismo, que já rendeu medalhas olímpicas em seu entorno, com a mesma convicção e domínio de quando fala, às vésperas de completar 88 anos, sobre como o Brasil poderia acelerar seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Um dos fundadores do Todos pela Educação e do Movimento Brasil Competitivo (MBC), patrocinador das artes e do esporte, coleciona conquistas e defende que, se é para dar incentivos errados, melhor não fazê-lo. Em seu discurso, exalta a responsabilidade social dos grandes conglomerados.

Gerdau participa de quatro eventos de lançamento do livro, em pré-venda na Amazon por R\$ 62,90.0 primeiro deles foi realizado ontem (28), em Porto Alegre. Os próximos serão em São Paulo (6), Brasília (10) e Belo Horizonte (12). A seguir, os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Como nasceu o livro?

Jorge Gerdau: Não tinha motivação de fazer um livro de natureza promocional. Cheguei à conclusão de tentar escrever um livro sobre um conceito de filosofia e valores que orientaram a nossa vida, que, no fim, é um lastro cultural da própria empresa. Está completando três anos que estou trabalhando. Também procurei um apoio profissional, que foi decisivo.

Valor: Qual apoio profissional?

Gerdau: De ter uma análise crítica. O Túlio Milman exerceu esse papel. Ele escreveu por anos no "Zero Hora" e tinha sempre uma visão crítica das coisas certas e erradas. Mas sabia criticar sem levar a um estágio de conflito. Como tenho uma visão crítica um

pouco clássica de empresário, tinha a preocupação de não extrapolar de forma agressiva. Ter a responsabilidade das relações institucionais me deu as condições para tratar desses temas. Achei que poderia escrever um livro que espelhasse essa visão conceitual e filosófica de um empresário vinculado à sociedade.

Valor: Quais são esses valores?

Gerdau: Como ainda não estava satisfeito, não tinha chegado a explicitar tudo o que penso, veio a ideia de escrever as palavras-chave que orientam minha visão. Conseguimos colocar [uma lista de] 23 palavras. A primeira é respeito, e a última é amor. Com essas duas palavras, a gente consegue ter uma visão concreta de respeito absoluto a todas as pessoas. É um laço cultural que nosso pai [Curt Johannpeter] nos ensinou, e impôs fortemente na empresa. Quando você aprende a palavra respeito, os relacionamentos tomam outra dimensão. Tenho convicções absolutas de que em tudo o que você faz, se tiver envolvimento e dedicação, você potencializa sua capacidade. Quase poderia dizer que, quando você tem amor, a coisa tem condições de se tornar grandiosa.

Valor: Como que o senhor começou a escrever?

Gerdau: Foi uma construção, mas não tem coisa no livro que não foi analisada e debatida para ver se realmente corresponde ao meu pensamento, à minha ideia.

Valor: Essa foi uma característica em sua liderança na Gerdau?

Gerdau: Sou fruto 100% da educação que recebi. Tenho respeito e muita gratidão. Meu pai, que foi inspetor-geral do Deutsche Bank para a América Latina, viajava de um país para outro. Depois da Segunda Guerra, entrou no negócio da família Gerdau. A Gerdau já era próspera com a fábrica de pregos, mas nosso pai entrou com filosofias modernas em gestão de recursos humanos e estratégia financeira. Nossa mãe [Helda Gerdau] fez o primeiro grau em Porto Alegre. Meu avô, então, comprou uma casa em Hamburgo e as duas irmãs fizeram o segundo grau na Alemanha. Aí teve também um fluxo cultural educativo importante. Minha mãe tinha paixão em costurar roupas para crianças. De 15 em 15 dias, levava para

alguma entidade beneficente. Nós, os irmãos e a empresa, somos fruto de uma cultura de visão econômica, mas de responsabilidade social.

Valor: O senhor vê essa cultura impressa na Gerdau de hoje?

Gerdau: Temos um executivo profissional [CEO]. Sou a quarta geração. Está na quinta e estamos preocupados em formar a sexta. Os três membros da família que fazem parte do conselho têm funções executivas. Todos têm formação profissional específica e começaram a trabalhar muito cedo, absorvendo plenamente essa cultura. No meu entender, essa cultura predomina, de forma acentuada.

Valor: O senhor acredita que a Gerdau deve crescer mais fora ou dentro do Brasil?

Gerdau: Já temos uma pulsão importantíssima no Brasil e concorrentes muito fortes. Consequentemente, talvez crescer no exterior possa ser maior do que no país. Mas a filosofia de crescimento faz parte da vida da empresa. Não tem muita opção na vida empresarial: ou cresce ou desaparece.

Valor: Quais são os desafios para crescer no Brasil?

Gerdau: O tema da mão de obra qualificada é histórico. Quando começamos com o processo da tecnologia de gestão de qualidade, com o [Vicente] Falconi em 1980, veio de forma clara o conceito de domínio de processos. A produtividade das empresas cresce quando existe domínio total dos processos. Para isso, tem que criar cursos de capacitação. Alguns executivos acompanharam viagens do Falconi para o Japão, para absorver essa tecnologia de gestão. Um deles me perguntou como seria possível fazer o mesmo que um operário japonês, que tem dezenas de cursos de educação e profissionalização, com um operário nosso, que mal tinha terceiro ano primário. No primeiro momento, é quase desesperador ouvir isso. Mas, no Brasil, se você realmente se dedica a capacitar o pessoal, em alguns anos consegue atingir patamares de produtividade internacional. É um valor que o Brasil tem. Gosto da expressão "business is people". As equipes é que fazem a diferença.

Valor: Essa convicção veio do dia a dia como empresário?

Gerdau: Essa prática veio da participação do Falconi em 1980, com o TQC (Controle da Qualidade Total). No fundo, é um instrumento de gestão de processos. Você desdobra os processos e capacita as equipes. Uma palavra-chave é "benchmark": qual é o "benchmark" que tenho que atingir para ter

competitividade internacional. A aptidão natural do brasileiro é extremamente elevada. Isso não é difundido e talvez não haja consciência disso. Mas, para o operário brasileiro, investindo nele, não há limite.

Valor: Qual é o desafio, então?

Gerdau: O desafio é ter governança inteligente. A governança inteligente no setor privado acontece porque ela define a vida ou a morte da empresa. No setor público, como os contratos obedecem a critérios de burocracia e não de meritocracia, o processo se torna mais complexo. Mas através da maturação gradativa, da necessidade de competição internacional que existe, esse tema vai se desenvolvendo.

Valor: O senhor defende que o Estado deve ser mais eficiente e se espelhar na iniciativa privada. Estamos evoluindo?

Gerdau: Talvez estejamos evoluindo, mas de forma lenta e insuficiente. A distância da participação da liderança empresarial autêntica da construção da gestão pública é insatisfatória.

Valor: O empresariado deveria participar mais?

Gerdau: Ou o setor público deveria abrir mais as portas para chamá-los. A falha é dos dois lados.

Valor: O governo ouviu as siderúrgicas no tema do aço importado. Como o senhor vê a guerra comercial entre China e Estados Unidos?

Gerdau: Diria que já é uma grande vitória o governo ter ouvido. Historicamente, nem sempre o governo ouve o suficiente. A situação da China nesse mercado é artificial, porque o aço chinês tem um nível de estatização quase total. Ao invés de ajustar a produção à realidade do mercado, a China preferiu exportar, mesmo com prejuízo. Os Estados Unidos foram os primeiros a estabelecer uma proteção **aduaneira**. Depois, a Europa. A América Latina demorou. Hoje, 50% do aço do mundo é produzido na China, o que já é estranho. Mas conseguimos fazer o governo enxergar e a evolução foi boa. Na política, o Brasil, em termos de tecnologia burocrática, trabalha a passos pequenos. A tecnoestrutura comercial não está capacitada a macro conflitos. Só sabe gerenciar pequenos conflitos. O maior dilema do desenvolvimento do Brasil é ajustar a economia aos patamares internacionais. O Brasil não se conscientizou do seu tamanho em relação ao cenário internacional. Vamos muito bem no setor primário porque ele, por competência política, conseguiu estabelecer uma tributação extremamente pequena e, com isso, posição internacional. Mas se tomar outros

setores, como indústria, estamos com raciocínio com 20,30 anos de atraso. Posso falar de outros temas, como custo do operário em relação ao que ele recebe líquido, adicionais sobre a energia elétrica. Energia é peça-chave na estrutura competitiva e o Brasil usa como instrumento arrecadatório. Nós exportamos **impostos**, nenhum país do mundo faz isso.

Valor: Estamos atrasados na reforma tributária?

Gerdau: Fizemos um trabalho com o MBC (Movimento Brasil Competitivo) sobre 12 itens que precisam ser atualizados. Tem uma meia dúzia em que isso é mais acentuado, seja custo do empregado, energia, cumulatividade, logística. Os fatores principais não obedecem a uma estratégia competitiva internacional.

Valor: Como a Gerdau conseguiu crescer nesse ambiente?

Gerdau: O Brasil tem algumas qualidades competitivas no aço, tem minério e produtividade teoricamente boa. A energia elétrica é competitiva. Tem fatores competitivos internacionais razoáveis e algumas logísticas também são razoáveis. Mas esse tema, como é político, precisa de maturação do Congresso e visão estratégica do Executivo. Nessa conjugação, ainda estamos muito atrasados.

Valor: Falta alinhamento entre Legislativo e Executivo...

Gerdau: O próprio setor empresarial também não está ajustado, em termos de estrutura, a essa guerra comercial. O empresariado precisaria se organizar para enfrentar a guerra que está aí. Éramos importadores de comida, hoje somos exportadores. Na indústria, aconteceu o contrário. Temos sobrecarga tributária e não conseguimos exportar. Tenho trabalhado com o MBC nessa discussão, e o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) criou um núcleo específico sobre custo-Brasil. O Congresso abriu uma comissão sobre custo-Brasil. Algumas estruturas foram montadas, mas a mudança de natureza política é complexa.

Valor: O senhor mantém diálogos com Geraldo Alckmin?

Gerdau: O vice-presidente Alckmin tem uma consciência muito clara. A criação de um núcleo para tratar de custo-Brasil é consequência da ação dele. A pergunta é a seguinte: qual é a prioridade, hoje, do Congresso? O Brasil está tratando mais os temas específicos dos políticos, sua representação, manutenção de sua posição, e não está entrando no debate global desse tema. Se não houver um país com uma visão empresarial, não vamos vencer esse

processo político.

Valor: Como os esportes contribuíram para seus valores?

Gerdau: A educação esportiva é instrumento de capacitação do ser humano em termos de aprender a ganhar, perder, condições físicas e intelectuais. Recebi isso como herança educativa, e tenho convicções muito grandes nesse sentido.

Valor: O senhor tem envolvimento grande, também, com educação.

Gerdau: De uma forma muito simples, o sucesso de uma empresa passa pela educação da sua equipe. Isso que vale para uma empresa, para uma família e para a comunidade como um todo. Sem educação, não há prosperidade.

Valor: Como foi a escolha do título "A Busca" para o livro?

Gerdau: A origem vem da busca de excelência, mas essa é uma palavra muito pretensiosa. Então, ficamos com busca. Tem que tomar atitude de busca.

Valor: Espiritualidade está na lista de 23 palavras. É religioso?

Gerdau: Tenho uma formação global, uma visão espírita. Por origem, a minha família norte-europeia é evangélica luterana. Mas estou liberado disso. Minha tendência é ter uma visão comportamental e espiritual.

"A governança inteligente no setor privado acontece porque ela define a vida ou a morte da empresa"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Dólar vai a R\$ 6 e Selic pode chegar a 14% após frustração com pacote

Arthur Cacjliari, Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet De São Paulo

A expectativa de que os ativos locais teriam uma reação negativa às medidas fiscais anunciadas pelo governo se materializou por completo na sessão de ontem. Com a percepção por parte do mercado de que os riscos fiscais aumentaram - em vez de diminuir - após a divulgação do pacote, o dólar superou a marca de R\$ 6 pela primeira vez na história, os juros futuros dispararam e o Ibovespa despencou, perdendo o patamar de 125 mil pontos. Assim, diante da leitura de que os preços não devem encontrar alívio, instituições financeiras passaram a aumentar suas projeções de Selic e já há discussão sobre uma alta de 1 ponto percentual nos juros em dezembro.

A demora no anúncio das medidas de contenção de gastos já vinha cobrando o seu preço nos ativos financeiros há semanas e a informação divulgada na véspera, de que o governo planejava isentar o Imposto de Renda (IR) para salários de até R\$ 5 mil reais, já contratava mais um pregão de forte aversão a risco. Assim, o detalhamento das medidas e a entrevista coletiva dos ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO) durante a manhã não foi capaz de amenizar as preocupações dos participantes do mercado, que seguem vendo as medidas como insuficientes.

O resultado foi uma nova rodada de deterioração no real, na bolsa e nos juros futuros. O dólar fechou o dia em alta de 1,30%, negociado a R\$ 5,9891. Nas máximas do dia, a moeda superou os R\$ 6 pela primeira vez na história. Se ajustado pela **inflação**, a máxima histórica do dólar ocorreu em 2002, quando teria batido o equivalente a R\$ 8,75.0 euro comercial, por sua vez, subiu 1,25%, a R\$ 6,3224. O Ibovespa derreteu e encerrou em queda de 2,40%, aos 124.610 pontos.

O anúncio das medidas era tido por boa parte dos agentes como um fator chave que poderia trazer uma melhora nos preços dos ativos e, assim, permitir uma abordagem menos dura do Banco Central em seu ciclo de aperto monetário. A frustração, assim, fez importantes bancos estrangeiros revisarem suas projeções para a trajetória da Selic.

O J.P. Morgan passou a projetar uma alta da Selic de

1 ponto percentual na reunião de dezembro e uma taxa que alcança os 14,25% no meio do ano que vem. Na visão da equipe de economia do J.P. Morgan para o Brasil, liderada por Cassiana Fernandez, as projeções de desaceleração nos gastos feita pelo governo parecem muito otimistas. Além disso, ainda que o governo alegue que a proposta de isenção do IR seja neutra do ponto de vista fiscal, ela deve aumentar ainda mais o impulso fiscal da economia.

"Mesmo sob a premissa otimista de que essa reforma é neutra em termos de **impostos**, ela não é neutra em termos de demanda, pois aumenta a renda disponível de indivíduos com alta propensão ao consumo. Consequentemente, ela também não é neutra em relação à **inflação**", afirmam. O resultado desse cenário é um aprofundamento do conflito entre a política fiscal e monetária, apontam.

O Barclays também passou a esperar uma Selic de 13,5% em 2025 e uma aceleração do ritmo para 0,75 ponto em dezembro.

A reprecificação do risco fiscal fez com que os agentes passassem a esperar um ajuste mais firme da política monetária e, agora, a curva a termo precifica uma taxa Selic de quase 15% no fim do ciclo de aperto do Copom em 2025. Os juros reais também são negociados acima dos 7% em prazos de até dez anos e a **inflação** implícita extraída das NTN-Bs encontra-se acima da marca de 6% até o ano de 2060.

Para o sócio e estrategista-chefe do BTG Pactual, João Scandiuzzi, a frustração dos agentes com as medidas fiscais do governo deve colocar mais pressão e ônus na política monetária, que precisará ser mais dura. Diante da piora nas variáveis observadas pelo Copom, continuar com aumento de juros no ritmo de 0,50 ponto percentual não é condizente com um ciclo que precisará ser mais extenso, afirma.

"Se continuasse nesse ritmo, demoraria muito [para ancorar as expectativas]. Como medida para controlar essas expectativas, vemos espaço para aceleração de alta nas taxas no ritmo de 0,75 ou 1 ponto percentual. Uma aceleração para 1 ponto seria mais eficaz para conter as expectativas, assim como um discurso duro de compromisso inarredável", aponta.

Ainda segundo a avaliação do estrategista, é

importante que a política monetária dê esse sinal mais conservador tanto para ancorar os juros de longo prazo quanto para conter a depreciação do câmbio, ainda que fatores externos possam continuar pressionando a moeda brasileira.

Há riscos, no entanto, de a alta de juros local e consequente aumento do diferencial de juros com os EUA não ser suficiente para sustentar a moeda. "Diferencial de juros é uma variável importante para o câmbio, mas, de maneira geral, quando a ampliação nesse diferencial responde basicamente à piora no prêmio de risco, o efeito desses juros mais elevados é menor do que em outras condições, como quando há aperto na política monetária por conta da **inflação** mais alta."

Segundo o economista-chefe do UBS BB, Alexandre de Ázara, o anúncio conjunto das medidas fiscais com o IR aumentou a desconfiança dos agentes quanto à disposição em sanar as fragilidades das contas públicas. "Pareceu um esforço envergonhado. Deveria ter sido algo que abraçasse o ajuste fiscal", diz Ázara, que acrescenta que o anúncio em conjunto da isenção do IR a rendas de até R\$ 5 mil foi uma "tática ruim que revelou a preferência" do governo em não regular as contas públicas da forma que os economistas e o mercado entendiam ser necessário.

"O combo foi ruim, de quem parece que não quer fazer um ajuste muito grande, com medidas piores do que se imaginava e um anúncio combinado de uma isenção tributária que, na melhor das hipóteses, ainda é expansionista no primeiro ano", diz o economista-chefe do UBS BB.

O sócio e economista do Opportunity Total, Gustavo Vieira, aponta que, se houver uma atuação mais proativa do BC, o real pode voltar a se beneficiar, principalmente contra moedas emergentes e de países vizinhos. "Se tivermos um "choque de política monetária", acredito que o real consiga melhorar sua performance contra mercados pares." Em seu modelo, o executivo diz que, para levar a **inflação** à meta, é preciso que a Selic alcance o patamar de 14% a 14,5% no fim do ciclo. "Já em relação a cortes [na Selic] acho mais difícil tão cedo. Os juros vão chegar nesse nível e ficar ali um bom tempo."

"Desse pacote de R\$ 70 bilhões, tem R\$ 25 bilhões que são palpáveis. O resto não é palpável ou é flexibilização", avalia o CEO da AZ Quest, Walter Maciel. Para o executivo, mudanças no salário mínimo e no abono salarial estariam entre as medidas mais "palpáveis", enquanto outras, como o fim da sobreposição entre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, geram dúvidas.

"O que está por trás do anúncio é esse sentimento: as eleições municipais foram cruéis e a popularidade está muito baixa. Se eu for para a classe média baixa e fizer um carinho, quem sabe a popularidade aumenta", completa Maciel.

O gestor de renda variável da Western Asset no Brasil, Guto Leite, vai na mesma linha e avalia que o governo "perdeu uma boa oportunidade" de dar uma demonstração real de comprometimento com a sustentabilidade da dívida pública - talvez a única antes do ciclo eleitoral de 2026.

"O que gerou mais dificuldade de entender foi a decisão política de trazer a questão do imposto de renda para discussão nesse momento, já que há quatro meses estava fazendo a gestação do pacote fiscal", diz Leite. Ele pontua, ainda, que não se sabe se a proposta de taxa mínima para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano pode ser aprovada pelo Congresso.

"Uma aceleração para 1 ponto [na alta da Selic] seria mais eficaz para conter as expectativas"

João Scandiuzzi

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

"Trump não terá apoio para impor tarifas e deportações em massa"

Eduardo Magossi De São Paulo

Os mercados globais estão precificando os efeitos integrais da implementação das promessas de campanha do presidente eleito dos EUA, Donald Trump, mas dificilmente ele conseguirá cumprir tudo o que prometeu, seja em relação às tarifas comerciais seja sobre deportação de imigrantes. A avaliação é de Robert Abad, especialista em mercados globais da gestora Western Asset.

Em entrevista ao Valor, durante passagem pelo Brasil, Abad pondera que, diferentemente do que o mercado espera, "Trump não poderá fazer tudo o que quer, mesmo com os republicanos tendo maioria na Câmara e no Senado". Para ele, Trump tem dois anos para realizar o que prometeu, até as eleições de meio mandato, quando poderá perder a liderança na Câmara ou no Senado. Abad acredita que, diferente do que ocorreu em 2016, "Trump não é mais uma novidade. O mercado sabe o que ele quer e o como ele atua".

"Quando Trump surgiu em 2016, ele era um "deus ex-machina" - aquela personagem do teatro grego que muda inesperadamente o rumo de uma narrativa-e introduziu os conceitos de tarifas e corte de **impostos**, que não eram vistos há muito tempo na economia", diz Abad. Na época, diz ele, o impacto principalmente nos mercados emergentes foi muito negativo porque não havia tarifas comerciais como parte da ordem mundial por muitos anos. "Agora, não estamos mais surpresos com tarifas nem com corte de **impostos**. E temos uma economia americana resiliente, o que tem ajudado os mercados emergentes, não do ponto de vista de "valuation", mas de estabilidade global", disse ele.

Para Abad, com Trump de volta, as ameaças de tarifas agressivas e deportações em massa estão de volta e os mercados começam a ficar preocupados de que essas medidas acabem afetando a resiliência da economia pois são inflacionárias, podendo provocar perda de confiança no ciclo de recuperação dos EUA, o que seria negativo para os emergentes.

Para o economista, será difícil Trump conseguir cumprir totalmente suas promessas porque sua maioria na Câmara e no Senado é pequena e muitos republicanos mais moderados não concordam com as medidas propostas. "E nas eleições de meio mandato,

daqui a dois anos, os democratas poderão recuperar a maioria".

O resultado deste prazo limitado é que Trump vai tentar acelerar a implementação das tarifas. "Trump tentará fazer tudo rapidamente e de forma agressiva, mas sabemos que demora tempo para implementar um aumento significativo nas tarifas", disse. Mesmo se iniciar o processo com ordens executivas, a implementação das medidas, sejam tarifas ou deportações de imigrantes, levará tempo.

"Nós sabemos o que ele quer fazer, não é mais surpresa, a questão é se ele conseguirá executar".

Abad aponta três obstáculos para Trump conseguir implementar seus objetivos: parte dos republicanos tem resistido a aceitar as propostas; alguns Estados têm leis que podem ser usadas contra as políticas prometidas, principalmente deportações; pode perder a maioria nas eleições de meio mandato. "As margens são apertadas e se os democratas conseguirem maioria em uma das casas ele não conseguirá impor suas políticas. E também não poderá ser reeleito de acordo com a lei".

Abad acredita que o novo mandato de Trump trará menos impacto negativo do que o anterior pelo simples fato que ele não é mais uma surpresa. Sinais de maior moderação veio também, pela escolha do gestor Scott Bessent para secretário do Tesouro. "Bessent apoia as tarifas, mas também entende o impacto que terão nos mercados. Ele entende o impacto de um dólar forte na economia mundial, entende que podemos ter uma política de dólar forte, mas que talvez nesse momento um dólar fraco seria mais benéfico", disse ele, lembrando que a indicação de Bessent deu mais confiança ao mercado de Treasuries, com os retornos recuando das máximas atingidas desde a eleição de Trump.

Porém, os mercados seguem precificando um cenário em que as tarifas serão aplicadas e as deportações, realizadas. Isso deve manter o dólar forte por mais tempo, disse. "Também poderá afetar a **inflação**, o que manterá os rendimentos dos Treasuries mais elevados por mais tempo".

Em relação ao S P 500, Abad é otimista. "Os investidores de S P 500 não estão pensando no

aumento do déficit americano, não estão pensando nas tarifas nem nas deportações, mas na possibilidade da aplicação da inteligência artificial (IA) em vários setores da economia", disse. Segundo Abad, a narrativa do S P é de uma economia resiliente e do potencial do IA para melhorar a margem das empresas e a produtividade em vários setores.

"E a experiência com o primeiro governo Trump fez com que a administração das empresas se tornasse mais preparada, mais defensiva. A covid fez com que as empresas ficassem mais cautelosas na forma de usar seu caixa. Foram capazes de levantar mais dinheiro a juros baixos. Essas companhias estão mais fortes em 2024, com mais dinheiro no caixa, o que deve manter o S P 500 forte", afirmou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Mudança no salário mínimo, abono, IR e na aposentadoria

BRASÍLIA

O governo detalhou as medidas do pacote fiscal anunciadas na noite de quarta pelo ministro Fernando Haddad.

Entre elas estão idade mínima para aposentadoria dos militares e mudanças nos parâmetros de reajuste do salário mínimo. A estimativa oficial é de impacto de R\$ 70 bilhões em dois anos. Até 2030, economia prevista é de R\$ 327 bi.

O mercado reagiu mal ao pacote e o dólar atingiu a marca de R\$ 6, no maior valor da história do real.

Em paralelo, o governo anunciou a isenção do Imposto de Renda para quem recebe R\$ 5 mil e o aumento da alíquota efetiva do IR para quem tem renda acima de R\$ 50 mil mensais, incluindo salário, aluguel e dividendos, por exemplo.

O governo ainda quer alterar a regra de acesso ao abono salarial, espécie de 14º pago a quem ganha até dois salários-mínimos (R\$ 2.824). A ideia é pagar o benefício a quem tem renda de até R\$ 2.640 no ano de vigência da nova regra. Nos anos seguintes, a regra de acesso seria reajustada só pela **inflação** até chegar a 1,5 salário mínimo.

DOENÇA GRAVE

O governo quer também mudar uma regra que existe há anos e que isenta do IR pessoas que têm "moléstia grave" - doença séria, que inspira cuidados, sob pena de causar sequelas ou a morte. Com a mudança, quem está nessa situação e tem uma renda acima de R\$ 20 mil por mês deixará de ter o direito à isenção completa do IR.

O projeto que o governo enviou ao Congresso diz que não terá mais isenção total quem ganha acima de R\$ 20 mil por mês e tem doenças como câncer, parkinson, problemas graves nos rins ou fígado, aids, tuberculose e outras.

O que não muda na proposta governamental, para todas as faixas de renda, é o direito de os contribuintes deduzirem do IR as despesas médicas, como gastos com consultas, internações, plano de saúde e outras despesas, como psicoterapia ou

fonoaudiologia, por exemplo.

Esses gastos continuam sendo dedutíveis em sua totalidade para todos os contribuintes.

Segundo o ministro Fernando Haddad, essa medida também faz parte das mudanças para compensar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, anunciada junto com o pacote. "A isenção do IR por razões de saúde vai estar limitada a quem ganha até R\$ 20 mil por mês", disse Haddad.

ANÚNCIO DAS MEDIDAS desagradou o mercado financeiro e levou o dólar ao patamar de R\$ 6. o maior da história

Imposto extra para quem ganha mais de 100 mil por mês

O governo Lula pretende instituir alíquota mínima de Imposto de Renda para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, o equivalente a R\$ 600 mil por ano. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, explicou que essa alíquota vai aumentar progressivamente para quem recebe acima desse valor até chegar a 10% para quem tem renda de mais de R\$ 1,2 milhão no ano.

Essa taxa mínima se dará com toda a renda anual, com a inclusão de itens hoje não tributados ou que tem tributação considerada baixa, como dividendos, juros sobre capital próprio e aluguéis.

As mudanças ainda precisam passar por aprovação no Congresso Nacional.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês e já paga mais do que 10% do total da renda em **impostos** não será atingido pela nova alíquota efetiva. Já quem paga menos dos 10% deverá completar o pagamento até alcançar o valor mínimo.

DURINGAN: alíquota progressiva

VEJA O QUE MUDA

Salário mínimo

A PRINCIPAL MEDIDA do pacote é a limitação da

valorização real do salário mínimo à mesma regra do arcabouço fiscal. No ano passado. Lula retomou a regra que reajusta o piso nacional com a **inflação** do ano anterior e a variação do **PIB** de dois anos.

NO ANO QUE VEM, esse percentual seria de 2,9%. Com a proposta, ficará limitada a 2,5%. Em 2025, o impacto é de cerca de R\$ 3 bilhões.

Abono salarial mais restrito

ALÉM DISSO, o governo quer alterar a regra de acesso ao abono salarial, espécie de 14º pago a quem ganha até dois salários-mínimos (R\$ 2.824). A ideia é pagar o benefício para quem renda de até R\$ 2.640 no ano de vigência da nova regra. Nos anos seguintes, a regra de acesso seria reajustada apenas pela **inflação** até chegar a 1.5 salário mínimo.

Imposto de Renda

O GOVERNO também anunciou a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. O transbordamento será limitado a quem ganha até R\$ 7.500. Ou seja.

esses contribuintes terão isenção na parcela da renda de até R\$ 5 mil e pagarão imposto sobre o restante.

JÁ PARA AS PESSOAS que recebem acima de R\$ 7.500, a isenção só vai ser aplicada até o valor de dois salários mínimos, R\$ 2.824 atualmente.

A ISENÇÃO do IR para quem recebe até R\$ 5 mil vai custar R\$ 35 bilhões e será compensada com três medidas.

A PRINCIPAL é a imposição de um imposto mínimo para contribuintes com renda mensal acima de R\$ 50 mil (R\$ 600 mil ao ano). Entra na contagem dos rendimentos da pessoa, como salários e aluguéis, inclusive as não tributáveis, como dividendos.

ISSO SERÁ verificado na Declaração Anual do IR. Ou seja, ao final do ano, o contribuinte vai somar todos os seus rendimentos. Se for superior a R\$ 600 mil anuais, estará sujeito ao imposto mínimo. Mas a alíquota efetiva varia de perto de zero a 10%, a depender da renda. A taxa de 10% será imposta a quem ganha mais de R\$ 1.2 milhão por ano (R\$ 100 mil por mês).

ESSA MEDIDA responderá por pouco mais da metade da compensação da ampliação de isenção do IR. O restante será neutralizado com o fim da isenção para quem tem doenças graves e ganha mais de R\$ 20 mil mensais. E haverá travas para impedir planejamento tributário e elisões fiscais.

NÃO HAVERÁ MEDIDA específica para tributação de dividendos, que, em geral, continuarão isentos

BPC e Bolsa Família

O GOVERNO vai ampliar o pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e deficientes de baixa renda, e no Bolsa Família.

NO CASO DO BOLSA FAMÍLIA haverá as seguintes mudanças: Biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral: Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses: Restrição para municípios com percentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento; Inscrição ou atualização de uni-pessoais deve ser feita em domicílio obrigatoriamente

Aposentadoria de militares

O PACOTE conta com medidas que afetam os militares, como a instituição de idade mínima de 55 anos para a reserva (com transição) e a limitação de transferência de pensões.

SEGUNDO o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a transição para a idade de 55 anos deve durar até o fim desta década.

Pé-de-meia e auxílio-gás

O PROGRAMA educacional Pé-de-meia, que prevê pagamentos mensais e poupança para estudantes do ensino médio de baixa renda, deverá entrar no Orçamento a partir de 2026. Hoje, os recursos para a política vêm do Fundo de Garantia de Operações (FGO), que está fora das regras do arcabouço fiscal.

O GOVERNO vai apresentar ao relator do projeto que reformula o auxílio-gás, Hugo Leal (PSD-RJ), um substitutivo no texto para evitar um possível "drible" nas regras fiscais.

BPC: pago também aos idosos

Pacote tímido e risco de cilada no Congresso, diz economista

Economistas consideraram o pacote tímido diante do desafio fiscal do País. Marcos Mendes, do Insper, vê risco de o Congresso aceitar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e não aprovar as medidas compensatórias - no caso, a maior tributação para as rendas elevadas.

Ele avalia que as medidas não serão suficientes para estabilizar a dívida pública nem para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal a partir de 2027.

Para Paulo Tafher, diretor-presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, as medidas estão "muito longe do necessário para equilibrar a situação fiscal".

Mendes vê a correção apenas pela inflação do salário mínimo como algo necessário, mas diz que ela não limita o crescimento da despesa da Previdência ao mesmo máximo, pois há um aumento do número de beneficiários.

Operação mira as mineradoras por sonegação fiscal e falsidade

A Polícia Civil realiza a Operação Angra em 17 cidades mineiras na manhã desta quinta-feira (28/11). A ação visa cumprir 36 mandados de busca e apreensão para apurar a prática de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica relacionada a crimes ambientais. O alvo principal são empresas mineradoras, especialmente da região do quadrilátero ferrífero.

Os mandados foram cumpridos em Belo Horizonte, Nova Lima, Contagem, Itabirito, Rio Acima, Sete Lagoas, Cata-guases, Divinópolis, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Cachoeira da Prata, Maravilhas, Itatiaiuçu e São José da Lapa. A operação conta,

também, com a participação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e de auditores da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais.

A ação policial combate o comércio ilegal de minério de ferro que teria movimentado, nos dois últimos anos, R\$ 260 milhões, sem a comprovação lícita. Vários documentos em escritórios de várias empresas que sonegam **impostos** já foram recolhidos. Também foram apreendidos celulares e cheques. A operação, segundo a Polícia Civil, não tem uma data definida para terminar.

Tais empresas, segundo a Secretaria da Fazenda, causam grande prejuízo ao estado de Minas Gerais. A autuação prevê multa e até mesmo o encerramento das atividades.

Site: <https://digital.em.com.br/suplementos>

Proposta do governo já tem oposição dos que são contra taxar grandes fortunas - BRASIL NA PAUTA

JOSÉ OSMANDO DE ARAÚJO, JORNALISTA

As reações do invisível e temeroso mercado às medidas de contenção de gastos e geração de receitas, que vieram acompanhadas do anúncio de alguns benefícios aos trabalhadores e à classe média brasileira, propostas ontem à noite pelo ministro Fernando Haddad, não apresentam grandes surpresas.

Não é novidade o nariz torto que os interlocutores do sistema financeiro apresentam a ideias que fogem aos seus interesses de lucro, como essa de tornar todos os brasileiros e brasileiras que ganhem até R\$ 5 mil isentos do pagamento do imposto de renda.

Os mandatários da Faria Lima, palanque central do mercado, não gostam desse desejo antigo de Lula de ver o trabalhador pagando menos imposto, daí a razão do barulho todo que fazem, criando um recorte dentro de todo o pacote de medidas, para fazer realçar que essa isenção vai custar aos cofres públicos R\$ 45,8 bilhões em um ano.

Embora o alcance dessa isenção até R\$ 5 mil possa beneficiar 36 milhões de contribuintes e que esse imenso universo representa 78,2% dos 46 milhões de contribuintes do país, os interlocutores do mercado não querem conversa.

E por serem contrários à medida por maior que seja o caráter social que ela contenha, eles vão pra cima do governo, sob efervescente pressão junto ao Congresso e à opinião pública, para plantar o medo de que isentar tantas pessoas vai gerar queda na arrecadação, levando o governo a mais desequilíbrio orçamentário, impedindo-o de cumprir as metas fiscais.

E já começam a todo vapor a trabalhar nessa tese, ignorando todo o conjunto da obra, porque sabem que no meio parlamentar, onde não há compromisso com as causas sociais, mas, ao contrário, uma submissão avassaladora aos interesses econômicos do mercado, o ambiente é muito favorável a uma derrota governamental.

Tentam esconder simplesmente que de fato o que está no fundo dessas reações negativas às propostas ontem apresentadas pelo ministro Fernando Haddad, tem nome e endereço certos, com CEP bem definido: a taxação das grandes fortunas.

As medidas sugeridas, dependerão de aprovação do Congresso à proposta de emenda constitucional a ser proximamente encaminhada para análise. No detalhamento da proposta, está lá que o governo vai recolher **impostos** sobre quem ganha mais de R\$ 600 mil por ano, ou R\$ 50 mil por mês, partindo de um percentual mínimo de 10%. Com todas as medidas, o Governo conta arrecadar R\$ 70 bilhões.

Taxar as grandes fortunas, fonte amarga de sustentação da perversa desigualdade social e econômica que castiga e sufoca a grande maioria dos brasileiros, tem sido uma marca perseguida por Lula em suas campanhas eleitorais e buscada nos seus objetivos de gestão à frente da Presidência.

Mas sabem Lula e Haddad que não será tarefa fácil. Os rentistas nacionais, aqueles que abarrotam seus cofres e abastecem os esquemas financeiros em paraísos fiscais, não deixarão passar isso com nenhuma facilidade.

Dispostos, como sempre fazem, a exercer domínio suspeito sobre parlamentares e a subsidiar um modelo de imprensa tradicionalmente a seu favor e em desprezo dos que mais necessitam, vão lutar com unhas e dentes para que, mais uma vez, deputados e senadores sepultem qualquer intenção mais socializante, protetora dos trabalhadores e de populações vulneráveis.

Site: <https://www.jornalmeio.com/jornais/20241129>

Pacote fiscal do governo atinge os andares de cima e de baixo - RODA VIVA

Luiz Carlos Oliveira

O pacote do governo federal para buscar um maior equilíbrio fiscal precisa ser aprovado ainda neste ano. O governo demorou a apresentar a proposta, que tem pontos estruturais que precisam ser amplamente discutidos e calculados. No geral, o texto não poderia ser diferente. O presidente Lula sabe quem o elegeu, e o texto busca acenar para tais segmentos, com benefícios claros também a classe média. A cobrança de **impostos** no projeto é mais justa que o modelo atual, livrando quem ganha até R\$ 5 mil de pagar imposto de renda e apertando o cinto em quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês. O texto coloca cláusula de limite para aumentos de benefícios como o BPC, salário mínimo e outros que atingem os mais pobres, mas também impede a renovação de pacotes de benefícios fiscais a grandes empresas, caso as metas não sejam atingidas. Agora é esperar como o texto será debatido pelo Congresso Nacional e aguardar como ele sairá do parlamento, se será desconfigurado, cheio de jabutis, ou se as contribuições dos deputados e senadores poderão ser comemoradas pelo executivo.

TENSÃO

A vereadora eleita Tatiana Medeiros passou a ser formalmente investigada pela Polícia Federal para que seja verificado se uma facção criminosa atual em sua campanha eleitoral. O assunto é grave e demanda que o trabalho da polícia seja realizado de forma rápida e célere. Em caso de inexistência de provas, a advogada tem o direito de exercer o mandato que o povo teresinense lhe concedeu.

Mas se por acaso ficar comprovado uma relação entre a facção e sua eleição, o teresinense não merece ter na Câmara, uma representante vinculada ao segmento.

Para que isso seja respondido de forma rápida, a investigação precisa ser ágil.

*

O deputado estadual Francisco Limma foi direto ao ponto ao dizer que apenas o governador Rafael Fonteles tem vaga garantida na chapa majoritária da base governista em 2026. O deputado foi além e diz

que as decisões precisam passar por diálogo com toda a base, o que inclui vários partidos e líderes estaduais.

Limma é um dos petistas raízes mais experientes e tem consolidado sua permanência na Assembleia com a ampliação de suas votações a cada eleição.

*

ANTES TARDE DO QUE NUNCA

A operação realizada pela Polícia Civil no Detran demonstra que as forças de segurança podem demorar, mas um dia agem. A corrupção na realização de testes para obter a Carteira Nacional de Habilitação no Detran em Teresina já faz parte do folclore da cidade.

É conversa que todo mundo ouvia nas conversas.

O que houve ontem foi a materialização do combate a essa prática, que prejudica a formação de condutores e coloca nas ruas, motoristas sem condições técnicas de dirigirem seus veículos, contribuindo para o trânsito violento e imprudente que temos.

FESTA NAS PREFEITURAS

Com o último repasse de novembro, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fecha o mês com crescimento real de 10%. Na sexta-feira, 29 de novembro, o terceiro decêndio entra nas contas das prefeituras, somando R\$ 4.058.964.886,14. O montante é referente ao valor líquido. De acordo com dados analisados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), a arrecadação da base de cálculo do FPM cresceu R\$ 3,9 bilhões no terceiro decêndio deste mês. O principal motivo foi o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) nas modalidades de capital e trabalho.

Site: <https://odia.presslab.com.br>

"Brasil da Faria Lima não existe mais"

» DENISE ROTHENBURG » SIBELE NEGROMONTE »
JULIANA SOUSA* *Estagiária sob a supervisão de
Fabio Grecchi

» Entrevista | JORGE VIANA | PRESIDENTE DA
APEXBRASIL

As medidas econômicas detalhadas ontem pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda, deixaram o "mercado" de mau humor e um dos principais resultados disso foi a disparada do dólar, que subiu a R\$ 6,00 - no fechamento do dia, R\$ 5,98. Para Jorge Viana, presidente da ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), isso é reflexo da "modelagem" que a Faria Lima tem, "que está presa a um Brasil que não existe mais". A crítica foi feita na edição de ontem do CB.Poder, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. "Somos um país que quer ocupar espaço no mundo, melhorar seu parque industrial e atualizar na nova agenda global", salientou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O anúncio do novo pacote do governo colocou o dólar lá em cima. Como resolver essa questão?

Converso com pessoas da Faria Lima desde a época da campanha (presidencial). A modelagem que eles têm está presa a um Brasil que não existe mais. Somos um país que quer ocupar espaço no mundo, melhorar seu parque industrial e atualizar na nova agenda global. E qual é essa agenda?

Descarbonização e enfrentamento da crise climática e demográfica.

O Brasil é um dos poucos países do mundo com condições privilegiadas para se posicionar bem nesse cenário e liderar essa nova era. Quando pensamos em hidrogênio verde, por exemplo, só pode produzi-lo quem possui energia renovável - e o Brasil tem em abundância. O mundo deve crescer 2,5%, segundo as últimas projeções, e o Brasil, 3%.

A postura não pode ser de mau humor ou otimismo, mas de defesa do Brasil.

Tivemos, recentemente, o episódio do Carrefour, que tentou colocar a carne brasileira em segundo plano. O agro não gostou, nem o governo. Como fica, então?

Foi um erro. Vem um senhor de uma empresa (Alexandre Bompard, CEO do Carrefour) e fala certas coisas. Mas não foi o único: a ministra da Agricultura

da França (Annie Genevard) também fez declarações equivocadas.

Usaram argumentos falsos para dizer que não queriam mais comprar carne e proteína do Brasil.

Se há um país extremamente zeloso com questões sanitárias é o Brasil. O que eles (França) compram de proteína do Brasil é insignificante, e a Europa como um todo. O problema não é o volume de vendas, mas sim a imagem do Brasil, afetada por argumentos falsos.

Esse episódio traz ruídos entre o Mercosul e União Europeia. Como andam as negociações para o fechamento do acordo comercial?

A França tem deixado claro que não concorda com o acordo.

Mas as negociações estão progredindo.

Nesta semana, estive com a princesa Astrid, da Bélgica, em São Paulo. Em reunião com o ministro Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), ela explicou que a Bélgica é favorável ao acordo. A maioria dos países europeus está a favor, o que pode alterar a geografia econômica global.

No caso dos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, como fica a relação com o Brasil?

Os EUA são o maior investidor estrangeiro direto no Brasil. Estamos vendo uma recuperação industrial no país. Apesar da previsão de queda de cerca de 1% no desempenho do agronegócio este ano, devido à redução dos preços das commodities, as exportações industriais têm registrado aumento. Os EUA precisam continuar sendo uma prioridade para o Brasil. Negócios devem ser tratados separadamente, com pragmatismo.

O próprio presidente Lula ressaltou isso.

O Trump disse que haverá uma onda de taxação. Essa onda chega ao Brasil?

Ao impor tarifas sobre produtos, pode gerar **inflação** em algumas regiões do mundo e impactará a balança comercial de vários países. No Brasil, no governo passado, o comércio com os EUA estagnou. Com Lula, estamos vendo uma retomada da diplomacia

presidencial, essencial para fortalecer laços comerciais.

Essa abordagem pode colocar o Brasil em uma posição estratégica no comércio global.

E para o médio e pequeno produtor, como andam as exportações?

Estamos desenvolvendo o programa Exporta Mais, dialogando com os governadores. É do Norte e do Nordeste que vem o maior potencial de crescimento exponencial. No Norte, podemos avançar muito com a bioeconomia na Amazônia e com o mercado de carbono, que deve atrair muitos investimentos. No Nordeste, temos oportunidades com o hidrogênio verde, a energia renovável e os polos industriais.

Isso não significa que vamos deixar de contribuir para o crescimento do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, mas é essencial equilibrar melhor o desenvolvimento regional.

"O Brasil é um dos poucos países do mundo com condições privilegiadas para se posicionar bem nesse cenário e liderar essa nova era. O mundo deve crescer 2,5%, segundo as últimas projeções, e o Brasil 3%. A postura não pode ser de mau humor ou otimismo, mas de defesa do Brasil

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

Após pacote, dólar dispara e atinge R\$ 6,00

» ROSANA HESSEL

O mercado financeiro não se convenceu com o discurso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no primeiro dia após o anúncio do pacote de corte de gastos de R\$ 70 bilhões em dois anos. O dólar disparou e encostou em R\$ 6, e a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) voltou a operar no vermelho, registrando perdas de R\$ 172,9 bilhões em dois dias.

Mesmo após o detalhamento das medidas, o montante foi considerado tímido para conseguir reequilibrar as contas públicas e estabilizar a trajetória de crescimento da dívida pública. Ao antecipar o anúncio das mudanças no Imposto de Renda, junto com a divulgação das medidas de contenção de gastos, os ruídos aumentaram.

Ontem, o dólar comercial bateu novo recorde desde o início do Plano Real, e fechou o dia cotado a R\$ 5,989 para venda, com alta de 1,28% sobre a véspera.

É bom lembrar que o real desvalorizado implica em alta de preços e um trabalho maior para o Banco Central para colocar a **inflação** dentro da meta. Daqui a duas semanas, o Comitê de Política Monetária (Copom) reúne-se novamente e as apostas são de nova aceleração na taxa básica da economia (Selic), atualmente, em 11,25% ao ano. Agora, a alta esperada começa a ser de 0,75 ponto percentual, para 12% - acima das previsões anteriores, de 11,75% anuais.

A Bolsa de Valores de São Paulo (B3) também operou no vermelho, refletindo o mau humor do mercado. Recuou 2,4%, registrando a maior queda desde 2 de janeiro deste ano, para 124.610 pontos, em um dia de feriado nos Estados Unidos. Segundo levantamento da Elos Ayta, apenas oito das 86 empresas da carteira do IBovespa registraram rentabilidade positiva, ontem, "destacando o impacto generalizado do movimento de baixa no mercado".

Surpresa ruim A surpresa ruim no pacote, segundo os analistas, foi o anúncio da mudança da faixa de isenção do Imposto de Renda, dos atuais R\$ 2.840 para R\$ 5 mil, a partir de 2026. Para eles, o anúncio antecipado dessa renúncia fiscal foi visto como uma derrota de Haddad para a ala política do governo. Para eles, a credibilidade de Haddad também foi abalada e ele vai ter mais dificuldade para conseguir conter o ímpeto gastador dos governos petistas.

"Não tem alternativa para a equipe econômica. A ala política com o Lula neste mandato está vencendo todas.

Nem o câmbio a R\$ 6 incomoda, porque, no fundo, há a visão equivocada de que isso vai ser bom pra exportação, aquelas histórias velhas do PT", lamentou Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados. "O governo Lula deveria ter uma vantagem clara em relação ao governo Jair Bolsonaro, uma articulação política melhor, beneficiada pela experiência de dois mandatos. Mas o pacote de corte de gastos demonstra que isso não ocorre", destacou Gustavo Cruz, estrategista- chefe da RB Investimentos.

Daniel Cunha, estrategista-chefe da corretora BGC Liquidez, lamentou a forma como o pacote foi divulgado pelo governo. "Infelizmente, a apresentação do pacote acabou ficando desorganizada, atropelada pela decisão de última hora de incluir a isenção do imposto de renda, que acabou roubando o holofote que deveria estar focado apenas e somente apenas nas iniciativas de contenção de gastos", afirmou. "O governo acabou deixando a desejar. Quanto ao conteúdo, considerando toda complexidade e dificuldade política de se ajustar gastos no Brasil, achei bom.

Mas, de fato, o valor ficou aquém das expectativas depois de tanto postergar a apresentação", afirmou.

Analistas reconhecem que o pacote vai na direção correta, pois busca adequar o crescimento de despesas obrigatórias, como o salário mínimo, ao teto do arcabouço fiscal - com limite de até 2,5% acima da **inflação** -, além de impor uma idade mínima para a aposentadoria de militares, limitar os supersalários do funcionalismo ao teto.

Porém, o pacote ainda tem impacto fiscal duvidoso. Conforme estimativas de especialistas em contas públicas, é possível que ele seja menor do que o anunciado pelo governo, girando em torno de 50% a 60%.

Pelos cálculos de Felipe Salto, economista- chefe da Warren Investimentos, as medidas anunciadas por Haddad devem ter um impacto 62,7% menor entre 2025 e 2026 do que o estimado pela equipe econômica, de R\$ 45,1 bilhões. Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, estima um impacto levemente maior, de R\$ 53 bilhões, ainda abaixo do previsto pelo governo e insuficiente para o

cumprimento da meta fiscal prevista no novo arcabouço. "A escolha da mudança da regra do salário mínimo traz ganhos inferiores aos ideais no longo prazo, de R\$ 80 bilhões, em vez de R\$ 300 bilhões, se a regra fosse a 70% do **PIB**, assumindo um **PIB** médio de 2% à frente", explicou.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, concorda que a alteração do IR foi uma surpresa ruim. "O lado da despesa do pacote não traz conforto adicional para a sustentabilidade da dívida, e, do lado da receita, traz riscos de perda de arrecadação e direciona recursos de uma base tributária nova para um benefício tributário de mérito muito questionável, mas inquestionavelmente inflacionário", alertou.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, engrossou o coro ao reconhecer que, apesar de o pacote endereçar algumas questões sensíveis e na direção correta, o valor veio um pouco abaixo do que se imaginava para dar alguma sustentabilidade ao arcabouço fiscal até 2026. "Obviamente, vamos ter que nos deparar com uma reforma mais profunda das despesas obrigatórias para a frente", alertou.

Ribeiro também considerou a divulgação atabalhoada e lembrou que ainda há muitas dúvidas sobre a compensação da isenção maior do IR. "A ala política acabou interferindo e gerando essa agenda conjuntamente, e acho que a interpretação é que a equipe técnica não conseguiu segurar e ter a prioridade no pacote de corte de gastos. A questão política acabou preponderando nesse anúncio, e, por isso, o receio do mercado em relação ao pacote e ao efeito da isenção do IR nas contas públicas", explicou. Para a economista, o risco tende a ficar ainda maior daqui para frente, porque 2026 é um ano de eleição, e por conta disso, a ala política continuará sendo prioridade.

"Esse é o grande medo do mercado e ele já começa a incorporar no preço também", explicou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

Nuances do ajuste fiscal (Artigo)

» **BENITO SALOMÃO** Professor de macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

A temática fiscal predomina no debate econômico do país há mais de uma década.

O pacote anunciado no último dia 28 prevê uma economia de R\$ 70 bilhões entre os exercícios de 2024 e 25. Se esse impacto for de fato realista, há a possibilidade de se zerar o déficit primário no próximo exercício fiscal, preservando os parâmetros do Arcabouço (NAF).

É importante salientar que o pacote anunciado, caso efetivo, não estabiliza a relação dívida/**PIB**, de forma que novos pacotes deverão estar no radar da política econômica nos próximos anos. Entretanto, é igualmente importante ressaltar que o seu objetivo não é estabilizar o endividamento público, mas, sim, preservar os parâmetros do NAF. Desde a sua concepção, já se sabia que o NAF não seria capaz, na ausência de reformas adicionais, de estabilizar a relação dívida/**PIB**.

Na verdade, tem-se aprendido muito em matéria de estabilização de dívidas soberanas, de forma que hoje é consensual na literatura que mudanças na sua inclinação não dependem apenas do que se passa no front fiscal da política econômica. O crescimento do **PIB** exerce um papel importante na dinâmica do endividamento público, tal como o que se passa no lado monetário (nesse aspecto, a dinâmica da ponta longa da taxa de juros é essencial para que tal estabilização ocorra). Em outras palavras, a dinâmica do endividamento soberano requer esforços para além da política fiscal.

Reconhecer que a política fiscal não é suficiente para estabilizar a relação dívida/**PIB** não significa dizer que ela não seja necessária. Nesse sentido, temos o fatídico pacote fiscal que, apesar de não estabilizar a relação dívida/**PIB**, tenta administrar seu crescimento para que ela não assuma uma dinâmica explosiva a partir da preservação dos parâmetros do NAF. Se ele será bem-sucedido em impedir uma aceleração explosiva do endividamento público, não se pode afirmar a priori, particularmente creio que medidas adicionais deverão ser anunciadas num futuro próximo.

No entanto, convém dizer que esse pacote trouxe novidades bastante interessantes do ponto de vista da

concepção de um ajuste fiscal ideal. Ajustes fiscais não são um fim, mas um meio, e, ao longo da última década, quando esse debate esteve na ordem do dia, muito se discutiu sobre a estabilização da relação dívida/**PIB**, porém pouco se avançou no debate de como alcançá-la. Em países grandes e heterogêneos, como o Brasil, há inúmeras formas pelas quais um ajuste fiscal é estabelecido. Eles podem acontecer pelo lado do gasto, dos **impostos**, ou por uma combinação de ambos.

Meu conhecimento sobre o tema diz que planos de austeridade empreendidos exclusivamente pelo lado das receitas são inefetivos para estabilizar a relação dívida/**PIB**. Já planos executados exclusivamente pelo lado dos gastos são efetivos, porém à custa de um elevado sacrifício social que pode ter sérias repercussões políticas.

De forma que o ideal é realmente empreender uma política que concilie ambos os lados.

Outra discussão que o anúncio desse pacote escancarou foi de economia política. Até então, planos fiscais eram apresentados e aprovados sem uma discussão mais aprofundada sobre em quem eles recairiam. Isso permitiu anos de congelamento real do salário-mínimo (SM) coexistindo com expansões significativas de renúncias fiscais para setores econômicos. Congelar salários e transferir recursos para empresas é a forma não recomendada de empreender um ajuste fiscal.

Na transição de governos, foi prometida a expansão real do SM, o pacote agora anunciado prevê que esses ganhos reais ocorram dentro dos parâmetros da regra fiscal vigente. Isso é bastante razoável. O mesmo está se passando com as polêmicas emendas parlamentares. Há, portanto, um esforço de construir no país um ambiente de racionalidade fiscal.

O ponto mais polêmico desse pacote, no entanto, foi a desoneração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para pessoas com renda inferior a R\$ 5 mil (o equivalente a 3,5 SMs).

É difícil saber ex ante qual o real impacto fiscal dessa medida; o governo fala em R\$ 35 bilhões em renúncias de receitas; agentes do mercado falam em R\$ 50 bilhões. O provável é que o impacto seja um meio termo disso. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tal subsídio deve ser compensado com outra fonte de financiamento orçamentária, o governo prevê

a criação de um imposto para faixas de renda superiores a R\$ 50 mil (ou 35 SMs).

Tal anúncio, prometido na campanha eleitoral, gerou reações em preços financeiros. Essas reações foram, a meu juízo, desproporcionais. O debate está focado exclusivamente nos seus aspectos de curto prazo - isto é, seu impacto no orçamento imediato e se a criação do imposto para os "super-ricos" seria suficiente para compensar esse impacto. Há, com isso, uma externalidade de longo prazo sendo negligenciada.

Famílias cuja renda é inferior a 3,5 SMs têm elevada propensão a consumir. Desonerá-las irá elevar sua renda permanente (no sentido de Friedman) e elevar seu consumo de forma perene.

Isso tem efeitos expansionistas significativos, similares aos de um programa de transferência de renda. Ao passo que famílias cuja renda é maior que 35 SMs têm uma elevada propensão a poupar e não mudam seus padrões de consumo no curto prazo pela incidência de um imposto. Essa mudança qualitativa no padrão de consumo das famílias de baixa renda é uma ótima notícia do ponto de vista do crescimento econômico, e esses efeitos deverão transbordar para o longo prazo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>

Dólar bate em R\$ 6; analistas veem pacote fiscal aquém do necessário

I ALVARO GRIBEL, DANIEL WETERMAN, LUIZ GUILHERME GERBELLI/BRASÍLIA, ALINE BRONZATI/CORRESPONDENTE NOVA YORK e RENATA PEDINI/SÃO PAULO

O pacote de corte de gastos anunciado pelo governo na noite de quarta-feira - e detalhado ontem pelos ministros da área econômica - foi recebido com ceticismo por economistas e analistas de mercado, para os quais as medidas não devem ser suficientes para resolver o dilema das contas do País, diante do risco de elevação da dívida pública.

As medidas anunciadas pelo governo mexem em pontos como a correção do salário mínimo, a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a previdência dos militares (mais informações nesta página). Pelas contas do governo, o impacto fiscal chegaria a R\$ 371 bilhões entre 2025 e 2030 - sendo R\$ 30,6 bilhões, em 2025, e R\$ 41,3 bilhões em 2026, último ano do atual mandato.

"O pacote é decepcionante, demasiadamente disperso, com retorno duvidoso e com benefícios excessivamente concentrados no futuro", escreveu o diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, em relatório a clientes.

Ex-secretário especial do Tesouro e Orçamento e atual CEO da Bradesco Asset, Bruno Funchal avaliou que o pacote está na direção correta, mas deve ficar aquém dos R\$ 70 bilhões até 2026 anunciados pelo governo.

"Na nossa visão, talvez não chegue a R\$ 70 bilhões. Talvez chegue a algo em torno de R\$ 40 bilhões", calcula (mais informações nas págs. B6 e B7).

Como resultado, o dólar cravou novo recorde histórico, ao fechar a R\$ 5,98, uma alta de 1,29% - elevando o ganho na semana para 3,01%. Na máxima do dia, chegou a valer R\$ 6.

Já o Ibovespa, principal indicador da Bolsa, recuou 2,4%, aos 124,6 mil pontos. "O ambiente externo já é de incertezas, com a política monetária americana.

E, aqui dentro, o governo perdeu uma oportunidade de dar um sinal positivo", disse o economista-chefe da

Western Asset, Adauto Lima.

Pesquisador associado do Ibre/FGV, Armando Castelar endossa a avaliação de que o pacote fiscal decepcionou. Segundo ele, há risco para a piora dos ativos brasileiros e a vida do Banco Central ficou mais difícil.

"O câmbio vai pressionar ainda mais os preços", disse.

"O desafio do Banco Central ficou mais complicado. O mercado está precificando uma Selic batendo em 14,5% até o fim do ano que vem." A taxa básica de juros está hoje em 11,25%.

Em entrevista para detalhar as medidas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que o governo pode ser obrigado a adotar novas medidas de ajuste fiscal para controlar as contas públicas.

Segundo o ministro, "certamente vai haver necessidade (de novas medidas)" e que "voltará" ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva caso seja necessário.

"São passos muito importantes esses que estão sendo dados. E, se precisarem outros, e certamente vai haver necessidade, nós vamos estar aqui para voltar à mesa do presidente (Lula) com as nossas ideias e tentando sintonizar as nossas ações em torno desse projeto", disse ele, acrescentando não acreditar em "bala de prata" para reequilibrar as contas públicas.

O governo começou a mapear os projetos já em tramitação antes de enviar o pacote ao Congresso. Integrantes do Palácio do Planalto avaliam se é possível juntar as medidas a propostas que estão hoje na Câmara e no Senado. Assim, se poderia ganhar tempo para tentar aprovar as medidas ainda em 2024.

Como ficou !

As principais medidas incluídas no pacote

I Salário mínimo O benefício segue indexado à **inflação** mais o aumento do **PIB** de dois anos anteriores, mas seguindo limites do arcabouço fiscal: com crescimento de no máximo 2,5% e, no mínimo, 0,6% ao ano acima da **inflação**

I Abono salarial O benefício é pago hoje ao trabalhador que recebe até dois salários mínimos. Pela proposta, haverá uma transição nos próximos anos para que o abono seja concedido a quem recebe até um salário mínimo e meio

I Militares Criação da idade mínima de 55 anos para a reserva remunerada de militares. Hoje, o critério para aposentadoria é pelo tempo de serviço - pelo menos 35 anos. Fim da chamada "morte ficta" (ou fictícia), quando militares expulsos das Forças por crimes ou mau comportamento têm garantido, às suas famílias, o direito a receber pensão.

Agora, a família do militar passará a ter direito a auxílio-reclusão.

Fixação em 3,5% da remuneração a contribuição do militar para o Fundo de Saúde.

Proibição de militar transferir a pensão para os beneficiários das 2.^a e 3.^a ordens (pais e/ou irmão dependentes)

I Fundeb No caso do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), haverá obrigatoriedade de que 20% do fundo seja usado para escola em tempo integral, melhorando a composição do gasto

I BPC Hoje, para ter acesso ao BPC, a renda por pessoa de uma família não pode ser maior do que um quarto do salário mínimo.

Os rendimentos que entram no cálculo da renda familiar mensal incluem salários, pensões, seguro-desemprego e rendimentos no mercado informal.

Passarão a integrar a conta a renda de cônjuge que não mora na mesma casa e o salário de irmãos, filhos e enteados. O valor de outros benefícios também vai contar. Alguns beneficiários devem perder o direito ao benefício. Biometria será obrigatória para novas concessões e atualizações no cadastro

I Supersalários Limitar os pagamentos que ultrapassam o teto constitucional, hoje de R\$ 44 mil mensais (remuneração de ministro do STF). A medida atinge remunerações de todo o setor público, principalmente do Judiciário e do Ministério Público, que contam com uma série de "penduricalhos" nos salários. Restringir a situações excepcionais o auxílio-moradia e o bônus para quem trabalha em mais de uma comarca

I Emendas As emendas impositivas (obrigatórias) do Congresso, aquelas indicadas individualmente por cada deputado e senador e pelas bancadas estaduais

para mandar recursos a redutos eleitorais, terão crescimento real com limite de até 2,5% acima da **inflação** a partir de 2026, o mesmo teto do arcabouço fiscal

I Bolsa Família Haverá também medidas de pente-fino para o Bolsa Família, com a adoção de biometria e a atualização dos beneficiários unipessoais para tentar diminuir as fraudes

I Aldir Blanc Proposta medida que mantenha o repasse anual de até R\$ 3 bilhões aos entes federativos pela Lei Aldir Blanc, de incentivo à cultura, mas condicionando essa transferência à execução dos recursos pelos entes no ano anterior

I Benefícios tributários Será proibida a "criação, ampliação ou prorrogação" de benefícios tributários caso o País registre déficit primário (saldo negativo) nas contas públicas

I Concursos públicos e subsídios O governo também anunciou o faseamento e provimentos de concursos em 2025. Também foi anunciada autorização para ajuste orçamentário em cerca de R\$ 18 bilhões em subsídios e subvenções

I Fundo Constitucional do DF Os recursos para esse fundo serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

I DRU O pacote também prevê a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032. Sem essa proposta, a DRU acabaria neste ano

I Imposto de Renda Anunciada a isenção da cobrança de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil - promessa de campanha do presidente Lula. Para compensar a renúncia fiscal, haverá taxaço sobre quem ganha acima de R\$ 50 mil por mês, com a criação de uma alíquota mínima sobre a soma de todas as fontes de renda. Se aprovadas, essas medidas só entrariam em vigor em 2026

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dúvidas e contrabando no pacote fiscal - CELSO MING

CELSO MING

A gente ainda não sabe qual será a cara definitiva desse pacote fiscal. As primeiras avaliações mostraram que tem mais a ver com uma careta.

Não há analista que não tenha observado que é, de longe, insuficiente para garantir a sustentabilidade da dívida pública.

Pode, em princípio, ajudar a conter as despesas em 2025 e em 2026, embora não garanta a meta do arcabouço fiscal. Mas ninguém menos que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que será preciso alguma complementação, ainda a ser negociada com o presidente Lula.

O que foi apresentado deve cortar despesas entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões em dois anos. Haddad fala em economia de R\$ 71 bilhões, mas há muito ceticismo nesses números. Mesmo depois de esmerilhada pelas pressões dos políticos e dos interesses imediatos, a ideia era, pelo menos, criar condições para que as despesas não crescessem mais do que a **inflação** futura.

Mas nem isso ficou claro.

O pacote ainda incluiu um contrabando: a proposta de isentar de Imposto de Renda os contribuintes cuja renda se limite a R\$ 5 mil mensais. Ou seja, o pacote de corte de gastos cortou receitas.

Para apontar arrecadação nova que compense a perda de alguma coisa a partir de R\$ 45 bilhões por ano, pelas avaliações de economistas do mercado, o governo aponta para um aumento do Imposto de Renda dos mais ricos, que acusem renda de R\$ 50 mil por mês, incluídos aí dividendos e resultados de aplicações financeiras.

Se vier a ser aprovada pelo Congresso, essa compensação não leva em conta o que se viu nos países em que foi tentada a sobretaxação dos mais ricos: a enorme capacidade dos endinheirados de executar manobras de administração tributária ou, simplesmente, de transferir patrimônio financeiro para o exterior - onde se paga menos imposto ou num paraíso fiscal onde se garante isenção tributária.

Esse contrabando, que nada tem de providência destinada a conter despesas, foi feito apenas para comemoração da plateia do PT e daqueles que vinham cobrando mão tributária pesada também "no andar de cima".

O resultado imediato foi o esticão da cotação do dólar no câmbio interno, que ultrapassou os R\$ 6 por dólar e fechou nesta quinta-feira nos R\$ 5,98.

Haddad revelou ao fim deste processo problemas em sua coluna vertebral. Há pouco mais de 30 anos, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, chegou a pedir demissão três vezes, quando o presidente Itamar Franco insistiu em enxertar no Plano Real mecanismos de controle de preços. E o ministro ganhou então a parada. Haddad, ao contrário, não ganhou.

Esse dólar no patamar dos R\$ 6 vai fazer a **inflação** bombar. O que o presidente Lula ainda não entendeu é que falta de firmeza na condução da economia, a disparada do dólar, a retração na disposição do setor privado em investir, **inflação**, juros em alta, tudo isso junto é uma mistura envenenada que debilita o interesse do trabalhador e corrói qualquer política social.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Pacote do governo propõe corte de emendas para cumprir as regras fiscais

**DANIEL WETERMAN ALVARO GRIBEL LUIZ GUILHERME
GERBELLI BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu a revogação de uma regra que obriga o governo a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso no pacote de corte de gastos, apresentado ontem por ministros no Palácio do Planalto. Além disso, o Poder Executivo quer autorização para cortar emendas parlamentares e usar o dinheiro para cobrir despesas obrigatórias, com o objetivo de cumprir o arcabouço fiscal.

A medida, que confronta interesses diretos do Congresso Nacional, deve ser enviada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A regra de execução do Orçamento foi incluída pelos parlamentares na Constituição em 2019, quando se aumentou o volume de emendas.

Atualmente, a Constituição diz que o governo "tem o dever de executar as programações orçamentárias" para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Na prática, a regra atual - que o governo quer revogar - impede o cancelamento de despesas se não houver impedimentos técnicos maiores, incluindo emendas ou outros gastos de manutenção de serviços públicos e investimentos.

Por exemplo, o dinheiro para uma obra não pode ser tirado do Orçamento a menos que haja problemas no licenciamento ou na aprovação do projeto.

Isso impede que o governo direcione o recurso para aposentadorias e outros gastos obrigatórios.

Ainda é possível bloquear o recurso quando o dinheiro não é suficiente para cumprir as regras fiscais, mas o Executivo tem de fazer esforços para cumprir a despesa aprovada pelo Congresso, sob pena de responsabilidade.

CORTE DE EMENDAS. Além disso, o governo incluiu no pacote uma proposta para poder cortar emendas, usar o dinheiro para cobrir despesas obrigatórias e cumprir o arcabouço fiscal. De acordo com a proposta, 15% das emendas poderão ser bloqueadas, um valor equivalente a R\$ 7,5 bilhões em 2025.

Atualmente, emendas impositivas (obrigatórias) não são bloqueadas, elas passam apenas por contingenciamento (a diferença é que o contingenciamento é revertido quando a receita cresce). O Palácio do Planalto tentou aprovar essa regra no projeto de lei complementar que mudou as regras para emendas parlamentares, sancionado pelo presidente Lula nesta semana, mas o Congresso rejeitou.

O pacote trouxe ainda medidas já sancionadas por Lula, como garantir o crescimento real de emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada), com limite de aumento de até 2,5% acima da **inflação** a partir de 2026, o mesmo teto do arcabouço. Também houve a inclusão de R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, com crescimento pela **inflação** a partir do ano que vem.

O governo calcula uma economia de R\$ 39 bilhões com as emendas parlamentares de 2025 a 2030. As emendas estão suspensas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em função da falta de transparência, suspeitas de corrupção e necessidade de cumprir as regras fiscais.

Economia Governo calcula economia de R\$ 39 bilhões com as emendas parlamentares de 2025 a 2030

Supersalários: governo quer menos exceções de renda fora do teto

A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, disse ontem que o projeto de combate aos chamados "supersalários" está em fase final de elaboração e que precisará passar por discussões com os outros Poderes. Ela disse, contudo, que o objetivo é que o projeto tenha menos exceções do que a proposta que já tramita no Congresso Nacional - embora esteja parada desde 2021.

São considerados supersalários as remunerações que ultrapassam o teto constitucional do funcionalismo público, de R\$ 44 mil mensais - o equivalente à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida atinge remunerações de todo o setor público, principalmente do Judiciário e do Ministério

Público, que contam com uma série de "penduricalhos" nos salários.

A proposta é para que esses benefícios, como o auxílio-moradia e o bônus para quem trabalha em mais de uma comarca, fiquem restritos a situações excepcionais.

"A ideia é, numa lei complementar única, definir o que está dentro e o que está fora (do teto). A gente, sim, vai partir do projeto de lei que está no Congresso. E a nossa visão é de que tem coisas ali que deveriam estar dentro do teto, e não fora, das exceções que estão previstas naquele projeto de lei", afirmou.

A ideia é enviar um projeto de lei ordinária, disse ela. Por isso, a proposta em tramitação no Congresso será usada apenas como referência.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo prevê novos gatilhos para preservar arcabouço fiscal

I DANIEL WETERMAN E ALVARO GRIBEL

O pacote de corte de gastos do governo Lula vai trazer novos gatilhos ao arcabouço fiscal para tentar conter o crescimento de despesas obrigatórias e benefícios fiscais a partir de 2027 - ano em que se inicia o próximo mandato presidencial, não atingindo a administração atual.

De acordo com as regras apresentadas ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se as despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias) aumentarem a ponto de diminuir o valor das despesas discricionárias (não obrigatórias) será proibido dar aumento real (acima da inflação) para despesas com pessoal em porcentual superior a 0,6%.

A regra valerá para qualquer redução no montante total de despesas não obrigatórias, que atualmente correspondem a R\$ 222 bilhões. Desse valor, tirando os gastos carimbados com pisos de Saúde e Educação, emendas parlamentares e investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobram R\$ 76 bilhões para outras despesas - valor considerado insuficiente pelo governo para manter a máquina pública.

Análises

Pacote está na direção correta, mas é insuficiente

BRUNO FUNCHAL CEO da Bradesco Asset, foi secretário especial do Tesouro e Orçamento

Quando você olha o conjunto - o pacote e o projeto do Imposto de Renda -, percebe-se um risco fiscal maior. Isso tem se refletido nos preços de mercado. Hoje, quem investe no Brasil tem uma incerteza maior.

O pacote está na direção correta, apesar de ainda não ser de um montante como deveria ser. Está na direção correta porque trata as despesas obrigatórias, harmoniza o salário mínimo com a regra fiscal, trata a questão do Fundeb, trata o abono, apesar de ser para muito longo prazo o efeito. A gente não imagina que será uma economia de R\$ 70 bilhões.

E, dentro desse montante, tem o tema do combate à fraude, que já estava no preço.

A estimativa é de uma economia de R\$ 40 bilhões.

E por que o pacote não foi visto como uma melhoria de cenário para a redução de risco fiscal? Por causa da proposta da revisão da tabela do IR. Pode haver um efeito fiscal muito grande. Apesar de o projeto ser anunciado como neutro, porque há imposto novo, que é Imposto de Renda mínimo, a gente sabe que a tramitação é sempre complexa.

Não é fácil aprovar um imposto novo, e a revisão da tabela do IR não precisa necessariamente, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de uma compensação.

Aqueles que investem no Brasil estão saindo. É um sinal relevante. Apesar de a correção na tabela de IR ter sido uma promessa de campanha do presidente, a gente só pode dar um passo desse quando o fiscal estiver muito bem arrumado. Primeiro, temos de arrumar o fiscal e, depois, dar um passo desse.

A política fala mais alto do que a razão econômica

SOLANGE SROUR Diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management

Se o arcabouço fiscal aprovado em 2023 já se mostrava insuficiente para estabilizar a dívida pública, as medidas anunciadas não oferecem sequer as condições mínimas para mantê-lo funcional nos próximos anos. Em outras palavras, se trata de um arcabouço que, além de falhar em seu papel como âncora fiscal, é suscetível de modificações em um futuro não muito distante.

As medidas necessárias para nos tirar da rota do endividamento insustentável envolveriam o fim das vinculações de despesas ao salário mínimo ou ao crescimento da receita. Como tais mudanças seguem não sendo priorizadas, a equipe econômica passou a optar por um ajuste que, ao menos, permitisse o cumprimento do limite de crescimento das despesas previsto no arcabouço.

Além disso, a inclusão da isenção do IRPF até R\$ 5 mil no pacote de cortes de gastos, na tentativa de mitigar o desgaste político, anula completamente qualquer esforço, ainda que insuficiente, de conferir credibilidade à regra fiscal.

Nesse cenário, a queda na confiança dos investidores e o aumento do prêmio de risco embutido nos ativos financeiros não parecem exagerados. A depreciação cambial já afeta a **inflação**, e é apenas uma questão de tempo até que taxas de juros mais altas impactem de forma mais significativa a atividade econômica. A política falou mais alto do que a racionalidade econômica. Perdemos o momento de evitar que a deterioração e a perda de credibilidade da política fiscal acarretassem custos elevados para a economia. Diante das medidas anunciadas, a única saída para interromper o círculo vicioso será um ajuste fiscal ainda mais profundo e doloroso do que o atualmente em discussão.

-

Gestão não se convenceu de que é preciso cortar gastos

MARCOS MENDES Economista e pesquisador do Insper

O detalhamento das medidas na entrevista coletiva trouxe alguns dados adicionais em relação ao pronunciamento do ministro Fernando Haddad no dia anterior, mas não muda o quadro de um ajuste insuficiente para estabilizar a dívida pública e, até mesmo, para garantir o cumprimento do arcabouço a partir de 2027.

Temos uma situação em que o próprio governo, internamente, não está convencido da necessidade de fazer o ajuste fiscal, e está fazendo esse ajuste como uma tentativa de aplacar o que eles acham que é uma perseguição do mercado, ou uma má vontade do mercado em relação ao governo.

Não é isso. O que nós temos é uma dívida pública em trajetória ascendente muito forte, sinalizando para insustentabilidade e para uma crise da dívida mais à frente.

Era esperado um ajuste mais forte, e dificilmente haverá condições políticas para uma outra rodada daqui até 2026.

Temos um quadro tanto de dificuldade interna do governo de se decidir pelo ajuste fiscal, uma preferência muito forte do governo por expansão fiscal, quanto envolvendo as relações entre Executivo e Legislativo, as condições de governabilidade se deterioraram ao longo dos anos. Houve uma perda de poder do Executivo frente ao Legislativo, e uma tendência do Legislativo de atuar no sentido de aumentar despesas que favorecem os próprios parlamentares, favorecem os seus grupos de pressão

ou favorecem seus Estados e municípios.

Então, essas duas dimensões, uma inapetência do Poder Executivo e uma perda de poder de negociação junto ao Legislativo, geram uma situação de dificuldade para fazer o ajuste fiscal necessário.

-

É menos do que o mercado esperava

TIAGO SBARDELLOTTO Economista da XP

Nossa visão é de que o pacote é modesto, aquém do que o governo anunciou e, de fato, vemos uma composição negativa.

Vale destacar que, do lado positivo, temos algumas medidas estruturantes, como a mudança na regra do salário mínimo, que é bem-vinda, mas ainda assim ficou abaixo do esperado pelo mercado.

Há mudanças no BPC que tendem a gerar alguma economia duradoura, reduzindo a elegibilidade do benefício. As alterações no Fundo Constitucional do Distrito Federal também devem ter um impacto permanente e importante a longo prazo. No Fundeb, a realocação pode trazer economia, embora nossa estimativa seja menor do que a do governo.

No geral, vemos uma composição com uma parte positiva, trazendo um ajuste estrutural. Por exemplo, a antecipação da biometria obrigatória foi contabilizada como medida de ajuste, mas é de curto prazo e não altera a tendência de crescimento da despesa.

Outras medidas, como o provimento de cargos, são administrativas e não mudam a tendência da despesa. As mudanças nas emendas, já aprovadas, não trazem economia real; apenas transferem parte das emendas não impositivas (obrigatórias) do orçamento legislativo para o Executivo.

Em resumo, nossa visão é de que a composição do pacote é negativa, mais tímida do que o mercado esperava. Apesar disso, acreditamos que o arcabouço se mantém em 2025 e 2026 com essas medidas, mesmo que modestas, mas vemos risco a partir de 2027-2028, podendo ser necessária uma nova reforma daqui a dois ou três anos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Plano de controle de gastos é tímido e insuficiente (Editorial)

Apresentado em detalhe nesta quinta-feira, o plano de controle de gastos do governo é paradoxal. Num destaque intitulado "Cuidar da nossa casa", afirma que o ritmo de crescimento das despesas gera incerteza sobre a regra fiscal. Cita o cenário externo desafiador e reconhece que o real desvalorizado, a pressão inflacionária e os juros altos "impactam a renda, o emprego, o investimento e desaquecem a economia". Diante de diagnóstico tão realista de conjuntura tão delicada, esperavam-se medidas de impacto. Mas a proposta é tímida demais, insuficiente para deter o crescimento da dívida pública. Contrariando a lógica exposta pelo próprio Ministério da Fazenda, não conterà significativamente as despesas, apenas mudará sua composição. Depois de tanto mistério e expectativa, foi uma decepção.

Como se temia, boa parte do anunciado são medidas requeitadas. É conhecido o esforço do governo para aperfeiçoar a gestão de programas sociais. Para evitar fraudes no Bolsa Família, as inscrições ou atualizações de famílias com apenas um integrante passarão a ser feitas em domicílio. A concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a deficientes ou idosos em situação de vulnerabilidade, também será mais rigorosa. Tudo isso é bem-vindo, mas insuficiente.

Instado a tomar medidas estruturais, o governo bem que tentou. A linha de corte para receber o abono salarial, hoje em 2 salários mínimos, mudará de forma paulatina. Só chegará em 1,5 salário no distante ano de 2035. Nem a decisão de colocar um teto de 2,5% no aumento real do salário mínimo dá margem a otimismo. Pela regra atual, o reajuste leva em conta a **inflação** do ano anterior e a expansão do **PIB** de dois anos antes. Como a economia cresceu ao redor de 3% em 2023 e 2024, o novo teto terá impacto positivo nas contas do governo em 2025 e 2026. Com a tendência a voltar a crescer perto de 2,5%, os efeitos benéficos serão passageiros. A nova regra de reajuste do mínimo tampouco significa que os gastos com a Previdência subirão dentro do limite de 2,5% ao ano. O aumento do número de beneficiários, hoje em torno de 5%, fará a conta crescer em ritmo mais elevado.

A timidez da proposta, diz o economista Marcos Mendes, do Insper, fará com que o governo continue buscando receitas adicionais para cobrir despesas crescentes. Tal arranjo fará com que mais dinheiro

continue indo para Saúde e Educação, cujo orçamento é vinculado à receita. Boa notícia? Não necessariamente. O aumento do gasto obrigatório continuará a comprimir a reduzidíssima parcela de despesas livres do governo, como investimentos. De mudança estrutural para desengessar o Orçamento, não se ouviu nada.

O governo preferiu adotar postura populista e anunciar a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma promessa de campanha. É uma decisão contraditória para quem afirma querer estabilizar as contas públicas. A cobrança de alíquota mínima efetiva maior para quem ganha mais de R\$ 50 mil, diz a equipe econômica, deverá zerar a conta. O governo parece esquecer que o Congresso pode muito bem aprovar a isenção e barrar a alíquota mínima. O plano de atacar os supersalários no Parlamento também peca pelo otimismo. Com todas as medidas explicadas, é difícil não concluir que o governo perdeu uma ótima chance para, nas suas próprias palavras, "cuidar da nossa casa".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Vamos ter uma selic de até 14,5% até o fim do ano que vem"

THAÍS BARCELLOS

ENTREVISTA: Bruno Funchal / ceo dabradescosasset

O ex-secretário do Tesouro e Orçamento Bruno Funchal avaliou que as medidas pensadas pelo governo Lula para conter as despesas obrigatórias estão na direção certa para dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal. Mas a decisão de anunciar junto a ampliação da isenção do Imposto de Renda pode comprometer esse objetivo. Hoje CEO da Bradesco Asset, ele avalia que o governo pode fazer ajustes após avaliar as repercussões.

Como avalia o pacote apresentado pelo governo? Tem um pacote de controle de gastos com várias coisas que vão na direção de cumprir o objetivo, que era trazer sustentabilidade para o arcabouço fiscal. Isso reduziria a percepção de risco, na minha visão. Só que acabou sendo um pacote no conceito mais amplo, que já traz o tema da reforma do Imposto de Renda. Temos visto uma reação de aumento de incerteza muito grande, e isso tem se refletido nos preços.

Por que maior incerteza?

Porque esse outro tema (IR) traz também uma carga fiscal, que foi apresentada como neutra, com compensação pela criação do Imposto de Renda mínimo. Qual é a percepção de risco fiscal? É que precisa da tramitação do projeto. O pacote de gastos pode ser reduzido, e a compensação pode ser reduzida ou pode nem ocorrer. Não é impossível, e tem até uma certa probabilidade de o Congresso não querer criar um imposto novo e querer fazer a revisão da tabela. E aí o que era para reduzir o risco fiscal aumenta o risco fiscal. Tudo que estava sendo feito para trazer sustentabilidade para o modelo fiscal pode acabar comprometendo esse objetivo. Tudo isso começou com a discussão da retomada do grau de investimento, depois do upgrade da Moodys, pensando no que precisava ser feito para recuperar o grau de investimento. (A conclusão) foi fazer o arcabouço ser sustentável para estabilizar a dívida. O que está acontecendo agora é que está trazendo mais incerteza.

Então é sinal importante para que governo?

E, tem que trazer mais credibilidade, tem que reduzir o

risco fiscal. É a pergunta é se o pacote todo reduz o risco fiscal. Acho que esse é o debate que a gente tem de fazer e analisar os prós e os contras.

O governo argumenta que a isenção do IR só vai acontecer se houver compensação. Não é suficiente?

Tem que bater nisso, e seria muito importante não só sair do governo, mas sair dos líderes do Congresso. Se observarmos um movimento de que só vai ter revisão de tabela com compensação, diminui muito a percepção de risco. A percepção hoje é que o Congresso vai ter dificuldade de criar imposto. E para re-justar a tabela não precisa de compensação, pode passar sozinho. O que fica é o risco fiscal de redução de receita por conta da revisão da tabela do IR. Estava-se esperando um pacote só de contenção de gasto e criou-se uma janela que traz um risco fiscal.

Mas ainda tem como reverter essa reação inicial negativa?

Sempre tem. Tem muita conversa, muita costura política. Tem que escutar as pessoas, com o mercado ou os técnicos em geral, com a academia. E ver qual foi a reação e fazer os ajustes. Tem várias pessoas boas de fora do governo que querem o melhor para o país.

Mas o risco atrelado à reforma do IR não está agora nas mãos do Congresso?

Já foi enviado o projeto? O governo gostaria de fazer ação fiscal para mostrar que consegue sustentar o arcabouço até o fim do mandato e gostaria de fazer o ajuste da tabela. É bem razoável focar primeiro no pacote e, dependendo do sucesso do pacote, começar a discutir a tabela. Precisa ter uma sustentabilidade fiscal para discutir algum outro risco fiscal. Acho que esse tipo de ajuste pode ser feito, pode ser discutido, pode ser redimensionado.

À parte o IR, o pacote de gastos é suficiente para dar sustentabilidade ao arcabouço e controlar a trajetória da dívida?

Seria suficiente para dar uma boa sinalização. Seria suficiente para a sustentabilidade do modelo fiscal até o final deste mandato, mas não é suficiente para estabilizar a dívida. Para estabilizar a dívida, precisa

de bem mais. Mas estaria na direção correta. Dificilmente a gente teria um pacote grande o suficiente para estabilizar a dívida. É uma construção temporal. Mas, para um primeiro objetivo, que é entregar o déficit zero, traria mais tranquilidade. Teria essa percepção positiva.

Vai ser possível economizar R\$70 bilhões em dois anos? Talvez não seja esse efeito de R\$ 70 bilhões, talvez um pouco menos. Se não for de R\$ 70 bilhões, é de R\$ 45 bilhões. Mas tem muito esforço que eu acho legal, talvez esse tenha sido todo o trabalho, de fato fazer esse pente-fino para ver onde pode contribuir, qual vai ter efeito.

Considerando o governo de esquerda, teoricamente com mais dificuldade de cortar gastos, esse resultado não é satisfatório?

É uma construção. O governo percebeu essa necessidade de pautar a discussão de gastos e que a gente teve um ganho muito grande de estar sempre discutindo a necessidade de ter controle fiscal.

O pacote é o choque fiscal positivo que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, mencionou?

Os preços estão falando para a gente hoje que vamos ter uma Selic de 14%, 14,5% no fim do ano que vem. Tem uma questão de risco fiscal, de sustentabilidade da dívida. A revisão da tabela vai gerar alguma pressão inflacionária e vai fazer com que o Banco Central tenha que reagir, subindo os juros. E o BC já considera as expectativas. Então hoje está precificada já uma aceleração do passo do BC de alta de juros, para 0,75 pp. Isso prejudica até o próprio objetivo do Executivo. O Executivo quer fazer o reajuste na tabela porque teve **inflação** que comeu o poder de compra. Com isso, pode gerar **inflação**, que vai comer o benefício do ajuste da tabela.

"A revisão da tabela vai gerar pressão inflacionária e vai fazer com que o BC tenha que reagir, subindo os juros" "Estava-se esperando um pacote só de contenção de gasto e criou-se uma janela que traz um risco fiscal"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas veem alívio menor que o estimado pelo governo

(Anais Fernandes, Marcelo Osakabe, Marsí-lea Gombata, Marta Watanabe, Alex Jorge Braga, Roberta Costa, Paula Martini e Rafael Rosas)

Economistas estimam um alívio menor nas contas públicas do que o apresentado pelo governo ao detalhar o pacote de ajuste fiscal. Enquanto ministros e técnicos falam em uma economia em torno de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, analistas de mercado calculam algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões - e isso se não houver desidratação no Congresso, o que aumenta a incerteza sobre o potencial concreto da proposta.

No geral, economistas dizem que as medidas apresentadas vão na direção correta - exceto o "timing" simultâneo do anúncio do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda -, mas são insuficientes para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal mesmo até 2026 e, muito menos, para produzir resultados primários necessários à estabilização da dívida.

Pontos considerados importantes pelos especialistas, como mudanças no seguro-desemprego e redução da rigidez dos pisos de saúde e educação ficaram de foram. "É decepcionante, muito difuso, de rendimento incerto e excessivamente carregado", afirma, em relatório, Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. "O que era para ser um "turning point" que fizesse com que o dólar, que estava batendo em R\$ 5,80, voltasse a R\$ 5,50, teve o efeito contrário", diz Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, faltou ambição e ousadia. "A situação fiscal não está fácil e não será resolvida apenas com as medidas anunciadas, em que pese elas serem corretas", afirma.

Algumas medidas do pacote, como a do reajuste do salário mínimo, mudam questões estruturais, embora não tenham vindo na intensidade necessária e possam ainda perder força na tramitação no Congresso. Na mesma linha, a mudança no abono salarial foi mais tímida do que o esperado e só entrará em vigor em 2027. Alguns economistas têm a avaliação de que, se o governo se propôs a enfrentar a questão

politicamente, poderia ter aproveitado para promover mudanças mais significativas e de maior retorno.

"Fica a impressão de que as áreas técnicas da Fazenda e do Planejamento propuseram um conjunto mais completo de medidas e a área política do governo limitou e alterou, desidratando o ajuste", diz Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine. Roberto Secemski e Andréa Kiguel, do Barclays, notam, por exemplo, que não houve menções a "cortes", "freios" ou "reduções" no discurso do ministro Fernando Haddad na quarta-feira na TV, evidenciando "as limitações impostas pelo presidente Lula a qualquer correção de curso impopular nos gastos", afirmam em relatório.

Nos cálculos do governo, o pacote garante economia de R\$ 71,9 bilhões nos próximos dois anos (R\$30,6 bilhões em 2025 e R\$41,3 bilhões em 2026). Ítalo Franca, economista do Santander, estima R\$ 40,3 bilhões (R\$ 17,3 bilhões em 2025 e R\$ 23 bilhões em 2026).

Franca não inclui na conta medidas que abrem espaço para gasto primário, mas não significam corte de fato, como a Desvinculação das Receitas da União (DRU). A medida é a segunda de maior impacto (R\$ 7,5 bilhões) entre as listadas pelo governo que devem ser apresentadas por Proposta de Emenda à Constituição (PEC), mas vários economistas consideram um equívoco a sua inclusão.

"É um mecanismo de gestão de recursos para tentar desvincular as receitas que a Fazenda precisa trabalhar ao longo do ano, não tem impacto de economia de recursos", afirma Renan Martins, economista da MCM Consultores.

Franca também não contabilizou as economias estimadas pelo governo com alterações nos controles do Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), porque considera que esses montantes já constam nos R\$ 26 bilhões almejados com o pente-fino em benefícios sociais anunciado pelo governo no início do ano.

Esse ponto gera dúvida entre economistas. O BTG Pactual estima impacto total de R\$ 46 bilhões do pacote em dois anos e de R\$ 242 bilhões até 2030, ante RS 327 bilhões estimados pelo governo. Pelas

simulações do banco, isso sustentaria o arcabouço até 2026, porém, com alta dependência do sucesso das medidas de pente-fino, tanto as anunciadas em agosto, como as de agora, que o BTG entende serem novas. "Sem considerar essa economia, enxergamos um cenário bastante desafiador para o cumprimento do limite de gastos já em 2025", dizem, em relatório, o economista-chefe Mansueto Almeida e o economista Fábio Serrano.

De qualquer forma, Secemski e Kiguel, do Barclays, notam que as economias esperadas com programas antifraudes semelhantes no sistema previdenciário foram reduzidas duas vezes até agora, caindo de estimativa original de R\$ 10 bilhões para R\$ 6,8 bilhões em setembro e para R\$ 5,5 bilhões na semana passada, totalizando uma redução de 45%. Isso ilustra "o quão incertas essas estimativas podem ser", afirmam.

As mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), restringindo o abatimento de renda de outros membros familiares, limitando doenças contempladas e impondo maior rigor no cadastro são importantes e necessárias, diz Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper. "Deve diminuir o ritmo insustentável de crescimento dos beneficiários, hoje em 16% ao ano", afirma. Um caminho necessário, segundo ele, mas que foi evitado, porém, seria a elevação da idade mínima para o benefício.

Para Arnaldo Lima, economista da Polo Capital, a projeção do governo de economia com as mudanças no BPC pode estar até subestimada. "A judicialização do BPC, hoje, gira em 20%. Se você vai deixar na lei alguns aspectos da regra de elegibilidade claros, isso é positivo. Aí, vai depender das especificações que vão entrar no projeto", afirma. Medidas assim, segundo ele, podem não apenas reduzir o fluxo de novas concessões, como também levar a revisão para baixo no estoque de benefícios pagos.

Alterações no indexador do Fundo Constitucional do Distrito Federal e no limite de repasses na Lei Aldir Blanc, por exemplo, também são medidas anunciadas meritórias, segundo Mendes. Por outro lado, ele considera pouco eficaz contar com grandes economias a partir, por exemplo, de projeto de lei para barrar os supersalários do funcionalismo e restrições a concursos e contratações.

Franca, do Santander, vê potencial de economia menor que o governo em linhas como a atualização de regras no reajuste do salário mínimo (R\$ 9 bilhões, contra R\$ 11,9 bilhões do governo) e no Fundeb (R\$ 9 bilhões, contra R\$ 10,3 bilhões).

"O pacote visou sustentar o novo arcabouço fiscal até

2026 por meio da redução de despesas obrigatórias e cumprimento do teto de gastos. No entanto, esse alívio será usado para outras despesas discricionárias [não obrigatórias]. Ou seja, essas medidas não alteram metas ou expectativas para o resultado fiscal", afirma Franca.

Assim, apesar do pacote, seu cenário-base continua sendo de uma dívida pública que sairá de 72% para 87% do **PIB** ao longo do governo Lula 3. Mesmo pressupondo que o arcabouço não seja alterado nos próximos anos, e que seja respeitado o limite de 2,5% de crescimento real da despesa, a projeção do BTG para a dívida bruta só estabilizaria na metade da próxima década, em patamar próximo a 95% do **PIB**.

O Itaú Unibanco tem estimativa um pouco superior para a economia do pacote, de R\$ 53 bilhões (R\$ 23 bilhões em 2025 e R\$ 31 bilhões em 2026). A avaliação do economista Pedro Schneider, porém, também é que foi um anúncio aquém do esperado e com poucas mudanças estruturais.

A mudança na regra do salário mínimo, que agora tem aumento real limitado a 2,5%, por exemplo, deve trazer ganho de R\$ 80 bilhões em dez anos (de 2025 a 2034), segundo Schneider. É menos do que os R\$ 300 bilhões estimados caso o reajuste tivesse uma regra mais parecida com a do arcabouço geral, em que as despesas avançam 70% das receitas - nesse caso, o mínimo poderia avançar 70% do **PIB** de dois anos. Nos cálculos, o Itaú considera **PIB** médio de 2% à frente.

Na questão do salário mínimo, há um "gesto político" do governo ao mudar uma regra que ele mesmo aprovou há um ano e "isso não pode ser ignorado", diz Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). "Mas a proposta continua com problemas. Ainda podemos ter falta de sincronia com a regra do arcabouço", diz.

Com outra avaliação, a equipe do BTG diz que a regra para o reajuste do mínimo é mais forte do que esperavam, ainda que seu impacto seja insuficiente para compensar as frustrações do banco com outras medidas. "Quando o **PIB** crescer abaixo da variação do limite [2,5%], usa-se o **PIB**. Caso contrário, utiliza-se a variação do arcabouço. Nossas simulações anteriores consideravam apenas um limite de 2,5% em relação a regra atual, o que impactaria o salário mínimo apenas em 2025 e 2026", dizem Mansueto e Serrano.

As principais diferenças da estimativa do Itaú em relação ao governo estão na menor expectativa de ganhos com o reforço de medidas antifraude como

bio-metria obrigatória, cruzamento de dados e prazo de recadastramento menor (R\$ 14 bilhões, segundo o governo; R\$ 8 bilhões, estima o Itaú) e do fato de que o Itaú não espera nenhum ganho com a prorrogação da DRU.

A inclusão dos programas Pé-de-Meia e Vale-Gás no orçamento, nas regras e estatísticas fiscais, conforme também anunciado pelo governo, ajudaria a diminuir parte das preocupações com "criatividades contábeis", mas também não implica economia concreta, segundo Schneider.

João Leme, economista da Tendências Consultoria, também vê como "louvável" a proibição de ampliação, criação ou prorrogação de benefícios tributários, em caso de déficit. "Trata-se de um enfrentamento direto a setores e lobbies historicamente formados no Brasil", afirma. "O governo, ao menos, tem o mérito de ter tentado apresentar questões nesse sentido."

Apesar disso, na avaliação do Itaú, o pacote pode ser insuficiente mesmo para o cumprimento do limite de despesas do arcabouço até 2026. A economia prevista pelo banco com as medidas em 2026 é de R\$ 31 bilhões, frente a uma necessidade estimada de R\$ 35 bilhões. "Além disso, o pacote traz mais medidas de ganho de flexibilidade orçamentária (R\$ 17 bilhões) do que de redução efetiva de gastos (R\$ 14 bilhões), sendo uma incerteza adicional quanto à capacidade de transformar o ganho de flexibilidade em cortes efetivos", diz Schneider.

Para Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, o governo "comprou tempo" para o arcabouço, mantendo-o "conceitualmente" de pé em 2025, mas ainda com necessidade de cortar despesas não obrigatórias. "Em 2026, a necessidade de cortes é muito maior e, em ano eleitoral, a disposição para alterar as regras do jogo ou então ultrapassar o limite de 2,5% de crescimento das despesas cresce", afirma. "Estamos saindo piora desse pacote, a necessidade de reestruturar o fiscal vai ser maior lá na frente. E, como a recepção foi ruim, fica mais difícil para governo passar sinal fiscal forte da próxima vez."

Como boa parte das medidas depende de PEC, o que torna o processo mais moroso, e mesmo as mudanças em leis só devem ser definidas no segundo trimestre do ano que vem, a economia prevista já para 2025 deve ser menor que a anunciada e fará com que o arcabouço fiscal volte a ser debatido no início do próximo ano, na discussão sobre o nível de contingenciamento, apontam Pires e Bráulio Borges, também pesquisador do FGV Ibre. "Vai ter que começar com um contingenciamento para valer", afirma Borges.

O governo projetou o impacto das medidas até 2030, mas, para Carlos Kawall, sócio fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro nacional, "o que está ali a partir de 2027 é pura ficção."

Na avaliação de alguns economistas, o pacote poderia ter sido relativamente bem aceito pelo mercado, caso não tivesse sido acompanhado do anúncio da medida em relação à isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

Solução política encontrada para aliviar o custo do anúncio de cortes de gastos, o aumento da faixa de isenção do IR adiciona incerteza ao cenário fiscal e econômico, dizem analistas.

Para Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, o anúncio da isenção do IR foi um "balde de água fria". "Apoio a ideia de elevar a progressividade da tributação no Brasil. Mas acredito que isso precisaria ser discutido de forma mais ampla, dentro de uma reforma que enfrente outras distorções, como está sendo a da tributação do consumo", afirma.

A PEC que os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ), Júlio Lopes (PP-RJ) e Kim Kataguirí (União-SP) tentam emplacarem meio à apresentação do pacote do governo, é considerada melhor, segundo analistas, em termos de economia, já que prevê economizar R\$ 1,1 trilhão até 2031, mas tem baixa viabilidade política para aprovação, reconhecem.

"Governo comprou tempo, mas estamos saindo pior desse pacote" Gabriel Leal de Barros

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Isenção de Imposto de Renda corre o risco de errar o alvo

Maria Cristina Fernandes São Paulo

Já ficou claro que vai sair cara a pressão do presidente da República pela inclusão no pacote fiscal da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. O câmbio, beirando R\$ 6, empurra a **inflação** e o juro. E assim, o impacto fiscal ameaça transformar todo o esforço em enxugamento de gelo.

Sim, era uma promessa de campanha, mas também poderia ser cumprida em 2025, com a mesma incidência a partir de 2026 como agora foi proposto. Permitiria uma melhor gestão de expectativas, por um lado, e, por outro, ofereceria um bônus para seu eleitorado no ano da sucessão presidencial.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece ter sido movido não apenas pela necessidade de compensar a alteração na regra de reajuste do salário mínimo mas também pela ânsia de encontrar uma ponte para o universo dos pequenos empreendedores, que tem desafiado e, em muitos casos, derrotado o governo, vide a proposta para os motoristas de aplicativos.

O ministro Fernando Haddad deixou isso claro ao fazer o pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV na noite da quarta-feira e anunciar "maior reforma da renda" da história. A isenção até R\$ 5 mil foi anunciada como meio de deixar mais dinheiro no bolso do brasileiro que quiser investir no seu próprio negócio e movimentar o comércio do seu bairro.

O problema é que não basta uma benesse do gênero. Este público é, em grande parte, o núcleo duro da votação de Pablo Marçal (1,7 milhão) para prefeito de São Paulo, cujas ambições são mais calcadas na certeza de que é a fé cega na teologia da prosperidade que vai enriquecê-lo. A proposta de isenção casa com a perspectiva desse público em relação ao governo. Acredita não depender em nada do poder público e só deseja que não atrapalhe.

O problema é que a proposta é que a isenção valha apenas em 2026, abrindo uma longa e larga avenida para desinformação e decepção, como ocorreu, aliás, com a proposta para os aplicativos. Só lembrando que o ambiente digital onde tudo isso prospera continua desregulado e, pelas difíceis perspectivas do julgamento no Supremo Tribunal Federal do artigo 19 do Marco Civil da Internet, assim permanecerá.

Ao bancar a proposta e pressionar as expectativas do mercado, o presidente fragilizou a posição do governo frente ao Congresso. Pode ser real a disposição demonstrada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em aprovar o pacote a toque de caixa, mas o preço será cobrado do bloqueio de emendas pelo ministro Flávio Dino e da economia projetada.

Ao explicar as medidas, Haddad buscou conter a frustração de expectativas do mercado lembrando que o Congresso não poderá aprovar a isenção sem a devida compensação. Pelo pacote, esta se daria pela taxação das rendas acima de R\$50 mil. De fato, vai ser difícil para o Congresso se opor à isenção do IR para a renda até R\$ 5 mil, mas apostar na cobrança da conta sobre os mais ricos é ignorar como a proposta de taxação de fundos exclusivos entrou e saiu do Congresso. A alíquota, inicialmente proposta em 15%, findou em 8%.

O governo tem uma boa interlocução com a cúpula dos grandes bancos, como o almoço de fim de ano da federação dos bancos com a presença de três ministros (Haddad, Simone Tebet e Alexandre Padilha) nesta sexta o demonstrará. A nota assinada pelo presidente da Febraban, Isaac Sidney a confirma. Saudou a adequação da política de reajuste do salário mínimo e das emendas parlamentares às regras do arcabouço fiscal, além da restrição no acesso ao abono salarial, o pente-fino sobre as demais políticas sociais, a pressão sobre os supersalários e o ajuste na previdência militar. O problema é que não são esses interlocutores que movem as expectativas.

Quem faz preço no mercado é a indústria tupiniquim dos fundos de investimento, que, ao longo dos 20 anos desde que Lula chegou ao poder pela primeira vez, transformou-se numa das maiores do mundo pelo juro na lua e por circunstâncias regulatórias. Esta indústria assistiu o governo Jair Bolsonaro transformar duas rubricas, o Bolsa Família e as emendas parlamentares, de 0,5% do **PIB** para 1,8% sem abrir o bico. Como recaiu sobre o governo Lula lidar com esta herança, é injusto supor que se desconheçam as afinidades ideológicas que os movem a agir com dois pesos e duas medidas, mas é razoável imaginar que ao bancar a guerra desta maneira o presidente possa estar dando murro em ponta de faca.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Governo conta com Pacheco e Lira para acelerar tramitação

Raphael Di Cunto De Brasília

A aprovação do pacote de ajuste fiscal do governo Lula (PT) depende da liberação das emendas parlamentares pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da avaliação dos deputados sobre o conjunto das medidas - que ainda não foram formalizadas em texto - e do curtíssimo prazo para debate. O governo aposta nas figuras dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para viabilizar a aprovação a tempo.

Um líder ressalta, contudo, que até agora ocorreu apenas uma "apresentação muito superficial" na reunião dos deputados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Foram os argumentos deles. Agora temos que ouvir o outro lado, aguardar a assessoria analisar o impacto em detalhes", disse. "Os líderes foram chamados, mas a base da Câmara ainda não sabe o que foi proposto, não está convencida nem mobilizada", diz outro. Todos os partidos vão se reunir na próxima semana para conversarem sobre as propostas.

Apesar das preocupações com o prazo, de apenas três semanas para aprovar o pacote na Câmara e no Senado, líderes do Centrão alertam que o foco de atenções deveria ser outro: conseguir os votos necessários para aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) - o que exige apoio de 308 dos 513 deputados - e um projeto de lei complementar - que depende de 257 votos favoráveis. Há assuntos que podem causar polêmica, como mudanças nas verbas do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), na aposentadoria e na contribuição dos militares e nos benefícios sociais.

Na base do governo, deputados do Psol já se manifestaram contra a proposta. "Diminuir o ritmo de reajuste do salário mínimo, fazer pente-fino no BPC e reduzir o acesso ao abono salarial são medidas que têm efeito imediato para os mais pobres e ampliam a desigualdade social", disse a deputada Sâmia Bonfim (Psol-SP). O partido foi contra a aprovação do arcabouço fiscal, que limitou o crescimento das despesas do governo.

Já a oposição critica a timidez do corte de gastos ao mesmo tempo que aponta seu peso sobre os mais

pobres. "Fato é que o salário mínimo, BPC e abono são alvos centrais da tesoura lulopetista. Mais uma vez, só resta a certeza de que, para Lula-Haddad, quem paga a conta é a população", afirmou o líder da oposição na Câmara, deputado Filipe Barros (PL-PR). "Aliás, enquanto o "desgoverno" demora quase um mês para anunciar um pacote pífilo, a inflação sobe sem parar."

Ponto comum no discurso dos partidos, no entanto, é de que só haverá clima para que os projetos avancem se o ministro Flávio Dino, do STF, rever a decisão e liberar o pagamento das emendas parlamentares. Se isso não ocorrer, o assunto tomará conta dos debates no fim do ano e inviabilizará outras discussões, dizem. A percepção entre os congressistas é que Lula usou o judiciário para negociar a redução das emendas em melhores termos para o governo e que cabe ao governo destravar isso.

Outra insatisfação que pode atrapalhar a tramitação são as sequelas da eleição na Câmara. As bancadas do PSD e do União Brasil ainda se ressentem do apoio do PT

à candidatura de Hugo Motta (Re-publicanos-PB) à presidência da casa, em detrimento dos candidatos desses dois partidos. Na votação mais importante para o Executivo depois dessa decisão, o PSD propôs impedir o bloqueio das emendas parlamentares pelo governo e o União acatou. Isso dá mostras de que esses partidos podem também se opor a parte das medidas de ajuste de gastos e levar à desidratação do pacote fiscal.

O governo, por outro lado, acredita que a decisão de apoiar Motta será um trunfo. Não há mais ambiente conflagrado por causa da sucessão, e o governo está em sintonia com Lira, que também entende a necessidade do pacote e pretende auxiliar a aprova-lo rapidamente. A decisão de anunciar, junto, o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais também foi considerada acertada pelos petistas por concentrar o debate público nas redes. "Vamos fazer uma campanha popular sobre isso, para disputar a sociedade e ganhar tração para o projeto", disse o deputado Lindberg Farias (RJ).

"Vamos fazer uma campanha para disputar ganhar

tração para o projeto" Lindberg Farias

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Medidas não dão solidez estrutural ao regime fiscal (Editorial)

O governo Lula discutiu durante quase um mês uma forma de conter o crescimento dos gastos, para no fim apresentar uma proposta que pode diminuir as receitas - a isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas com renda até R\$ 5 mil. A união de uma proposta demagógica a um pacote desidratado a contragosto do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou as expectativas ruins dos investidores, que fugiram de ações e do real e elevaram os juros futuros.

O conjunto de medidas não cumpre a promessa de dotar o regime fiscal de solidez estrutural, para além do atual mandato. Ajudará, no entanto, a sustentar as metas fiscais precariamente até o ano eleitoral de 2026, quando Lula tentará provavelmente a reeleição.

As propostas relevantes da Fazenda foram mitigadas em várias assembleias de ministros com Lula, onde a tônica foi não abrir mão de recursos, um ambiente onde a austeridade do ministro Fernando Haddad não foi bem-vinda. O presidente e a ala gastadora do governo vetaram a desvinculação dos pisos de saúde e educação da evolução das receitas da União, arranjo que desequilibrou o regime fiscal ao permitir velocidades diferentes de crescimento entre o limite de avanço das despesas e a arrecadação líquida.

Cálculos de analistas privados apontam que a adequação dessas despesas à regra geral (avanço real de 0,6% a 2,5%) seria capaz de proporcionar significativa parte da economia total pretendida pelo pacote, de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026. Foi rejeitada, apesar de a modificação proposta não significar corte de despesas em dois setores onde as carências são evidentes.

A equipe econômica conseguiu demover o presidente Lula de sua posição irreduzível de não modificar o sistema de correção do salário mínimo, hoje de INPC mais o **PIB** de dois anos anteriores. Ao indexar quase metade das despesas primárias, a regra é incompatível com as do regime fiscal e tem expulsado rapidamente os gastos discricionários, ou seja, o custeio da máquina pública, do orçamento. A variação do mínimo continuará seguindo o **PIB**, porém referenciada ao mínimo e máximo estabelecidos. Ele não poderá crescer além dos 2,5% reais-menos que 3% contratado para 2025 e 2026 - nem menos que 0,6%, ainda que haja uma recessão. Dentro desse

intervalo, porém, continuará valendo o desempenho do **PIB**. Se a permissão para aumento de gasto for de 1,8%, por exemplo, e a economia avançar 2%, valem os 2%.

Mesmo atenuada pela proposta, a correção do salário mínimo será o item que, isoladamente, trará maior poupança de recursos no próximo biênio: R\$ 11,9 bilhões.

Nas projeções do governo até 2030, soma quase metade do almejado - R\$ 35 bilhões dos R\$ 79,7 bilhões estimados.

Uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) modificará o funcionamento de vários programas. O abono salarial será reduzido de dois para 1,5 salário mínimo em lenta transição até 2035. Mais relevante para as contas no curto prazo será a destinação de até 20% dos recursos do Fundeb para a educação integral, o principal item da contenção de gastos em uma lista que inclui a Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 30% (segundo item mais relevante), corte de 10% de R\$ 18 bilhões de subsídios e subvenções e indexação pela **inflação** do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Somadas, pouparão R\$ 24,5 bilhões no biênio 2025-26. Em um projeto de lei, com economia de gastos de R\$ 39,9 bilhões, além da alteração da indexação do salário mínimo, consta aperto na vigilância e regras de adesão ao BPC e ao Bolsa Família.

Todas essas medidas contribuem inegavelmente para melhorar a performance do regime fiscal e talvez permitir que se atinja a meta fiscal de déficit zero em 2025 e superávit de 0,25% do **PIB** em 2026. Se elas deixam muito a desejar diante do quadro frágil das contas públicas, perderam mais força diante do anúncio de isenção do IR de pessoas físicas com renda até R\$ 5 mil. Ela trará conta adicional de R\$ 35 bilhões a R\$ 45 bilhões em 2026 - o projeto só será examinado em 2025 pelo Congresso - em um pacote que pretendia poupar R\$ 40 bilhões naquele ano. O governo pretende cobrir a receita perdida com uma não detalhada taxa mínima do IR sobre quem ganha R\$ 50 mil ou mais.

As preocupações do presidente Lula se voltaram para as eleições de 2026. A isenção do IR contempla a faixa relevante da população entre 2 e 5 salários

mínimos, em que a popularidade de Lula não vai bem. A isenção acrescentará mais 15 milhões de pessoas aos 14,3 milhões que já não pagam IR. Restarão como pagantes cerca de 15 milhões de contribuintes.

A isenção foi promessa de campanha de Lula, que a exigiu agora como contrapartida a medidas impopulares. O presidente fez demagogia. A taxaço de pessoas de maior renda poderia ser feita sem que o governo precisasse abrir mão das receitas importantes. O governo corre o risco de ver aprovada a isenção do IR e não o aumento da carga tributária, que seria o fim do regime fiscal. O Planalto quis garantir uma medida muito popular, com efeitos positivos sobre o consumo, em ano eleitoral.

O regime fiscal não ficou mais forte. Os investidores avaliaram que não há disposição de enfrentar o aumento dos gastos e do endividamento, e o governo, ao contrário do que se esperava, ratificou esse vaticínio.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3)**

Pacote fiscal (Cartas de Leitores)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o seu mentor, Lula, nada fizeram de efetivo para diminuir a inflação e para atrair novos investimentos para o Brasil. O fala-tório dos dois mais parece um engodo. Em seu pronunciamento da última quarta-feira, Haddad falou numa economia de R\$ 70 bilhões, que não representa nem 2% da arrecadação do país. A cotação do dólar bateu novo recorde. Cortar as despesas da inchada máquina estatal nem passa pela cabeça dos petistas. A gestão Lula 3 continua aumentando os gastos, contando com os inacreditáveis 39 ministérios. Percebe-se um grave problema para os próximos anos, pois medidas com sólidos fundamentos estão cada vez mais distantes de serem cogitadas por essa equipe de trapalhões.

José Carlos Saraiva da Costa jcsdc@uol.com.br

Apresentado os detalhes do pacote do ajuste fiscal pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, agora é com os críticos de plantão e suas elucubrações fantasiosas; sem contar os políticos da extrema direita bolsonarista e suas teses negacionistas, na esperança do insucesso da política econômica.

J o r g e d e J e s u s L o n g a t o
c e s t a d e c o m p r a s @ h o t m a i l . c o m

Realmente o governo se comunica muito mal. Apresentar a isenção de imposto de renda para salários até R\$ 5 mil, para ser votado em 2025 e vigorar em 2026, na apresentação do corte de gastos é, no mínimo, uma ideia de jerico. Além de decepcionar o mercado com a mistura de corte de gastos e a bondade da isenção, o pessoal que será beneficiado pela isenção de imposto só em 2026 vai ficar decepcionado com o governo.

Vital Romaneli Penha vitalromaneli@gmail.com

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188054?page=1
§ion=3](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188054?page=1§ion=3)**

Pacote fiscal potencializa a renda fixa

Adriana Cotias De São Paulo

As primeiras reações ao pacote de corte de gastos do governo potencializam escolhas atreladas à renda fixa neste fim de ano. Mesmo que as medidas alcancem alguma eficiência fiscal, o processo de alta de juros segue no calendário de 2025. O anúncio até deixou ativos considerados de maior risco, como a bolsa, mais baratos, mas para que se antecipar à promessa de um ciclo mais favorável, sem data para se materializar, se o brasileiro tem acesso a taxas de remuneração gordas, partindo de 11,25% ao ano, e com liquidez?

É com esse espírito que gestores de recursos, de patrimônio e especialistas em alocação de investimentos chegam a dezembro. Sob a leitura preliminar das medidas fiscais que ainda terão que passar pelo Congresso, houve uma nova rodada de desvalorização até ontem.

O Ibovespa perdia 3,93% a um dia do fechamento de novembro, marcando o terceiro mês consecutivo no vermelho. No ano, tem desvalorização acumulada de 7,14%. Os demais índices setoriais ficaram na mesma toada. No ano, a única exceção é o de dividendos, com ganhos de 1,04%. Ainda assim, muito longe do CD1, o juro das trocas interfinanceiras, que anda colado na Selic, com 9,85% até aqui. O Ifix, de fundos imobiliários, cedia 5,22% desde janeiro. O dólar ganhava 3,59% no mês e 23,4% no ano, a R\$ 5,9891.

Mesmo as demais opções de renda fixa perdem para o CDI no ano, com o melhor resultado para o IMA-B 5, de papéis do Tesouro atrelados à **inflação** (NTN-B) com prazo de até cinco anos, com valorização de 6,5%. Já a cesta de títulos com vencimento acima disso recuava 4,72%. Fruto da atualização dos preços a valor de mercado no meio do caminho, mas se o investidor mantiver os ativos até o vencimento vai levar exatamente o que contratou.

Entre as diversas classes de ativos, Rafael Bisinha, especialista de mercados locais no private bank do Citi Brasil, diz ter há algum tempo inclinação majoritária para a NTN-B. Com o estresse dos últimos dois dias, o papel com vencimento em 2029 paga IPCA mais extraordinários 7,14% ao ano, enquanto o título com resgate em 2035 aparece com taxa de 6,90% no Tesouro Direto.

"Qualquer um que trabalhe com investimentos sabe que ter disponibilidade de remuneração real

[descontada a **inflação**] de 6,5%, 7%, qualquer coisa que o valha, é muito bom. É prudente e sensato, para que correr qualquer risco adicional por muito mais retorno?", questiona Bisinha.

O "spread" (a diferença de retorno em relação aos títulos públicos) de ativos de crédito, que viraram febre recente com a demanda por títulos isentos de imposto de renda, não condiz com o risco adicional para emprestar para uma companhia privada, alerta o executivo. "Hoje a economia cresce bem, a taxa de desemprego é baixa, mas tem muita recuperação judicial, há grande heterogeneidade nas empresas", diz. Na hipótese de a economia piorar, o risco de calote não é compatível com o retorno, os ativos não remuneram isso.

Nos títulos do governo, a piora das expectativas se reflete em taxas mais altas e com o bônus da preservação do poder de compra, pelo componente de correção monetária dos papéis. E se a situação melhorar no meio do caminho, há possibilidade de ganhos de capital. "Não há equilíbrio [fiscal] se os juros ficarem na eternidade entre 6,5% e 7%, é uma loucura, a dívida fica impagável", diz Bisinha. "Se tudo ficar como está ao longo de muitos anos já tem um carregamento bom, e se piorar o investidor está protegido da **inflação**." Por mais que possa haver retornos expressivos para outras classes num horizonte de tempo não previsível, o ambiente segue propício para a renda fixa, "virou o "ralo" e todo o dinheiro está escoando para fundos de crédito, DI, debêntures ou títulos públicos. Não sobra para mais nada", prossegue Bisinha, que também sugere a diversificação no exterior.

Ele acha que só quando o Banco Central (BC) encontrar condições para parar de subir a Selic é que o fluxo local pode virar para outras estratégias, como bolsa e fundos imobiliários. "Está barato, mas não sobe nunca com o CDI nas alturas, por isso a preferência pela NTN-B, este é o custo de oportunidade para quem olha o longo prazo. Dói muito abrir mão disso para colocar na bolsa."

Ao longo de 2024 o mercado virou de uma expectativa de cortes da Selic que previa, nos melhores prognósticos, uma taxa que poderia chegar a 8% ao fim do ciclo, para a de aumentos para até 14% ao ano em 2025. Independentemente do tamanho e da recepção ao pacote pelo mercado, Ian Lima, gestor de renda fixa ativa da Inter Asset, já considerava que o BC não teria como escapar de impor condições

financeiras mais restritivas para a economia. "É cedo para falar em inflação bem comportada", diz.

Ele afirma haver um cenário para títulos pós-fixados bem protegido por 18 meses. Numa Letra Financeira do Tesouro (LFT) atrelada à Selic o rendimento tende a ser muito acima da inflação corrente. "Juro real a IPCA mais 8% com liquidez diária é quase uma aberração pensando na alocação de investimentos", diz Lima, colocando na conta a inflação esperada.

Com ativos de baixo risco com ganhos dessa magnitude há desafios para qualquer outra classe, continua o gestor, por mais que as ações estejam baratas. "Dificulta num portfólio ótimo fazer a travessia para o próximo trimestre." Para os prefixados, ele acha que o ambiente é muito ruim porque o mercado está tentando se ajustar a que nível de Selic o BC vai conseguir conter as pressões inflacionárias decorrentes da atividade econômica mais forte. Mesmo que o pacote fiscal fosse bem recebido, não resolveria o dilema do equacionamento das contas públicas. "A combinação de pós com juros reais longos é a que faz mais sentido."

Quando compara o contexto atual com a situação de 2015, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, Lima lembra que era a discussão de dominância fiscal que permeava as conversas nas mesas de operações. Esse é um conceito em que o aumento de juros se torna contraproducente para conter as pressões inflacionárias por causa do efeito perverso no custo da dívida pública. "É um cenário que ainda não está vigente, mas estamos na antessala dessa discussão, de alguma forma o Brasil está flertando com isso." O dólar rompendo a barreira dos R\$ 6 não ajuda.

Outros dados, contudo, mostram condições econômicas mais favoráveis, caso da inflação na casa dos 4% em 12 meses, em comparação aos 6% do governo Dilma, contas externas ainda saudáveis e preços já muito descontados dos ativos.

Se os economistas e demais participantes do mercado financeiro conseguissem fazer a conta da trajetória da dívida caindo no longo prazo, haveria até espaço para as ações andarem, acredita Lima. Os ativos poderiam despontar em 2025, independentemente da Selic mais alta. É uma questão de fluxo também, o estrangeiro teria que comprar essa história, já que o investidor local está fora do jogo.

Quando se tem à disposição uma classe com ganho real a 7% ao ano é possível dobrar o capital em seis anos pelo efeito dos juros compostos, é um atalho muito bem-vindo, segundo Fabio Faria, gestor de carteira do grupo suíço Mirabaud no Brasil. "Não que

não olhe para outros mercados, é unânime que a bolsa está barata, mas falta alguma motivação para a atração de recursos, se antecipar neste posicionamento com os juros correndo do lado não é muito interessante."

Com um viés para analisar opções de dívida corporativa, incluindo o crédito estruturado, o gestor diz ver alguma acomodação nos prêmios dos papéis em relação aos títulos do Tesouro. "A safra de resultados do terceiro trimestre trouxe bons números, mas tem um desafio com a elevação da taxa de juros porque encarece a estrutura de capital das empresas", afirma. Por ora, Faria diz não ver nenhum sinal de fumaça, mantendo mais de 60 nomes na carteira.

O gestor diz estar, contudo, monitorando o fluxo dos fundos de renda fixa com crédito, os de infraestrutura, inclusive. Os portfólios da categoria continuam atraindo dinheiro novo, alguns fecharam para captação por escassez de papéis e estão mantendo um maior nível de caixa para esperar uma janela melhor. "Tem oportunidades em crédito, mas é preciso ser seletivo."

"Ter remuneração real de 6,5%, 7% é muito bom. É prudente e sensato, para que correr risco adicional?"
Rafael Bisinha

"Dominância fiscal ainda não está no cenário vigente, mas o Brasil está na antessala dessa discussão" Ian Lima

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054?page=1§ion=3>

Renda fixa tem maior rentabilidade acumulada em 15 anos

Mônica Magnavita Para o Valor, do Rio

A previdência privada tem atraído investidores interessados em garantir renda para viver uma aposentadoria mais tranquila. Este ano, até 30 de setembro, patrimônio dos mil fundos consolidados no "Guia de Previdência Valor/FGV", elaborado pelo Centro de Estudo de Finanças da Fundação Getúlio Vargas, atingiu R\$ 1,2 trilhão, montante equivalente a 10% do **PIB** brasileiro. A maior parte, 77,3%, em produtos de renda fixa (RF).

A categoria também obteve a maior rentabilidade no período acumulado de 15 anos, encerrado no último dia de setembro. As valorizações foram expressivas. Os fundos de renda fixa indexados renderam 300%, seguidos pelos RFs Crédito (237%) e RFs Grau de Investimento (232%). Esses três tipos de fundos obtiveram retornos bem superiores aos do DI, de 282%; da **inflação**, medida pelo IPCA, de 134%; e do dólar, que apresentou variação de 206% em igual período.

Em períodos mais curtos, de um, três, cinco, sete e dez anos, no entanto, os retornos foram menos expressivos. Todos perderam para o DI, mas renderam mais que o IPCA.

O bom desempenho dos produtos de renda fixa não chega a ser novidade, dada a política de juros elevados dos últimos anos, apesar da queda acentuada em 2020, quando a Selic chegou a 2%. Exceção à parte, o futuro próximo aponta para bons retornos dos fundos de renda fixa, opção atrativa sobretudo para investidores com perfil mais conservador.

"A política de juros altos deve permanecer por um bom tempo. Nos próximos dois anos, é melhor manter os investimentos em renda fixa, porque deverá ter bons retornos. A partir de 2027, há perspectiva positiva para renda variável, com um movimento de queda de juros", avalia Ricardo Rochman, professor da Escola da Administração de Empresas da FGV e um dos pesquisadores do Centro de Finanças responsáveis pela elaboração do guia.

A categoria dos fundos balanceados, que combinam renda fixa e renda variável na composição de portfólio, também obteve bons retornos, embora inferiores aos

da variação do CDI. Os da Brasilprev, destaques no critério risco/retor-no, operam com ativos de renda variável no Brasil e no exterior, selecionados em setores avaliados de maneira prospectiva em relação às economias nacional e global.

"Este ano, temos um índice da bolsa brasileira que caiu quase 5% e um S P [índice do mercado acionário americano] que sobe 16%. Conseguimos retirar volatilidade do fundo e obter belos retornos com mais alocação lá fora do que aqui dentro. Lá fora, temos o mundo inteiro e não apenas o mercado americano", diz Altair Cesar, superintendente de investimentos da Brasilprev, grupo do Banco do Brasil com mais de R\$ 416,8 bilhões em ativos sob administração.

A estratégia segundo Cesar, consiste em selecionar ações de setores capazes de proteger a carteira em cenários adversos e de ganhar nos mais favoráveis. "Escolhemos setores mais defensivos para aproveitar [oportunidades] nesse cenário mais conturbado e fomos mudando a posição geográfica. Como o mercado esteve muito complexo, não tomamos muito risco", diz.

Os ativos de renda fixa, sobretudo os de longo prazo, também contribuíram para a boa performance dos fundos, reduzindo volatilidade e riscos. Nesse segmento, os fundos estavam cerca de 90% alocados em CDI, incluindo títulos privados. Tal participação, no entanto, vem sendo reduzida. "Nosso negócio é de longo prazo. Quando nos posicionamos em renda fixa, gostamos de nos posicionar no longo prazo.

Essas escolhas que fizemos levaram ao diferencial em rentabilidade", afirma César.

Fundos balanceados, de ações e os multimercados com portfólio em derivativos costumam atrair investidores dispostos a assumir mais riscos para obter melhores retornos. Mesmo assim, para evitar surpresas, a melhor estratégia, segundo os especialistas, é a mesma de sempre: diversificação. Em previdência, significa aplicar em categorias de fundos diferentes, de acordo com o perfil do cliente. Por exemplo, 30% em balanceados e 70% em renda fixa. Ou o contrário.

"O primeiro ponto é entender qual o perfil do cliente para definir o melhor produto. Para os mais

conservadores, o ideal é concentrar em renda fixa e, à medida que se sentir mais confortável, pode aumentar a parcela em ações. Se for mais agressivo, parte da alocação deve ser em fundos de ações, multimercados mais arrojados e os balanceados", diz João Daronco, analista da Suno Research.

Dado esse passo, e com base no prazo do investimento, é importante avaliar não só a rentabilidade dos fundos, mas sua volatilidade, já que mesmo em renda fixa há produtos mais voláteis, como os que possuem carteira de títulos pré-fixados e NTN-B.

Segundo Daronco, prazos também influenciam a definição do produto. "Quem investiu em ações em 2018, com prazo de dois anos, resgataria no momento da pandemia de covid-19. A perda seria grande, não por causa do perfil de risco, mas do prazo muito curto", diz. Já os investidores com previsão de resgate superior a 15 anos podem alocar parcela em ações, em linha com a disposição a riscos de cada um, nos primeiros anos, mas à medida que chegar perto do resgate, pode ser interessante migrar para renda fixa. "Na decisão, o que deve prevalecer é o perfil do investidor".

"A partir de 2027, há perspectiva positiva para renda variável" Ricardo Rochman

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Retornos com alta da Selic reduzem o apetite por risco

Roseli Lopes Para o Valor, de São Paulo

A mudança na tendência de queda da taxa básica de juros, a Selic, sinalizada em setembro deste ano, quando o Banco Central deu início ao movimento de alta, fez com que muitos investidores deixassem o risco de lado e procurassem oportunidades de ganhos maiores na renda fixa. A corrida para aproveitar a taxa super elevada, hoje de 11,25% ao ano, beneficiou os fundos de previdência que têm em seu portfólio títulos dessa natureza.

Focada em crédito privado de alta qualidade, a Sparta, com R\$ 17 bilhões sob gestão, manteve sua estratégia de ter na carteira títulos de empresas robustas e com reduzido risco de inadimplência. "O investidor não tem buscado muito risco. Neste momento ele quer as taxas atraentes dos títulos públicos e, com a alta da Selic, busca um adicional, mas sem grandes surpresas", afirma Ulisses Nehmi, CEO da gestora, que ficou em primeiro lugar no "Guia de Previdência Valor/FGV" de 2024 na categoria Melhor Especialista Geral.

Para Nehmi, a preferência em atuar com debêntures de empresas de qualidade elevada amplia a previsibilidade e reduz as chances de sustos para os investidores. Com isso, diz, o interesse pelos fundos da Sparta cresceu. "Tivemos uma captação expressiva, neste ano, nos fundos de previdência, de R\$ 1,5 bilhão, elevando para R\$ 5 bilhões o total gerido hoje", conta. São duas estratégias principais nos fundos de crédito privado, segundo o CEO: uma para perfil de pós-fixado e outra de perfil atrelado à **inflação** de curto prazo, de títulos públicos com prazos de até dois anos e, portanto, menos sujeitos a volatilidade. "O investidor quer a proteção da **inflação**, mas não aceita qualquer volatilidade, então o que a Sparta usa como benchmark é o IMA-B5, que tem a proteção da **inflação**, mas é menos volátil, e ainda supera a **inflação**", afirma.

Em 2023, quando o spread de crédito ficou comprimido com a remuneração dos títulos corporativos superando a dos títulos públicos, a Sparta também conseguiu aproveitar esse movimento e levar para seu portfólio várias barganhas e com isso vem acumulando um resultado muito bom, explica o CEO. Para 2025, a gestora aposta em continuidade desse cenário de juros elevados, mas com a perspectiva de que o ciclo de alta dê lugar a cortes pelo Comitê de

Política Monetária do BC (Copom).

A Mapfre, segundo lugar na categoria Melhor Especialista Geral, iniciou 2024 com baixo posicionamento em risco de crédito. Desde 2019 a empresa decidiu ter posição reduzida em crédito do segmento corporativo, dando preferência ao bancário. "Em 2020, na pandemia, com a forte queda dos juros, empresas aumentaram a alavancagem, houve muita emissão de dívida apostando na manutenção do juro baixo, mas a primeira alta da taxa deteriorou a estrutura de capital de companhias", diz Carlos Eduardo Eichhorn, diretor de gestão de recursos da Mapfre.

Hoje, a empresa tem uma carteira global de R\$ 4,1 bilhões de crédito, sendo R\$ 50 milhões em crédito corporativo e o restante em bancário. "Isso tem sido parte de toda nossa estratégia ao longo dos últimos cinco anos e ainda não vimos nenhuma oportunidade de voltar com mais força para o corporativo", afirma Eichhorn. As previsões da Mapfre são de continuidade de juros elevados em 2025 até as expectativas de **inflação** encontrarem uma ancoragem ou haver sinais de queda para então o Banco Central iniciar o ciclo de redução novamente.

Primeiro lugar como Gestora Destaque por Categoria no ranking, com investimento na classe de ações, a Real Investor driblou as dificuldades, entre 2020 e 2022, "fazendo o feijão com arroz bem feito", como define Cesar Paiva, CEO da gestora. "Tivemos um período muito difícil para os fundos de ações nesses anos. Em 2023, se falava em normalização, **inflação** em queda e queda de juros, então foi um ano em que a gente foi bem, com cerca de 40% de ganho em nosso fundo principal", conta Paiva.

O ambiente esperado, segundo ele, era de normalidade em 2024. Porém, apesar de um início melhor, o que se viu foi um cenário de alta dos juros nos Estados Unidos, frustrando a projeção de taxas no Brasil abaixo de dois dígitos. O destaque de bom resultado da gestora foi a ênfase, conta Paiva, no "investimento em valor", que levou a Real Investor a evitar muitas empresas que fizeram IPO em 2020 e 2021. "Eram muito alavancadas, tinham preço alto, mas não entregaram o esperado. Acho que o fato de fazermos o feijãozinho com arroz bem feito fez com que passássemos relativamente bem pela baixa do

mercado", diz.

Num momento em que investidores estão se desfazendo de papéis e indo para a renda fixa, Paiva fala que a Real Investor tem tido captação positiva. Olhando para a frente, a gestora aposta no crescimento da economia, no controle fiscal e em juros menores, embora reconheça um cenário atual macro difícil. "Se puder destacar uma das coisas importantes para o investidor neste momento, em termos de perspectiva, diria que poucas vezes a bolsa brasileira esteve tão barata como agora", afirma. "É uma daquelas poucas janelas onde a gente consegue encontrar empresas boas a preços muito descontados. O que nos deixa muito animados".

"Poucas vezes a bolsa brasileira esteve tão barata como agora" CesarPaiva

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188054>

Pacote fiscal prevê economia até 2030 de R\$ 327 bilhões

Do Estadão Conteúdo

O governo Lula detalhou nesta quinta-feira, 28, a lista de medidas fiscais para contenção de gastos públicos, esperada desde o fim das eleições municipais. A projeção da equipe econômica é de que as iniciativas promovam uma economia aos cofres públicos de R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030, e de R\$ 71,9 bilhões entre o próximo ano e 2026.

(Veja quadro ano a ano) As medidas mexem em políticas como abono salarial, Benefício de Prestação Continuada (BPC), regra de reajuste do salário mínimo e no Fundeb.

Haverá também a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032 e criação de novos gatilhos para o arcabouço fiscal. Os militares também serão afetados, assim como os chamados "supersalários" e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

CONFIRA AS MEDIDAS ANUNCIADAS: SALÁRIO MÍNIMO

A nova regra de reajuste do salário mínimo continuará considerando a correção pelo INPC, além do crescimento do **PIB** de dois anos anteriores, mas limitada ao avanço do arcabouço fiscal.

O reajuste do salário mínimo terá o mesmo percentual do avanço real dos gastos. Caso o **PIB** de dois anos antes seja menor que esse número, o salário mínimo será reajustado por esta taxa.

Caso o **PIB** seja maior, vale o percentual do arcabouço, sempre limitado a 2,5%.

No caso de **PIB** inferior a 0,6%, que é o piso do arcabouço, o mínimo será reajustado nesta medida. A nova regra valerá até 2030.

ABONO SALARIAL

Haverá fixação da renda para acessar o abono em R\$ 2.640, valor a ser corrigido pelo INPC até chegar ao nível de um salário mínimo e meio, convergindo a esse valor somente em 2035.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Haverá uma atualização para o acesso ao BPC. São 6 iniciativas divulgadas: 1) Focalizar em pessoas incapacitada para a vida independente e para o trabalho; 2) Vedação de dedução de renda não prevista em lei; 3) Passam a contar para acesso: renda de cônjuge e companheiro não coabitante e renda de irmãos, filhos e enteados (não apenas solteiros) coabitantes; 4) Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem Código Internacional de Doenças (CID); 5) Biometria será obrigatória para novos benefícios e atualizações cadastrais; 6) Em uma mesma família, a renda de um benefício volta a contar para acesso a outro benefício.

BOLSA FAMÍLIA

Haverá um reforço na fiscalização dos beneficiários. O governo vai propor, por exemplo, uma restrição para municípios com porcentual de famílias unipessoais acima do disposto em regulamento. Haverá também uma determinação de que a inscrição ou atualização de unipessoais deve ser feita obrigatoriamente em domicílio, além de atualização obrigatória para cadastros desatualizados há 24 meses, biometria obrigatória para inscrição e atualização cadastral e disponibilização por concessionárias de serviços públicos de informações para viabilizar cruzamento de dados.

EMENDAS PARLAMENTARES

As novas regras recuperam alguns itens de proposta de lei já sancionada por Lula, mas ainda dependem de avanços que serão enviados em nova proposta como a possibilidade de bloqueio nas emendas parlamentares, com uma trava limitando a contenção a 15% do total das emendas, e a destinação de um percentual fixo para a Saúde.

SUPERSALÁRIOS

O governo afirma que a proposta irá remeter à lei complementar a lista de exceções ao teto remuneratório nacional, valendo para todos os poderes e todas as esferas. Não há estimativa de impacto da economia com a medida. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esse é o início da reforma administrativa.

O plano é ter uma lei complementar para regular o dispositivo constitucional que faz chegar ao supersalário.

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

O governo propôs que os recursos do FCDF sejam reajustados pelo IPCA -hoje, o fundo é corrigido pela Receita Corrente Líquida (RCL).

DRU

O governo prevê a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032. Pelo cenário atual, a DRU acabará ao final deste ano. Hoje, conforme estabelecido na PEC da Transição de 2022, a DRU atual desvincula 30% da arrecadação de contribuições sociais, de contribuições de intervenção no domínio econômico (Cide) e de taxas, permitindo o uso desses recursos em outras finalidades.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) será um dos impactados pela proposta.

FUNDEB

Até 20% da complementação da União ao Fundeb poderá ser empregada em ações para criação e manutenção de matrículas em tempo integral na educação básica pública.

LEI ALDIR BLANC

O repasse anual de até R\$ 3 bi aos entes continua, mas condicionado à execução dos recursos pelos entes no ano anterior. A economia esperada é de R\$ 2 bilhões em 2025, e de R\$ 1 bilhão em todos os outros anos até 2030.

CONCURSOS PÚBLICOS

O governo prevê um faseamento de provimentos e concursos em 2025, com meta de pelo menos R\$ 1 bilhão de economia, projeção que se repete anualmente até 2030.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES

Há previsão de uma autorização para ajuste orçamentário dentro de um universo de cerca de R\$ 18 bilhões em subsídios e subvenções. O governo ainda não selecionou quais benesses serão impactadas, mas o plano é fazer uma redução linear da ordem de 10%.

Segundo o Executivo, há cerca de R\$ 25 bilhões em

subsídios e subvenções anuais. Deste montante, no entanto, cerca de R\$ 7 bilhões não poderiam ser alterados por questões constitucionais.

GATILHOS FISCAIS

O pacote traz a criação de novos gatilhos no arcabouço fiscal caso ocorra déficit primário ou redução das despesas discricionárias. Se houver déficit primário de 2025 em diante, no exercício seguinte à apuração do rombo fica vedada a criação, majoração ou prorrogação de benefícios tributários.

Também está prevista a vedação, a partir de 2027, do aumento real acima de 0,6% para despesas com pessoal caso a despesa discricionária se reduza de um ano para o outro.

ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA ATÉ R\$ 5 MIL

Quem ganha R\$ até 5 mil reais terá isenção completa; aqueles que ganham entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil terão aproveitamento do benefício; e quem ganha acima de R\$ 7,5 mil, conforme a escala da tributação do IR, terão uma isenção de até os R\$ 2 mil do salário mínimo.

A renúncia estimada é de R\$ 35 bilhões.

TAXAÇÃO DE SUPER-RICOS

Haverá alíquota mínima de até 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês, equivalente a R\$ 600 mil por ano. Vai incidir sobre toda renda que a pessoa física auferiu durante o ano, o que inclui dividendos, aluguéis e Juros Sobre Capital Próprio (JCP). Alíquota começará crescente a partir de R\$ 600 mil e vai chegar em 10% para quem ganha mais de R\$ 1 milhão.

É a primeira medida para compensar a ampliação da isenção do IR.

ISENÇÃO APOSENTADOS MOLÉSTIA GRAVE

O governo vai propor também o fim da isenção de IR para aposentados que ganham mais de R\$ 20 mil no caso de moléstia grave ou acidente. Nesse caso, contudo, essa faixa poderá deduzir todos os gastos com saúde, sem limites, como é a regra geral. É a segunda medida para compensar a ampliação da isenção do IR.

CONTRA ELISÃO FISCAL

Haverá regras acessórias nas regras tributárias para garantir a coesão do sistema e evitar elisão e evasão fiscais. É a terceira medida para compensar a

ampliação da isenção do IR.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Governo propõe cortar emendas parlamentares para cumprir regra fiscal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva incluiu a revogação de uma regra que obriga o governo a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso no pacote de corte de gastos, apresentado ontem por ministros no Palácio do Planalto. Além disso, o Poder Executivo quer autorização para cortar emendas parlamentares e usar o dinheiro para cobrir despesas obrigatórias, com o objetivo de cumprir o arcabouço fiscal.

A medida, que confronta interesses diretos do Congresso Nacional, deve ser enviada por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

A regra de execução do Orçamento foi incluída pelos parlamentares na Constituição em 2019, quando se aumentou o volume de emendas. Atualmente, a Constituição diz que o governo "tem o dever de executar as programações orçamentárias" para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Na prática, a regra atual - que o governo quer revogar - impede o cancelamento de despesas se não houver impedimentos técnicos maiores, incluindo emendas ou outros gastos de manutenção de serviços públicos e investimentos.

Por exemplo, o dinheiro para uma obra não pode ser tirado do Orçamento a menos que haja problemas no licenciamento ou na aprovação do projeto. Isso impede que o governo direcione o recurso para aposentadorias e outros gastos obrigatórios.

Ainda é possível bloquear o recurso quando o dinheiro não é suficiente para cumprir as regras fiscais, mas o Executivo tem de fazer esforços para cumprir a despesa aprovada pelo Congresso, sob pena de responsabilidade.

CORTE DE EMENDAS Além disso, o governo incluiu no pacote uma proposta para poder cortar emendas, usar o dinheiro para cobrir despesas obrigatórias e cumprir o arcabouço fiscal. De acordo com a proposta, 15% das emendas poderão ser bloqueadas, um valor equivalente a R\$ 7,5 bilhões em 2025.

Atualmente, emendas impositivas (obrigatórias) não são bloqueadas, elas passam apenas por contingenciamento (a diferença é que o

contingenciamento é revertido quando a receita cresce). O Palácio do Planalto tentou aprovar essa regra no projeto de lei complementar que mudou as regras para emendas parlamentares, sancionado pelo presidente Lula nesta semana, mas o Congresso rejeitou.

O pacote trouxe ainda medidas já sancionadas por Lula, como garantir o crescimento real de emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada), com limite de aumento de até 2,5% acima da **inflação** a partir de 2026, o mesmo teto do arcabouço. Também houve a inclusão de R\$ 11,5 bilhões para as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, com crescimento pela **inflação** a partir do ano que vem.

O governo calcula uma economia de R\$ 39 bilhões com as emendas parlamentares de 2025 a 2030. As emendas estão suspensas por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em função da falta de transparência, suspeitas de corrupção e necessidade de cumprir as regras fiscais.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=938>

Lula classifica medidas como "extraordinárias"

O presidente Lula classificou como "extraordinária" a série de medidas de contenção de despesas anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

- Foi anunciado pelo Haddad, eu participei da reunião com o presidente do Senado (Rodrigo Pacheco), com o presidente da Câmara (Arthur Lira), com os líderes da Câmara dos Deputados, uma medida extraordinária que é de

contenção do PIS/PASEP excesso de des-Haddad disse pesas, porque que abono nós temos que "perdeu a cumprir o ar-razão" devido cabouço fiscal a outros - disse Lula. benefícios Também ontem, Fernando Haddad afirmou, durante coletiva de imprensa para detalhar o pacote fiscal, que o abono salarial "perdeu a razão" diante de outros programas do governo.

- É uma regra de transição de um benefício que num certo sentido perdeu a sua razão de ser à luz dos vários programas que foram criados superiores a eles do ponto de vista social. Nós estamos fixando o direito ao abono àqueles que ganham até R\$ 2.640 por mês, o que hoje corresponde a dois salários. Mas nós estamos introduzindo uma cláusula de que esse valor vai ser corrigido pela inflação. t

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

CONFIRA AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO GOVERNO

A nova regra de reajuste do salário mínimo vai considerar o mesmo percentual de atualização do limite de gastos do arcabouço fiscal quando o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer mais do que essa taxa, conforme o pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo. A ideia é que a regra de atualização atual seja mantida, mas limitada pelo teto do limite de gastos do arcabouço em cada ano. O limite de gastos é atualizado anualmente entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**, a depender do resultado da receita no ano anterior. Hoje, o piso nacional é reajustado pela **inflação** do ano anterior e pelo **PIB** de dois anos antes. Agora, se o **PIB** considerado for maior do que a atualização do teto do arcabouço, valerá o percentual que atualizou o teto do arcabouço.

Por exemplo, se o percentual do mínimo que seria

considerado for de 2%, mas a atualização do arcabouço for de 1,5%, valerá 1,5%.

IMPOSTO DE RENDA

O governo prevê isentar completamente quem ganha até R\$ 5 mil. Quem ganha até R\$ 7,5 mil vai ter de pagar IR, mas será beneficiado com a isenção dos R\$ 5 mil iniciais. Já quem ganha a partir de R\$ 7,5 mil terá a isenção limitada de até 2 salários mínimos, como é hoje. Atualmente, dois salários correspondem a R\$ 2.824. Para compensar esse custo, haverá três medidas. A primeira é a taxação efetiva de quem ganha mais de R\$

50 mil (R\$ 600 mil por ano), considerando a soma de salários, aluguéis, dividendos. A alíquota vai variar de algo próximo a zero até 10%. A taxa máxima é para quem ganha mais de R\$ 1 milhão por ano.

IR PARA QUEM TEM DOENÇAS GRAVES

Também deixarão de ser isentos de IR quem tem

doenças graves e ganha mais de R\$ 20 mil. Todo mundo continuará podendo deduzir todas as despesas com saúde do IR. Além disso, terão travas para impedir elisão fiscal e planejamento tributário. Veja a seguir a lista de doenças que perdem isenção total de

IR:

- Moléstia profissional (causada por condições do ambiente de trabalho); -Tuberculose ativa; -Alienação mental;
- Esclerose múltipla neoplasia maligna (câncer) cegueira;
- Hanseníase;
- Paralisia irreversível e incapacitante;
- Cardiopatia grave;
- Doença de Parkinson;
- Espondiloartrose; -Anquilosante;
- Nefropatia grave;
- Hepatopatia grave;
- Estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante);
- Contaminação por radiação;
- Síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), com base em conclusão da medicina especializada;

ABONO SALARIAL

O governo quer alterar a regra de acesso ao abono salarial, espécie de 14º salário pago hoje para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A ideia é pagar o benefício para trabalhadores com renda de até R\$ 2.640 no primeiro ano de vigência da nova regra. Nos anos seguintes, a regra de acesso seria reajustada apenas pela **inflação** até chegar a 1,5 salário mínimo.

PÉ-DE-MEIA E VALE-GÁS

O programa educacional Pé-de-Meia, que prevê pagamentos mensais e uma poupança para estudantes do ensino médio de baixa renda, matriculados na rede pública de ensino, deverá entrar no Orçamento a partir de 2026, afirmou Haddad. Hoje, os recursos para a política vêm do Fundo de Garantia de Operações (FGO), que está fora das

regras do arcabouço fiscal. Haddad também disse que o governo vai apresentar ao relator do projeto de lei que reformula o Vale-Gás, Hugo Leal (PSD-RJ), um substitutivo no texto para evitar um possível "drible" nas regras fiscais. As mudanças já foram alinhadas com o presidente Lula, afirmou o ministro.

IDADE MÍNIMA PARA MILITARES

O pacote conta com medidas que afetam os militares, como a instituição de uma idade mínima de 55 anos para a reserva (com transição) e a limitação de transferência de pensões. Haddad já tinha dito que a previsão é de economia de cerca de R\$ 2 bilhões. O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, diz que essa previsão considera R\$ 1 bilhão em despesas e a outra metade em receitas. Durigan afirma ainda que a transição para a idade mínima de 55 anos deve durar até o fim desta década.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Corte de gastos modifica regras para salário mínimo

O Governo Federal detalhou ontem (28) as medidas do pacote fiscal que foram anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A estimativa oficial é de um impacto de R\$ 70 bilhões em dois anos. Até 2030, economia prevista é de R\$ 327 bilhões.

A principal medida do pacote é a limitação da valorização real do salário mínimo. No ano passado, Lula retomou a regra que reajusta o piso nacional com a **inflação** do ano anterior e a variação do **PIB** de dois anos. No ano que vem, esse percentual seria de 2,9%. Com a proposta, ficará limitada a 2,5%.

Mudanças

Além disso, o pacote prevê a alteração no abono salarial, espécie de 14º salário pago hoje para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824) e será ajustado para atender quem recebe 1,5 salário mínimo. O governo também vai ampliar o pente-fino no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família.

O pacote também institui a idade mínima de 55 anos para que militares possam ser transferidos para a reserva (com transição) e a limitação de transferência de pensões.

Em relação à isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, o governo prevê que o transbordamento será limitado a quem ganha até R\$ 7,5 mil. Ou seja, a pessoa só será tributada sobre os R\$ 2,5 mil a mais. Já para quem recebe acima de R\$ 7,5 mil, a isenção só vai ser aplicada até o valor de dois salários mínimos.

A isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil vai custar de R\$ 35 bilhões e será compensada por algumas medidas. A principal delas será o imposto mínimo para quem tiver renda mensal superior a R\$ 50 mil (R\$ 600 mil). Vai entrar nessa conta todos os rendimentos da pessoa, como salários e alugueis, inclusive as não tributáveis, como dividendos.

Site: <https://heyzine.com/flip-book/2148f83e07.html#page/1>

Dólar atinge maior cotação da história e fecha a R\$ 5,98

Pela primeira vez na história, o dólar à vista ultrapassou a marca de R\$ 6, embora tenha fechado a sessão desta quinta-feira (28/11) ligeiramente abaixo desse patamar, a R\$ 5,98. A disparada da moeda norte-americana, que acumulou alta de 1,30% no dia e já registra elevação de 23,49% em 2024, evidencia o clima de desconfiança do mercado em relação ao pacote fiscal anunciado pelo governo federal.

A alta no câmbio foi impulsionada pelo anúncio, na noite de quarta-feira (27), de um conjunto de medidas para reduzir os gastos públicos em R\$ 70 bilhões até 2026. Apesar de detalhado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento, Simone Tebet; e da Casa Civil, Rui Costa, o pacote foi recebido com ceticismo pelo mercado financeiro. Entre as medidas estão a redução gradual do abono salarial, a imposição de um teto no reajuste do salário mínimo, e reformas no sistema previdenciário dos militares e nos supersalários do funcionalismo público.

O Banco Central, que novamente optou por não realizar leilões extras de câmbio, contribuiu para a pressão no mercado. A ausência de intervenções tem sido criticada por analistas, que apontam a volatilidade como reflexo da fragilidade da confiança dos investidores no ajuste fiscal. O dólar futuro para dezembro, o mais negociado atualmente, chegou a R\$ 5,9975, reforçando a expectativa de que o patamar de R\$ 6 pode ser rompido.

Enquanto o governo busca convencer o mercado sobre a eficácia de suas medidas, a disparada do dólar tende a impactar diretamente o custo de vida da população, aumentando a **inflação** em produtos importados e pressionando ainda mais a economia doméstica. O anúncio de medidas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil busca trazer alívio para a classe média.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Os dois grandes sinais - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O pacote anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi visto na política como o primeiro sinal de que Luiz Inácio Lula da Silva deseja concorrer à Presidência da República em 2026.

Afinal, embora alguns setores apontem os cortes como insuficientes para cobrir as despesas, o presidente está focado em cumprir promessas que "seguram" parte do eleitorado - leia-se a isenção de **impostos** para quem recebe salários de até R\$ 5 mil.

Ou pelo menos que quer terminar 2026 com o discurso do dever cumprido. Ainda que tenha havido uma mistura das estações - **reforma tributária** relacionada à renda e os cortes orçamentários -, a avaliação do governo é de que a união desses fatores vem sob encomenda para deixar Lula como o defensor dos mais pobres.

***** O segundo grande sinal será a **reforma ministerial**, prevista para fevereiro, depois da troca de comando na Câmara e no Senado.

A avaliação dos deputados e senadores que observam todos os movimentos rumo a 2026 é de que, se Lula colocar o centrão ainda mais para dentro do governo - leia-se num cargo como a Secretaria de Relações Institucionais, por exemplo -, é sinal de que o presidente é candidatíssimo. Caso contrário, arrumará outro para empunhar a bandeira do PT e esses partidos se sentirão mais livres para voar.

Sem papel, sem acordo Cautelosos em relação ao anúncio dos cortes de gastos, líderes querem, primeiro, avaliar o que vem por escrito. As conversas até aqui deram alguns detalhes, mas só o papel dirá o que, de fato, está valendo. "Não aprovamos teses. Aprovamos projetos com pontos e vírgulas", afirmou um deles.

Água mole em pedra dura...

O governo tentou em outras oportunidades, como na elaboração do arcabouço fiscal, mexer no Fundo Constitucional do Distrito Federal, com direito a declarações do ministro da Casa Civil, Rui Costa, criticando o fato de a capital da República ser aqui. Agora, vem nova tentativa de mudar a fórmula de cálculo de reajuste do FCDF. Desta vez, tem líder dizendo que, a depender do texto, apoiará a proposta.

Lula quer jogo até o Natal Na reunião com os líderes, o presidente foi direto ao dizer, em tom de apelo, que dava para trabalhar até 24 de dezembro e aprovar tudo relacionado ao pacote de corte de gastos. A turma deu risada. Um sinal de que ainda não sabem se o conjunto de medidas terá força de tirar os congressistas do "modo avião".

E o Dino, hein?

Até aqui, nada de o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, decidir sobre a liberação das emendas. E sem elas, a Casa dificilmente se sentirá "aquecida" para votar projetos polêmicos.

CURTIDAS

Projeto frio/ À coluna, a senadora Teresa Leitão (PT-PE, foto) avaliou que a situação ficou pior para o "PL da anistia", pois as investigações da Polícia Federal (PF) revelaram que o episódio de 8 de janeiro de 2023, na verdade, pode fazer parte de uma trama golpista maior. "O projeto tinha uma consistência muito vulnerável e, agora, piorou, porque está dentro de um contexto de golpe.

O que houve no dia 8 de janeiro não merece ser anistiado", enfatizou.

Clima quente/ O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) vai na mesma linha: "A temperatura aumentou muito. Eu mesmo assinei o requerimento para arquivar o projeto da anistia. Os fatos são muito graves, e não tem o menor clima para se discutir a anistia nesse momento", reforçou.

O sentimento deles/ O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) falou sobre o inquérito da PF em evento na Câmara (leia no Blog da Denise).

Mas quem também desabafou com a coluna foi o deputado Mauricio Marcon (Podemos-RS), afirmando que, agora, pensa bem no que falar quando vai ao plenário. "É isso. A gente tem um processo de ruptura democrática visto a olhos nus e posso dizer que eu penso nas palavras que vou falar quando subo à tribuna. Isso já é um sinal de que a gente tem medo do Judiciário, que deveria ser um poder que nos auxiliasse a manter democracia", disse.

E o Bolsonaro, hein?/ Com a economia pedindo passagem, o discurso de perigo à democracia volta

para o segundo plano e, com ele, as denúncias contra o ex-presidente. A tendência é de que, depois do inquérito de mais de 800 páginas, esse tema esquente para valer apenas em 2025.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6689/28-11-2024.html?all=1>